

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME
ELETROBRAS – CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR S.A

RELATÓRIO DE GESTÃO

2011

SUMÁRIO

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	10
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	11
1.1 Relatório de Gestão Individual.....	11
2. PARTE A, ITEM 2, ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	12
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade	12
2.2 Estratégia de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais.....	13
2.3 Programas de Governo e Ações sob a Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear	19
2.3.1 Programa 0296 – Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	19
2.3.1.1 Ação 4477 – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).....	20
2.3.1.2 Ação 6486 – Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).....	36
2.3.1.3 Ação 5E88 – Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).....	37
2.3.2 Programa 0276 – Gestão da Política de Energia Elétrica.....	46
2.3.2.1 Ação 6508 – Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de Energia Elétrica ...	47
2.3.3 Programa 0807 – Investimento das Empresas Estatais em infra-estrutura de Apoio.....	48
2.3.3.1 Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.....	48
2.3.3.2 Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	49
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	50
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	50
2.4.2 Execução de Despesas Correntes	50
2.4.3 Outros Indicadores Institucionais.....	51
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	52
3.1 Reconhecimento de Passivo por Insuficiência de Créditos ou Recursos	52
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	52
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	52
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010	53
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	53
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à disposição da Eletrobras Eletronuclear.....	53
5.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Eletrobras Eletronuclear.....	53
5.1.3 Quantificação dos Cargos em Comissão e de Funções Gratificadas da Eletrobras Eletronuclear.....	54
5.1.4 Qualificação do Quadro de Pessoal da Eletrobras Eletronuclear Segundo a Idade.....	54
5.1.5 Qualificação do Quadro de Pessoal da Eletrobras Eletronuclear Segundo a Escolaridade...55	55
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	55
5.2.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Eletrobras Eletronuclear Segundo o Regime de Proventos e Aposentadoria.....	55
5.2.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Eletrobras Eletronuclear.....	55

5.3	Composição do Quadro de Servidores de Estagiários	56
5.4	Demonstração dos Custos de Pessoal da Eletrobras Eletronuclear.....	56
5.5	Terceirização de Mão de Obra Empregada pela Eletrobras Eletronuclear	57
5.5.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	57
5.5.2	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	57
5.5.3	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância ostensiva pela Eletrobras Eletronuclear.....	58
5.5.4	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	59
5.6	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	59
6.	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	60
6.1	Transferências Efetuadas no Exercício	60
6.1.1	Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2011	60
6.1.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos três Últimos Exercícios	62
6.1.3	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2012 e Seguintes.....	63
6.2	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	64
6.2.1	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	65
6.3	Análise Crítica.....	66
7.	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	66
7.1	Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG E SICONV.....	66
8.	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN Nº 108, DE 24/11/2010.....	67
8.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	67
8.2	Análise Crítica.....	67
9.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	68
9.1	Estrutura de Controle Internos da Eletrobras Eletronuclear.....	68
10.	PARTE A, ITM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	70
10.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	70
11.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	71
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	71
12.	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	72
12.1	Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	72
13.	PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	73
13.1	Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo.....	73
14.	PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	73

14.1	Renúncias Tributárias sob Gestão da Eletrobras Eletronuclear.....	73
14.2	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica.....	73
15.	PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	74
15.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	74
15.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	93
15.3	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	95
15.4	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	100
16.	PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	100
16.1	Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendidas no Exercício.....	100
16.2	Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna pendentes de Atendimento.....	100
17.	PARTE , ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	101
	PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	102
18.	PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	103
18.1	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	103
19.	PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	103
19.1	Análise Crítica das Demonstrações Contábeis da Administração Pública Federal Direta....	103
20.	PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	103
20.1	Análise Crítica das Demonstrações Contábeis das Empresas Estatais.....	103
21.	PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	103
21.1	Composição Acionária do Capital Social.....	103
	PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO...105	
22.	PARTE C, ITEM 4, DO ANEXO II DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	106
22.1	Demonstrativo Analítico das Despesas com Propaganda e Publicidade.....	106
22.1.1	Publicidade Legal.....	106
22.1.2	Publicidade Institucional.....	106
22.1.3	Patrocínios Culturais e Esportivos da Eletrobras Eletronuclear em 2011.....	106
23.	PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010	108
23.1	Remuneração paga aos Administradores da Eletrobras Eletronuclear.....	108
24.	PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	111
24.1	Contratação de Consultores na Modalidade “produto” no âmbito dos projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.....	111
25.	PARTE C, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	111
25.1	Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos111	

26. PARTE C, ITEM 36, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.....	111
26.1 Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas.	
27. ENCERRAMENTO	114

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 – Identificação da Eletrobras Eletronuclear – Relatório Individual.....	11
Quadro A.2.1 – Dados Gerais do Programa 0296 – Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste..	19
Quadro A.2.2 – Dados Gerais da Ação 4477 – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).....	20
Quadro A.2.3 – Metas e Resultados da Ação 4477 no Exercício.....	20
Quadro A.2.4 – Histórico de Geração de Energia Bruta em MWh – Angra 1 e Angra 2.....	22
Quadro A.2.5 – Faturamento da Eletrobras Eletronuclear – 2011.....	24
Quadro A.2.6 – Dados Gerais da Ação 6486.....	36
Quadro A.2.7 – Metas e Resultados da Ação 6486 no Exercício.....	37
Quadro A.2.8 – Dados Gerais da Ação 5E88.....	37
Quadro A.2.9 – Metas e Resultados da Ação 5E88 no Exercício.....	38
Quadro A.2.10 – Licenças Expedidas para Angra 3 (RJ).....	40
Quadro A.2.11 – Autorização para Concretagem.....	41
Quadro A.2.12 – Evolução das Obras da Usina de Angra 3 (RJ).....	42
Quadro A.2.13– Dados Gerais do Programa 0276 – Gestão da Política de Energia Elétrica.....	46
Quadro A.2.14– Dados Gerais da Ação 6508 – Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de energia Elétrica.....	47
Quadro A.2.15– Metas e Resultados da Ação 6508 no Exercício.....	47
Quadro A.2.16– Dados Gerais do Programa 0807 – Investimento das Empresas Estatais em infraestrutura.....	48
Quadro A.2.17– Dados Gerais da Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.....	48
Quadro A.2.18– Metas e Resultados da Ação 4102 no Exercício.....	48
Quadro A.2.19– Dados Gerais da Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.....	49
Quadro A.2.0– Metas e Resultados da Ação 4103 no Exercício.....	49
Quadro A.2.21– Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela Eletrobras Eletronuclear.....	50
Quadro A.2.4.1 – Por Assuntos Abordados nas manifestações recebidas.....	52
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da Eletrobras Eletronuclear – situação em 31/12/011.....	53
Quadro A.5.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Eletrobras Eletronuclear – Situação em 31/12/2011.....	53
Quadro A.5.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Eletrobras Eletronuclear – Situação Apurada em 31/12/2011.....	54
Quadro A.5.4 – Quantidade de Servidores da Eletrobras Eletronuclear por Faixa Etária	54
Quadro A.5.5 – Quantidade de Servidores da Eletrobras Eletronuclear por Nível de Escolaridade - Situação em 31/12/2011.....	55
Quadro A.5.6 – Composição do Quadro de Servidores Inativos.....	55
Quadro A.5.7 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão.....	55
Quadro A.5.8 – Composição do Quadro de Estagiários.....	56
Quadro A.5.9 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois Anteriores....	56
Quadro A.5.10 – Cargos e Atividades Inerentes a Categoria Funcionais do Plano de Cargos da Eletrobras Eletronuclear.....	57
Quadro A.5.11 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou Provedimento Adicional.....	57
Quadro A.5.12 – Autorização para Realização de Concurso Público ou Provedimento Adicional	

Para Substituição de Terceirizados.....	57
Quadro A.5.13 – Contratação de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	58
Quadro A.5.14 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	59
Quadro A.5.15 – Distribuição da Força de Trabalho por Faixa Etária.....	59
Quadro A.5.16 – Indicadores de Equidade.....	59
Quadro A.6.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício 2011.....	60
Quadro A.6.2 – Resumo dos Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos três últimos Exercícios.....	62
Quadro A.6.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferências que Vigerão em 2012.....	63
Quadro A.6.4 – Resumo das Prestações de Contas sobre Transferências Concedidas pela Eletrobras Eletronuclear na Modalidade de convênios e de Contratos de Repasses.....	64
Quadro A.6.5 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contrato de Repasse.....	65
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da Eletrobras Eletronuclear, da obrigação de Entregar a DBR.....	67
Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da Eletrobras Eletronuclear.....	68
Quadro A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	70
Quadro A.12.1 – Gestão de Tecnologia da Informação (T I) da Eletrobras Eletronuclear.....	72
Quadro A.14.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da Eletrobras Eletronuclear.....	73
Quadro A.14.2 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica	73
Quadro A.15.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	74
Quadro A.15.2 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	93
Quadro A.15.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.....	95
Quadro A.16.1 – Informações sobre Recomendação da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendida no Exercício.....	103
Quadro A.16.2 – Informações sobre Recomendação da Unidade de controle Interno ou de Auditoria Interna Pendente de Atendimento no Final do Exercício de Referência.....	103
Quadro B.4.1 – Composição Acionária do Capital Social.....	104
Quadro C.12.1 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	109
Quadro C.12.2 – Síntese da Remuneração dos Administradores.....	110
Quadro C.12.3 – Detalhamento dos Itens da Remuneração Variável dos Administradores.....	111
Quadro C.12.4 – Previdência Complementar	113

ANEXOS:

1. Parte A, Item 16, do Anexo II da DN TCU N° 108, de 24/11/2010.
2. Demonstrações Contábeis da Eletrobras Eletronuclear, incluindo Parecer dos Auditores e do Conselho Fiscal.
3. Demonstrações Contábeis da Fundação Real Grandeza.
4. Demonstrações Contábeis do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social.

Lista de Abreviaturas e Siglas:

AAA – Sistemas de Segurança de Água de Alimentação Auxiliar
ADR – American Depositary Receipt
AGE – Assembléia Geral Extraordinária
AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CA – Conselho de Administração
CAEFE – Caixa de Assistência aos Empregados de Furnas
CGE – Circular Geral
CLO – Condições Limite de Operação
CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPE – Conselho Nacional de Política Energética
COFIEX – Comissão de Financiamentos Externos
DA – Diretoria de Administração e Finanças
GG – Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente
DGD – Sistemas de Segurança do Grupo Gerador Diesel
DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
DO – Diretoria de Operações
DT – Diretoria Técnica
EBG – Energia Bruta Gerada
EC – Elementos Combustíveis
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras
ELETRONUCLEAR – Eletrobras Termonuclear S.A
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
ERP – Sistema de Gestão Empresarial
ETG – Edifício do Turbo Gerador
ETN – Eletrobras Eletronuclear
FD – Fundação
FRG – Fundação Real Grandeza
FSAR – Relatório Final de Segurança da Usina
GAC.G – Gerência de Acompanhamento. Diretoria de Gestão
GDU.O – Gerência de Desempenho de Sistemas e de Reator de Angra 1. Diretoria de Operações
GOM.G – Gerência de Organização e Métodos. Diretoria de Gestão
GTD & C – Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização
GV's – Geradores de Vapor
HHT – Homem Hora Trabalhado
HSv – Homem Sieverts (unidade de dose radiológica)
JNA – Sistema de Remoção de Calor Residual do Reator
JND – Sistemas de Segurança de Injeção de Alta Pressão
LAR – Sistemas de Segurança de Água de Alimentação de Emergência
LO – Licença de Operação

LOA – Lei Orçamentária Anual
MME – Ministério de Minas e Energia
MRE – Ministério de Relações Exteriores
MWh – Megawatt hora
NA – Não Aplicável
NUCLEN – Nuclebrás Engenharia S.A
ND – Não Disponível
NÚCLEOS – Instituto de Seguridade
NUCLEP – Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A
ONU – Organização das Nações Unidas
P & D + I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PMA – Plano de Meta e Ações
PMP – Pedido de Modificação de Projeto
PPA – Programa Plurianual do Governo Federal
PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
RDE – Resolução da Diretoria Executiva
RH – Recursos Humanos
RJ – Rio de Janeiro
SAP – Sistemas, Aplicações e Produtos no processamento de dados
SEE – Secretaria de Energia Elétrica
SG.T – Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos. Diretoria Técnica
SIGPlan – Sistema de Informações Gerenciais do Ministério do Planejamento
SIN – Sistema Interligado Nacional
SIS – Sistemas de Injeção de Segurança de Alta Pressão
SOX – Lei Sarbanes – Oxley
SP.G – Superintendência de Planejamento. Diretoria de Gestão
SRH.A – Superintendência de Recursos Humanos. Diretoria Administração
TI – Tecnologia da Informação
UO – Unidade Organizacional
Wano – World Association of Nuclear Operators

**PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO GERAL DO
RELATÓRIO DE GESTÃO**

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DEN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 – Identificação da Eletrobras Eletronuclear S.A – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia - MME		Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Eletrobras Termonuclear S.A		
Denominação Abreviada: Eletronuclear		
Código SIORG: 60609	Código LOA: 0033	Código SIAFI: Não se Aplica
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista		
Principal Atividade: Geração de Energia Elétrica		Código CNAE: 3511-5
Telefones de Contato:	(021) 2588 7000	(021) 2588 7200
Endereço eletrônico: mgomes@eletronuclear		
Página Internet: http://www.eletronuclear.gov.br		
Endereço Postal: Rua da Candelária, nº 65, Centro, 2º ao 10º andar e 12º andar – CEP: 20291-020 – Rio de Janeiro		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
<p>Constituída na forma da autorização contida no Decreto nº 76.803, de 16 de dezembro de 1975, com a finalidade específica de explorar, em nome da União, atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica, nos termos do Decreto de 23 de maio de 1997 e das Portarias nºs 315, de 31 de julho de 1997, e 184, 185 e 186, de 31 de julho de 1997, respectivamente, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica e da Comissão Nacional de Energia Nuclear.</p>		
Outras Normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
<p>A atual estrutura organizacional da Empresa foi aprovada pelo Conselho de Administração em sua 166ª Reunião, de 08/04/2003, e implementada a partir de 01/06/2003. Posteriormente, na 170ª reunião, de 07 de agosto de 2003, o Conselho aprovou a criação da Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente – DG, que foi implementada após a publicação do Estatuto Social (alterado para contemplar cinco diretorias), em 27 de novembro de 2003.</p> <p>O Decreto nº 5.287, de 26 de novembro de 2004 modificou a empresa transformando-a em concessionária e comercializadora de energia e a portaria da ANEEL nº 320, de 03 de dezembro de 2004 definiu a tarifa a ser praticada pelo Decreto nº 4.899, de 26 de novembro de 2003, publicado no DOU de 27 de novembro de 2003, foi aprovado o Estatuto Social nos termos das deliberações da 61ª e 62ª Assembléias Gerais Extraordinárias da Eletronuclear, realizadas em 16 de janeiro de 2003 e 28 de outubro de 2003, respectivamente.</p> <p>A empresa, enquanto S.A é regida pelas leis 6.404/76 e 11.638/07, e pelo manual de Contabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.</p>		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Manual de Contabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.		

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

2.1 Responsabilidades Institucionais da Eletrobras Eletronuclear

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR é uma sociedade anônima de economia mista, subsidiária da ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. criada em maio de 1997 a partir da fusão entre a antiga Diretoria Nuclear de Furnas Centrais Elétricas S.A e a NUCLEN - Nuclebrás Engenharia S.A. Em 16 de dezembro do mesmo ano o decreto presidencial nº. 76803 aprovou o novo estatuto social da empresa, que recebeu a missão de explorar, em nome da União, as atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica.

Como tal, a ELETROBRAS ELETRONUCLEAR opera as duas usinas nucleares da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto no município de Angra dos Reis, com capacidade instalada total de 2007 MW, e conta com um efetivo de 2.581 empregados, engajados nos processos de operação e apoio das usinas de Angra 1 e 2, e no projeto e preparação da construção da usina de Angra 3.

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR alcançou em 2011 o montante de 15.644.251 MWh de energia bruta gerada, o que representa uma parcela expressiva do total da energia térmica gerada no país.

A matriz de geração de energia elétrica brasileira é um caso único no mundo, por ser eminentemente de fonte hidráulica (cerca de 92%), requerendo outras fontes para atender, com confiabilidade, às demandas da sua população. Neste contexto a geração da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR se evidencia como relevante fonte térmica dentro desta matriz, proporcionando parte da complementação necessária.

A tarifa de venda de energia elétrica da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, aplicável em 2011, foi de 145,48 R\$/MWh, de 05/12/10 a 04/12/11 (Resolução da ANEEL nº1.091, de 30 de novembro de 2010), e reajustada, como provisória, para o mesmo período, no valor de 148,79 R\$/MWh (Resolução da ANEEL nº1.235, de 22 de novembro de 2011) para o período de 05/12/11 a 04/12/2012 e os dispêndios estimados relativos ao Uso do Sistema de Transmissão e à Conexão ao Sistema de Transmissão são, respectivamente, R\$59.776.879,00 e R\$1.569.137,00.

No contexto mundial, continua a perspectiva de retomada da opção nuclear como fonte adequada para atender à crescente demanda por energia elétrica por sua característica de não emissora de gases causadores de efeito estufa.

Os empreendimentos da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, integrantes do seu orçamento de investimento, estão incluídos no Programa Plurianual do Governo Federal – PPA 2008-2011, subordinados ao Programa 0296 – Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, ao Programa 076 – Gestão da Política de Energia Elétrica, e ao Programa 0807– Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio e têm como objetivos atender as necessidades de energia elétrica das regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional – SIN e dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional, respectivamente.

2.2 Estratégia de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais

Em março de 2010 o Sistema Eletrobras divulgou o seu Plano Estratégico Corporativo, fruto de um trabalho integrado das equipes de planejamento de todas as suas empresas.

Este plano foi referendado pela Eletrobras Eletronuclear, que adotou como sua a arquitetura estratégica do mesmo, na forma que se segue:

Missão – Atuar nos mercados de energia de forma integrada rentável e sustentável.

Visão – Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores empresas do setor elétrico.

Valores

- Foco em resultados;
- Empreendedorismo e inovação;
- Valorização e comprometimento das pessoas;
- Ética e transparência.

Objetivos Finalísticos e principais Estratégias Associadas

Objetivo 1 – Ampliar e aprimorar os negócios de geração, transmissão, distribuição e comercialização (GTD&C) de energia elétrica de forma competitiva e rentável:

1. Participar ativamente das melhores oportunidades previstas no planejamento governamental para expansão de geração de energia elétrica;
2. Aprimorar o negócio de distribuição, obtendo rentabilidade compatível com as demais empresas do mercado;
3. Atuar seletivamente na comercialização de energia. Investir em eficiência energética na oferta de energia: repotencialização de usinas e redução de perdas técnicas na geração e transmissão
4. Investir na redução das perdas não técnicas na distribuição

Objetivo 2 – Maximizar a participação da energia limpa, incluindo novas fontes alternativas, na matriz energética do Sistema Eletrobras

5. Desenvolver capacitação tecnológica e multidisciplinar para geração de energia limpa
6. Investir em novos experimentos de geração com novas fontes renováveis
7. Participar agressivamente dos leilões de geração com fontes renováveis, com garantia de viabilidade técnica e econômico-financeira dos empreendimentos
8. Investir na redução das emissões das fontes térmicas, assegurando o retorno dos investimentos

Objetivo 3 – Expandir seletivamente a atuação internacional em GTD&C, alinhada aos negócios da companhia e com foco nas Américas

9. Promover a aquisição de ativos e formar parcerias para a implantação de projetos hidrelétricos e de transmissão, com foco nas Américas
10. Intensificar a captação de recursos e a busca de incentivos fiscais para acelerar o processo de internacionalização do Sistema Eletrobras
11. Fortalecer institucionalmente a área internacional do Sistema, inclusive com a constituição de subsidiária
12. Atuar pró-ativamente junto ao MME e MRE para viabilização e proteção dos investimentos no exterior
13. Acelerar a seleção e a capacitação de pessoal para atuação específica na área internacional

Objetivo 4 – Apoiar programas de energia elétrica de interesse do governo, pactuando metas de execução e de equilíbrio econômico-financeiro

14. Negociar diretrizes, critérios e condições para participação do Sistema Eletrobras em programas governamentais associados à energia elétrica
15. Pactuar com o MME contrato de gestão para cada programa governamental, explicitando metas, recursos, remuneração, cronograma e responsabilidades
16. Aprimorar o sistema de gestão, acompanhamento e apropriação de custos dos programas de governo nos quais o Sistema Eletrobras tenha participação relevante

Objetivo 5 – Garantir que os empreendimentos do Sistema Eletrobras sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno

17. Promover programas de desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno de todos os empreendimentos nos quais o Sistema Eletrobras esteja envolvido
18. Negociar e pactuar previamente com as comunidades os benefícios e as medidas propostos nos programas de inserção regional e desenvolvimento sustentável

Objetivos de Gestão e Competências e principais Estratégias Associadas

Objetivo 1 – Implantar novo modelo de gestão empresarial e organizacional que garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva

1. Implementar a reestruturação societária do Sistema Eletrobras
2. Desenvolver e implantar modelo de gestão consistente com as especificidades do Sistema Eletrobras e com as novas demandas e desafios
3. Adequar a estrutura do Sistema, os processos organizacionais e os projetos a um novo paradigma de custos e eficiência

4. Formular e implementar modelo e processo de gestão de mudança do Sistema Eletrobras

Objetivo 2 – Aprimorar a governança corporativa, baseada nas melhores práticas do mercado

5. Formular, desenvolver e implementar o modelo de governança corporativa, segundo as melhores práticas
6. Adequar os estatutos e regimentos internos, exigindo um perfil adequado dos representantes dos acionistas nas empresas do Sistema Eletrobras
7. Implementar suportes e mecanismos para o exercício das funções de administração superior e representação externa do Sistema Eletrobras

Objetivo 3 – Atrair, desenvolver e reter talentos para o Sistema Eletrobras

8. Estabelecer políticas e aprimorar processos de gestão de pessoal, especialmente no domínio da seleção e do desligamento, remuneração, carreira e sucessão, avaliação de desempenho, compatíveis com o novo modelo de gestão empresarial e organizacional do Sistema Eletrobras
9. Desenvolver e implementar modelo, redes e programas de gestão do conhecimento no Sistema Eletrobras
10. Promover a avaliação contínua do desempenho, orientando o desenvolvimento de carreira, com foco em resultados e competências
11. Criar e manter ambiente de trabalho e métodos de gestão estimulantes e capazes de motivar e comprometer as pessoas.

Objetivo 4 – Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias

12. Aprimorar, implantar e integrar as práticas de gestão técnica e econômico-financeira de empreendimentos
13. Criar e aprimorar instrumentos e condições para a negociação, estruturação, gestão e acompanhamento das participações e parcerias do Sistema Eletrobras
14. Promover os investimentos e desinvestimentos necessários, buscando maximizar a rentabilidade da carteira

Objetivo 5 – Potencializar a reputação, a credibilidade e a confiança do Sistema Eletrobras perante os seus empregados, o mercado e a sociedade.

15. Associar a marca e a imagem do Sistema Eletrobras a um sistema empresarial de energia limpa, eficiente, rentável e indutor do desenvolvimento
16. Consolidar a comunicação institucional e mercadológica do Sistema Eletrobras

Objetivo 6 – Minimizar as amarras institucionais internas e externas para assegurar a atuação em condições competitivas

17. Identificar as amarras institucionais que dificultam a atuação do Sistema Eletrobras em condições competitivas e atuar junto às instâncias decisórias, visando à supressão das restrições
18. Revisar e aprimorar os normativos internos (Suprimento, RH, Jurídico), visando à supressão de restrições endógenas
19. Implantar uma gestão voltada para eliminação de redundâncias, ganhos de escala e busca de eficiência operacional
20. Negociar e implantar contratos de medição de desempenho das empresas do Sistema Eletrobras com o acionista majoritário

Objetivo 7 – Intensificar a atuação integrada em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) e mensurar sua contribuição para os resultados do Sistema Eletrobras

21. Consolidar e aprimorar os mecanismos de integração e de identificação, análise, proposição e execução de projetos de P&D+I do Sistema Eletrobras
22. Aprimorar a gestão dos projetos de P&D+I, considerando os mecanismos de mensuração de resultados
23. Estabelecer mecanismos para assegurar fluxos contínuos de recursos para P&D+I

Adicionalmente e em perfeito alinhamento com essas premissas comuns a todas as empresas do sistema, a Eletrobras Eletronuclear adotou o seguinte posicionamento, que a destaca inequivocamente e passa a orientar seus negócios e ações:

Declaração de Posicionamento – A Eletrobras Eletronuclear será o protagonista na expansão da geração nucleoeétrica no Brasil, atuando de forma independente ou em parceria com outras empresas, contribuindo para a conquista da liderança global em energia limpa e segura pelo Sistema Eletrobras,

Atributos do posicionamento:

Protagonista

Pela sua trajetória no setor, a Eletrobras Eletronuclear concentra um inestimável capital de conhecimento em todas as fases de um empreendimento de geração nucleoeétrica, da análise de viabilidade inicial até a excelência em operação, passando por todas as fases de escolha de sítios, de tecnologia, projeto, construção, comissionamento, operação e comercialização, colocando-a numa posição única de liderança na expansão dessa fonte de energia.

Expansão da Geração Nucleoeétrica

A orientação estratégica no sentido de ampliação da base de geração do Sistema Eletrobras contempla uma forte expansão da geração nucleoeletrica, reforçando o papel fundamental que a Eletrobras Eletronuclear deverá desempenhar para a realização da Visão do Sistema Eletrobras.

Investindo de forma independente ou em parceria

A realização dos investimentos previstos no Plano Nacional de Energia demandará um volume de recursos bastante expressivo. A Eletrobras Eletronuclear estará aberta a alternativas de viabilização dessa expansão.

Energia limpa

Energia elétrica gerada com baixa emissão de carbono e outros gases causadores de efeito estufa. As usinas nucleares, ao longo de seu ciclo de vida útil, têm uma emissão insignificante, o que as coloca no centro das soluções ambientalmente adequadas para geração de grandes blocos de energia no século 21.

Segurança

A Eletrobras Eletronuclear pautará suas ações de forma consistente com sua Política de Gestão Integrada de Segurança.

No contexto da gestão empresarial, destacaram-se as seguintes ações:

- **Sustentabilidade Sócio-Ambiental** – O ano de 2011 marcou a permanência da ELETROBRAS no rol de empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade da BOVESPA. A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, na qualidade de empresa controlada, teve importante destaque nesse processo em vista de suas ações de inserção social. A Eletrobras Eletronuclear emite o seu Relatório de Sustentabilidade no padrão GRI desde 2008 (ano base 2007) e em 2010 este relatório recebeu o prêmio de Sustentabilidade da Associação Comercial do Rio de Janeiro e em 2011 a empresa foi vencedora do PRÊMIO BRASIL AMBIENTAL da Câmara de Comércio Americana.
- **Programa de Equidade** – No contexto das atividades do Comitê Permanente para as Questões de Gênero da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, criado em 2005 em conformidade com as diretrizes do “Plano Nacional de Políticas para as Mulheres”, a empresa assinou em novembro com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres o novo Termo de Compromisso de Adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero 2ª Edição, comprometendo-se em continuar a execução do plano de ação para implementar políticas de equidade.

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR é detentora do Selo Pró-Equidade de Gênero concedido pela referida Secretaria Especial de Política para as Mulheres, pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas e pela Organização Internacional do Trabalho na 1ª edição do programa.

Revisões Internacionais e Auto-avaliações

O ano de 2011 foi mais um no qual o programa de suporte técnico e revisões, efetuadas por organismos internacionais, teve grande relevância para o processo de melhoria contínua da Segurança Operacional de Angra 1 e 2 e na preparação para a operação de Angra 3. Foram conduzidas as seguintes revisões e treinamentos por organismos internacionais:

- De 21 a 25 de fevereiro foi realizado um Seminário sobre liderança, direcionado a supervisores das duas Usinas, pelo INPO;
- De 28 de março a 14 de abril, Angra 2 recebeu uma missão OSART – Operational Safety Review Team da AIEA. Os planos de ação para as melhorias sugeridas e recomendadas encontram-se em andamento;
 - Em novembro, Angra 2 recebeu uma “Peer Visit” da AIEA como consultoria para resposta à recomendação da missão OSART de elaborarmos um Sistema de Gestão Integrada;
- De 27 de junho a 01 de julho foi realizada uma Missão Técnica pelo INPO que consistiu na avaliação no processo de modificações de projeto e sua priorização. Por parte da Eletronuclear houve participação de profissionais da área de engenharia e técnicos das 2 usinas;
- De 7 a 11 de novembro foi realizada uma Missão Técnica que consistiu em um treinamento dirigido aos operadores de sala de controle das 2 usinas, pelo INPO;
- De 7 a 11 de novembro foi realizada uma outra Missão Técnica que consistiu na avaliação da organização estrutural de Angra 3, como uma das etapas do processo de “Pré-startup Peer Review” pela WANO - PC (World Association of Nuclear Operators);
- De 30 de novembro a 9 de dezembro foi realizada uma Missão Técnica pelo INPO que consistiu na avaliação do programa de treinamento de diversas áreas da estrutura organizacional de Angra 3, com a emissão de relatório indicando sugestões de melhoria.

No âmbito do TECHNICAL COOPERATION PROJECT RLA/9/060 da IAEA, que visa estimular a “Cultura de Segurança” nas Usinas Nucleares da América Latina, foi realizada, entre os dias 14 e 17 de março, uma Expert Mission” em Angra com a finalidade de identificar nossas necessidades específicas nessa área. A AIEA promoveu reuniões com o mesmo objetivo, no México e na Argentina, e ainda uma “Regional Meeting” congregando os três países.

Dentre os temas priorizados pela Eletronuclear, relativos a esse projeto de Cultura de Segurança, foram realizadas duas visitas com a finalidade de comparar práticas de Cultura de Segurança, com a participação de dois empregados em cada uma: A primeira visita sobre “Human Factors” ocorreu na Usina de Comanche Peak, EUA, de 14 a 18.11.2011. A segunda visita sobre “Motivation” ocorreu na Usina de Trillo, Espanha, de 12 a 16.12.2011.

Dentro do escopo do TECHNICAL COOPERATION PROJECT RLA 4/021 - [Cracking and Structural Integrity of Components in Light Water Reactors](#) – diversos engenheiros da Diretoria Técnica e da Diretoria de Operação participaram de reunião, patrocinada pela AIEA, no Rio de Janeiro, de 13 a 16 de dezembro, com a presença de representantes dos Estados Unidos, Alemanha, México e Argentina.

Quanto à presença dos técnicos da Empresa em revisões internacionais de usinas (Peer Review), lideradas pela WANO PC, houve a participação de seis engenheiros da Empresa em usinas na França, Alemanha, Suécia e Inglaterra.

Três engenheiros da Empresa participaram ainda de missões de suporte técnico (Technical Support Missions) da WANO no exterior, em usinas da China e da Bélgica.

Projeto SOX – A adequação a Lei Sarbanes-Oxley é uma condição essencial para que a ELETROBRAS permaneça no patamar ADR 2 - American Depositary Receipt Nível 2, da Bolsa de Valores de Nova York, alcançado em 2008. Na qualidade de empresa controlada, a ELETROBRAS ELETRONUCLEAR está também sujeita a essas normas. Em 2009 a PWC foi contratada para realizar os testes dos controles internos para a Certificação SOX das Empresas do sistema Eletrobras. Em junho de 2010 a Eletrobras Eletronuclear criou a Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade de Controles que, dentre outras, tem como atribuição efetuar o aprimoramento do ambiente de controles sobre as demonstrações financeiras.

O pacto global e os valores da empresa

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR integra o Pacto Global da Organização das Nações Unidas – ONU (UN Global Compact), expressando o suporte da Empresa aos seus preceitos com relação a direitos humanos, trabalho, ambiental e combate à corrupção. A formalização da adesão deu-se em 6 de dezembro de 2006, através de carta recebida pela ELETROBRAS ELETRONUCLEAR do Diretor Executivo da United Nations Global Compact, Sr. Georg Kell.

A preocupação da Empresa com a consecução do desenvolvimento sustentável do País traduz-se, também, por sua participação em atividades que contribuam para atingir as denominadas Metas do Milênio da ONU.

Em demonstração de seu apoio ao Pacto Global a Eletrobras Eletronuclear apresenta a cada ano, desde 2008, seu Relatório de Sustentabilidade Socioambiental à ONU, que avalia e publica em seu site correspondente. O Relatório de Sustentabilidade Socioambiental da empresa relativo ao ano de 2010 foi classificado, após autoavaliação, como Global Compact Advanced Level, em 2011.

2.3 Programas de Governo e Ações sob a Responsabilidade da Eletrobras Termonuclear

2.3.1 Programa 0296 – Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Os empreendimentos da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, integrantes de seu orçamento de investimento, estão incluídos no Programa Plurianual do Governo Federal – PPA 2008-2011, subordinados ao Programa 0296 – Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste e ao Programa 0807– Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio e têm como objetivos atender às necessidades de energia elétrica das regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional – SIN e dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional, respectivamente.

Quadro A.2.1 – Dados Gerais do Programa

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0296	Denominação: Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste.
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Atender às necessidades de energia elétrica das regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional – SIN.	
Objetivos Específicos: Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste.	
Gerente: Secretaria de Energia Elétrica/MME	Responsável: Josias Matos de Araujo
Público Alvo: Consumidores de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste.	

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

2.3.1.1 Ação 4477 – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).

Quadro A.2.2 – Dados Gerais da Ação

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
Ação: 4477	Denominação: Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).
<p>Finalidade da Ação: Esta ação tem por finalidade preservar a capacidade de produção das usinas de Angra 1 e Angra 2, dentro dos padrões de qualidade e de segurança requeridos, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do contrato de venda de energia elétrica, bem como o atendimento aos processos de licenciamento e o correto tratamento e acondicionamento dos rejeitos delas provenientes.</p> <p>Adicionalmente, inclui atividades visando o aumento da capacidade de produção, a implementação de melhorias operacionais das usinas e o suporte das atividades de infra-estrutura e de apoio à operação, assim como o desenvolvimento de atividades de carácter sócio-ambiental, que propiciem a equilibrada inserção regional dos empreendimentos.</p>	
<p>Objetivo Geral: As atividades requeridas para o cumprimento desta ação são de natureza contínua, ao longo de toda a vida útil das usinas, e incluem: análise do desempenho operacional das usinas e avaliação de necessidades de troca de equipamentos; realização de projetos de otimizações; aquisições de bens e serviços correlacionados à manutenção das condições operacionais das usinas; disponibilização de instalações adequadas para a deposição de rejeitos radioativos; aquisição de equipamentos e instalações para suprir a infra-estrutura de apoio à operação e as demandas provenientes dos processos de licenciamento. O sucesso dessa atividade é mensurado pela produção das usinas.</p>	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador nacional da ação:	Olívio da Conceição Napolitano
Unidades Executoras:	Diretoria de Operação - DO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Diretoria de Operação - DO
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Diretoria de Operação - DO

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Quadro A.2.3 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	280.096.945	138.755.663	49,57%
Física	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativas:

No exercício de 2011 foram realizadas as seguintes atividades:

- Durante a Parada 1P18 de Angra 1, foi realizado com sucesso um grande número de atividades de manutenção no gerador elétrico principal. Os trabalhos de redistribuição da carga nas sapatas (Frame Foot Load), alinhamento do conjunto e balanceamento foram excelentes permitindo que, no ciclo atual, o mancal 9 esteja operando com resultados de vibração nunca antes atingidos;
- Foi realizado nos dias 30.09 e 01.10 o Exercício Geral do Plano de Emergência, com cenários internos em Angra 1 e Angra 2 e com cenários externos de Defesa Civil e com todos os Centros de Emergência internos e externos ativados por cerca de 30 horas e com reposição de pessoal. Neste ano foram introduzidas novas ações tais como a distribuição simulada de Iodeto de Potássio na comunidade da Praia Vermelha, a abicagem de uma embarcação da Marinha do

Brasil para remoção de população na mesma comunidade, a utilização de vídeo conferência entre os Centros de Emergência e transmissão de mensagens por rádio FM de Angra dos Reis e Paraty;

- Quanto às atividades que antecederam o exercício destacamos o projeto, a reforma e a cessão à Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro do antigo Espaço Eletronuclear no centro de Angra dos Reis para a instalação do CCCEN e do CIEN;
- Foi realizada também a substituição do antigo sistema de alto-falantes por 02 sirenes de alta eficiência, com abrangência em todo o sítio da CNAAA, para emissão dos avisos nas situações de emergência previstas no PEL;
- Com recursos da Comissão Européia, foram iniciados os trabalhos em conjunto com a AREVA, ganhadora da licitação para esse fim, para preparação de procedimentos para controlar/mitigar acidentes muito raros, com danos ao núcleo do reator, “Diretrizes para Gerenciamento de Acidentes Severos”;
- Com relação ao acidente de Fukushima foram atendidas prontamente as avaliações requeridas pela WANO e pela CNEN, assim como foi desenvolvido, por grupo de trabalho inter-diretorias sob coordenação da DT, um plano de trabalho abrangente, aprovado pela Diretoria Executiva, estabelecendo planos de ação em resposta ao acidente;
- Todos os 11 integrantes do Grupo HOT XXIII de Angra 1, (3 Operadores Sênior de Reator e 8 Operadores de Reator) foram aprovados no exame escrito da CNEN. Por determinação da CNEN O exame oral será marcado após a assinatura do contrato de aquisição do simulador, conforme abaixo;
- O processo licitatório para a construção de um Simulador de Escopo Total para a Usina de Angra 1 encontra-se concluído, faltando a homologação pela Diretoria Executiva para a assinatura do contrato, com previsão de 30 meses para conclusão o que nos leva a prever o início dos treinamentos para 2015;
- Foram concluídas as obras de expansão do prédio do Centro de Treinamento, blocos 3 e 4, proporcionando significativa melhoria nas condições operacionais das atividades de treinamento;
- Foi finalizado o remanejamento dos embalados do Lado de Baixa Atividade – LBA do Depósito de Rejeitos #1;
- Foi certificada pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN a primeira Supervisora de Proteção Radiológica de Usinas Nucleares;
- Foram concluídas pela Gerência de Monitoração as propostas de revisão dos Manuais de Controle Radiológico do Meio Ambiente para Operação Normal de Angra 1 e de Angra 2. Esta revisão atualiza e compatibiliza os documentos com o NEI-99.01. No caso de Angra 2, a revisão adequou o documento ao NUREG 1431 e 1301 e padroniza o modelo de cálculo para a dose efetiva no grupo crítico e para os níveis de alarme dos monitores de radiação.

Resultados:

Em 2011, mesmo tendo sido despachadas pelo ONS a 80% de sua capacidade por cerca de 110 dias, tanto Angra 1 quanto Angra 2 conseguiram novo recorde de produção gerando, respectivamente, 4.654.487,0 e 10.989.764,4 MWh de Energia Bruta. Consequentemente, foi também batido o novo recorde de geração anual da Central, com a produção de 15.644.251,4 MWh. A geração nuclear em 2011 apresenta um acréscimo de 7,6% quando comparada a 2010 e se consolidou como a segunda fonte de geração do Sistema Interligado Nacional - SIN, com 3,17% do total. Esse quadro favorável permitiu que o suprimento de energia no Centro de Gravidade do SIN superasse em 163 MW médios a Energia Contratada, com reflexos extremamente positivos no faturamento da Empresa, como veremos em mais detalhes no Item 7 abaixo.

Na tabela abaixo, apresentamos a geração bruta acumulada desde 1997, ano de criação da Eletrobras Eletronuclear, até o final de 2011 e o número de dias em operação, ano a ano.

Quadro 2.4 - Histórico de Geração de Energia Bruta em MWh – Angra 1 e Angra 2

Ano	ANGRA 1		ANGRA 2		CENTRAL
	Nº Dias em Operação	Geração Bruta (MWh)	Nº Dias em Operação	Geração Bruta (MWh)	Geração Bruta (MWh)
1997	261	3.161.440,0	-	-	3.161.440,0
1998	296	3.265.251,5	-	-	3.265.251,5
1999	359	3.976.943,2	-	-	3.976.943,2
2000	272	3.423.307,6	134	2.622.652,0	6.045.959,6
2001	304	3.853.499,2	349	10.498.432,7	14.351.931,9
2002	316	3.995.104,0	337	9.841.746,1	13.836.850,1
2003	273	3.326.101,3	336	10.009.936,2	13.336.037,5
2004	333	4.124.759,2	281	7.427.332,2	11.552.091,4
2005	304	3.731.189,7	235	6.121.765,3	9.852.955,0
2006	288	3.399.426,4	335	10.369.983,9	13.769.410,3
2007	232	2.708.723,5	319	9.656.675,3	12.365.398,8
2008	294	3.515.485,9	325	10.488.288,9	14.003.774,8
2009	225	2.821.494,7	338	10.153.593,5	12.975.088,2
2010	305	4.263.040,8	326	10.280.766,5	14.543.807,3
2011	330	4.654.487,0	363	10.989.764,4	15.644.251,4
Totais	4.392	54.220.254,0	3.678	108.460.937,0	162.681.191,0

Fonte: Diretoria de Operação – D.O

Principais manutenções realizadas:

Angra 1

Como já havia acontecido em 2010, o desempenho de **Angra 1** vem, melhorando consistentemente após a troca dos Geradores de Vapor realizada em 2009. A disponibilidade da planta aumentou consideravelmente em função da possibilidade de voltar a operar a 100% de sua capacidade nominal e também da diminuição do número de tarefas, reduzindo o prazo e os custos das inspeções que vinham sendo realizadas nos citados componentes por ocasião das Paradas de Reabastecimento.

Embora com um escopo bastante desafiador, que incluiu a revisão dos motores das duas bombas de refrigeração do Reator e mais o programa de inspeção, alinhamento e balanceamento do Turbo Gerador, foi feita a Parada Programada para Reabastecimento mais curta de Angra 1, com 32,2 dias de duração. Cabe esclarecer que, após a Parada Programada, foi necessário realizar uma parada forçada, de 24h aproximadamente, para reparar um ponto quente no transformador auxiliar de 138kV, T1A2.

Em **Angra 1**, entre 17 de setembro e 19 de outubro de 2011 foi executada a Parada 1P18 para Reabastecimento totalizando 32,2 dias, dentro de uma meta proposta de 33 dias, tornando-se a mais curta já realizada em Angra 1. O programa original da Parada planejou a execução de 3.862 tarefas sendo que, ao seu término, foram executadas 3.866 tarefas. Todas as demais metas propostas para Dose Coletiva, Acidentes Pessoais, Ocorrência Reportável e Geração de Rejeitos Sólidos também foram alcançadas.

Merece especial registro a adoção de práticas de Segurança Industrial que levaram a uma proteção efetiva dos trabalhadores, tanto para os 850 da Eletronuclear quanto para os 1.396 contratados das diversas empresas envolvidas proporcionando a execução das tarefas da segunda parada consecutiva sem nenhum registro de acidente.

Angra 2

Angra 2 não realizou Parada para Reabastecimento, tendo produzido 10.989,8 GWh em 2011, sendo que o Indicador de Disponibilidade atingiu 99,09%. Embora seja um resultado expressivo, as metas propostas pela Usina para 5 dentre os 19 Indicadores de Desempenho da Usina, monitorados pela WANO e IAEA ainda não foram alcançadas. Três destes indicadores foram afetados pelo desligamento automático, não programado, da Usina ocorrido em 22 de fevereiro, enquanto os outros dois foram impactados por acidentes de trabalho com perda de tempo.

Angra 2 teve um desligamento não programado em 22 de fevereiro quando a unidade foi desconectada do SIN devido à falha em um módulo de instrumentação do Sistema de Proteção da Turbina. Durante o processo de sincronismo da unidade, para retorno ao Sistema Interligado, a usina teve um desligamento automático, decorrente do não fechamento do Disjuntor do Gerador conforme esperado.

Em relação a **Angra 2** registramos os seguintes destaques:

- Após avaliações da CNEN e o atendimento pela Empresa das Leis e Normas vigentes, a CNEN através da Resolução Nº 106 de 15 de junho de 2011 da sua Comissão Deliberativa resolveu conceder a Autorização de Operação Permanente (AOP) da Usina Angra 2;
- Contratada a AREVA para efetuar a modernização do Sistema de Controle do Reator – Instrumentação Digital;
- Iniciadas as atividades de Reavaliação Periódica de Segurança;
- No dia 27 de março de 2011 às 06h17min Angra 2 atingiu a produção total acumulada até esta data de 100.000.000 MWh de Energia Bruta;
- Foram definidas as metas da Superintendência de Angra 2, suas Gerências e Divisões para atendimento ao Sistema de Gestão de Desempenho da Eletronuclear;
- Substituição dos Bancos de Baterias dos Sistemas BTA, BTD, BTF e BTJ;

Comercialização de Energia

O montante de energia contratada da Eletronuclear, incluindo Angra 1 e Angra 2, para 2011, foi de 1.475 MW médios (12.921.000 MWh). A tarifa de venda de energia elétrica, aplicável em 2011, foi de 145,48 R\$/MWh para o período de 05/12/10 a 04/12/11 (Resolução da ANEEL nº 1.091, de 30 de novembro de 2010).

O faturamento bruto da com a energia contratada foi de R\$ 1.883.022.417,20. Acrescidos os desvios de suprimento, no valor de R\$ 49.604.755,82, e acrescido o valor de R\$ 1.267.488,72, correspondente a Encargos de Serviços do Sistema (ESS), o faturamento total da Eletronuclear, com a comercialização de energia elétrica em 2011, foi de R\$ 1.933.894.661,74, conforme detalhado na tabela abaixo, constituindo-se o maior registrado desde a criação da Empresa, em 1997. Quanto às despesas relativas ao Uso do Sistema de Transmissão e à Conexão ao Sistema de Transmissão totalizaram, respectivamente, R\$ 51.960.006,06 e R\$ 1.429.254,91.

Quadro 2.5 - Faturamento da Eletrobras Eletronuclear – 2011

Período	SUPRIMENTO DE ENERGIA			FATURAMENTO			
	Energia Contratada	Energia Suprida	Desvios	Energia Contratada	Desvios	Encargos de Serviços do Sistema	Total
	(MWmed)	(MWmed)	(MWmed)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
Jan a Nov	1.470	1.621	151	1.714.463.675	39.932.258	1.267.489	1.755.663.422
Dez	1.527	1.819	292	168.558.743	9.672.498	0	178.231.240
Jan a Dez	1.475	1.638	163	1.883.022.417	49.604.756	1.267.489	1.933.894.662
Parâmetros de Comercialização							
Energia Contratada			1.475 MW médios, sazonalizados em base mensal				
Tarifa			145,48 R\$/MWh até 4/12 e 148,79 R\$/MWh de 5/12 a 31/12/2011				
Preço de Liquidação de Diferenças (PLD)			Dezembro /2011: 44,47 R\$/MWh				

Fonte: Diretoria de Operação – D.O

Já para 2012, a Resolução Homologatória ANEEL nº 1.235, de 22 de novembro de 2011, estabeleceu a tarifa de R\$ 148,79 R\$/MWh para o período de 05/12/11 a 04/12/12 e os dispêndios estimados relativos ao Uso do Sistema de Transmissão e à Conexão ao Sistema de Transmissão são, respectivamente, R\$ 59.776.879,00 e R\$ 1.569.137,00.

Ressaltamos que ainda depende de Decreto para sua regulamentação, a Lei nº 12.111/2009, que dispõe sobre a alteração da forma de comercialização da energia das Usinas Angra 1 e 2 e da contratação de Energia de Reserva de fonte nuclear. Tal regulamentação é fundamental para a Eletronuclear, visto que a Lei nº 12.111/2009 estabelece o término do Contrato de Compra e Venda de Energia para FURNAS, em 31 de dezembro de 2012. A partir de 01 de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 deverá ser rateado entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN.

NOTA SOBRE OS INDICADORES DE DESEMPENHO DA OPERAÇÃO:

Para os indicadores de desempenho de operação, a premissa básica é que as metas estabelecidas para os diversos indicadores de desempenho das usinas sejam atingidas no final de cada exercício, em dezembro do ano.

Ao estabelecer cada meta, são levados em consideração diversos fatores tais como, entre outros:

- O planejamento da operação, conforme a programação do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico)

- A(s) parada(s) programada(s) das usinas;

- Os resultados de usinas similares em outros países (benchmarking WANO);

- Os desafios propostos para nossa melhoria contínua;

- A disponibilidade de recursos prevista para o exercício;

- Os programas de investimentos;

Na Eletrobras Eletronuclear, com a finalidade de melhor expressar a tendência de cada parâmetro monitorado, os índices são apurados mensalmente e reportam sempre os últimos doze meses de cada indicador (por exemplo, o relatório de abril reporta o período compreendido entre maio do exercício anterior e abril daquele ano).

Desta forma, para cada indicador de desempenho de operação da seção 2.3.1, as tabelas trazem o valor apurado no mês e o valor **acumulado** que refletirá o período de 12 meses imediatamente anteriores.

Essa prática faz com que durante o ano, com exceção do mês de dezembro, o valor reflita disfunções ocorridas ainda no exercício anterior. Somente o indicador acumulado de dezembro reflete o resultado dos 12 meses do exercício em tela, sendo este o valor a ser confrontado com a meta.

Indicadores de Desempenho no Exercício de 2011

1) Fator de Disponibilidade – Central												
A) Utilidade:		Indicar a disponibilidade de suprimento de energia das usinas da Eletrobras Eletronuclear, ou seja, sua capacidade de atender o sistema elétrico.										
B) Tipo:		Eficiência										
C) Meta ETN:		≥ 96,00 %										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: $\frac{\text{Energia de Referência} - \text{Perdas}}{\text{Energia de Referência}} \times 100$										
E) Método de Aferição:		Apuração mensal através de medições										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2011										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	100,000	90,708	98,992	100,000	100,000	98,623	99,960	100,000	85,532	79,285	98,301	99,748
Acu.	84,544	83,828	83,778	85,478	86,562	86,476	87,972	90,369	89,763	89,540	95,066	95,976

Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O

H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Angra 1

Janeiro de 2011:

No dia 23 à 00h06min, foi iniciada uma redução de carga para 520 MWe, para medição de vibração no Gerador Elétrico Principal por recomendação do fabricante. Às 20h59min, a carga da Unidade foi estabilizada em 100% no Reator, 630 MWe.

Fevereiro de 2011:

No dia 22 às 21h49min, uma oscilação de tensão nas linhas de transmissão externas à Central Nuclear que se estendeu ao Sistema Elétrico interno, acarretou em atuação espúria do cartão universal de geração de HI-1 (Trem A) no Sequenciador #1 do Sistema de Proteção do Reator (SPR). O Reator foi desarmado manualmente preventivamente, desinterligando a Unidade do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Março de 2011:

No dia 09 às 07h05min, o Reator foi desarmado manualmente em função da atuação indevida dos alarmes e lâmpadas de estado, decorrente do cartão isolador A-504 do Trem B do Sistema de Proteção do Reator (SPR), desinterligando a Unidade do Sistema Interligado Nacional (SIN). Às 20h53min, o Reator foi criticalizado. Às 23h20min, a Unidade foi sincronizada ao SIN.

Junho de 2011:

No dia 25 à 00h45min, ocorreu o desarme automático do Reator devido à baixa pressão na Linha de Vapor Principal, durante a execução do procedimento PI-O 113A (Teste de Atuação do Dispositivo de Segurança – Injeção de Segurança – trem A – K 602). Às 06h08min, o Reator foi criticalizado. Às 19h13min, a Unidade foi sincronizada ao SIN.

Setembro de 2011:

Em 16/09/11 às 12h56min, foi iniciada uma redução de carga para atender ao programa da Parada 1P18.

Em 17/09/11 à 00h07min, foi aberta a Chave de Manobra em Carga, dando início à Parada 1P18. À 00h57min foi desligado o Reator.

Outubro de 2011:

A Unidade iniciou o mês na Parada 1P18. No dia 17/10, às 07h16min foi criticalizado o Reator. A Unidade foi sincronizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) às 05h34min do dia 19/10. Foi iniciada a elevação de carga para 100% de potência no Reator e no dia 22/10 às 09h05min, a carga foi estabilizada em 100% no Reator, 636 MWe, permanecendo neste patamar até o final do mês, conforme programação com o Operador Nacional do Sistema (ONS).

Novembro de 2011:

No dia 03 às 22:00h, foi iniciada uma redução de carga para 0 MWe, para reparo em ponto quente na Bucha X3 do Transformador Auxiliar T1A1.

Dezembro de 2011:

No dia 13 à 06h33min, ocorreu o desarme da Bomba de Circulação CW-1A trazendo a Unidade para 50% de carga.

Às 07h19min, foi iniciada uma elevação de carga para 400 MW. Às 11h40min, a carga da Unidade foi estabilizada em 69% no Reator, 400 MW. Às 15h25min, foi ligada a CW-1A. Às 15h30min, foi iniciada uma elevação de carga para 98% no Reator. Às 23h50min, a carga da Unidade foi estabilizada em 98% no Reator, 616 MW.

Angra 2

Fevereiro de 2011:

No dia 22/02/11 Usina desconectada do SIN às 03h25min, às 08h51min, durante o comando para sincronismo da Usina, verificou-se uma falha na indicação do fechamento do disjuntor do gerador - BAC - e em função dessa falha, foi dado comando para desarme manual da Turbina, levando ao desligamento automático do Reator.

Junho de 2011:

No dia 13/06/2011 às 09h32min a potência da Usina foi reduzida para 1265 MWh, devido ao desligamento automático da Bomba de Água de Refrigeração Principal PAC10AP001 por alta temperatura no mancal do motor.

No dia 14/06/2011 às 17h15min a potência da Usina foi reduzida para 1270 MWh, devido ao desligamento da Bomba de Água de Refrigeração Principal PAC60AP001 em função de um vazamento através de flange de bocal de inspeção.

Julho de 2011:

No dia 11/07/2011 às 08h33min a potência da Usina foi reduzida para 1270 MWh, devido ao desligamento da Bomba de Água de Refrigeração Principal PAC20AP001 em função de um vazamento de óleo.

No dia 15/07/2011 a potência da Usina foi reduzida para 1270 MWh, devido ao desligamento automático da Bomba de Água de Refrigeração Principal PAC50AP001 por alta temperatura no mancal.

Setembro de 2011:

No dia 22/09/2011 a potência da Usina foi reduzida para 1220 MWh, devido ao desligamento da PAC50AP001 vazamento através de flange de bocal de inspeção.

I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Equipamentos reparados com sucesso.

Responsável: Diretoria de Operação – DO

2) Fator de Perda de Disponibilidade não Planejada

A) Utilidade:	Contabiliza perdas forçadas (não planejadas) na geração de energia.
B) Tipo:	Eficiência
C) Meta ETN:	Angra 1 $\leq 1,10$ Angra 2 $\leq 0,82$
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: $\frac{\text{Perda de Geração de Energia não Planejada no Período}}{\text{Max. Quantidade de Energia Possível Gerada no Período}}$
E) Método de Aferição:	Apuração mensal através de medições
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO
G) Resultado no Exercício:	2011

Angra 1: Fator de Perda não Planejada no Período (%)

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,00	4,49	3,08	0,00	0,00	3,59	0,00	0,00	0,00	0,00	5,19	0,77
Acu.	5,41	5,75	5,90	5,90	5,59	5,80	5,80	3,16	1,36	1,36	1,42	1,39

Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O

Angra 2: Fator de Perda não Planejada no Período (%)

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Mens.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,02	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00
Acu.	2,60	2,60	2,60	1,47	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01

Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O

H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Angra 1

Janeiro de 2011:

No dia 23/01 – Medição de vibração no Gerador Elétrico Principal por recomendação do fabricante.

Fevereiro de 2011:

No dia 22/02 – Desarme manual do Reator devido a atuação espúria do cartão universal de geração de HI-1 (Trem A) no Seqüenciador #1 do Sistema de Proteção do Reator (SPR).

Março de 2011:

No dia 9/03 – Desarme manual do Reator em função da atuação indevida dos alarmes e lâmpadas de estado, decorrente do cartão isolador A-504 do Trem B do Sistema de Proteção do Reator (SPR).

Junho de 2011:

No dia 25/06 – Desarme automático do Reator devido a baixa pressão na Linha de Vapor Principal, durante a execução do procedimento PI-O 113A.

Novembro de 2011:

Entre os dias 04 e 06 – Desligamento para reparo em ponto quente na Bucha X3 do Transformador Auxiliar T1A1.

Dezembro de 2011:

Entre os dias 13 e 14 – Desarme da Bomba de Água de Circulação CW-1A.

Angra 2

Junho de 2011:

No dia 14/06/2011 às 17h15min a potência da Usina foi reduzida para 1270 MWh, devido ao desligamento da Bomba de Água de Refrigeração Principal PAC60AP001 em função de um vazamento através de flange de bocal de inspeção.

Julho de 2011:

No dia 11/07/2011 às 08h33min a potência da Usina foi reduzida para 1270 MWh, devido ao desligamento da Bomba de Água de Refrigeração Principal PAC20AP001 em função de um vazamento de óleo.

Setembro de 2011:

No dia 22/09/2011 a potência da Usina foi reduzida para 1220 MWh, devido ao desligamento da Bomba de Água de Refrigeração Principal PAC50AP001 em função de um vazamento através de tampa de inspeção.

II) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Equipamentos reparados com sucesso.

Responsável: Diretoria de Operação – DO

3) Desligamentos Automáticos não Planejados por 7000H críticas

A) Utilidade:	Acompanhar os desligamentos forçados ocorridos com o reator em operação.
B) Tipo:	Eficácia
C) Meta ETN:	Central = 0 Angra 1 = 0 Angra 2 = 0
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: $\frac{\text{Número de Desligamentos} \times 7000\text{h}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com o Reator Crítico}}$
E) Método de Aferição:	Apuração mensal a partir de medições
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO
G) Resultado no Exercício:	2011

Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 h Críticas da Central

Indicador: (Angra 1 x número de horas do reator crítico em Angra 1 nos últimos 12 meses)

Angra 2 x número do reator crítico nos últimos 12 meses + número do reator crítico em Angra 2 nos últimos 12 meses)

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	1,365	1,829	1,830	1,817	1,355	1,803	1,763	1,716	1,312	1,322	1,269	0,840

Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O

Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 h Críticas de Angra 1

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	1,83	1,83	1,83	1,83	0,92	1,83	1,75	1,66	0,86	0,88	0,88	0,88

Indicador: <u>Número de Desligamentos nos últimos 12 meses x 7000h</u> Nº de Horas com o Reator Crítico nos últimos 12 meses Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 h Críticas de Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	0,90	1,83	1,83	1,80	1,78	1,78	1,78	1,78	1,78	1,77	1,63	0,81
Indicador: <u>Número de Desligamentos x 7000h</u> Nº de Horas Crítico no período Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Angra 1 Junho de 2011: Em 25/06/11 à 00h45min - Injeção de Segurança e o conseqüente desarme do reator devido a baixa pressão na Linha de Vapor Principal, durante a execução do procedimento PI-O 113A (Teste de Atuação do Dispositivo de Segurança - Injeção de Segurança - trem A - K 602). Angra 2 Fevereiro de 2011: No dia 22/ 02 /11 Usina desconectada do SIN às 03h25min devido ao desarme da turbina durante investigação da falha do LBC30CP011, o reator se manteve em 30%. Às 08h51min, durante o comando para sincronismo da Usina, verificou-se uma falha na indicação do fechamento do disjuntor do gerador - BAC - e em função dessa falha, foi dado comando para desarme manual da Turbina, levando ao desligamento automático do Reator.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não se aplica. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

4) Performance dos Sistemas de Injeção de Segurança (SIS) – Alta Pressão – Angra 1												
A) Utilidade:		Acompanhar a disponibilidade de SIS, sistema importante para a segurança de Angra 1.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		≤ 0,0005										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do SIS</u> Nº de horas com o Reator Crítico x Nº de Trens										
E) Método de Aferição:		Contagem direta das horas paradas do SIS										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2011										
Mês:	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não houve disfunções.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não houve disfunções. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

5) Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação (AAA) – Angra 1												
A) Utilidade:		Acompanhar a disponibilidade do AAA, sistema importante para a segurança de Angra 1.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		≤ 0,0005										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do AAA</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens										
E) Método de Aferição:		Contagem direta das horas paradas do AAA										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2011										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,003	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do AAA</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens												
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não houve disfunções.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não houve disfunções. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

6) Performance dos Sistemas de Segurança do Grupo Gerador Diesel (GGD) – Angra 1 Angra 2												
A) Utilidade:		Acompanhar a disponibilidade do GGD, sistema importante para a segurança de Angra 1 e Angra 2.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		Angra 1 ≤ 0,0005 Angra 2 ≤ 0,0000										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do GGD</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens										
E) Método de Aferição:		Contagem direta das horas paradas do GGD e posterior cálculo.										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2011										
Performance dos Sistemas de Segurança do Gerador Diesel – Angra 1												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,001	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do GGD</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens												
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
Performance dos Sistemas de Segurança do Gerador Diesel – Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,001	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
<p>Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do GGD</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O</p>												
<p>H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Angra 1 Abril de 2011: CLO 3281 - Abr/11- Alinhamento do GD-1B p/ teste pós-manutenção. GD-4 desalinhado para possibilitar o teste do GD-1B. (Tempo de indisponibilidade 2,07 h). Angra 2 Maio de 2011: Bomba de Água de Refrigeração de Serviço de Segurança PEC40AP001 estava isolada para inspeção e limpeza da sucção, concomitantemente a Bomba PEC30AP001 precisou ser isolada para pesquisa de indicação de baixa pressão de descarga, ficando a Usina durante 4,6 h com 2 redundâncias isoladas.</p>												
<p>I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Equipamento reparado com sucesso. Responsável: Diretoria de Operação – DO</p>												

7) Performance dos Sistemas de Segurança de Injeção de Alta Pressão (JND) – Angra 2												
A) Utilidade:	Acompanhar a disponibilidade do JND, sistema importante para a segurança de Angra 2.											
B) Tipo:	Efetividade											
C) Meta ETN:	≤ 0,000											
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do JND</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens											
E) Método de Aferição:	Contagem direta das horas paradas do JND e posterior cálculo											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício:	2011											
Performance dos Sistemas de Segurança JND – Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,001	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
<p>Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do JND</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O</p>												
<p>H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Angra 2 Maio de 2011 Em 12/05/11 a Bomba de Água de Refrigeração de Serviço de Segurança PEC40AP001 estava isolada para inspeção e limpeza da sucção, concomitantemente a Bomba PEC30AP001 precisou ser isolada para pesquisa de indicação de baixa pressão de descarga, ficando a Usina durante 4,6 h com 2 redundâncias isoladas.</p>												
<p>I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. A disfunção foi corrigida . Responsável: Diretoria de Operação – DO</p>												

8) Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação de Emergência (LAR) – Angra 2												
A) Utilidade:		Acompanhar a disponibilidade do LAR, sistema importante para a segurança de Angra 2.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		≤ 0,000										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do LAR</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens										
E) Método de Aferição:		Contagem direta das horas paradas do LAR e posterior cálculo										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2011										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do LAR</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens												
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Não houve disfunções.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não houve disfunções. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

9) Acidentes Industriais com Perda de Tempo por 200.000HH Trabalhadas												
A) Utilidade:		Indicador padrão da Indústria Nuclear para acompanhamento da segurança industrial.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		= 0 Acidentes										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: abaixo discriminado.										
E) Método de Aferição:		Medição mensal e cálculo										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2011										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acu.	0,19	0,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,16	0,16	0,16	0,15	0,15	0,15
Indicador: <u>Nº acidentes c/perda de tempo na Área Protegida nos últimos 12 meses x 200.000HH trabalhadas</u> Nº HH Trabalhadas na Área Protegidas nos últimos 12 meses												
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Angra 2 Julho de 2011 Em 26/07/11 Técnico de manutenção, teve seu dedo polegar esquerdo amputado devido ao impacto do conjunto flange / mancal de motor. Agosto de 2011: Em 25/08/2011 Digitadora torceu tornozelo descendo escada.												

I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.
 Todos os acidentes são investigados para determinar e corrigir as suas causas e evitar novas ocorrências.
 Responsável: Diretoria de Operação – DO

10) Exposição Coletiva à Radiação (HSv)

A) Utilidade:	Indicador padrão da Indústria Nuclear que visa medir a dose total de exposição à radiação dos trabalhadores das usinas.
B) Tipo:	Efetividade
C) Meta ETN:	≤ 0,78 pessoa. Sv (Acumulado)
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: É o total de Homem – Sieverts contabilizados no período
E) Método de Aferição:	Medida direta
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO
G) Resultado no Exercício:	2011

Exposição Coletiva à Radiação (HSv)

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,003	0,002	0,004	0,008	0,006	0,003	0,001	0,008	0,351	0,343	0,004	0,003
Acu.	1,001	1,001	1,003	1,023	1,026	0,996	0,679	0,294	0,641	0,975	0,760	0,737

Indicador Angra 1 + Indicador Angra 2

Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O

H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

Angra 1

Maio de 2011:

Até Maio a dose coletiva de Angra 1 alcançou 15% da meta de operação.

Agosto de 2011:

A dose efetiva coletiva deste mês foi em função da manutenção no Evaporador de Rejeito e na modernização do Sistema de Detecção de Incêndios.

Outubro de 2011:

Aumento da exposição coletiva à radiação devido ao escopo da Parada 1P18.

Angra 2

Julho de 2011:

Elevação da dose efetiva coletiva em função dos trabalhos no Evaporador de Rejeitos.

Dezembro de 2011:

A meta estipulada é referente ao período de janeiro a dezembro de 2011 e o valor acumulado refere-se aos últimos 12 meses. O valor de 0,001 pessoa.Sv está abaixo da meta estipulada.

I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Não houve disfunções.

Responsável: Diretoria de Operação – DO

11) Confiabilidade do Combustível (µ Ci/g) - Angra 2												
A) Utilidade:		Acompanhar a confiabilidade do combustível na geração de energia.										
B) Tipo:		Eficiência										
C) Meta ETN:		≤ 0,0005 µ Ci/g										
D) Fórmula de Cálculo:		$\left[J1x \left(0.047619 + \frac{J3}{0.000021} \right) - 0.0318xJ2 \left(0.916667 + \frac{J3}{0.00024} \right) \right] x \left[\left(\frac{Ln}{J5} \right) \left(\frac{100}{J4} \right) \right]$ <p> J1 = Iodo 131 (µ Curie/g) J2 = Iodo 134 (µ Curie/g) J3 = Constante de Taxa de Purificação J4 = Nível de Potência (%) J5 = Taxa Linear de Geração de Calor (kW/foot) Ln = 5.5 kW/foot </p>										
E) Método de Aferição:		Através de medições e cálculos mensais										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2011										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
ICC.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:		Não houve disfunções.										
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis:		Não houve disfunções.										

12) Indicador Químico – Angra 1 Angra 2												
A) Utilidade:		Indica a existência ou não de risco de alguma deterioração das linhas e equipamentos, se superior a 1 (um) ano.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		Angra 1 = 1,00 Angra 2 = 1,00										
D) Fórmula de Cálculo:		<p>Angra 1: $(Na)_{GV} / VL_{Na} + Cl)_{GV} / VL_{Cl} + SO_4)_{GV} / VL_{SO_4} + Fe)_{AAP} / VL_{Fe} + Cu)_{AAP} / VL_{Cu}$</p> <p>Angra 2: $(Na)_{GV} / VL_{Na} + Cl)_{GV} / VL_{Cl} + SO_4)_{GV} / VL_{SO_4} + CC)_{GV} / VL_{CC} + Fe)_{AAP} / VL_{Fe} + O_2)_{AAP} / VL_{O_2}$</p> <p>VLX = Valor limite para cada parâmetro GV = Gerador de vapor AAP = Água de Alimentação Principal CC = Condutividade Catiônica</p>										
E) Método de Aferição:		Medições mensais e cálculos.										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2011										
Indicador Químico – Angra 1												

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Acu.	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O

Indicador Químico – Angra 2

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Acu.	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O

H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Meta atingida.

Responsável: Diretoria de Operação – DO

13) Energia Bruta Gerada – EBG (GWh)

A) Utilidade:	Medir a quantidade de energia produzida pela geração das usinas.
B) Tipo:	Eficiência
C) Meta ETN:	Não se aplica.
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: Energia Bruta no Período
E) Método de Aferição:	Medição direta
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO
G) Resultado do indicador no exercício:	Produção de 14.544 GWh de energia bruta

H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Meta Atingida.

14) Volume de Rejeito Sólido Gerado (m³)

A) Utilidade:	Controlar e gerenciar os rejeitos gerados pelas usinas durante suas atividades de operação e manutenção
B) Tipo:	Efetividade
C) Meta ETN:	≤ 100,7 m³ ao ano
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: Contagem direta do volume de rejeito gerado
E) Método de Aferição:	Através de contagem direta do volume de rejeito gerado
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO
G) Resultado no Exercício:	2011

Volume de Rejeito Sólido (m³) – Central

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	7,730	1,200	0,000	2,250	1,420	4,910	0,000	3,830	11,850	22,690	6,020	11,040
Acu.	7,730	8,930	8,930	11,180	12,600	17,510	17,510	21,340	33,190	55,880	61,900	72,940

Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O

H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

<p>Angra 1</p> <p>Junho de 2011: Foram gerados em Junho 2 tambores de rejeito compactado, 2 liners de Concentrado do Evaporador e 3 Caixas metálicas, sendo uma caixa com filtros do FOSAR utilizados em Angra 2.</p> <p>Setembro de 2011: Aumento do volume gerado devido ao processamento de rejeitos durante a Parada 1P18.</p> <p>Outubro de 2011: Aumento do volume gerado devido ao processamento de rejeitos durante a Parada 1P18.</p> <p>Novembro de 2011: Ainda há rejeito oriundo da Parada 1 P18 a ser processado.</p> <p>Dezembro de 2011: Finalizado o processamento de rejeito oriundo da Parada 1 P18.</p> <p>Angra 2</p> <p>Setembro de 2011: Rejeito gerado após segregação de materiais estocados no UJA.</p>
<p>I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.</p> <p>Não houve disfunções Responsável: Diretoria de Operação – DO</p>

2.3.1.2 Ação 6486 – Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).

Quadro A.2.6 – Dados Gerais da Ação

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
Ação: 6486	Denominação: Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).
Finalidade da Ação: Ampliar a oferta de energia elétrica, em cerca de 11000 GWh/ano, para o Sistema Interligado Nacional, aumentando a confiabilidade do atendimento à denominada área Rio (estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo), viabilizando economicamente o ciclo do combustível nuclear no país e com impacto positivo sobre a macro região de Angra dos Reis, sob os aspectos econômico, sócio-ambiental e cultural.	
Objetivo Geral: A implementação de Angra 3 requer o equacionamento de fontes de recursos em moeda nacional e estrangeira, prevendo-se que, até a consolidação de um modelo de engenharia financeira, que contemple inclusive a parceria com agentes privados, as atividades do empreendimento estão concentradas nos seguintes itens: armazenamento e preservação dos equipamentos já adquiridos; conservação do site; gerenciamento dos contratos existentes; manutenção das equipes técnicas; atualização dos estudos de viabilidade técnico-econômica; planejamento e execução das medidas preliminares, constantes das Resoluções do CNPE, a respeito da retomada do empreendimento.	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador nacional da ação:	Luiz Manuel Amaral Messias
Unidades Executoras:	Diretoria Técnica – DT.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Diretoria Técnica – DT.
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Diretoria Técnica – DT.

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Quadro A.2.7 – Metas e Resultados da ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	1.348.145	1.261.244	93,55%
Física	N/A	N/A	N/A

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativas:

A realização manteve-se compatível com a expectativa e restringiu-se aos dispêndios relacionados à preservação e manutenção da infraestrutura do canteiro de obras, cujos compromissos haviam sido implementados antes da retomada do empreendimento Angra 3.

Resultados:

As ações relativas à Manutenção do Parque de Obras da Usina Angra 3 compreendem as atividades relacionadas à preservação e manutenção da infraestrutura do canteiro de obras, restritas aos dispêndios cujos compromissos haviam sido implementados antes do início da retomada do empreendimento Angra 3 e a construção da Usina Angra 3, respectivamente.

2.3.1.3 Ação 5E88 – Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).

Quadro A.2.8 – Dados gerais da ação

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
Ação: 5E88	Denominação: Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).
Finalidade da Ação: Ampliar a oferta de energia elétrica, em cerca de 11000 GWh/ano, para o Sistema Interligado Nacional, aumentando a confiabilidade do atendimento à denominada área Rio (estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo), viabilizando economicamente o ciclo do combustível nuclear no país e com impacto positivo sobre a macro região de Angra dos Reis, sob os aspectos econômico, sócio-ambiental e cultural.	
Objetivo Geral: A implementação de Angra 3 requer o equacionamento de fontes de recursos em moeda nacional e estrangeira, prevendo-se que, até a consolidação de um modelo de engenharia financeira, que contemple inclusive a parceria com agentes privados, deverão as atividades do empreendimento estão concentradas nos seguintes itens: armazenamento e preservação dos equipamentos já adquiridos; conservação do site; gerenciamento dos contratos existentes; manutenção das equipes técnicas; atualização dos estudos de viabilidade técnico-econômica; planejamento e execução das medidas preliminares, constantes das Resoluções do CNPE, a respeito da retomada do empreendimento.	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador nacional da ação:	Luiz Manuel Amaral Messias
Unidades Executoras:	Diretoria Executiva da Eletronuclear
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Diretoria Executiva da Eletronuclear
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Diretoria Executiva da Eletronuclear e Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos – SG.T

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Quadro A.2.9 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	1.327.290.759	1.118.496.238	84,27
Física			N/A

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativas:

A realização para o exercício de 2011 foi fortemente comprometida por diversos fatores, dentre os quais destacam-se como mais relevantes:

- 1) As exigências estabelecidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN para a utilização de novas bases normativas de projeto, que atrelaram as liberações das autorizações para concretagem das estruturas da planta à adoção de critérios adicionais aos cálculos estruturais.

Como conseqüências, foram gerados grandes atrasos na entrega de projetos e, em efeito cascata, essas autorizações passaram a ser liberadas em etapas, influenciando diretamente na execução dos serviços de obras civis pela Construtora Andrade Gutierrez, com evidente redução de ritmo originalmente planejado para as obras de implantação de Angra 3 em 2011.

Ademais, a adoção da nova norma para concreto (cobertura das ferragens) provocou a extensão dos trabalhos de engenharia, reduzindo o ritmo de submissão de projetos para avaliação da CNEN, bem como das liberações de “*projetos para execução*” à área de construção.

- 2) Demora excessiva no processo de renegociação do contrato AREVA, em razão dos altos preços inicialmente apresentados. Quando da formulação das estimativas dos gastos a serem realizados em 2011 era previsto que sua conclusão se daria em janeiro de 2011, o que veio a ocorrer apenas em fins de julho.

Já na fase final, a demora deveu-se, principalmente, ao atraso da apresentação, pela AREVA, da proposta para o escopo remanescente do sistema turbo-gerador, proposta essa que até hoje ainda não foi aceita pela ELETRONUCLEAR face aos altos preços ofertados e que levou à assinatura do contrato sem ainda contemplar esse escopo.

A expectativa atual é que a efetivação dos contratos com a AREVA se dê apenas em janeiro de 2012 o que causou forte redução nas encomendas de equipamentos importados e na execução de serviços de engenharia estrangeira em 2011 e, principalmente, deslocamentos das estimativas iniciais de pagamento de “*Down Payment*”, respectivamente de 10% e 5% do valor contratual, sendo que os 10% foram pagos em dezembro de 2011 e os 5% está previsto para ser pago em abril de 2012.

Tais fatos inibiram, até o momento, também o pagamento da própria cobertura do HERMES, orçada em EUR 20 milhões, o que hoje é previsto que ocorra no início de 2012.

- 3) Dificuldades nas licitações para a contratação de serviços de engenharia, resultando em não execução de serviços e, por conseguinte, em postergações de dispêndios inicialmente planejados para 2011.

Exemplos dessa situação são as licitações para a execução dos serviços de engenharia eletromecânica para os projetos associados, respectivamente, ao circuito primários e ao secundário. A licitação para os serviços associados ao circuito primário teve a primeira licitação declarada fracassada por impugnação mútua de proponente e está sendo repetida.

Já a licitação para a execução dos serviços associados ao secundário esteve momentaneamente paralisada devido a Recurso Judicial impetrado por uma empresa concorrente, causando atraso.

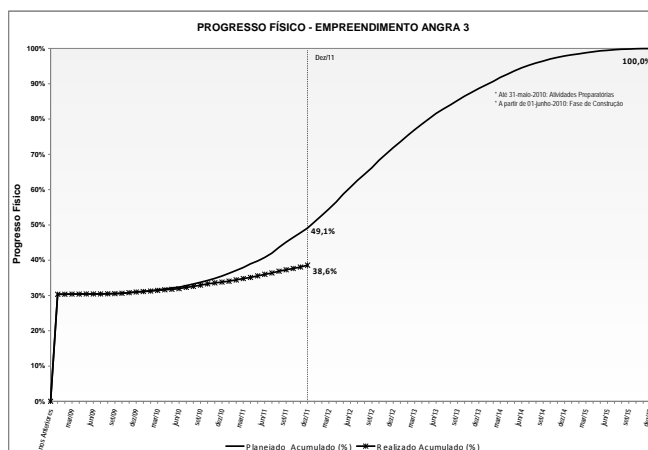
- 4) Dificuldades nos processos licitatórios de suprimentos nacionais, com alterações significativas no número de colocações inicialmente planejados para 2011, resultando em postergações dos dispêndios inicialmente previstos.
- 5) Dificuldades em alguns processos de renegociação de contratos com fornecedores nacionais de materiais e equipamentos, principalmente no tocante aos preços ofertados pelos fabricantes e/ou em necessidades de alteração do escopo, o que acabou determinando um ritmo mais lento na formalização desses contratos e, conseqüentemente, na realização orçamentária idealmente prevista para 2011.
- 6) Alguns importantes faturamentos referentes aos contratos adjudicados às empresa contratadas para a execução de projetos de engenharia e para os serviços de apoio técnico ao gerenciamento do empreendimento ficaram abaixo das estimativas iniciais para 2011. Tal fato deve-se, notadamente, às dificuldades iniciais dessas empresas na alocação de profissionais que atendam às qualificações técnicas requeridas pelos próprios contratos e, também, em razão deo contínuo aquecimento do mercado de mão de obra qualificada.

Resultados:

No tocante à implantação de Angra 3, conforme o Cronograma Geral Executivo, o marco zero da retomada da construção da usina ocorreu em 1º de junho de 2010, caracterizado pelo início da execução da laje de fundação do Edifício do Reator. Entretanto, convém destacar fato relevante que deu início à retomada, qual seja a contratação dos serviços de construção civil, através da assinatura, em 14 de setembro de 2009, do contrato com a Construtora Andrade Gutierrez, que foi renegociado e apreciado pelo Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdão 1624/2009).

Em dezembro de 2011, o progresso físico global do empreendimento atingiu 38,6%, conforme o gráfico abaixo:

Progresso Físico do Empreendimento



I) Licenciamentos

A partir da concessão da Licença Prévia, emitida em 23 de julho de 2008, pelo IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis foram expedidas as seguintes licenças:

Quadro A.2.10 – Licenças Expedidas para Angra 3 (RJ)

Tipos	Número	Data	Órgão Emissor
Licença Prévia	279/2008	23-Jul-2008	IBAMA ⁽¹⁾
Licença de Instalação	591/2009	05-Mar-2009	IBAMA
1ª Licença Parcial de Construção	Portaria PR 016/09	09-Mar-09	CNEN ⁽²⁾
Alvará de Licença para Construção	108/2009	24-Jun-2009	PMAR ⁽³⁾
Licença de Instalação (renovação)	591/2009 (R)	02-Dez-2009	IBAMA
2ª Licença Parcial de Construção	Portaria PR 015/10	11-Mar-2010	CNEN
3ª Licença Parcial de Construção	Portaria PR 021/10	29-Mar-2010	CNEN
Licença de Construção	Resolução nº 77/10	25-Mai-2010	CNEN
Alvará de Licença para Construção (renovação)	150/2010	31-Mai-2010	PMAR

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

(1) IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

(2) CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear

(3) PMAR – Prefeitura Municipal de Angra dos Reis

Observe-se que no processo de licenciamento nuclear, a concessão, pela CNEN, da Licença de Construção, em 25 de maio de 2010, autorizando os serviços de obras civis para a Unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA) está atrelada ao cumprimento de condicionantes que vem demandando emissões de autorizações específicas para o início de diversas etapas do cronograma de implantação da usina.

III) Autorizações para Concretagem

Quadro A.2.11 – Autorização para Concretagem

Estrutura	Autorização para Concretagem	Ato Legal	Data da Autorização
Edifício do Reator (UJB)	Laje de Fundação	Of. 094/10 - CGRC	31-mai-10
	Calota Esférica, Paredes Circulares, Paredes Radiais e Pilares Livres	Of. 207/10 - CGRC	08-dez-10
	Paredes Secundárias localizadas abaixo da Estrutura da Calota Esférica Inferior	Of. 012/11 - CGRC	26-jan-11
	Parede Cilíndrica Externa, entre as Elevações -0,85m e +14,15m	Of. 039/11 - CGRC	1-mar-11
	Parede Cilíndrica Secundária da Elevação +3,60m até a Elevação +11,10m; das Paredes Radiais localizadas entre os raios R=23,60m e R=29,60m; e da Laje de Elevação +3,65m	Of. 074/11 - CGRC	3-mai-11
	Lajes de Elevação +7,15m e +11,15m e Paredes Estruturais	Of. 101/11 - CGRC	8-jun-11
	Lajes de Elevação +1,8m, +2,1m e +2,45m e Paredes de Concreto Armado	Of. 103/11 - CGRC	9-jun-11
	Parede Cilíndrica Externa (Parede 1100 – Contenção de Concreto) entre as Elevações +14,15m e +18,45m	Of. 224/11 - CGRC	23-dez-11
Edifício Auxiliar do Reator (UKA)	Laje de Fundação	Of. 182/10 - CGRC	15-out-10
	Elementos Localizados entre as Elevações -3,85m e -0,85m	Of. 106/11 - CGRC	22-jun-11
	Elementos Localizados entre as Elevações -0,85m e +5,05m	Of. 127/11 - CGRC	1-ago-11
Edifício de Controle (UBA)	Laje de Fundação	Of. 168/10 - CGRC	27-set-10
	Estruturas entre a Laje de Fundação e a Face Inferior da Laje de Elevação +1,74m	Of. 004/11 - CGRC	10-jan-11
	Laje de Elevação +1,74m	Of. 073/11 - CGRC	03-mai-11
	Paredes e Vigas entre as Elevações +1,74m e +5,15m e Lajes de Elevação +5,15m	Of. 137/11 - CGRC	15-ago-11
	Vigas, Paredes e Pilares localizadas entre a Elevação +5,15m e as Cotas do Fundo das Lajes situadas nas Elevações +8,15m e +8,45m	Of. 170/11 - CGRC	30-set-11
Edifício de Alimentação de Emergência (ULB)	Laje de Fundação, Paredes e Vigas entre as Elevações -5,45m e +0,35m	Of. 143/11 - CGRC	29-ago-11
Galerias de Água de Refrigeração Principal (PAB)	Trecho entre a Tomada d'Água (UPC) e o Edifício da Turbina (UMA)	Of. 068/11 - CGRC	20-abr-11
Compartimento de Válvulas do Vapor Principal e Água de Alimentação (UJE)	Câmara de compensação para o PEB (2/3 UQZ) e parte engrossada dos pilares de sustentação entre a laje de fundação e a elevação +4,80m	Of. 224/11 - CGRC	28-dez-11
Estrutura da Tomada d'Água Principal (UPC)	Laje de Fundação	Of. 156/11 - CGRC	20-set-11

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

III) Obras Civis

As principais atividades desenvolvidas em 2011, relacionadas às obras civis, focaram na execução de concreto estrutural, à medida que as liberações da CNEN foram sendo concedidas, atingindo-se o progresso global de cerca de 33%.

Seguem-se evolução das principais atividades de obras civis executadas em 2011 e histograma de concreto previsto no contrato de obras civis com a Construtora Andrade Gutierrez:

Quadro A.2.12 – Evolução das Obras Civis de Angra 3 (RJ)

Área / Prédio		Progresso
UJB	Edifício do Reator	46%
UJA	Edifício do Reator	0%
UJF	Estrutura de Eclusa de Equipamento e do Pórtico	0%
UJE	Compartimento de Válvulas do Vapor Principal e Água de Alimentação	0%
UKA	Edifício Auxiliar do Reator	17%
UKH	Chaminé de Descarga de Gases	0%
UBA	Edifício de Controle	26%
UBP	Edifício dos Geradores de Emergência e Água Gelada	0%
ULB	Edifício de Alimentação de Emergência	27%
UMA	Edifício da Turbo-Gerador	52%
UPC	Estrutura de Tomada D'Água Principal	13%
ULD	Edifício de Purificação do Condensado	0%
UYA	Edifício da Administração	0%
-	Área Externa - UZT e Demais Estruturas	8%
-	Atividades Preparatórias da Civil	100%
-	Adequação do Canteiro	89%
-	Urbanização e Proteção Física	0%
Total - Obras Civis		33%

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

IV) Montagem da Esfera Metálica de Contenção

No dia 05 de outubro de 2011 a zona 1 da esfera da contenção metálica da usina foi posicionada na calota de concreto do Edifício do Reator (UJB) determinando um marco para o empreendimento. O encaixe da peça dá início à montagem das zonas 2 à 4 da contenção de aço de Angra 3, que será erguida em paralelo à de concreto.

A Zona 2 da esfera de contenção foi completamente posicionada em 26 de outubro de 2011.

Em dezembro de 2011, o progresso físico da Montagem da Esfera de Contenção atingiu 22,1%.

V) Financiamento do Empreendimento

a) Recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Em 30 de dezembro de 2010 foi aprovado, pelo BNDES, o financiamento de R\$ 6,1 bilhões a ser amortizado em 20 (vinte) anos com mais 5 (cinco) de carência.

O Contrato de financiamento foi assinado em 23 de fevereiro de 2011 pela ELETROBRAS, ELETRONUCLEAR e BNDES.

O valor do financiamento corresponde a 80% dos itens considerados financiáveis pelo BNDES. Este financiamento é dividido em dois subcréditos nos valores de R\$ 5,2 e R\$ 0,9 bilhões, destinados, respectivamente, aos investimentos gerais para a implantação da usina e à aquisição de máquinas e equipamentos.

O contrato estabelece um prazo de vinte anos para a amortização do principal da dívida, sendo a primeira amortização em 15 de julho de 2016.

Em 24 de junho de 2011, o BNDES liberou a primeira parcela desse financiamento, no valor de R\$ 200 milhões. Esse montante representa 3,25% do total a ser liberado.

Em 27 de outubro de 2011, o BNDES liberou a segunda parcela do financiamento, no valor de R\$ 308 milhões.

Em 22 de novembro de 2011, o BNDES liberou a terceira parcela do financiamento, referente ao sub-crédito de máquinas e equipamentos nacionais, no valor de R\$ 34 milhões.

Até o momento já foram liberados R\$ 542 milhões, representando 8,9% do total desse financiamento.

b) Recursos da Reserva Global Reversão - RGR

O valor desse contrato de financiamento, no montante de R\$ 890 milhões com recursos da RGR, atendendo a legislação pertinente, corresponde a 10% da disponibilidade da Reserva Global de Reversão, que ao final de 2010 apresentava um total de cerca de R\$ 9,0 bilhões.

O contrato, assinado em 24 de janeiro de 2011, estabelece um prazo de amortização de 20 anos, após o término do período de carência, a encerrar-se em janeiro de 2018.

Com a assinatura do contrato, foi disponibilizado à ELETRONUCLEAR 23,5% do valor do mesmo, ou seja, R\$ 209,15 milhões.

Originalmente, as liberações subseqüentes dar-se-iam mediante comprovações das execuções física e financeira dos eventos previstos no eventograma do contrato.

A ELETROBRAS e a ELETRONUCLEAR acordaram que as futuras liberações serão realizadas baseadas em uma projeção de dispêndios para o trimestre vindouro, concomitantemente à prestação de contas dos gastos realizados no trimestre anterior.

Em 17 de agosto de 2011, foi liberada a segunda parcela do financiamento no valor de R\$ 154,1.

Até o momento já foram liberados R\$ 363,25 milhões, representando 41% do total desse financiamento.

Liberada, em 28 de dezembro de 2011, a terceira parcela do financiamento no valor de R\$ 223,7 milhões.

Até o momento já foram liberados R\$ 586,96 milhões, representando 66% do total desse financiamento.

c) Captação Externa

i) Financiamento

Em janeiro de 2011, um consórcio de bancos liderado pelo banco francês Société Générale foi declarado vencedor para o financiamento em questão, após Carta Convite enviada pela ELETROBRAS a instituições financeiras nacionais e internacionais, em novembro de 2010.

Com vistas a compor o processo de captação de recursos externos foram preparados um “Parecer Técnico” e um “Parecer Jurídico” sobre o empreendimento, pela ELETRONUCLEAR e pela ELETROBRAS, respectivamente. Tais pareceres foram encaminhados ao Tesouro Nacional em 12 de abril de 2011, através da carta ELETROBRAS DF 3405/2011.

Em 14 de julho de 2011, a COFIEX (Comissão de Financiamentos Externos) aprovou a operação de financiamento.

A proposta apresentada pelo consórcio liderado pelo Société Générale, para a execução dos serviços de engenharia e para o suprimento de materiais e equipamentos importados para Angra 3, contém fortes requisitos relacionados a inspeções ao projeto e às obras, a serem realizadas por consultores independentes contratadas pelo aludido consórcio.

Tais inspeções englobarão as diversas etapas do empreendimento, iniciando ainda na fase de projeto, passando pela construção civil, montagem eletromecânica, comissionamento e incluindo o período de operação comercial até a data de amortização completa do financiamento a ser concedido. O detalhamento das mesmas, que cobrirão os principais aspectos ambientais, sociais e de segurança nuclear, estão consubstanciadas no documento “ToRs LESSA” (Terms of Reference for Lenders Environmental, Social and Safety Advisory Consultant).

Em setembro de 2011 foi aprovado, pela Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ELETROBRAS, a assinatura da “Parent Company Guarantee”. A assinatura do documento deu-se em 23 de setembro de 2011.

ii) Seguro HERMES

Em 01 de fevereiro de 2010 foi expedida, pela Agência Alemã de Crédito à Exportação (HERMES EULER) e pelo governo alemão, a aprovação dos seguros ao crédito de exportação para Angra 3, referente a bens e serviços importados. Inicialmente com validade de 1 ano, a cobertura do seguro foi postergada para agosto de 2011.

Em 30 de junho de 2011, a ELETROBRAS enviou correspondência ao Banco Société Générale ratificando a construção de Angra 3 como prioridade do governo brasileiro e solicitando ações junto ao HERMES, com vistas à renovação da cobertura do seguro, que apresentava novo vencimento em 01 de agosto de 2011. Esta solicitação foi encaminhada pela AREVA, em conjunto com o *Société Générale*, à Agência Alemã de Crédito à Exportação.

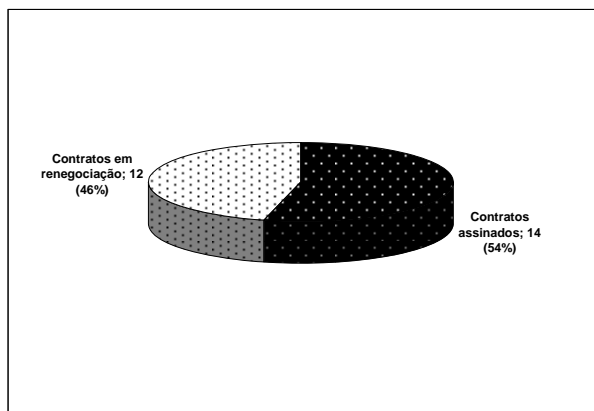
VI) Renegociações de contratos de bens e Serviços Nacionais e Importados

Em 2011 deu-se continuidade aos processos de renegociações dos principais contratos para suprimentos nacionais (CONFAB Industrial S.A, BARDELLA S.A – Indústrias Mecânicas, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A – NUCLEP, KSB – Bombas Hidráulicas S/A, EBSE- Empresa Brasileira de Soldas Elétricas, etc.) e do contrato internacional com a AREVA para o fornecimento de bens e serviços importados.

a) Contratos para Suprimentos Nacionais

Dentre os vinte e seis contratos nacionais de suprimentos a serem renegociados, quatorze já foram assinados e doze encontram-se em fase de renegociação.

RENEGOCIAÇÕES CONTRATUAIS NACIONAIS



Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

b) Contrato para Bens e Serviços Importados e Garantias

As renegociações contratuais foram concluídas em julho de 2011, tendo sido os contratos assinados no dia 28, com um valor de EUR 314,6 milhões para a execução de serviços de engenharia e atividades de coordenação de projeto e de EUR 735,2 milhões para suprimentos de equipamentos e materiais, incluindo nesse último EUR 90,0 milhões para o fornecimento de sobressalentes e peças de reposição.

O contrato estabelece que o valor de EUR 80,0 milhões, referente a suprimentos e serviços para o Grupo Turbo Gerador, é passível de uma nova renegociação, ou eventualmente de seu cancelamento.

Em 23 de setembro de 2011, foi assinado pela ELETROBRAS, a Parent Company Guarantee.

Em 23 de dezembro de 2011 foi efetuado o pagamento da 1ª parcela do down payment à AREVA, referente a 10% do valor global dos contratos, no valor de EUR 111,7 milhões, sendo EUR 73,52 milhões para equipamentos e EUR 38,14 milhões para serviços. É previsto que a efetivação do contrato aconteça em janeiro ou fevereiro de 2012.

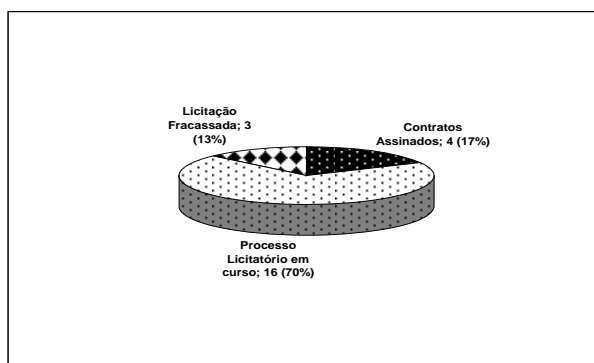
VII) Licitações de Contratos de Bens e Serviços Nacionais

Em 2011 deu-se continuidade aos processos de licitações de contratos para fornecimento de suprimentos nacionais e execução de serviços de engenharia.

a) Licitações para Suprimentos Nacionais

Até dezembro de 2011 foram publicados vinte e três editais para a contratação de suprimentos nacionais, sendo que quatro contratos já foram assinados, dezesseis encontram-se com seus respectivos editais publicados e três licitações fracassaram.

LICITAÇÕES DE SUPRIMENTOS NACIONAIS

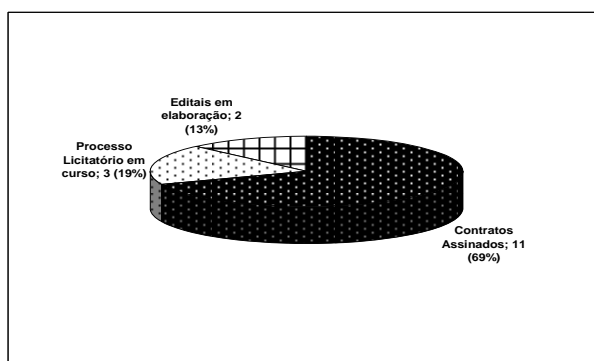


Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

b) Licitações para Serviços de Engenharia Nacionais

Dentre os dezesseis contratos a serem licitados para os serviços de engenharia nacional, relativos às áreas de Engenharia Civil, Engenharia Eletromecânica, Serviços de Suporte ao Gerenciamento e Montagem Eletromecânica, onze já se encontram assinados, três encontram-se com seus respectivos editais já publicados e dois encontram em fase de elaboração da documentação do edital.

LICITAÇÕES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA



Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

2.3.2 Programa 0276 – Gestão da política de energia elétrica.

Quadro A.2.13 – Dados Gerais do Programa

Identificação do Programa de Governo	
Programa: 0276	Denominação: Gestão da política de energia elétrica.
Objetivo Geral: Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional e sua integração com outros países.	
Objetivos Específicos: Realizar estudos de inventário e desenvolver projetos de viabilidade de empreendimentos novos e realizar estudos de viabilidade técnica e econômica de empreendimentos concessionados, visando a ampliação da capacidade de geração de energia elétrica.	
Gerente:	Altino Ventura Filho
Gerente Executivo:	N.D
Responsável pelo programa no âmbito da UJ:	N.D
Indicadores ou parâmetros utilizados:	N.D
Público Alvo (beneficiários):	Governo

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

2.3.2.1 Ação – 6508 Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de Energia Elétrica

Quadro A 2.14 – Dados Gerais da Ação

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
Ação: 6508	Denominação: Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de Energia Elétrica
<p>Finalidade da Ação: Realizar estudos de inventário e desenvolver projetos de viabilidade de empreendimentos novos e realizar estudos de viabilidade técnica e econômica de empreendimentos concessionados, visando a ampliação da capacidade de geração de energia elétrica. Realizar estudos de viabilidade e de localização de novas unidades de geração termonuclear.</p>	
<p>Objetivo Geral: Esta ação visa contemplar os estudos preliminares e detalhados para a escolha de sítios para localização de novas usinas nucleares em todo o território nacional, para atendimento da expansão prevista no Plano Decenal de Energia – PDE e no Plano Nacional de Energia – PNE. Incluem todos os estudos necessários para avaliação dos sítios conforme critérios técnicos, econômicos e sociais adequados.</p>	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador nacional da ação:	Marcelo Gomes da Silva
Unidades Executoras:	Presidência – P.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Presidência – P.
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Presidência – P.

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Quadro A.2.15 – Metas e Resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	11.291.684	2.887.865	25,58%
Física	Não se aplica	Não se aplica	-

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativas:

As atividades da Eletrobras Eletronuclear relativas aos novos empreendimentos nucleares pós Angra 3 resultaram até o presente momento na identificação de micro-regiões favoráveis ao assentamento de usinas nucleares em todos os estados das regiões brasileiras. Tais conclusões se basearam na aplicação através de sistema geográfico de informação de cerca de 20 critérios de exclusão e de evitação. O resultado obtido (pequenas áreas propícias) foram oferecidas ao MME, que, a partir de seu planejamento energético de longo prazo, se manifestará sobre os sítios potenciais nas regiões previstas para novos empreendimentos de geração. Após a indicação do MME, estas micro-regiões ou sítios potenciais serão submetidos às fases finais do estudo de identificação de sítio nuclear, fases estas, a saber: adequação e escolha do sítio preferido. Nestas duas etapas finais estudos mais avançados e específicos dos sítios potenciais contemplarão cerca de 50 critérios, a partir dos quais, o sítio preferido será identificado.

As atividades da Eletrobras Eletronuclear estão atualmente focadas no desenvolvimento de um sistema digital para mapeamento geográfico com emprego de imagens obtidas por satélites, deposição de informações específicas de sítios (informações nas áreas de saúde e segurança, ambiental, sócio-econômica e custos de engenharia) sobre estas imagens,

resultando numa ferramenta digital, amistosa e passível de acompanhamento ao longo do tempo, de todos os dados tipicamente utilizados em estudos de impacto ambiental e nos relatórios de impacto ambiental (EIA/RIMA). Este sistema deverá ser certificado com informações do sítio de Itaorna e áreas adjacentes circulares com raio de 50 Km e ser replicado com ganho de tempo e qualidade nos futuros EIA/RIMA dos novos empreendimentos.

Resultados:

A Eletrobras Eletronuclear a identificação em todo território nacional das áreas adequadas a sítios para a instalação de centrais nucleares para a geração de energia elétrica e iniciou o levantamento dos dados necessários a elaboração de seu Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA.

2.3.3 Programa 0807 – Investimento das Empresas Estatais em infra-estrutura de Apoio

Quadro A.2.16 – Dados Gerais do Programa

Identificação do Programa de Governo	
Programa: 0807	Denominação: Investimento das Empresas Estatais em infra-estrutura de Apoio
Objetivo Geral: Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.	
Objetivos Específicos: Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.	
Gerente do programa:	N.D
Gerente Executivo:	N.D
Responsável pelo programa no âmbito da UJ:	N.D
Indicadores ou parâmetros utilizados:	N.D
Público Alvo (beneficiários):	Governo

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

2.3.3.1 Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Quadro A 2.17 – Dados Gerais da Ação

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
Ação: 4102	Denominação: Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos
Finalidade da Ação: Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.	
Objetivo Geral: Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador nacional da ação:	Não há coordenador vinculado
Unidades Executoras:	Não definida no SIGPlan
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Não definida no SIGPlan
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Não há coordenador vinculado

Quadro A 2.18 – Metas e resultados da Ação no Exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	2.542.333	1.632.901	64,23%
Física	N.A.	N.A.	-

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativas:

A realização no exercício de 2011 foi impactada devido a:

- 1) Morosidade dos processos de aquisição;
- 2) Transferência de algumas aquisições de móveis e utensílios para 2012, cujas requisições encontram-se em andamento.

2.3.3.2 Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Quadro A 2.19 – Dados Gerais da Ação

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
Ação: 4103	Denominação: Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento
Finalidade da Ação: Realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.	
Objetivo Geral: Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Eletrobras Eletronuclear S.A
Coordenador nacional da ação:	Não há coordenador vinculado
Unidades Executoras:	Não definida no SIGPlan
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	Não definida no SIGPlan
Competência institucional requerida para a execução da ação:	Não há coordenador vinculado

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Quadro A 2.20 Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	15.000.000	10.010.234	66,73%
Física	N.A.	N.A.	-

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Justificativas:

No exercício de 2011 foram aplicados recursos nos seguintes itens:

- 1) Ampliação do sistema de armazenamento (storage) da rede corporativa;
- 2) Aquisição de switches para a rede corporativa;
- 3) Aquisição de licenciamento de softwares para o ambiente IBM;
- 4) Aquisição de licenciamento de softwares para a infraestrutura da rede corporativa;
- 5) Ampliação de licenciamento do software de gestão corporativa.

Quadro A 2.21– Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
25	752	296	4477	A	3	N/A	N/A	N/A	N/A
25	752	296	1853	P	3	%	100%	100 %	-
25	752	296	6486	A	3	N/A	N/A	N/A	N/A
25	752	296	5E88	P	1	%	100%	84,27%	-
25	752	276	6508	A	3	N/A	N/A	N/A	N/A
25	122	0807	4102	A	3	N/A	N/A	N/A	N/A
25	0752	0807	4103	A	3	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

“Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

“Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

“Não se aplica à natureza jurídica da UJ”

2.4.3 Outros Indicadores Institucionais

A) Ouvidoria

Com a Instrução Normativa 12.03, de 11 de dezembro de 2007, a ELETROBRAS ELETRONUCLEAR formalizou a Ouvidoria como uma função vinculada a Presidência, estabeleceu diretrizes de funcionamento e ampliou sua atuação com a finalidade de aproximar a Diretoria Executiva do corpo funcional, dos prestadores de serviço e da comunidade. Em 03/07/2008, em sua 882ª Reunião a Diretoria Executiva aprovou, com vigência a partir de 1º de julho de 2008, a nomeação da Ouvidoria da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR.

Indicadores

Os principais indicadores de desempenho, utilizados pela Ouvidoria no período com destaque para Sistema Informatizado de Gestão, implantado no mês de setembro, sendo os dados dos meses anteriores apurados manualmente.

Análise Quantitativa

Durante o exercício de 2011 foram recebidas 367 manifestações, das quais, 367 (100%) foram atendidas.

Considerando que no ano de 2010 foram recebidas 500 manifestações, há um decréscimo de 26,6% em relação ao ano anterior.

Origem da demanda

Assuntos mais frequentes, quanto a sua origem:

- Público Externo:

- Concurso Público;
- Credenciamento Médico;
- Comunicação Social.

- Público Interno:

- Gestão de Pessoas;
- Infraestrutura, vilas,....

Fonte: Coordenação de Comunicação e Segurança – CS.P

Quadro 2.4.1 – Por assuntos abordados nas manifestações recebidas

Assunto	Quantidade
Administração (Infra-Estrutura, Contratos, Vilas, Transporte)	56
Comunicação Social / Imprensa	39
Concurso Público / Pedido de Emprego e Estágio	34
Construção / Novos Empreendimentos	7
Credenciamento Médico / Odontológico	34
Denúncia / Comissão de Ética	4
Gestão de Pessoas	37
Licitações / Fornecedores	12
Meio Ambiente	8
Operação das Usinas (Angra 1 e 2)	1
Patrocínio Cultural / Eventos	3
Programas de Visitas	10
Responsabilidade Social (Convênios)	12
Segurança (Física e Nuclear)	24
Outros	86
Total	367

Fonte: Coordenação de Comunicação e Segurança – CS.P

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N°108, DE 24/11/2010.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

“ Não se aplica à natureza da UJ”

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

“ Não se aplica à natureza da UJ”

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à disposição da Eletrobras Eletronuclear

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da Eletrobras Eletronuclear – Situação Apurada em 31/12/2011

A tipologia de cargos do quadro da Portaria 123 de 12/05/2011 foi adaptada à natureza desta UJ.

Regime do Ocupante do Cargo	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
Empregados	-	2.472	83	51
Art. 37 da CF/1988	-	38	8	3
Cedidos	-	57	-	-
Licença sem vencimentos	-	3	-	-
Licença Reclusão	-	1	1	-
Empregados Anistiados	-	5	5	-
Empregados Próprios		2.576	-	-
Requisitados	-	16	-	-
Aposentados por Invalidez	-	41	-	-
Diretores não empregados	-	5	-	-
Total	2.659	2.638	97	54

Notas: Todos os empregados são celetistas.

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

5.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho efetivo da Eletrobras Eletronuclear

Quadro A.5.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Eletrobras Eletronuclear – Situação em 31/12/2011

A tipologia de cargos do quadro da Portaria 123 de 12/05/2011 foi adaptada à natureza desta UJ.

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (empregados do quadro próprio que trabalham em outras empresas)	57
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1 Para Exercício de Mandato Efetivo	-
2.2 Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3 Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4 Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Licença não remunerada (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	3
3.1 Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
3.2 Serviço Militar	-
3.3 Atividade Política	-
3.4 Interesses Particulares	3
3.5 Mandato Classista	-
Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3)	61

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

5.1.3 Quantificação dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Eletrobras Eletronuclear

Quadro A.5.3 – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Eletrobras Eletronuclear (Situação em 31/12/2011)

A tipologia de cargos do quadro da Portaria 123 de 12/05/2011 foi adaptada à natureza desta UJ.

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregados que recebem Remuneração Global (RG)	113	113	4	4
2. Empregados que recebem Gratificação de Função (GF)	123	118	8	8
3. Total de servidores com RG e GF	236	231	-	-

Notas:

1) Os empregados que recebem Remuneração Global (Superintendentes, Gerentes, Chefes de Divisão, Assessores de Diretores, Consultor Jurídico).

2) Os empregados que recebem Gratificação de Função (Supervisores)

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

5.1.4 Qualificação do Quadro de Pessoal da Eletrobras Eletronuclear Segundo a Idade

Quadro A.5.4 – Quantidade de Servidores da Eletrobras Eletronuclear por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/2011.

A tipologia de cargos do quadro da Portaria 123 de 12/05/2011 foi adaptada à natureza desta UJ.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Empregados	282	639	467	820	264
Art. 37 da CF/1988	4	4	8	11	11
Cedidos	0	10	5	35	7
Licença sem Vencimentos	-	-	-	2	1
Licença Reclusão	-	1	-	-	-
Anistiados	-	-	-	1	4
Próprios	286	654	480	870	287
Requisitados	-	1	9	6	-
Aposentados por Invalidez	-	-	5	27	9
Diretores não empregados	-	-	-	2	3
Total	286	655	494	904	299

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro A.5.5 – Quantidade de Servidores da Eletrobras Eletronuclear por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2011.

A tipologia de cargos do quadro da Portaria 123 de 12/05/2011 foi adaptada à natureza desta UJ.

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Empregados	0	0	0	0	1.541	427	260	111	10
2. Empregados em cargo em Função Gratificada	0	0	0	0	34	86	81	23	3
3. Empregados Próprios – Totais (1+2)	0	0	0	0	1.575	513	341	134	13

Legenda:

Nível de Escolaridade:

1 – Analfabeto; 2 – Alfabetização sem cursos regulares; 3 – Primeiro Grau Incompleto; 4 – Primeiro Grau; 5 – Segundo Grau ou Técnico; 6 – Superior; Aperfeiçoamento/Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado; 10 – Não Classificada.

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Eletrobras Eletronuclear Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.5.6 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12/2011.

A tipologia de cargos do quadro da Portaria 123 de 12/05/2011 foi adaptada à natureza desta UJ.

Regime de proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadoria iniciadas no exercício de referência
1. Aposentados por Invalidez	41	1

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

5.2.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Eletrobras Eletronuclear

Quadro A.5.7 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2011

“Não se aplica à natureza da UJ”

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício (Em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior	-	-	-	-	-
1.1 Área Fim	30	40	34	36	273.066
1.2 Área Meio	67	83	80	76	600.745
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	09	13	15	16	101.424
2.2 Área Meio	18	13	12	13	109.226
3. Total (1+2)	124	149	141	141	1.084.461

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

5.4 Demonstração dos Custos de Pessoal da Eletrobras Eletronuclear

Quadro A.5.9 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores

A tipologia de cargos do quadro da Portaria 123 de 12/05/2011 foi adaptada à natureza desta UJ.

Valores em R\$1,00

QUADRO PRÓPRIO						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2011	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2011	2.576	288.131.030	-	8.044.111	64.672.599	2.587.207
2010	2.531	253.015.513	-	6.891.774	55.063.274	16.435.661
2009	2.303	240.732.567	-	5.275.997	23.810.035	148.041
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo) – Diretores recebem honorários						
2011	5	2.636.984	-	-	-	-
2010	5	2.441.242	-	-	-	-
2009	5	1.626.745	-	-	-	-
Requisitados com ônus para a UJ						
2011	16	865.537	-	-	-	-
2010	15	737.330	-	-	-	-
2009	15	825.040	-	-	-	-
Requisitados sem ônus para a UJ						
2011	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-

Notas:

2.576	Neste nº não estão incluídos os Diretores; Requisitados, Jovens Aprendizes e Estagiários.
2.531	Neste nº não estão incluídos os Diretores; Requisitados, Jovens Aprendizes e Estagiários.
2.303	Neste nº não estão incluídos os Diretores; Requisitados, Jovens Aprendizes e Estagiários.

Notas:

- (1) Nos Vencimentos e Vantagens estão inseridos: Salários e Complementos Salariais; Honorários Diretores e Conselheiros, Abono Salarial - ACT; 13º Salário, Abono Pecuniário/Férias/Gratificação de Férias; Adicional de Tempo Serviço; Adicional Noturno; Horas Extras; PLR; Benefícios e Bolsa Educacional.
- (2) Nos Vencimentos e Vantagens não estão inseridos: Auxílio Mudança (Ajuda de Custo); Diárias de Viagens; Gratificação de Função; Adicionais Fixos e Variáveis; Indenizações; Salário Menor Aprendiz e Vale Transporte.
- OBS: Os valores foram calculados com base nas orientações da Portaria nº 277 de 10/12/2010. Para manter homogeneidade de critérios aos exercícios anteriores foram recalculados nas mesmas bases. Assim sendo, essa informação substitui todas as prestadas anteriormente.
- Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

5.5 Terceirização de Mão de Obra Empregada pela Eletrobras Eletronuclear

5.5.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargo do Órgão.

Quadro A.5.10 – Cargos e Atividades Inerentes a Categoria Funcionais do Plano de Cargos da Eletrobras Eletronuclear

“A empresa não contrata locação de mão de obra”.

Quadro A.5.11 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados.

“A empresa não contrata locação de mão de obra”.

5.5.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.

Quadro A.5.12 – Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados

“A empresa não contrata locação de mão de obra”.

5.5.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Eletrobras Eletronuclear.

Quadro A.5.13 – Contratação de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A – Eletronuclear													
UG/Gestão: GCC.A							CNPJ: 42.540.211/0001-67						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	GCS.A/CT-4500138659	11.275.539/0001-70	28/04/2011	27/04/2013	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2010	V	O	GCC.A/CT-060/10	03.372.304/0001-78	29/06/2010	28/06/2014	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2011	L	O	GCS.A/CT-4500135807	36.541.241/0001-95	16/02/2011	15/02/2014	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2011	L	O	GCS.A/CT-4500138193	36.541.241/0001-95	16/04/2011	15/04/2014	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	A
2008	L	O	GCC.A/CT-498/08	00.798.619/0001-93	28/10/2008	27/03/2011	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2007	L	O	GCC.A/CT-495/07	00.335.380/0001-15	17/09/2007	15/02/2011	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2009	L	O	GCC.A/CT-266/09	36.541.241/0001-95	3/09/2009	15/02/2011	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
2009	L	O	GCC.A/CT-267/09	36.529.998/0001-63	26/08/2009	15/02/2011	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	E
<p>Observação: A Eletronuclear não realiza contratação de mão de obra através de empresa interposta, tendo nesse sentido, firmado um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Trabalho em 27/04/2007, o qual foi integralmente cumprido. Todas as contratações têm como objeto a execução de serviços, ficando toda e qualquer administração de mão de obra a cargo do contratado.</p>													
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

5.5.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.

Quadro A.5.14 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

“A empresa não contrata locação de mão de obra”.

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Quadro A.5.6.1 Distribuição de força de trabalho por faixa etária em 31/12/2011.

Número total de empregados (incluídos os Diretores não funcionários)	2.581
até 30 anos de idade (%)	13%
idade entre 31 e 40 anos /(%)	26%
idade entre 41 e 50 anos /(%)	18%
idade superior a 50 anos/ (%)	43%

Quadro A.5.6.2 Indicadores de equidade em 31/12/2011.

Número de mulheres em relação ao total de empregados / (%)	18%
Mulheres em cargos gerenciais – em relação ao total de cargos gerenciais (%)	8%
Empregadas negras (pretas e pardas) – em relação ao total de empregados (%)	4%
Empregados negros (pretos e pardos) – em relação ao total de empregados (%)	18%
Empregados negros (pretos e pardos) em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais (%)	6%
Estagiários em relação ao total de empregados (%)	5%
Empregados do Programa de Contratação de Aprendizizes (%)	3%
Empregados portadores de deficiência	17

6. PARTE A, ITEM6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

6.1 Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício

6.1.1 Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2011

Quadro A.6.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Valores em R\$1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR									
CNPJ: 42.540.211/0001-67					UG/GESTÃO: ARS.P				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até Exercício	Início	Fim	
1	ARS.P-008/08	72.060.999/0001-75	150.000	-	-	150.000	05/02/09	04/02/11	4
1	GAR.A 695/08	42.498.717/0001-55	2.090.000	-	27.233	517.972	23/03/09	22/03/12	1
1	ARS.P-001/09	51.824.241/0001-96	345.680	-	69.068	345.612	30/03/09	29/07/11	4
1	ARS.P-002/09	29.933.850/0001-60	2.309.968	-	273.941	652.126	11/02/10	10/02/14	1
1	ARS.0-003/09	33.370.115/0001-27 (*1)	(*1)	-	-	-	25/11/09	24/11/14	1
1	ARS.P-005/09	42.498.659/0001-60 02.395.530/0001-01 (*2)	16.180.987	-	3.604.431	7.084.751	18/11/09	17/01/14	1
1	ARS.P-001/10	29.172.467/0001-09	31.700.000	-	7.206.545	10.522.921	19/02/10	18/04/12	1
1	ARS.P-002/10	33.621.319/0001-93	656.317	-	317.722	655.978	24/03/10	23/03/11	4
1	ARS.P-CV-004/10	29.051.216/0001-68	223.650	-	-	219.386	9/6/2010	08/02/11	4
1	ARS.P-CV-005/10	29.05.121/60001.68	206.610	-	95.845	95.845	01/07/10	28/02/13	1
1	ARS.P-CV-006/10	07.367.088/0001-23	3.084.802	270.200	512.114	912.757	01/07/10	30/06/14	1
1	ARS.P-CV-007/10	40.254.401/0001-92	2.250.000	-	449.254	674.254	01/07/10	30/06/14	1
1	ARS.P-CV-008/10	29.172.467/0001-09 28.503.308/0001-79 (*3)	3.200.000	-	617.762	617.762	01/12/10	28/02/13	1
1	ARS.P-CV-010/10	29.051.216/0001-68	444.000	-	427.258	427.258	19/01/11	18/07/11	4
1	ARS.P-CV-002/11	29.172.475/0001-69 29.830.015/0001-69 (*4)	2.963.026	-	1.361.007	1.361.007	01/06/11	31/12/12	1

1	ARS.P-CV-003/11	03.638.124/0001-95	4.222.316	383.199	340.141	340.141	15/07/11	14/07/16	1
1	ARS.P-CV-005/11	29.051.216/0001-68	804.244	-	-	(*5)	04/08/11	03/03/12	1
1	ARS.P-CV-006/11	29.051.216/0001-68	213.000	-	-	(*5)	04/08/11	02/03/12	1
4	TC-ARS.P-002/08	51.824.241/0001-96	2.500.000	.	.	(*6)	22/10/08	21/10/13	1
4	ARS.P-PI-002/09	13.031.547/0001-04	SEM VALOR	-	-	(*6)	05/03/10	04/03/15	1
4	ARS.P-PI-003/09	74.050.536/0001-34	1.000.000	-	-	(*6)	19/04/10	18/04/15	1
4	S/N	37.084.027/0001-10	5.000.000	-	-	(*6)	02/03/07	01/03/12	1
4	S/N	10.246.869/0001-74	1.434.410	603.000	-	(*6)	27/08/10	26/03/11	1
5	S/N	29.172.467/0001-09	150.444.000	-	-	(*6)	05/10/09	01/06/10	1
5	S/N	29.172.475/0001-47	46.401.320	-	-	(*6)	19/02/10	(*7)	1
5	S/N	29.051.216/0001-68	14.397.935	-	-	(*6)	18/02/10	(*7)	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fontes: Assessoria de Responsabilidade Socioambiental – ARS.P

Diretoria Técnica – DT

(*1) Convênio sem repasse de valores

(*2) Convênio firmado com o CNPJ 42.498.659/0001-60, tendo como executor o CNPJ 02.395.530/0001-01. Os valores são transferidos para o executor.

(*3) Convênio firmado com o CNPJ 29.172.467/0001-09, tendo como executor o CNPJ 28.503.308/0001-79. Os valores são transferidos para o executor.

(*4) Convênio firmado com o CNPJ 29.172.475/0001-47, tendo como executor o CNPJ 29.830.015/0001-69. Os valores são transferidos para o executor.

(*5) Ainda não houve repasse de valores.

(*6) Os Termos de Cooperação e os Termos de Compromisso não terão valores repassados aos beneficiários, tendo em vista que serão firmados convênios específicos para cada uma das atividades acordadas nos mesmos.

(*7) O fim da vigência será a data de concessão da licença de operação da Unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, por parte do IBAMA.

6.1.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos três Últimos Exercícios

Quadro A.6.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR						
CNPJ: 42.540.211/0001-67				UG/GESTÃO: ARS.P		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	5	8	5	15.302.325	9.173.274	3.037.879
Contrato de Repasse	-	-	-	*	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	3	-	-	(*1)	
Termo de Compromisso	-	2	1	-	(*1)	(*1)
Totais	5	13	6	15.302.325	9.173.274	3.037.879

Fontes: Assessoria de Responsabilidade Socioambiental – ARS.P
Diretoria Técnica – DT

Notas:

(*1) Não há repasse para os Termos de Cooperação e de Compromisso (vide quadro anterior).

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

Quadro A.6.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2012 e Exercícios Seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A.					
CNPJ: 42.540.211/0001-67			UG/GESTÃO: ARS.P		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	13	69.224.955	22.779.538	2.072.000	32,91%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	4	8.500.000	(*1)	(*1)	-
Termo de Compromisso	3	211.243.255	(*1)	(*1)	-
Totais	20	288.968.210	22.779.538	2.072.000	32,91%

(*1) Não há repasse para os Termos de Cooperação e de Compromisso (vide quadro anterior)

Fonte: Assessoria de Responsabilidade Socioambiental – ARS.P

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

Quadro A.6.4 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.

Valores em R\$1,00

Unidade Concedente				
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A.				
CNPJ: 42.540.211/0001- 67		UG/GESTÃO: ARS.P		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
		Convênios	Contratos de Repasse	
2011	Contas prestadas	Quantidade	31	-
		Montante Repassado (R\$)	14.250.242	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	7	-
		Montante Repassado (R\$)	1.250.242	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	34	-
		Montante Repassado (R\$)	8.729.013	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	17	-
		Montante Repassado (R\$)	2.817.924	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	-
		Montante Repassado (R\$)	16.293	-

Fonte: Assessoria de Responsabilidade Socioambiental – ARS.P

6.2.1 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de repasse
 Quadro A.6.5 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A.					
CNPJ: 42.540.211/0001-67			UG/GESTÃO: ARS.P		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			31	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	24	
			Contas Não analisadas	7	
		Montante repassado (R\$)		15.302.325	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-
			Quantidade Reprovada		-
			Quantidade de TCE		-
Contas NÃO analisadas		Quantidade		-	
	Montante repassado (R\$)		-		
2010	Quantidade de contas prestadas			34	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		34	-
		Quantidade Reprovada			-
		Quantidade de TCE			-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			-
Montante repassado (R\$)		8.729.013	-		
2009	Quantidade de contas prestadas			17	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		17	-
		Quantidade Reprovada			-
		Quantidade de TCE			-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			-
Montante repassado			-		
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1	-
		Montante repassado		16.293	-

Fonte: Assessoria de Responsabilidade Socioambiental – ARS.P

6.3 Análise Crítica

Os instrumentos de Convênios são fundamentais para a Eletrobras Eletronuclear, pois é através deles que a empresa realiza as ações determinadas pelas condicionantes impostas pelos órgãos de licenciamento.

Anualmente é feito um orçamento referente aos dispêndios previstos para os Convênios, tanto para o ano seguinte, quanto para os demais, conforme estabelecido em cada instrumento. O repasse é feito através de depósito na conta corrente única do Convênio, conforme consta no Plano de Trabalho.

Os gestores dos convênios são formalmente nomeados, e são responsáveis pela administração e pela análise das prestações de contas. Periodicamente, nos períodos previstos no Plano de Trabalho, é feita a fiscalização *in loco*, para verificar se as etapas previstas no Cronograma de Execução foram executadas. Este Fiscal emite um relatório descritivo e/ou fotográfico, dependendo do objeto do convênio, relatando o que foi observado durante a fiscalização. Esses instrumentos de gestão têm se mostrado eficazes e adequados, tendo a empresa uma área para sua gestão.

Em caso de inadimplência é emitida correspondência para o conveniado solicitando a regularização dos valores devidos e enquanto não é apresentada a prestação de contas, as parcelas ainda não pagas não são liberadas.

Da análise do quadro A.6.4 depreende-se que a evolução dos dispêndios é compatível com as atividades da empresa. Note-se que o aumento verificado no ano de 2011 corresponde às obrigações decorrentes das condicionantes do licenciamento ambiental das obras da usina de Angra 3.

A pendência de prestação de contas existente está sendo resolvida através da área jurídica das duas instituições. Todas as demais prestações de contas estão em conformidade e realizadas dentro do prazo regulamentar.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

“Não se aplica à natureza da UJ”

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.

8.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.8.1 Demonstrativo do cumprimento, por Autoridades e Servidores da Eletrobras Eletronuclear, da Obrigação de Entregar a DBR.

Detentores de Cargos e Funções obrigado a entregar a DBR.	Situação em relação às exigências da Lei n.º 8.730/93	Exercício 2011
Diretores, Conselheiros Fiscal / Administração	Obrigados a entregar a DBR	14
	Entregaram a DBR	14
	Não cumpriram a obrigação	00
Cargos de Confiança Inclusive Art. 37	Obrigados a entregar a DBR	269
	Entregaram a DBR	269
	Não cumpriram a obrigação	00

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos – SH.A

8.2 Análise Crítica

Existem duas formas para o cumprimento da citada obrigação: O empregado pode entregar cópia de sua Declaração em envelope lacrado ou se desejar, basta assinar uma autorização de acesso à sua Declaração em conformidade com o art. 1º da Portaria Interministerial MP/CGU n.º 298/07.

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos – SH.A

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

9.1 Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da Eletrobras Eletronuclear

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					x
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
<p>Considerações gerais: Nota: A Eletrobras Eletronuclear conta com uma área específica para gestão de riscos corporativos e controles internos criada em 2010. Esta área levanta e acompanha os riscos aos quais a empresa está exposta, reportando-os regularmente à alta administração. Esta área foi a responsável pelo preenchimento desta tabela. Em virtude de um aprofundamento nos testes dos controles feitos pela auditoria independente, consideramos que alguns aspectos do ambiente de controles internos ainda são passíveis de aprimoramento. Encontram-se em andamento planos de ação para eliminação de não conformidades apontadas pelas auditorias e diminuição da vulnerabilidade da empresa em relação aos riscos a que ela está exposta.</p>					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Gerência de Gestão de Riscos e de Conformidades de Controles – GRC.G

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	x				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		x			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? A empresa utiliza há anos lâmpadas econômicas					x
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	x				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Sim. Foram adquiridos veículos "flex fuel".					x
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			x		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					x
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					x

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Campanhas com folders, adesivos, palestras, etc					x
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? “Campanha com folders, adesivos, palestras, etc.”					x
Considerações Gerais: A empresa processa as suas aquisições com base em especificações técnicas geradas pelas unidades requisitantes. Os processos estão regulados por uma legislação específica onde não é contemplada a questão da sustentabilidade ambiental, tendo inclusive o TCU nos proibido de exigir certificações ISO em nossos editais (Decisão 1.526/02-TCU-Plenário de 06/11/2002), sob alegação de que tal exigência restringiria a competitividade do certame, violando as disposições do Inc. I, § 1º, Art. 3º da Lei 8666/93.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte GPL.G com base em dados das área de aquisições, de sustentabilidade e de meio ambiente

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

“Não se aplica à natureza da jurídica da UJ”

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.
12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)
Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Eletrobras Eletronuclear

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					x
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	x				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Quantitativos: Servidores = 80 Terceirizados = 30				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					x
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		x			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					x
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		x			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				x	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		x			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.		x			
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Percentual de participação 20%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.		x			
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					x
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		x			
Considerações Gerais:					
“Sem comentários”					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Fonte: Gerência de Infraestrutura de Tecnologia da Informação – GIN.G

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

13. Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

“Não se aplica à natureza da UJ”

14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da Eletrobras Eletronuclear

A Eletrobras Eletronuclear está habilitada aos benefícios do regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI para a construção de Angra 3. Ao final de 2010 a Construtora Andrade Gutierrez (CNPJ 17.262.213/0001-94) foi incluída neste regime na qualidade de empresa co-habilitada.

Quadro A.14.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da Eletrobras Eletronuclear

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
PASEP/COFINS	Lei 11.488/2007	Suspensão de Exigência	Implantação de Obras de Infraestrutura	Não há	15/07/2014	Não há

Fonte: Superintendência Financeira – SF.A

Quadro A.14.2 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica

UF	2011		2010		2011	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
RJ	9	4.108.297,49	1	96.811,87	1	8.738,86
SP	3	1.109.412,75				
Σ	12	5.217.710,24	1	96.811,87	1	8.738,86

Fonte: Superintendência Financeira – SF.A

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.

Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

15.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.15.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	008.968/2007-0	1.884/2007- TCU Plenário	9.1	Determinação	
Assunto objeto da deliberação:					
Relatório de Auditoria - Fiscobras 2007.					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
9.1. Determinar à Eletrobras Termonuclear S.A. que adote medidas com o objetivo de aperfeiçoar seus controles internos de forma a evitar a prestação incompleta e/ou incorreta de informações, em vista do disposto nos arts. 42 e 87 da Lei 8.443/92, c/c o art. 208 do Regimento Interno - TCU, o que poderá implicar na aplicação ao responsável do previsto no inciso IV do art. 58 da referida lei.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças – DA Diretoria Técnica - DT					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Determinação acatada pela Eletrobras Eletronuclear, através da implantação do sistema de acompanhamento de contratos conforme estabelecido na Circular Geral – CGE 070/09, de 12/11/2009.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Aprimorou o acompanhamento e controle dos contratos da Eletrobras Eletronuclear. Processo solucionado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	021.520/2010-0	7817/2010	9.1; 9.2 e 9.3	Determinação/ Alerta/ Recomendação	
Assunto objeto da deliberação:					
Fiscalização da execução e controle dos convênios recentemente firmados pela Eletronuclear.					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1. determinar à Eletronuclear que:</p> <p>9.1.1. no prazo de 90 (noventa) dias, componha o relatório de prestação de contas do convênio ARS.P - 006/09, de forma que sejam incluídos os itens exigidos no artigo 58 da Portaria Interministerial nº 127/2008, no que couber, comunicando este Tribunal sobre as medidas adotadas;</p> <p>9.1.2. em conformidade com o art. 51, caput, da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127/2008, adote e apresente a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, as seguintes providências relativas aos contratos de execução de obras e aparelhamento do Hospital Municipal da Japuiba, no Município de Angra dos Reis/RJ (Convênio ARS.P-001/2010):</p> <p>9.1.2.1. elaboração de cronograma ajustado, de modo que as compras dos bens sejam efetuadas à época de suas instalações;</p> <p>9.1.2.2. acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto;</p> <p>9.2. alertar a Eletronuclear quanto à necessidade de:</p> <p>9.2.1. ao celebrar convênios, formalizar e arquivar adequadamente os respectivos processos, rubricando e numerando sequencialmente todas as folhas, conforme estabelece o § 4º do art. 22 da Lei nº 9.784/1999;</p> <p>9.2.2. exigir dos convenientes que as respectivas prestações de contas dos convênios contenham todos os documentos comprobatórios das despesas realizadas, a fim de atestar o cumprimento de seu objeto e de possibilitar o efetivo controle dos gastos, em obediência ao artigo 58 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127/2008;</p> <p>9.2.3. incluir de forma tempestiva, nos processos administrativos correspondentes, toda a documentação necessária à comprovação da boa e regular execução de seus convênios, em observância ao art. 58 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127/2008;</p> <p>9.2.4. compor os processos de convênios, que possuam condicionantes de licenças ambientais impostas pelo Ibama, com a inclusão de parecer técnico circunstanciado da Superintendência de Licenciamento e Meio Ambiente, atestando a adequação dos projetos apresentados às exigências da autarquia ambiental, em conformidade com o disposto no art. 31 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127/2008;</p> <p>9.2.5. fazer acompanhar as inspeções de vistorias, definidas nos termos de seus convênios, dos correspondentes pareceres técnicos quanto à regularidade dos atos praticados, em consonância com o art. 51 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127/2008;</p> <p>9.3. recomendar à Eletronuclear que:</p> <p>9.3.1. envie esforços na adequação da estrutura de pessoal do setor responsável pela celebração e acompanhamento dos convênios decorrentes das condicionantes ambientais estabelecidas para a construção de Angra 3, de modo a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução dos objetos firmados, estudando, inclusive, a possibilidade de capacitar e remanejar empregados de outros setores da Eletrobras Eletronuclear para a Assessoria de Responsabilidade Socioambiental (ARS.P), visando a aumentar qualitativa e quantitativamente o contingente de profissionais desta área;</p> <p>9.3.2. desenvolva em seu sistema de gestão (SAP-R3) módulo que integre as informações do acompanhamento financeiro, já feito pelo sistema, com as informações e dados de execução física e de prestação de contas dos convênios e de outros repasses, de forma a trazer transparência e confiabilidade para esses dados;</p>					

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Assessoria de Responsabilidade Social – ARS.P	Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
A Eletrobras Eletronuclear encaminhou para a 9ª SECEX – TCU, em 19/01/2011 a correspondência AI.CA-002/11 informando as providências tomadas.	
Síntese dos resultados obtidos	
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Aprimorou o acompanhamento e controle dos convênios celebrados com a Eletrobras Eletronuclear. Processo solucionado.	

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	030.557/2010-0	162/2011 -1ª Câmara	1.5	Alerta	
Assunto objeto da deliberação:					
PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
1.5. Alertar à Eletrobras Termonuclear S.A. quanto às deficiências em seus mecanismos de controles internos administrativos que, por resultarem na prestação de informações inconsistentes às equipes de fiscalização dos sistemas de controle interno e externo, dificultando a formação de opinião sobre a gestão dos responsáveis e acarretando riscos à gestão da Eletrobras Eletronuclear, dão ensejo ao descumprimento do contido nos artigos 42 e 87 da Lei n. 8.443/92, bem como à desobediência ao artigo 17, caput e incisos I, II e III, do Decreto nº 3.591/2000.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria Executiva - DE					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
(1) A Eletrobras Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Aprimorou os controles internos administrativos da Eletrobras Eletronuclear. Processo solucionado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	029.248/2010-8	653/2011- Plenário	9.1 e 9.2	Recomendação e Alerta	
Assunto objeto da deliberação:					
OBRAS DA USINA TERMONUCLEAR DE ANGRA 3. CONCORRÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, ASSOCIADOS ÀS RESPONSABILIDADES DO PROPRIETÁRIO.					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1. recomendar à Eletronuclear que, em virtude da falta de documentos que respaldem a adequação dos quantitativos previstos no orçamento da Concorrência GAC.T/CN-002/2010, documente o número de "homem x hora" efetivamente utilizado para cada uma das categorias de profissionais, correlacionando-o aos produtos entregues e tarefas desempenhadas, de modo a viabilizar futuros trabalhos de fiscalização do contrato;</p> <p>9.2. alertar à Eletronuclear quanto às seguintes impropriedades constatadas na Concorrência GAC.T/CN-002/2010:</p> <p>9.2.1 inobservância do art. 127 da Lei nº 12.309/2010 (LDO 2011), visto que foi adotado critério de aceitabilidade de preço global que permitia a contratação de proposta com valor até 15% acima do orçado pela Administração;</p> <p>9.2.2 inobservância do art. 6º, inciso IX, alínea "f", e art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, em face da constatação de falta de detalhamento das parcelas integrantes do fator multiplicador "k" utilizado no orçamento-base e nas propostas de preços, o que dificultou a análise da aderência dos percentuais adotados ao caso concreto, diminuindo a transparência da contratação;</p> <p>9.2.3 existência de critérios de julgamento subjetivos para avaliação de propostas técnicas, o que colocou em risco a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, além de ter ferido os princípios da isonomia e do julgamento objetivo previstos no art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/1993;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos – SG.T					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear enviou correspondência AI.CA 014/11 de 04/04/2011, para SECOB 3 – TCU, encaminhando um Memorial onde foi apresentado os esclarecimentos necessários.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Aprimorou os controles internos administrativos da Eletrobras Eletronuclear. Processo solucionado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	029.249/2010-4	654/2011 - Plenário	9.1 e 9.2	Recomendação e Alerta	
Assunto objeto da deliberação:					
OBRAS DA USINA TERMONUCLEAR DE ANGRA 3. CONCORRÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO AO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO.					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1. recomendar à Eletronuclear que, em virtude da falta de documentos que respaldem a adequação dos quantitativos previstos no orçamento da Concorrência GAC.T/CN-013/2010, documente o número de "homem x hora" efetivamente utilizado para cada uma das categorias de profissionais, correlacionando-o aos produtos entregues e tarefas desempenhadas, de modo a viabilizar futuros trabalhos de fiscalização no âmbito do contrato;</p> <p>9.2. alertar à Eletronuclear quanto às seguintes impropriedades constatadas na Concorrência GAC.T/CN-013/2010:</p> <p>9.2.1 inobservância do art. 127 da Lei nº 12.309/2010 (LDO 2011), visto que foi adotado critério de aceitabilidade de preço global que permitia a contratação de proposta com valor até 15% acima do orçado pela Administração;</p> <p>9.2.2 inobservância do art. 6º, inciso IX, alínea "f", e art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, em face da constatação de falta de detalhamento das parcelas integrantes do fator multiplicador "k" utilizado no orçamento-base e nas propostas de preços, o que dificultou a análise da aderência dos percentuais adotados ao caso concreto, diminuindo a transparência da contratação;</p> <p>9.2.3 existência de critérios de julgamento subjetivos para avaliação de propostas técnicas, o que colocou em risco a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, além de ter ferido os princípios da isonomia e do julgamento objetivo previstos no art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/1993;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos - SG.T					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear enviou à SECOB 3 – TCU em 04/04/2011, a correspondência AI.CA 014/11, encaminhando um Memorial onde foram apresentados os esclarecimentos. sobre os Acórdãos n.ºs 653/2011 e 654/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Aprimorou os controles internos administrativos da Eletrobras Eletronuclear. Processo solucionado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	014.248/2006-6	742/2011	9.1 e 9.2	-	
Assunto objeto da deliberação:					
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. ELETROBRÁS TERMONUCLEAR. IRREGULARIDADES NA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS E DE MÃO DE OBRA.					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
9.1. acolher as alegações de defesa e as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis;					
9.2. julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, expedindo-lhes quitação;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Não aplicável.					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
As alegações e justificativas apresentadas pela Eletrobras Eletronuclear foram acolhidas. Processo solucionado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	020.271/2008-6	1.177/2011-Plenário	1.7 e 1.8	-	
Assunto objeto da deliberação:					
PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2007					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
1.7. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso II, da Lei 8.443/92, julgar regulares com ressalva as contas e dar quitação aos responsáveis Othon Luiz Pinheiro da Silva e Paulo Sérgio Petis Fernandes, em face das falhas detectadas na licitação e execução de contratos de terceirização firmados nos exercícios de 2003 a 2007, objeto do Acórdão 742/2011-TCU-Plenário;					
1.8. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso I, da Lei 8.443/92, julgar regulares as contas e dar quitação plena aos responsáveis Antonio Carlos Ramos de Barros Mello, Arthur Obino Neto, Edilson Rodrigues Tavares, Eduardo Souza de Grand Court, Haroldo Borges Rodrigues Lima, José Drumond Saraiva, Luis Hiroshi Sakamoto, Luiz Antônio de Amorim Soares, Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira, Miriam Mara Miranda, Nelson José Hubner Moreira, Pedro José Diniz de Figueiredo, João Carlos da Cunha Bastos, Paulo César da Costa Carneiro, Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva, Ricardo de Gusmão Dornelles e Ruy Takeo Takahashie;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Não aplicável.					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
(2) A Eletrobras Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Foram julgadas regulares as contas, bem como dada a quitação plena aos responsáveis. Processo solucionado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI/CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	024.923/2010-9	1.276/2011-TCU- Plenário	9.1	-	
Assunto objeto da deliberação:					
MONITORAMENTO DO ACÓRDÃO 1901/2010-PLENÁRIO. ELETRONUCLEAR. REPASSE DE RECURSOS PÚBLICOS À CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DE FURNAS E ELETRONUCLEAR-CAEFE.					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
9.1.considerar atendidas as determinações expedidas à Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, por meio do Acórdão 1.901/2010 - TCU – Plenário, de 4/8/2010, exaradas nos autos do TC 018.241/2008-0;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Não se aplica					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Processo arquivado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09	010.147/2004-9	3.273/2011-2ª Câmara	-	-	
Assunto objeto da deliberação:					
PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2003					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
a) levantar o sobrestamento destes autos, nos termos do art. 39, § 3º, da Resolução TCU n.º 191/2006; b) julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Srs. Flávio Decat de Moura, Zieli Dutra Thomé Filho, Geraldo César Mota e José Marcos Castilho, dando-se-lhes quitação, com fulcro nos 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno; c) julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados no subitem 1.1, dando-se-lhes quitação plena, com fulcro nos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Não aplicável.					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
(3) A Eletrobras Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Foram consideradas regulares as contas dos responsáveis pela Eletrobras Eletronuclear. Processo solucionado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	019.198/2007-3	1.317/2011-TCU- Plenário	1.7	Alerta	
Assunto objeto da deliberação:					
PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2006					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
1.7. alertar a Eletronuclear que nas presentes contas foram observadas as seguintes principais impropriedades/irregularidades:					
1.7.1. liberação de recursos do convênio GAR.A.CT002/205, firmado com o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado da Defesa Civil, em conta bancária de uso geral, ignorando a sistemática estabelecida no art. 7º, inciso XIX, da IN/STN 01/97;					
1.7.2. caracterização inadequada da inviabilidade de competição que fundamentou a contratação, por inexigibilidade de licitação, da Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos – COPPETEC, por meio do contrato GRA.A/CT 012/06;					
1.7.3. exigência de amostras dos produtos a serem adquiridos, para fins de análise técnica, antes da fase de lances do Pregão GSU.A-PR-133/06, comprometendo o caráter competitivo do certame e contrariando a jurisprudência desta Corte, a exemplo do Acórdão 1634/2007-TCU-Plenário;					
1.7.4. no tocante ao Contrato GAR.A.CT.002/2006 celebrado entre a Eletronuclear e a Fundação COGE:					
1.7.4.1. a documentação acostada aos autos indica que a fundação foi contratada para intermediar a contratação de mão de obra;					
1.7.4.2. não haveria o controle apropriado sobre as atividades realizadas pelos consultores fora das salas de aula;					
1.7.4.3. não restou adequadamente demonstrada a compatibilidade dos preços contratados com os vigentes no mercado para atividades similares;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças - DA					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Aprimorou o acompanhamento e controle das contratações da Eletrobras Eletronuclear. Processo solucionado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	004.748/2011-5	1.406/2011– Plenário			
Assunto objeto da deliberação:					
Contas do Governo da República do Brasil de 2010					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
V. Recomendar às empresas IRB - Brasil Resseguros S.A., Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear, Eletrobrás Participações S.A. - Eletropar, Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Fafen Energia S.A., Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. - Mangue Seco 2, Companhia Petroquímica de Pernambuco – Petroquímica Suape e Furnas - Centrais Elétricas S.A., que, na execução do Orçamento de Investimento, observem o montante aprovado para as respectivas fontes de financiamento, em obediência à vedação constante do inciso II do art. 167 da Constituição Federal;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças - DA					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
(4) A Eletrobras Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Aprimorou o controle das fontes de financiamento da Eletrobras Eletronuclear. Processo solucionado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	002.567/2011-3	1.550/2011– Plenário			
Assunto objeto da deliberação:					
Monitoramento do cumprimento da determinação e das recomendações constantes do Acórdão 519/2009-Plenário (com as alterações efetuadas pelo Acórdão 1.904/2010-Plenário), que apreciou o relatório de auditoria operacional realizada no Programa Nacional de Atividades Nucleares.					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
9.6 – Determinar à 9ª. Secex que: 9.6.2.- Acompanhar o exercício de simulação do Plano de Emergência Externo (PEE) a ser realizado no Município de Angra dos Reis no segundo semestre de 2.011.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Não aplicável.					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
(5) A Eletrobras Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A Eletrobras Eletronuclear realizou a contento simulação do Plano de Emergência . Processo solucionado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	003.241/2011-4	2.490/2011 – Plenário	-	-	
Assunto objeto da deliberação:					
RELATÓRIO DE LEVANTAMENTOS. SECOB-3 - SEC. DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS 3. ORÇAMENTO DA ELETRONUCLEAR E DO GRUPO PETROBRAS.					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no arts. 143, III, do Regimento Interno/TCU, c/c art. 40, Inciso II, da Resolução- TCU nº 191/2006. ACORDAM em determinar o arquivamento do processo.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Não aplicável.					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica. Processo arquivado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	030.603/2011-0	9.276/2011 – 2ª Câmara	-	-	
Assunto objeto da deliberação:					
ATOS DE ADMISSÃO.					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
<p>a) considerar prejudicados por inépcia os atos constantes deste processo, pela impossibilidade de formulação de juízo sobre sua legalidade, seja pela existência de inconsistência entre informações prestadas, seja pela falta de esclarecimentos pelo órgão gestor de pessoal dessas inconsistências;</p> <p>b) Determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;</p> <p>c) orientar ao Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência de Recursos Humanos – SH.A					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear enviou à SEFIP – TCU em 01/12/2011, a correspondência SH.A – 199/11 de 30/11/2011 em atendimento ao item b) do Acórdão nº 9.276/2011 – 2ª Câmara.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Aprimorou o acompanhamento e controle das contratações de pessoal na Eletrobras Eletronuclear. Processo solucionado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	007.452/2010-1	2.723/2011– Plenário	-	-	
Assunto objeto da deliberação:					
FISCOBRAS/2010. RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO DE AUDITORIA. OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA USINA TERMONUCLEAR DE ANGRA III.					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
Determinar o arquivamento do processo.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Não se aplica.					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica. Processo arquivado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	009.944/2011-7	2.750/2011– Plenário	9.1	Determinação	
Assunto objeto da deliberação:					
Relatório de Levantamento de Auditoria referente aos créditos orçamentários alocados ao PT (LOA 2011), destinados às obras de implantação da Usina Termonuclear de Angra 3.					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
9.1. determinar à Eletrobras Termonuclear S/A que mantenha o mecanismo de compensação da mão de obra enquanto persistir a situação que lhe deu origem, de forma a manter o equilíbrio econômico e financeiro do contrato NCO-223/83;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos – SG.T					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Aprimorou os controles internos dos contratos relacionados à Obra de Angra 3 pela Eletrobras Eletronuclear. Processo solucionado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	030.129/2011-7	10.033/2011– 2ª Câmara	-	-	
Assunto objeto da deliberação:					
ATOS DE ADMISSÃO					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
Considerar prejudicada por perda de objeto, o ato de admissão abaixo relacionado, tendo em vista não produz mais efeitos financeiros, por força do art. 7º da Resolução TCU No- 206, de 2007. 1.1. Interessado: Marcio Barroso Magnani (025.475.507-09)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Não se aplica					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	014.736/2006-2	11.445/2011– 2ª Câmara	-	-	
Assunto objeto da deliberação:					
Prestação de Contas - Exercício: 2005					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
<p>9.2. julgar regulares com ressalva, nos termos do art. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, as contas dos Srs. Zieli Dutra Thomé Filho (CPF: (027.327.347-72) e Paulo Roberto Almeida Figueiredo (378.777.477-72), dando-lhes quitação, em face das falhas detectadas na licitação e execução de contratos de terceirização firmados nos exercícios de 2003 a 2007, objeto do Acórdão nº 742/2011-TCU-Plenário, bem como em decorrência do acompanhamento deficiente da gestão dos recursos do NUCLEOS, entidade fechada de previdência privada patrocinada pela Eletronuclear;</p> <p>9.3. julgar regulares com ressalva, nos termos do art. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, as contas do Sr. José Marcos Castilho (613.896.767-49), dando-lhe quitação, em face das falhas detectadas na contratação de corretora de seguros;</p> <p>9.4. julgar regulares com ressalva, nos termos do art. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, as contas dos Srs. Othon Luiz Pinheiro da Silva (135.734.037-00) e Paulo Sérgio Petis Fernandes (100.379.007-06), dando-lhes quitação, em face das falhas detectadas na licitação e execução de contratos de terceirização firmados nos exercícios de 2003 a 2007, objeto do Acórdão nº 742/2011-TCU-Plenário;</p> <p>9.5. julgar regulares, nos termos do art. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, as contas dos Srs. Antonio Carlos Ramos de Barros Mello (128.764.967-04); Arthur Obino Neto (332.630.947-34); Carlos Henrique Rodrigues Tavares (094.500.682-91); Edilson Rodrigues Tavares (454.028.687-00); Fernando Antonio Salgado Henning (095.259.987-20); Haroldo Borges Rodrigues Lima (046.751.185-34); Joao Carlos da Cunha Bastos (329.629.757-04); José Drumond Saraiva (219.954.277-72); Luis Hiroshi Sakamoto (098.737.591-15); Luiz Antonio Amorim Soares (546.971.157-91); Luiz Antonio Cardoso (042.141.188-04); Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira (844.097.897-91); Luiz Rondon Teixeira de Magalhães Filho (029.773.698-13); Marcelo Sili Reis (827.738.907-87); Miriam Mara Miranda (221.806.131-72); Nelson José Hubner Moreira (443.875.207-87); Orlando de Menezes Tunholi (342.555.247-34); Paulo Cesar da Costa Carneiro (543.966.037-20); Pedro José Diniz de Figueiredo (020.040.627-20); Ricardo de Gusmão Dornelles (221.173.181-34); Ronaldo Bluhm Alves (367.697.547-20); Ronaldo Camillo (042.610.228-26); Silvio de Oliveira Junior (952.918.498-00); Álvaro Luis Pereira Botelho (899.266.507-59), dando-lhes quitação plena;</p>					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Não se aplica					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados foram positivos para Eletrobras Eletronuclear.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Foram consideradas regulares as contas dos responsáveis pela Eletrobras Eletronuclear. Processo Solucionado.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	033.397/2011-2	11.678/2011– 2ª Câmara	-	-	
Assunto objeto da deliberação:					
Representação da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefiti) acerca de indícios de irregularidade identificados na Concorrência GCS.A/CN- 192/2011 promovida pela Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear), para contratação de solução de gestão de ativos MAXIMO, da IBM;					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
Com fundamento no art. 44 da Resolução - TCU 214/2008, c/c o art. 143, III, do RI/TCU, ACORDAM em considerar prejudicada a presente representação por perda de objeto, encaminhar à Eletronuclear cópia da representação inicial e arquivar o presente processo, conforme parecer da unidade técnica.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência de Aquisição e Controle Contratual – SA .A					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear já tomou conhecimento do acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Revogação da Concorrência GCS.A/CN-192/2011 em 28/10/2011.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

15.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.15.2 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendente de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	005.215/2011-0	2.707/2011– Plenário	9.2 e 9.5	Determinação e Recomendação	
Assunto objeto da deliberação:					
Investigar a gestão do Fundo de Descomissionamento das usinas nucleares Angra I e II.					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
<p>9.2. com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno/ TCU determinar à Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear) que, no prazo de 120 dias após a publicação pela Cnen das normas a serem editadas em face da determinação contida no item 9.1.2 acima,elabore:</p> <p>9.2.1. estudo destinado a demonstrar, detalhadamente, as possíveis vantagens e desvantagens, sob os pontos de vista jurídico, contábil, financeiro e técnico, decorrentes de eventual decisão sobre a alteração total ou parcial da moeda vinculadora (dólar americano) atualmente adotada para a gestão do fundo de descomissionamento das usinas Angra I e Angra 2;</p> <p>9.2.2. estudo detalhado da oportunidade e conveniência, sob as perspectivas técnica e financeira, de se adotar mecanismos, a exemplo de seguros, fianças ou garantias de terceiros, em complemento às reservas financeiras já depositadas junto à Eletrobras, para a cobertura do risco de descomissionamento precoce/antecipado das instalações, com o encerramento das atividades antes do tempo previsto (em momento em que não se tenha juntado o montante total dos recursos necessários ao descomissionamento das usinas), em atenção ao item 6.2 do Safety Requirements N. WS-R-5 - Decommissioning of Facilities Using Radioactive Material publicado pela AIEA; (...)</p> <p>9.5. com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno/TCU, recomendar à Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear) que:</p> <p>9.5.1. promova, no prazo de 120 dias após editadas e publicadas pela Cnen as normas regulamentadoras nos termos da determinação proposta no item 9.1.2 acima, a reavaliação das estimativas de custos atualmente vigentes, observando, para tal finalidade, sempre que possível, técnicas baseadas em orçamentos e/ou projetos de engenharia, ainda que sintéticos, e na utilização de estruturas de desdobramento de trabalhos/atividades (WBS), preferencialmente, utilizando as premissas e os modelos propostos em documentos técnicos editados pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);</p> <p>9.5.2 submeta as estimativas de custos de descomissionamento, revistas em face da providência recomendada no item 9.5.1 acima, à aprovação/homologação por parte da Cnen;</p> <p>9.5.3. promova, após a conclusão da reavaliação das estimativas de custos conforme proposta do item 9.5.1 acima, se for o caso, o ajuste contábil na conta de passivo para descomissionamento, observando as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como fundamentando e descrevendo detalhadamente as técnicas e os procedimentos adotados, em especial os parâmetros utilizados para o cálculo do ajuste a valor presente (valor futuro, períodos e taxa de juros</p> <p>9.5.4. faça incidir no recolhimento das quotas da reserva financeira para o descomissionamento referentes ao período de 2005 a 2007 a taxa de 2% a.a. adotada como paradigma pelo Grupo de Trabalho da Eletronuclear constituído através da Circular Geral n.17/2007, ou outra que venha a ser definida fundamentadamente, a fim de,</p>					

com base nos princípios da eficiência e da moralidade insculpidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, preservar o valor real das parcelas anuais que deveriam ser recolhidas em virtude da Portaria MME n. 320/2004 e revisões tarifárias posteriores promovidas pela Aneel;

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças	Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
<p>Para o cumprimento da(s) determinação(ões) de responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear, faz-se necessário que primeiramente a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN atenda a determinação do item 9.1.2 do presente Acórdão, o qual transcrevemos abaixo::</p> <p>regulamente, no prazo de 120 dias, os requisitos básicos de segurança nuclear a serem atendidos durante o planejamento e a implementação do descomissionamento de usinas nucleoeletricas no país, de forma a garantir o pleno atendimento do item i do artigo 26 da Convenção Conjunta para o Gerenciamento Seguro de Combustível Nuclear Usado e dos Rejeitos Radioativos, promulgada pelo Decreto 5.935/2006, observando, para tal finalidade, sempre que possível, as orientações, diretrizes e recomendações contidas nos padrões e documentos técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), e definindo, especialmente, regramentos referentes a:</p> <p>(i)responsabilidades dos atores envolvidos na atividade; (ii)estratégia de descomissionamento a ser adotada pela operadora; (iii)critérios para a elaboração dos planos de descomissionamento; (iv)diretrizes para a elaboração das estimativas dos custos a serem incorridos; (v)identificação da fonte dos recursos a serem aportados ao fundo; (vi)modelo do fundo a ser constituído; (vii)critérios para revisões periódicas das estimativas de custos; (viii)condução das atividades de descomissionamento; (ix)licenciamento para o descomissionamento; e (x)salvaguardas para o caso de descomissionamento precoce;</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Não se aplica	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não se aplica.	

Fonte: Auditoria Interna – AI.CA

15.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU

PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR

Quadro A.15.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

UJ: 910.847

NOTA TÉCNICA Nº 2824/2011/NAC-6/CGU - Regional/RJ/CGU-PR

ASSUNTO – Análise do Plano de Providências Permanente da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR - OS's 224429, 245315 e 253124, realizada em outubro de 2011.

1 - INTRODUÇÃO – A presente Nota Técnica apresenta um sumário das principais constatações evidenciadas por auditoria, relativas à ELETROBRAS ELETRONUCLEAR.

A partir da análise das manifestações apresentadas pela Unidade e de resultados de ações de controle realizadas, registramos, a seguir, o posicionamento quanto ao atendimento das recomendações consignadas em relatórios e notas de auditoria relacionadas às Ordens de Serviços nº 224429, 245315 e 253124.

2 - OCORRÊNCIAS

2.1. Constatações associadas ao Programa: 0807 – INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO.

2.1.1. Ação: 4103 – MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTOS.

2.1.1.1. Nota de Auditoria nº 253124/01 – Item 1: Ausência no Convênio nº ARS.P-001/10, de cláusula determinando o uso obrigatório do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, na contratação de bens de serviços comuns, conforme o disposto na Portaria Interministerial MPOG/MF nº 217, de 31/06/06.

OS: 253124 Nº Constatação: 024

Situação que foi evidenciada no(s) município(s):

Rio de Janeiro - RJ

RECOMENDAÇÃO

Nº OS 253124- Nº Constatação: 024 – Nº Recomendação: 001

Incluir cláusula determinando o uso obrigatório do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, na contratação de bens e serviços comuns, em todos os convênios e termos aditivos de convênios a serem celebrados pela ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, conforme disposto Portaria Interministerial MPOG/MF nº 217, de 31/06/06.

Manifestação do Gestor:

A ARS.P estabeleceu como norma a recomendação 001 da CGU e já passou a adotá-la nos convênios conforme consta do Aditamento nº 1 do Convênio ARS.P-CT-001/10.

Análise do Controle Interno:

Evidenciamos que a recomendação foi implementada pela empresa.

Posição da Secretaria Federal de Controle: Recomendação Atendida

2.1.1.2. Fragilidades nos controles internos referentes ao pagamento de adicional de periculosidade, que resultaram em informações desatualizadas para servidores que tiveram sua lotação alterada, bem como na ausência de assinatura de responsáveis nos formulários de concessão.

OS: 245315 - N° Constatação: 005

Situação que foi evidenciada no(s) município(s):

Rio de Janeiro - RJ

RECOMENDAÇÃO

N° OS: 245315 – N° Constatação: 005 – N° Recomendação: 001

Estabeleça procedimento sistemático de levantamento para verificação da lotação dos empregados, realizando a devida atualização da documentação referente à concessão de adicional de insalubridade.

Manifestação do Gestor:

Em atendimento a recomendação da Controladoria Geral da União – CGU, através da reunião realizada em 01/09/11, estamos fornecendo informações evidenciando as nossas providencias quanto a questão do recadastramento dos Credenciamentos de Atividades de Risco – CAR, objeto do Relatório Final da Comissão Permanente de Periculosidade, aprovado pela PRDE DP-112/10 de 26/11/10 e pela RDE 1003.001/10 de 20/12/2011 – (em anexo), a qual propõe um recadastramento de todos os CAR ora em vigor, tendo em vista que estes credenciamentos foram concedidos há mais de 05 ou 10 anos.

Para atender tal recadastramento, a Eletronuclear está contratando uma consultoria, através de licitação, para reavaliar todos os laudos anteriormente lavrados, conforme critérios estabelecidos na COI-SH.A-160/11, em anexo.

Informamos, ainda, que o referido recadastramento, além de ter sido recomendado pela comissão acima citada, também foi recomendado pela própria Eletrobras, através do caderno 2 do Plano de Gestão Integrada de Pessoas – Segurança do Trabalho, aprovado pelo Comitê de Integração das Áreas de Administração do Sistema Eletrobras – CIASE.

Para subsidiar a realização do recadastramento pela empresa a ser contratada, a SH.A está encaminhando a todas as UO's cópias dos CAR's para que sejam ratificadas as informações ou emitidos novos CAR's, cuja previsão de retorno destas informações é para fevereiro/12, pois dependemos das UO's.

Informamos ainda, que o referido relatório também recomendou a regulamentação dos procedimentos inerentes aos processos de periculosidade elétrica e inflamáveis, através da elaboração de uma Instrução Normativa, a qual se encontra em fase final de elaboração de uma Instrução Normativa, a qual se encontra em fase final de elaboração, com previsão de encaminhamento ao Comitê de Normas, até 30/10/2011.

Análise do Controle Interno:

Foi observado que os documentos de Credenciamento para Atividades de Risco – CAR encontravam-se atualizados, bem como constava assinatura, no campo “De Acordo”, do Chefe da Usina, do Superintendente de Área e do Superintendente de RH. Salienta-se, ainda, que havia conformidade entre o adicional percebido e o parecer do Perito Independente.

Posição da Secretaria Federal de Controle: Recomendação Atendida

RECOMENDAÇÃO

N° OS: 245315 – N° Constatação: 005 – N° Recomendação: 002

Proceda à verificação da documentação atinente à concessão adicional de insalubridade de todos os empregados da empresa, exigindo o aporte da assinatura de todos os agentes necessários, conforme preconizado nas Instruções Normativas internas em vigor.

Manifestação do Gestor:

Idem ao disposto no campo de manifestação da recomendação 001.

Análise do Controle Interno:

Idem ao disposto no campo de posicionamento da recomendação 001.

Posição da Secretaria Federal de Controle: Recomendação Atendida

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 245315 – Nº Constatação: 005 – Nº Recomendação: 003

Implemente procedimentos de controles internos relacionados ao credenciamento para atividades de risco de modo a estabelecer rotinas de atualização das informações e verificação da adequação das concessões em vigor.

Manifestação do Gestor:

Idem ao disposto no campo de manifestação da recomendação 001.

Análise do Controle Interno:

Idem ao disposto no campo de posicionamento da recomendação 001.

Posição da Secretaria Federal de Controle: Recomendação Atendida

2.1.1.3. Falhas nos controles internos da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR que resultaram em inconsistências na prestação de informações à equipe de auditoria, dificultando a formação de opinião, e riscos à gestão da empresa.

OS: 245315 Nº Constatação: 022

Situação que foi evidenciada no(s) município(s):

Rio de Janeiro

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 245315 – Nº Constatação: 022 – Nº recomendação: 001

Efetuar um controle sistemático sobre a qualidade das informações apresentadas pela Eletrobras Eletronuclear, evitando o risco de apresentação aos órgãos de controle e à sociedade de dados inconsistentes na sua prestação de contas anual.

Manifestação do Gestor:

A empresa apresentou à equipe de auditoria informações consistentes.

Análise do Controle Interno:

Concluimos que os controles implementados da Eletrobras Eletronuclear, embora alguns estejam em processo de aprimoramento/desenvolvimento, contribuem para mitigar os riscos da Entidade.

Posição da Secretaria Federal de Controle: Recomendação Atendida

RECOMENDAÇÃO

Nº OS: 245315 – Nº Constatação: 022 – Nº recomendação: 002

Adotar as medidas necessárias à adequação imediata dos controles internos acerca das gestões operacional, de recursos humanos, e de suprimento de bens e serviços, de modo a obter informações gerenciais fidedignas que subsidiem a tomada de decisões da Eletrobras Eletronuclear.

Manifestação do Gestor:

Foram apresentados controles internos adequados acerca das gestões operacional, de recursos humanos, e de suprimento de bens e serviços.

Análise do Controle Interno:

Concluimos que os controles implementados da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, embora alguns estejam em processo de aprimoramento/desenvolvimento, contribuem para mitigar os riscos da Entidade.

Posição da Secretaria Federal de Controle: Recomendação Atendida

2.1.1.3. Existência de funcionários realizando horas extras acima do limite máximo estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e nas normas internas.

OS: 224429 - N° Constatação: 014

Situação que foi evidenciada no(s) município(s):

Rio de Janeiro

RECOMENDAÇÃO

N° OS: 224429 – N° Constatação: 014 – N° Recomendação: 001

Acompanhar as gestões efetuadas junto ao DEST de modo a possibilitar o aumento do quantitativo de pessoal próprio, informando a esta Controladoria Geral da União sobre os resultados alcançados.

Manifestação do Gestor:

A Eletronuclear através da Eletrobrás vem atuando de forma a manter gestão junto ao DEST, tendo inclusive enviado a correspondência P-259/09, de 03/07/09 à Eletrobrás com as informações complementares solicitadas pelo DEST. Prazo: 03/07/2009.

Análise do Controle Interno:

Posição em 2009: A verificação do atendimento à esta recomendação deverá ser objeto das próximas auditorias.

Posição em outubro de 2011: Pelas análises registradas no Relatório de Auditoria n.º 253124, constatamos a observância da excepcionalidade prevista no art. 61 do Decreto-Lei n.º 5.452 – CLT para os casos de horas extras analisados naquela oportunidade, uma vez que ocorreu necessidade imperiosa para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, que foi formalmente caracterizada e documentada.

Posição da Secretaria Federal de Controle: Recomendação Atendida

RECOMENDAÇÃO

N.º OS:224429 - N.º Constatação: 014 - N.º Recomendação:002

À medida que forem admitidos novos concursados e efetivados os respectivos treinamentos, proceder à cessação de pagamentos de horas extras para os funcionários que as estejam realizando acima do limite máximo estabelecido, limitando-se a sua realização a situações excepcionais relacionadas à atividade fim da empresa.

Manifestação do Gestor:

Será disponibilizado a partir do mês de setembro/09 relatório complementar detalhado com as horas extras e valores realizados para todas as diretorias, de forma que os gestores possam controlar as atividades dos empregados. Prazo: 01/09/2009.

Análise do Controle Interno:

Posição em 2009: A verificação do atendimento à esta recomendação deverá ser objeto das próximas auditorias.

Posição em outubro de 2011: Pelas análises registradas no Relatório de Auditoria n.º 253124, constatamos a observância da excepcionalidade prevista no art. 61 do Decreto-Lei n.º 5.452 - CLT para os casos de horas extras analisados naquela oportunidade, uma vez que ocorreu necessidade imperiosa para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, que foi formalmente caracterizada e documentada.

Posição da Secretaria Federal de Controle: Recomendação Atendida

2.1.1.4. Inconsistência entre informações prestadas pela entidade no que se refere a gastos com pessoal cedido/requisitado.

OS: 224429 N° Constatação: 002

Situação que foi evidenciada no(s) município(s):

Rio de Janeiro-RJ

RECOMENDAÇÃO

N° OS: 224429 - N° Constatação: 002 - N° Recomendação: 001

Aprimorar controles internos quanto aos empregados cedidos e requisitados que evitem a geração de informações inconsistentes.

Manifestação do Gestor:

A Superintendência de Recursos Humanos - SH.A já elaborou cartilha, em agosto/10, com modelos de relatórios, solicitados pela - CGU e a encaminhou, através da COI-SH.A-139/10, à Gerência de Administração de Pessoal - GAP.A, para ser implementada - (anexo1).

A GAP.A está em contato com a área de informática para providenciar a emissão dos relatórios no sistema SAP e não mais trabalhar com informações em planilhas Excel.

A SH.A orientou a GAP.A, no sentido de emitir, em janeiro/11, todos os relatórios solicitados à área de informática para verificação e comparação dos dados fornecidos em 2009 à CGU, de forma a aprimorar seus controles.

Análise do Controle Interno:

Revisão (maio/2011): A verificação do atendimento a esta recomendação deverá ser objeto das próximas auditorias.
Posição em outubro de 2011: Em decorrência de ação de controle realizada na UJ, conforme OS 201112054, verificamos, com base nas informações levantadas, conforme descrito no Relatório n.º 201112054, e considerando as conclusões obtidas por meio das análises das atividades da área de recursos humanos da Empresa, realizadas no período de janeiro a abril de 2011, podemos afirmar que as atividades de controle adotadas são suficientes para garantir a regularidade dos registros e pagamentos de pessoal realizados pela UJ.

Posição da Secretaria Federal de Controle: Recomendação Atendida

2.1.1.5. Contratação de Serviços na modalidade dispensa de licitação, embasada no artigo 24, inciso IV, da Lei de Licitações e Contratos, com caracterização de situação emergencial decorrente de falta de planejamento.

OS: 224429 N° Constatação: 022

Situação que foi evidenciada no(s) município(s):

Rio de Janeiro-RJ

RECOMENDAÇÃO

N.º OS: 224429 - N.º Constatação: 022 - N.º Recomendação: 001

Que a entidade não utilize a modalidade dispensa de licitação fundamentada no artigo 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93, para solução de problemas oriundos da falta de planejamento.

Manifestação do Gestor:

Notificar as Gerências responsáveis pelos processos de contratação que observem rigorosamente as disposições do item 4 (abaixo) da IN n.º 41.06 - Compras e Serviços de Emergência sobre a matéria. "4. REQUISITOS ESPECIAIS -

Considerando que a contratação direta, por emergência, constitui uma exceção ao dever de licitar imposto por lei aos órgãos de Administração Direta e Indireta; considerando que o conceito de emergência, sob o ponto de vista legal, definido no citado artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93, merece interpretação cautelosa e restrita; e considerando que a dispensa de licitação e a contratação direta representam uma modalidade que pressupõe atendimento criterioso ao interesse público, devem os requisitantes observar que nenhuma contratação por emergência será processada para corrigir situação culposa ou dolosa decorrente, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da ausência de cautela em tempo hábil, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, sob pena de incorrer o agente que lhe der causa nas penalidades administrativas e legais pertinentes”. Prazo: 10/07/2009.

Análise do Controle Interno:

Revisão (novembro/2010): Executamos a Ordem de Serviço n.º 253124 na ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, no entanto, não foi contemplada a análise de processos de dispensas com fulcro no artigo 24, inciso IV da Lei n.º 8.666/93. Ademais, os trabalhos referentes à Auditoria de Contas de 2009, consubstanciados no Relatório de Auditoria n.º 245315, também, não contemplaram o exame dos processos de contratação, fundamentados por dispensa emergencial. Portanto, a verificação do atendimento à esta recomendação deverá ser objeto das próximas auditorias.

Posição em outubro de 2011: Quando da execução da Ordem de Serviço n.º 201112054, verificamos processo decorrente de dispensa por emergência, tendo sido considerado adequado o enquadramento efetivado pelo gestor, motivo pelo qual consideramos a recomendação atendida.

Posição da Secretaria Federal de Controle: Recomendação Atendida.

Fonte: Auditoria Interna – A.I.CA

15.4 - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimentos ao Final do Exercício

“Não há Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício”.

ITEM 16 - PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR conta com uma unidade de Auditoria Interna, vinculada diretamente ao Conselho de Administração, que executa o Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna - PAINT.

As recomendações dessas auditorias são discutidas com os gestores das áreas afetas em reunião de fechamento de Relatórios de Auditorias. O andamento das providências é acompanhado nos relatórios trimestrais da Auditoria Interna, figurando as inconformidades como pendentes até que as recomendações tenham sido plenamente acatadas e dadas como encerradas.

16.1 Recomendações da Auditoria Interna que Foram Solucionadas no Exercício de 2011.
Quadro A.16.1 – Informações sobre Recomendação da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendida no Exercício

“Vide Anexo I”

16.2 Recomendações da Auditoria Interna que Foram Solucionadas no Exercício de 2011.
Quadro A.16.2 – Informações sobre Recomendação da Unidade de Auditoria Interna Pendente de Atendimento no final do Exercício de Referência.

“Vide Anexo I”.

17. PARTE A, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO:

“Não há outras informações consideradas relevantes”

B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

18. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N°. 108, DE 24/11/2010 Informações Contábeis

18.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

“Não se aplica a natureza da UJ”

19 PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N°. 108, DE 24/11/2010.

“Não se aplica a natureza da UJ”

20. PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.

20.1 Análise Crítica das Demonstrações Contábeis das Empresas Estatais

“Vide Anexo II”

21. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN N°. 108, DE 24/11/2010.

21.1 Composição Acionária do Capital Social

Quadro B.4.1 – Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR				
Ações Ordinárias - %				
	ACIONISTAS	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A -ELETROBRAS	99,9258129119%	99,9258129119%	99,9650183101%
	DAEE - DEPT° ÁGUAS ENERGIA ESTADO DE SP	0,0619531596%	0,0619531596%	0,0292129840%
Não Governamental	Pessoas Físicas	0,0122306126%	0,0122306126%	0,0000576714%
	OUTROS	0,0000012058%	0,0000012058%	0,0000000056%
	Ações em Tesouraria	0,0000021101%	0,0000021101%	0,0000000099%
	Total	100,0000000000%	100,0000000000%	100,0000000000%
Ações Preferenciais - %				
	ACIONISTAS	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Governamental	CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A -ELETROBRAS	99,4094818801%	99,4094818801%	99,7207885504%
	DAEE - DEPT° ÁGUAS ENERGIA ESTADO DE SP	0,2738567681%	0,2738567681%	0,1294861963%
Não Governamental	Pessoas Físicas	0,1295686351%	0,1295686351%	0,0612632284%
	OUTROS	0,1870855796%	0,1870855796%	0,0884586503%
	Ações em Tesouraria	0,0000071371%	0,0000071371%	0,0000033746%
	Total	100,0000000000%	100,0000000000%	100,0000000000%

Notas:

(1) Ações Ordinárias - %

Outros:

- Associação dos Aposentados de Furnas = **0,0000000056%**

(2) Ações Preferenciais - %

Outros:

- Light Serviços de Eletricidade S.A = 0,0884566220%

- Associação dos Aposentados de Furnas = 0,0000020283%

Total = 0,0884568503%

20.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

“A Eletronuclear não detém participações em outras sociedades”

C. PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

22. PARTE C, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº 108, DE 24/11//2010.

22.1 Demonstrativo Analítico das Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda

22.1.1 Publicidade Legal

A Publicidade Legal é feita pela EBC – Empresa Brasileira de Comunicação através do contrato n.º GCC.A/CT – 260/2007, com prazo até 28/08/2012. A Eletronuclear no exercício de 2011 efetuou pagamentos no valor de R\$ 894.742,53.

Fonte: Gerência de Controle Contratual – GCO.A

22.1.2 Publicidade Institucional

Publicidade Institucional – R\$ 2.000.00,00

Patrocínios – R\$ 1.513.814,00

Vigência do contrato com a Agência 3 Comunicação Integrada S.A: Contrato encerrado em 16/11/2011.

Valor do contrato: R\$ 2.000.000,00

22.1.3 Patrocínios Culturais e Esportivos da Eletrobras Eletronuclear em 2011

Escolas no Teatro Espaço

Valor: R\$ 111.114,00 (cento e onze mil e cento e quatorze reais)

Beneficiário: Espaço Cultural Paraty

Restauo e Requalificação da Praça da Matriz

Valor: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

Beneficiário: Casa Azul

Festa da Paz

Valor: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Beneficiário: Proson Eventos

XXXII Regata do Colégio Naval

Valor: R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)

Beneficiário: Sociedade Acadêmica Greenhalgh

Festival Internacional de Teatro de Angra – FITA

Valor: R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)

Beneficiário: Arte dos Reis - Organização dos Artistas e Artesãos de Angra

Revista Economia e Energia

Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Beneficiário: Organização Economia e Energia

Projeto Música Clássica na Voz de Ithamara Koorax III

Valor: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

Beneficiário: Arte Nova Produções Culturais
Fonte: Coordenação de Comunicação e Segurança – CS.P

Nota: As concessões de patrocínio pela Eletrobrás Eletronuclear são realizadas dentro das diretrizes previstas na Política de Patrocínios do Sistema Eletrobras.

23. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010.

23.1 Remuneração paga aos Administradores

Quadro C.12.1 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$1,00

Conselho de Administração - 2011															
Nome do Conselheiro (a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Miguel Colasuonno	-	-	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	3.488	2.962	2.962	2.962	2.962	5.923	37.975
Eduardo Carolis	-	-	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	3.488	2.962	2.962	2.962	2.962	5.923	37.975
Othon Luiz Pinheiro da Silva	-	-	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	3.488	2.962	2.962	2.962	2.962	5.923	37.975
Ildo Wilson Grudtner	16/06/2011	-	-	-	-	-	-	1.481	2.962	2.962	2.962	2.962	2.962	4.689	20.978
Marco Aurélio de Almeida Garcia	16/06/2011	-	-	-	-	-	-	1.481	2.962	2.962	2.962	2.962	2.962	4.689	20.978
José Henrique Paim Fernandes	12/12/2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.123	2.123
Antônio Carlos Gomes Lima	-	15/06/2011	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	527	-	-	-	-	-	17.243
Josias Matos de Araujo	-	15/06/2011	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	527	-	-	-	-	-	17.243
Miriam Maria Miranda	-	18/07/2011	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	1.601	527	-	7.108	-	-	23.166

Valores em R\$1,00

Conselho Fiscal - 2011															
Nome do Conselheiro (a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Luiz Augusto P. de A. Figueira (T)	-	-	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	3.488	2.962	2.962	2.962	2.962	5.923	37.975
Maria Bethania G. Xavier (T)	16/06/2011	-	-	-	-	-	-	1.481	2.962	2.962	2.962	2.962	2.962	4.689	20.978
Quênio Cerqueira de França (T)	-	15/06/2011	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	527	-	-	-	-	-	17.243
Antônio Carlos R. de B. Mello (T)	-	01/09/2011	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	2.786	3.488	2.962	2.073	-	-	-	25.240

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Quadro C.12.2 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$1,00

Diretoria Estatutária			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2011	2010	2009
Número de membros: 05	-	-	-
I - Remuneração Fixa	1.933.354	1.808.569	1.710.099
II - Remuneração Variável	386.359	290.791	368.379
III - Total da Remuneração (I + II)	2.319.892	2.099.360	2.079.378
IV - Benefícios pós - emprego	-	-	-
V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI - Remuneração baseada em ações	-	-	-

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Valores em R\$1,00

Conselho de Administração			
Remuneração dos Conselheiros	Exercício		
	2011	2010	2009
Número de membros: 06	-	-	-
Honorários	215.656	214.928	204.465

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Valores em R\$1,00

Conselho Fiscal			
Remuneração dos Conselheiros	Exercício		
	2011	2010	2009
Número de membros: 03	-	-	-
Honorários	101.436	107.464	102.433

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Quadro C.12.3 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

Valores em R\$1,00

Diretoria Estatutária			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	Exercício		
	2011	2010	2009
I - Bônus	0	0	0
II - Participação no Resultado	198.554	142.739	186.712
III - Total da Remuneração (I + II)	198.554	142.739	186.712

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Valores em R\$1,00

Conselho de Administração			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	Exercício		
	2011	2010	2009
I - Bônus	0	0	0
II - Participação no Resultado	0	0	0
III - Total da Remuneração (I + II)	0	0	0

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Valores em R\$1,00

Conselho Fiscal			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	Exercício		
	2011	2010	2009
I - Bônus	0	0	0
II - Participação no Resultado	0	0	0
III - Total da Remuneração (I + II)	0	0	0

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

24. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

24.1 Contratação de Consultores na Modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de Cooperação técnica com organismos internacionais

“Não ocorreu no exercício de 2011.”

25. PARTE C, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

25.1 Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos, contemplando:

- a) Os efeitos (positivos ou negativos) na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico, alterações contratuais e etc;
- b) Os impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos.

“Não ocorreu no exercício 2011”

26 UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.

A Eletrobrás Eletronuclear é patrocinadora de 2 (duas) entidades de Previdência Privada: Instituto de Seguridade Social – NUCLEOS e FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA.

26.1 Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

I. Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas são demonstradas a seguir:

a) Nome

- Fundação Real Grandeza – FRG
- NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social
- Razão Social
- Fundação Real Grandeza
- Instituto de Seguridade

b) CNPJ

- FRG – CNPJ 34269803/0001-68
- NUCLEOS – CNPJ 30022727/0001-30

c) Demonstrativo Anual, contendo:

1. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes;
2. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes;
3. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora;
4. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora;

“Vide quadro a seguir”

Quadro C.12.4 – Previdência Complementar

Mês	Patrocinadora				Participantes		Total (R\$)
	Nucleos		FRG		Nucleos	FRG	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor			
Janeiro	1.514	914.580,23	748	1.202.915,16	1.052.300,18	745.241,91	3.644.129,95
Fevereiro	1.550	865.095,86	745	1.157.038,95	468.352,96	714.495,07	3.199.673,28
Março	1.556	825.305,61	744	1.058.927,56	721.575,41	657.181,21	3.262.989,79
Abril	1.568	828.977,27	745	1.078.037,98	724.271,79	670.464,33	3.301.751,37
Mai	1.573	861.390,50	744	1.100.829,14	758.522,84	684.993,11	3.405.735,59
Junho	1.583	815.077,99	744	1.032.228,02	723.738,84	642.046,60	3.213.091,45
Julho	1.584	883.579,15	744	1.107.218,57	738.878,81	690.003,75	3.419.680,28
Agosto	1.601	1.033.589,36	744	1.349.568,93	844.430,65	843.731,83	4.071.320,77
Setembro	1.592	861.811,69	744	1.090.932,24	715.637,47	678.253,91	3.346.635,31
Outubro	1.600	936.737,82	741	1.205.891,13	803.299,57	748.427,22	3.694.355,74
Novembro	1.595	999.004,83	740	1.264.298,78	831.627,71	783.828,33	3.878.759,65
13º Salário	1.594	900.368,60	737	1.164.991,34	570.723,69	729.233,92	3.603.907,95
Dezembro	1.594	971.518,07	737	1.212.546,11	809.314,09	751.601,77	3.506.389,64
Total	-	11.697.036,98	-	15.312.337,91	9.762.674,01	9.339.502,96	46.111.185,86
Valor Total da Patrocinadora				27.009.008,89			
Valor Total dos Participantes				19.102.176,97			

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal - GAPA

5. Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições;
“Sem ocorrência.”
6. Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal;
“Vide anexos 3 e 4.”
7. Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar;
“Vide anexos 3 e 4”
8. Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua

conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional;

FRG: Vide anexo 3.

Núcleos: Vide anexo 4.

d) Conclusões contidas no parecer da auditoria independente;

FRG: Vide anexo 3

Núcleos: Vide anexo 4

e) Conclusões do último estudo atuarial;

FRG: Vide anexo 3

Núcleos: Vide anexo 4

II. Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

Anualmente, realizamos uma auditoria interna em uma das entidades de previdência privada, de forma a auditarmos cada entidade a cada biênio.

No exercício de 2011, emitimos o Relatório de Auditoria nº 09/2011, resultado da auditoria realizada no Instituto de Seguridade Social - NUCLEOS, quando foi avaliado o cumprimento de suas obrigações legais. O NUCLEOS é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, multipatrocinada pelas empresas Eletrobrás Termonuclear S/A – ELETRONUCLEAR, Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB, Nuclebras Equipamentos Pesados S/A – NUCLEP e pelo próprio Instituto de Seguridade Social - NUCLEOS, cujas atividades são regidas e fiscalizadas pela Secretaria Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS.

O resultado dos trabalhos da Auditoria Interna não identificou fatos relevantes que merecessem destaque.

27. Encerramento

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2012.

Othon Luiz Pinheiro da Silva
Diretor – Presidente

ANEXO 1

Informações relativas à Parte A, item 16, do Anexo II da DN TCU nº 108 de 24/11/2010.

16.1 Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendidas no Exercício.

16.2 Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Pendentes de Atendimento.

PÁGINA EM BRANCO

16.1 Recomendações da Auditoria Interna que Foram Solucionadas no Exercício de 2011.

Quadro A.16.1 – Informações sobre Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna Atendida no Exercício

Ano 2001					
Relatório de Auditoria nº 12/2001- de 17/12/01			Auditoria Realizada: Segurança Física e Lógica da Rede Corporativa		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
180.	z)	Falta treinamento para as atividades contempladas no plano de contingência.	Treinar os profissionais responsáveis pelas atividades do plano de contingência e continuidade.	SG.G	Através da COI DG.015/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011, a SG.G informou que o treinamento para o Plano de Contingência está previsto para a 2ª fase de sua implementação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando que foi reagendado o prazo de execução.
197	qq)	Necessidade de redimensionar o número de empregados efetivos da área para garantir a manutenção e continuidade dos serviços.	Redimensionar a quantidade de empregados efetivos da área p/ possibilitar rodízio e se necessário, garantir a manutenção e continuidade dos serviços.	GIN.G	Através da COI DG.015/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011, a SG.G informou que já solicitou aumento do quadro de efetivos à DG.

Ano 2005					
Relatório de Auditorias nº 06/2005- de 30/05/05			Auditoria Realizada: Nucleos		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
21.	h)	Participação no fundo de cotas da concessionária Rio - Teresópolis (CRT) em percentual superior ao limite de 25% estabelecido pela resolução 3121 do Conselho Monetário Nacional (CMN).	a) cumprir os limites estabelecidos nas normas e resoluções fixadas pelo Conselho Monetário Nacional- CMN antes de realizar operações financeiras, notadamente quando da aquisição de cotas de fundos de sociedades de propósito específico; e	N U C L E O S	Através do recebimento da carta PR-104/2011 de 26/08/2011, o NUCLEOS informou que a alienação das cotas do fundo de participação da CRT não depende exclusivamente de providências adotadas pelo Nucleos. Como anteriormente informado, semestralmente, é efetivado leilão eletrônico, providência que, inclusive, consta do calendário de obrigações do NUCLEOS. Infelizmente, a liquidez de tal investimento é praticamente nula, com o que os leilões têm se mostrado ineficientes.
7.	n)	Fragilidade no controle dos valores a serem ressarcidos pelo INSS cujo saldo passou de R\$ 321 mil, em 2003, para R\$ 815 mil em 2004.	a) intensificar a articulação junto ao INSS, visando à obtenção dos meios que permitam a conciliação do saldo; e	N U C L E O S	Recomendação implementada

Ano 2006					
Relatório de Auditorias nº 03/2006- de 03/08/06			Auditoria Realizada: Segurança Física e Lógica da Rede Corporativa		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
50.	ff)	Falta de recursos para Implementação da rede estruturada.	e) Providenciar recursos financeiros para a compra de materiais do projeto de rede estruturada do Centro de Treinamento Avançado com Simulador – Mambucaba.	GIN.G	Através da COI DG-028/11 de 15.09.2011, a DG Ass. informou que a SG.G providenciou os recursos financeiros para o atendimento à recomendação.
Relatório de Auditorias nº 13/2006- de 19/01/2007			Auditoria Realizada: Avaliação dos processos relativos ao Cumprimento da Política de Investimentos na FRG		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
172.	l)	Inexistência de Cálculo do Impacto Atuarial oriundo de Déficit Remanescente, e do Relatório de Avaliação Atuarial realizado pela Empresa SETAT.	a) Realizar uma análise atuarial tomando como base as ações judiciais existentes classificadas com “possibilidade de perda provável” a fim de ser avaliado o montante do impacto atuarial nas demonstrações da Fundação;	FRG	Através da carta DP.E.074.2011 de 28/02/2011, a FRG informou que a avaliação de todos os processos judiciais quanto à possibilidade de perda, de forma a ser elaborada a provisão para contingência de ações judiciais, foi realizada pelo escritório JCM&B Advogados e Consultores, tendo sido entregue ao Diretor-Presidente em 31/01/2011. A referida provisão está sendo contabilizada no exercício de 2010.
			b) Analisar a procedência do Relatório da empresa SETAT e calcular o impacto atuarial daí advindo.	FRG	Através da carta DP.E.074.2011 de 28/02/2011, a FRG informou que a avaliação de todos os processos judiciais quanto à possibilidade de perda, de forma a ser elaborada a provisão para contingência de ações judiciais, foi realizada pelo escritório JCM&B Advogados e Consultores, tendo sido entregue ao Diretor-Presidente em 31/01/2011. A referida provisão está sendo contabilizada no exercício de 2010.

Ano 2007					
Relatório de Auditoria nº 02/2007- de 12/04/2007			Auditoria Realizada: Especial FEAM		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
23.	p)	Ausência de norma definindo o procedimento para pagamento de gratificação de função;	Elaborar norma definindo os procedimentos para pagamento de gratificação de função na FEAM, em que o valor da remuneração global, menos o salário base do empregado, seja o valor da gratificação de função.	FEAM	Através da COI FEAM.E 2081/2011 de 22.09.2011, a FEAM informou que a recomendação foi atendida, conforme Ata da 131ª da Reunião do Conselho de Curadores.
Relatório de Auditoria nº 11/2007- de 18/01/08			Auditoria Realizada: Especial FEAM		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
210	k)	Controle ineficiente do sistema de distribuição de vales-refeição administrado pela GAR.A	a) Implantar sistema informatizado de solicitação, autorização e fornecimento dos vales-refeição (almoço/jantar e lanche), em que fique registrado o nome do beneficiário, a UO requisitante com a justificativa do motivo da concessão, com vistas a possibilitar um efetivo controle da distribuição destes vales no âmbito do canteiro de Itaorna e adjacências (item 11 da ata).	GIA.A GSI.G	Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. apresentou evidências do desenvolvimento e implantação do Sistema Informatizado.
			c) Atender à solicitação da GAR.A expressa na COI GAR.A 0481/07 de 30/08/07, com vistas à Implementação de sistema informatizado de pedido/entrega	GIA.A GSI.G	Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. apresentou evidências do desenvolvimento e implantação do Sistema Informatizado.

			de vales-refeição da GAR.A para serem utilizados nos restaurantes da HOSPEDAGEM I e do Canteiro de ITAORNA, tendo em vista a necessidade de um controle efetivo das quantidades de refeições fornecidas por empresa terceirizada e dos respectivos beneficiados. (item 11 da ata).		
--	--	--	--	--	--

Ano 2008					
Relatório de Auditoria nº 02/2008- de 19/05/2008			Auditoria Realizada: Gestão		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
14.	b)	Falta de procedimentos internos, ainda não formalizados pela Gerência de Controle Contratual - GCC.A, para introdução de dados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e disponibilização das informações no sítio eletrônico da ETN para atendimento à CGU;	c) Inserir no Manual de Organização da empresa a atividade de cadastramento e controle de dados no SIASG, a fim de normatizar a rotina já exercida pela GCC.A. (item 1.2 da ata)	GOM.G	Através da COI DG-028/11 de 15.09.2011, a DG Ass. informou que a atividade de cadastramento e controle de dados no SIASG foi incorporada ao Manual de Organização (Anexo 1A e Anexo 1B).
Relatório de Auditoria nº 12/2008- de 08/12/2008			Auditoria Realizada: Segurança dos Sistemas Informatizados em Produção		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
147	a)	Documentação não atualizada do sistema informatizado PMA;	b) Estabelecer uma área de documentação de sistemas na gerência, a qual será responsável por mantê-la sempre atualizada, a fim de liberar os analistas (segregação de função) desta atribuição, que não deve ser de sua competência. (item 1 da ata).	GSI.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G informou que a criação da área de documentação depende do aumento do quadro de efetivos, já solicitados à DG.

Ano 2009					
Relatório de Auditoria nº 07/2009- de 11/08/2009			Auditoria Realizada: Bens Patrimoniais		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
82	h)	Bens não localizados sobre a responsabilidade da Gerência de Informática - GIF.G	Comunicar as ocorrências de eventuais extravios ou perdas de bens patrimoniais sob a responsabilidade da Gerência, por correspondência, imediatamente após o fato ocorrido/detectado aos órgãos previsto nos itens 3.1.2 e 3.4.4 da IN 34.01.	GIN.G	Através da COI SG.G-221/11 de 22.12.2011, a SG.G encaminhou anexa COI SG.G-208/11 de 06.12.2011, informando que enviou para devida ciência dos colaboradores lotados em sua U.O's, a fim de que os mesmos atendem para a recomendação dada pela Auditoria, quanto à imediata comunicação às áreas responsáveis quando dos casos de extravio/perda de bens patrimoniais.
Relatório de Auditoria nº 10/2009- de 24/11/2009			Auditoria Realizada: Assistência e Benefícios		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
113	d)	Falta de parametrização no sistema SAP/ECC para liberação de pagamento das faturas de Serviços Médicos e Odontológicos;	Solicitar à Gerência de Informática que estude a viabilidade de realizar a parametrização dos logins de aprovação das faturas dos serviços médicos e odontológicos no Sistema SAP/ECC como forma de atender ao item 3.4.9.2 da Instrução Normativa 11.01 de Poderes e Competência Rev. 10 de 27/11/07 (vide item 4.a da ata);	GSI.G	Através da COI DG-028/11 de 15.09.2011, a DG Ass. encaminhou anexa COI SG.G-156/11, informando que não existe no SAP uma funcionalidade padrão para atender a recomendação. Elaborado especificação e solicitado o apoio da Consultoria POLITEC para desenvolver funcionalidade específica para atender a esta recomendação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass. encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando que pela própria natureza da inconformidade, a maneira da mesma ser evidenciada, é através da própria utilização do sistema.

Relatório de Auditoria nº 12/2009- de 07/12/2009			Auditoria Realizada: Contabilidade		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
125.	e)	Contabilização das amortizações de combustível nuclear em desacordo com o relatório CCN.	e) Monitorar juntamente com a GIF.G o andamento da contratação com a empresa que fará a atualização do Sistema CCN (Cadastro de Combustível Nuclear), bem como o cronograma de implantação do referido sistema.	GCN.T	Através da COI GCN.T-076 de 29.08.2011 a GCN.T informou que em 22.06.2011 foi assinado o contrato "GCS.A/CT-4500138084-Serviços de Modernização do Sistema de Cadastro de Combustível Nuclear" com a PUC/Rio.
Relatório de Auditoria nº 14/2009- de 08/12/2010			Auditoria Realizada: Segurança Lógica no Sistema SAP ECC		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
130.	b)	Cadastramento de logins inadequado.	Implantar um sistema único e automatizado de cadastramento de logins para assegurar a pronta identificação dos usuários e de seus aprovadores, assim como todas as solicitações de alteração, conforme IN 14.02 – Acesso ao Sistema SAP- R3. (item 2 da ata)	SG.G	Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. informou que a GIN.G, para mitigar este controle, criou o formulário de BCLS – Boletim de Cadastro de Login no SAP, com o objetivo de se ter um controle maior de licenças e modificação de perfis.

Ano 2010					
Relatório de Auditoria nº 02/2010- de 31/03/10		Auditoria Realizada: Recursos Humanos - Folha de Pagamento/ Encargos.			
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
20	i)	Lançamento incorreto de códigos de alteração salarial no cadastro do sistema SAP/ECC;	a) Analisar e corrigir todos os casos de lançamentos incorretos do código de “motivo da modificação” nas alterações salariais do Cadastro do Sistema SAP, a fim de atingir a consistência e precisão desejada (item 8 da Ata de Reunião); e	GAP.A	Através da COI GAP.A-614/10 de 30/11/1/0, a GAP.A informou que a partir de agosto/setembro, foi corrigido no sistema o procedimento, evitando assim, o lançamento incorreto dos códigos.
			b) Analisar e corrigir todos os casos de lançamentos incorretos do código de “motivo da modificação” nas alterações salariais do Cadastro do Sistema SAP, a fim de atingir a consistência e precisão desejada (item 8 da Ata de Reunião);	SG.G; GAP.A	Através da COI GAP.A-52/10 de 24/02/2010, a GAP.A informou que o procedimento foi corrigido a partir de 01.07.2010, com a criação do motivo "20" no infotipo "8", que trata de alteração de carga horária.
21	j)	Divergência no cálculo do INSS entre o Sistema SAP/ECC e o site oficial do INSS/SEFIP.	a) Esclarecer junto à empresa SAP o motivo das divergências encontradas entre os valores obtidos no Resumo da Folha e Memória de Cálculo, em relação aos obtidos no site do Sistema SEFIP (item 9.1 da Ata de Reunião); e	SG.G	Através da COI DG.023/2010 de 12.07.2010, a DG Ass. informou que através da COI SG.G-060/10 de 04/05/2010, a SG.G informou que a amostra do resumo de folha não considera os valores do cálculo de rescisão contratual no período, pois este cálculo é feito fora do ciclo de processamento da folha do mês (off-cycle), sendo este o motivo da divergência de valores entre os relatórios resumo de folha e memória de cálculo. Com relação à divergência dos relatórios emitidos pelo SAP e o cálculo efetuado no site da SEFIP, a mesma acontece porque o SAP foi configurado, a pedido da GAP.A, para realizar o cálculo de valores retroativos com valores negativos, que são ignorados no cálculo da SEFIP do mês realizado no site da SEFIP.
			b) Configurar a metodologia	GAP.A	Através da COI GAP.A- 251/11/ de 08/12/2011, a GAP.A

			utilizada no Sistema SAP/ECC de cálculo de recolhimento de INSS, de forma a espelhar o valor obtido através do site do SEFIP (item 9.1 da Ata de Reunião).		informou que estão mantendo arquivada a memória de cálculo que gerou a diferença de valor para que possa servir como evidência do controle, procedimento este testado e validado pelo projeto SOX. O referido controle alternativo foi validado pela PXC.
18	g)	Lançamento incorreto do cargo ocupado no Cadastro do sistema SAP/ECC	a) analisar e Corrigir todos os casos de lançamento incorreto do cargo no Cadastro do Sistema SAP, a fim de atingir a consistência e precisão desejada (item 6 da Ata de Reunião)	GAP.A	Através de e-mail de 26.09.2011, a GAP.A ratificou a implementação da recomendação, quando da realização da reunião em 26.09.2011 entre a AICA e o gerente da GAP.A
Relatório de Auditoria nº 03/2010- de 24/05/10			Auditoria Realizada: Fundação Real Grandeza - FRG		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
23	a)	Controle inadequado dos saldos vencidos e a vencer dos empréstimos dos participantes	a) Reexaminar o cadastro de inadimplentes e revisar todos os dados incorretos, a fim de que sejam processados e obtidos relatórios corretos e consistentes (item 2.1.a da Ata de Reunião);	FRG	Através da carta DP.E.199.2011 de 14.06.2011, a FRG informou que a revisão já foi realizada. Faltando apenas a evidência. Recomendação reanalisada pela AICA.
			b) Controlar efetivamente a carteira de empréstimos dos contratos inadimplentes montando os processos de cobrança individualizados por participante, contendo contrato, comprovante(s), cartas emitidas e recebidas (item 2.1.b da Ata de Reunião);	FRG	Através da carta DP.E.074.2011 de 28/02/2011, a FRG informou que fez o levantamento de todos os contratos já está concluído. Recomendação reanalisada pela AICA.
24	b)	Contratos de empréstimos não localizados;	Localizar os contratos e comprovantes de pagamento extraviados e manter toda a documentação em arquivo sequencial de forma a possibilitar	FRG	Através da carta DP.E.074.2011 de 28/02/2011, a FRG informou que o levantamento de todos os contratos já está concluído, bem como o da apuração de documentos faltantes. Recomendação reanalisada pela AICA.

			consultas posteriores, inclusive para uso futuro quando da tomada de ações de cobranças junto aos devedores inadimplentes (item 2.2.a da Ata de Reunião);		
25	c)	Inexistência de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa referente aos empréstimos com possibilidade de perda	Elaborar e constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa na rubrica operações com participantes, como forma de refletir os valores necessários para cobrir prováveis perdas na carteira de empréstimos (item 2.3.a da Ata de Reunião);	FRG	Através da carta DP.E.074.2011 de 28/02/2011, a FRG informou que Levantamento de todos os contratos concluídos, bem como da apuração de documentos faltantes, conforme Nota Explicativa 5.4 - Provisão para Perdas.
26	d)	Cálculo da Rentabilidade da Carteira de Empréstimos sem considerar a inadimplência;;	Elaborar o cálculo da rentabilidade da carteira de Empréstimos aos Participantes, levando em consideração os débitos não liquidados pelos devedores, como forma de obter uma rentabilidade mais realística da Carteira (item 2.4.a da Ata de Reunião);	FRG	Através da carta DP.E.074.2011 de 28/02/2011, a FRG informou que Levantamento de todos os contratos concluído, bem como da apuração de documentos faltantes, conforme Nota Explicativa 5.4 - Provisão para Perdas..
30	h)	Inexistência de Provisão para Contingências de Ações Judiciais;	Proceder á avaliação de todos os processos judiciais quanto á possibilidade de perda, de forma a ser elaborada a provisão para contingência de ações judiciais, de forma a atender à determinação do Conselho Fiscal e recomendação da Auditoria Externa (item 3.a da Ata de Reunião);	FRG	Através da carta DP.E.074.2011 de 28/02/2011, a FRG informou que o trabalho foi realizado pelo escritório JCM&B Advogados e Consultores, tendo sido entregue ao Diretor-Presidente em 31/01/2011. A referida provisão está sendo contabilizada no exercício de 2010, conforme Nota Explicativa 7.2 do Balanço 2010.
32	j)	Falta de atualização de proposta e confirmação do	Proceder, doravante, à reavaliação das condições de	FRG	Vide carta DI.I.006.2011 de 16.02.2011.

		preço de mercado;	mercado, depois de decorrido período de tempo que possa gerar alterações nas condições de preço e/ou especificações com relação ao objeto a ser fornecido (item 4.2.a da Ata de Reunião);		
Relatório de Auditoria nº 04/2010- de 09/08/10			Auditoria Realizada: Administração de Materiais nos Almojarifados da Divisão de Materiais - DIMT.O		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
53	n)	Na modalidade de inventário geral não foram inventariados 9.000 itens no exercício de 2009.	Realizar o inventário na totalidade dos itens de materiais existentes no almoxarifado da DIMT.O, conforme determina a Instrução Normativa - IN 17.03, no item 3.2.2.2 – Inventário Geral (Item 2.1 “a” da Ata).	GOC.A	Através da COI GCM.A-031/11 de 07/01/2011, a GCM.A informou o encerramento do inventário físico/contábil dos materiais do estoque de operação de Angra - DIMT.O, contabilizado no Ativo Circulante, em cumprimento a exigência da ANEEL. Enviando, em anexo, a ata de Encerramento do Inventário de Material consolidada em 17/12/2010.
54	o)	Descumprimento do Manual de Contabilidade do Serviço Público da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com relação à periodicidade de realização de inventário.	Realizar o inventário físico nos almoxarifados da DIMT.O pelo menos uma vez em cada exercício, conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, bem como a IN 17.03 de 25/08/2006 da Eletrobrás Eletronuclear (Item 2.3 “a” da Ata).	GOC.A	Através da COI GCM.A-031/11 de 07/01/2011, a GCM.A informou o encerramento do inventário físico/contábil dos materiais do estoque de operação de Angra - DIMT.O, contabilizado no Ativo Circulante, em cumprimento a exigência da ANEEL. Enviando, em anexo, a ata de Encerramento do Inventário de Material consolidada em 17/12/2010.
Relatório de Auditoria nº 05/2010- de 18/08/10			Auditoria Realizada: Caixa, Bancos e Contas a pagar		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
66	l)	Utilização indevida de recursos do Fundo Fixo de Serviços Gerais, ao invés do	Utilizar efetivamente o Fundo Fixo da Presidência criado em 09/02/07, ao invés do Fundo Fixo	P	Recomendação implementada.

		Fundo Fixo da Presidência;	de Serviços Gerais, para as suas despesas correntes (item 1.3 “a” da Ata).		
67	m)	Utilização indevida de recursos do Fundo Fixo de Serviços Gerais ao invés do Fundo Fixo da Procuradoria Jurídica – P.J.P;	Utilizar efetivamente o Fundo Fixo da P.J.P ao invés de se utilizar do Fundo Fixo de Serviços Gerais, conforme estabelece o item 3.1 da IN 31.02 (item 1.3 “b” da Ata).	P.J.P	Recomendação implementada
75	u)	Necessidade de cumprir o Inciso IV, Item 4.1 da IN 31.02 Rev. 01 de 08/08/05, para criação ou modificação do Fundo Fixo;	Enviar cópia dos Termos de Responsabilidade às unidades Auditoria Interna, Gerência de Administração de Pessoal e Gerência de Contabilidade, sempre que ocorrer a criação ou modificação do Fundo Fixo, conforme determina o Inciso IV, Item 4.1 da IN 31.02 Rev. 01 de 08/08/05 (item 13 “b” da Ata).	GOF. A	Recomendação Implementada
78	x)	Existência de processos de importação de materiais pendentes desde 2007;	Acompanhar o fluxo dos materiais importados pendentes de entrega, a fim de agilizar a conclusão de processos que se encontram pendentes desde 2007, nos registros da Gerência de Operações Financeiras – GOF.A (item 10 “a” da Ata).	GCO.A	Através de e-mail de 31.05.2011, a GCO.A comunicou que encaminhou à GOF.A os documentos necessários à baixa do adiantamento pendente da empresa CCI (fornecedor 400389), evidenciando através de consulta ao SAP em 13/06/11 pelo auditor que coordenou a auditoria.
80	z)	Existência de Folha de Informação emitida pela Auditoria Interna não respondida dentro do prazo estabelecido.	Responder às Folhas de informação emitidas pela Auditoria interna, dentro do prazo estabelecido, nos futuros trabalhos de auditoria a serem realizados, pois elas garantem uma análise criteriosa para a	GCC.A	Tendo em vista a nova reestruturação da antiga GCC.A, podemos elidir a presente recomendação

			formação de opinião pela equipe de auditores nos seus trabalhos.		
Relatório de Auditoria nº 06/2010- de 08/09/10			Auditoria Realizada: Segurança Física e Lógica da Rede Corporativa na Sede e em Angra		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
82	a)	Lentidão no processo de regulamentação da Política de Segurança da Informação;	Acelerar o processo de regulamentação efetiva da Política de Segurança de Informação na Eletronuclear, com base em planejamento elaborado pela GOM.G, estabelecendo prazos aos setores responsáveis pelas atividades de implantação da Política (item 1.1.1 "a" da ata)	GOM.G	Através da COI DG-028/11 de 15.09.2011, a DG Ass. informou que foi acelerado o processo de regulamentação efetiva da Política de Segurança da Informação.
84	c)	Falta de acompanhamento da implantação da Política de Segurança da Informação;	Acompanhar a implantação, para que os propósitos e efeitos da Política de Segurança se façam presentes junto aos colaboradores (item 1.1.1 "c" da ata)	GOM.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G informou que o processo de acompanhamento está sendo executado pela GOM.G e pelo Comitê de Segurança da Informação, conforme Anexos 03 A e 08. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass. encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando que a recomendação está concluída.
89	h)	Falta de norma para implantação de um Plano de Gestão de Continuidade de Tecnologia da Informação na empresa;	Criar norma para implantação de um Plano de Gestão de Continuidade de Tecnologia da Informação na empresa, nos termos dos objetivos de controle expressos no item 14 da ISO/IEC 17799:2005. (item 1.5 "a" da ata).	GOM.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G informou que a IN está programada para análise do Comitê de Segurança da Informação, conforme Anexos 03 A e 08. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass. encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando que a implantação de um plano de continuidade em TI já é abordada na IN 14.06 (item 5.9). Evidência 89 h em anexo.
90	i)	Falta de um "link" direto específico para a Política de Segurança no sítio intranet	Atualizar o sítio intranet da Eletronuclear, com a criação de um "link" direto específico para	CS.P	Na resposta enviada a essa Auditoria (e-mail de 22/10/2010), indicamos os pontos de acesso à Política de Segurança da Informação. Eles são bem alinhados com as boas práticas no

		da Eletronuclear;	Política de Segurança da Informação na página principal, que servirá de espaço para notícias sobre o assunto, e dará acesso à documentação atualizada sobre a Política, conforme consta no Termo de Responsabilidade Individual anexo à IN 14.06 (item 1.1.1 “d” da ata).		setor. Dentre os acessos possíveis, o link direto INSTITUCIONAL dá acesso a diversos documentos importantes, incluindo a POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, Política de Segurança Nuclear, Código de Ética e Conduta, Fundamentos do Planejamento Estratégico e Relatórios de Gestão, Sustentabilidade e Balanços. Além disso, temos o link direto Políticas Institucionais da Eletronuclear que também inclui a política motivo da recomendação acima.
93	l)	Necessidade de aditamentos nos contratos de serviços, em andamento, quanto a sigilo e confidencialidade da informação;	Elaborar aditamentos aos contratos de prestação de serviços em andamento revistos pela GIF.G, que envolvem troca, migração, compartilhamento ou acesso aos ativos de informação da empresa. (item 1.1.2 “h” da ata)	GCO.A	Através da COI GIN.G-I-017/11 de 02.02.2011, a GIN.G informou que foi submetida à P.J.P, através da COI GIF.G-I-147/10 de 25.11.2010, a elaboração de um Termo de Confidencialidade para as aquisições da área de TI, conforme solicitado pela Auditoria Interna da empresa (Relatório da Auditoria 06/2010). Por este motivo, estamos encaminhando a esta GCS.A, em anexo, cópia do documento emitido pela P.J.P em 14.01.2011. Nele, consta o modelo de sigilo e confidencialidade da informação que deverá integrar os contratos de prestação de serviços de Tecnologia da Informação.
94	m)	Falta de termo de compromisso individual dos prestadores de serviço quanto à segurança da informação;	Incluir, nos contratos de prestação de serviço que possam requerer acesso aos recursos de informação da empresa, após aprovação da P.J.P das cláusulas pertinentes à Segurança da Informação, um termo de compromisso individual assinado por cada prestador de serviço alocado, declarando seu conhecimento e concordância diante das responsabilidades com a segurança da informação (item 1.2 “d” da ata)	GCS.A	Através da COI GCS.A-I-228/11 de 13.06.2011, a GCS.A informou, com embasamento histórico, que a inclusão e revisão da cláusula de Obrigações da Contratada em todos os contratos submetidos ao SCIV, e a inclusão de uma cláusula de Confidencialidade, especificamente para os contratos de serviços de Tecnologia da Informação, atende aos requisitos da Política de Segurança da Informação com maior abrangência que o Termo de compromisso Individual.

95	n)	Necessidade de atender à solicitação da Gerência de Informática - GIF.G para emissão de termo aditivo ao contrato GCC.A/CT-667/2009;	Atender à solicitação da GIF.G para emissão do termo aditivo ao contrato GCC.A/CT-667/2009 que incluía, quando couber, documento de confidencialidade ou Acordo de Nível de Serviço emitido pela GIF.G, com anuência da empresa contratada (item 1.6 “e” da ata)	GCO.A	Através da COI GIN.G-I-017/11 de 02.02.2011, a GIN.G informou que foi submetida à PJ.P, através da COI GIF.G-I-147/10 de 25.11.2010, a elaboração de um Termo de Confidencialidade para as aquisições da área de TI, conforme solicitado pela Auditoria Interna da empresa (Relatório da Auditoria 06/2010). Por este motivo, estamos encaminhando a esta GCS.A, em anexo, cópia do documento emitido pela PJ.P em 14.01.2011. Nele, consta o modelo de sigilo e confidencialidade da informação que deverá integrar os contratos de prestação de serviços de Tecnologia da Informação.
98	q)	Necessidade de treinamento e capacitação relativos à segurança da informação;	Através de e-mail datado de 01/06/2010, a GDC.A respondeu que incluir em agenda, treinamento e capacitação para conscientização, educação e atualização nas políticas e procedimentos organizacionais relativos à segurança da informação. (item 1.2 “c” da ata)	GDC.A	Através de e-mail datado de 01.06.2011 (anexo do e-mail de 03.06.2011), a GDC.A informou a realização de 03 turmas do curso de Direito Digital e Gestão de Riscos na Administração Pública, em 12, 13, 25, 26, 28 e 29 abril de 2011, e uma turma palestra Crimes Cibernéticos - Melhores Práticas para Prevenção, em 19/ABRIL/2011.
99	r)	Falta de divulgação da Política de Segurança da Informação no sítio intranet da Eletronuclear;	Utilizar o sítio intranet da Eletronuclear para divulgar a Política de Segurança da Informação, utilizando “banners”, janelas “pop-up” e a janela de “Notícias Gerais” (item 1.1.1 “e” da ata).	CS.P	Através da COI DG.052/10 de 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010) a DG informou que conforme entendimento mantido no dia 25/11/2010 com os representantes da AI.CA, ficou definido que este ponto de auditoria atribuído à GIF.G passou para o escopo da CS.P, pois cabe àquela UO o gerenciamento e a administração dos conteúdos a serem divulgados pelas ferramentas de comunicação da Empresa.
100	s)	Falta de definição dos requisitos de segurança da informação nos termos da ISO/IEC 17799:2005;	Levantar e apresentar ao Comitê de Segurança da Informação os requisitos de segurança da informação necessários aos	GIN.G	Através da COI DG-028/11 de 15.09.2011, a DG Ass informou que a cartilha versando sobre a Política de segurança da Informação foi aprovada através de RDE 018.002/11.

			contatos com cada parte interessada em relacionamento com a Eletronuclear, que alcance as necessidades da empresa e os objetivos determinados pela Política de Segurança da Informação, nos termos do item 6.2 da ISO/IEC 17799:2005; (item 1.1.2 “a” da ata).		
101	t)	Necessidade de adaptações no Termo de Responsabilidade, anexo a IN 14.06;	Propor adaptações ao Termo de Responsabilidade, anexo a IN 14.06 em vigor, de modo que apresente explicitamente os requisitos de segurança da informação necessários; (item 1.1.2 “b” da ata).	GSE.G	Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. informou que a recomendação foi atendida.
102	u)	Necessidade de adaptações nas cláusulas de confidencialidade nos contratos de prestações de serviços;	Propor adaptações nas cláusulas de confidencialidade expressas nos contratos de prestação de serviços entre a Eletronuclear e terceiros, refletindo os requisitos de segurança da informação necessários aos contratos, especialmente naqueles que envolvam compartilhamento ou acesso a dados sensíveis, entre a Eletronuclear e o prestador de serviços. (item 1.1.2 “c” da ata).	GSE.G	Através da COI GIN.G-I-018/11 de 08.02.2011, a Gerência - GIN.G- enviou, em anexo, o documento DS/MM-802/10 de 09/12/2010 em que a P.J.P informa o modelo da cláusula de sigilo e confidencialidade da informação que deverá integrar os contratos de prestação de serviços de Tecnologia da Informação.
103	v)	Necessidade de revisão dos contratos de prestação de serviços, em andamento, com respeito aos critérios de sigilo e confidencialidade das informações;	Promover a revisão dos seguintes contratos de prestação de serviços em andamento, que envolvem troca, migração, compartilhamento ou acesso aos ativos de informação da empresa,	GSE.G	Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. informou que a recomendação foi atendida.

			de modo que os critérios de divulgação, proteção, confidencialidade e sigilo da informação aprovados pelo Comitê sejam tempestivamente adicionados aos contratos: GCC.A/CT 680/2006 (Interconexão de redes internas). GCC.A/CT 095/2009 (Proteção antivírus). GCC.A/CT 315/2009 (Controle de conteúdo da rede corporativa). GCC.A/CT 667/2009 (Help-Desk); (item 1.1.2 “f” da ata)		
104	w)	Necessidade de análise dos futuros contratos com terceiros quanto a sigilo e confidencialidade da informação;	Analisar os contratos futuros que incluam troca, migração, compartilhamento ou acesso aos ativos de informação da empresa, formalizando conformidade às diretrizes da Política de Segurança da Informação e à ISO/IEC 17799:2005 para assinatura do acordo. (item 1.1.2 “g” da ata)	GSE.G	Através da COI GIN.G-I-018/11 de 08.02.2011, a Gerência - GIN.G- enviou, em anexo, o documento DS/MM-802/10 de 09/12/2010 em que a P.J.P informa o modelo da cláusula de sigilo e confidencialidade da informação que deverá integrar os contratos de prestação de serviços de Tecnologia da Informação.
105	x)	Necessidade de apoio na elaboração de documentos de segurança da informação em recursos humanos;	Apoiar a GAP.A, GDC.A e GCC.A na elaboração de documentos e indicação de conteúdo que atendam aos requisitos de segurança da informação em recursos humanos, nos termos da ISO/IEC 27001:2006. (item 1.2 “e” da ata).	GIN.G	Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. informou que a recomendação foi atendida.

106	y)	Falta de termo de confidencialidade para ser encaminhado à Gerência de Contratação e Controle Contratual – GSU.A;	Elaborar termo de confidencialidade a ser encaminhado à GCC.A abordando critérios de sigilo no acesso e manipulação dos ativos de informação da empresa, que são objeto da prestação de serviços, particularmente no que se refere a acesso remoto às estações de trabalhos, manutenção de mídias de armazenamento, destino do material substituído durante o processo de manutenção, e controle de atendimento que não exija conhecimento de dados de autenticação do usuário na rede (item 1.6 “a” da ata).	GSE.G	Através da COI GIN.G-I-017/11 de 02.02.2011, a GIN.G informou que foi submetida à PJ.P, através da COI GIF.G-I-147/10 de 25.11.2010, a elaboração de um Termo de Confidencialidade para as aquisições da área de TI, conforme solicitado pela Auditoria Interna da empresa (Relatório da Auditoria 06/2010). Por este motivo, estamos encaminhando a esta GCS.A, em anexo, cópia do documento emitido pela PJ.P em 14.01.2011. Nele, consta o modelo de sigilo e confidencialidade da informação que deverá integrar os contratos de prestação de serviços de Tecnologia da Informação.
107	z)	Necessidade de estabelecer Acordos de Nível de Serviço;	Estabelecer Acordos de Nível de Serviço, nos termos da ISO/IEC 20000, partes 1 e 2, específicos para os serviços de manutenção preventiva, manutenção corretiva, suporte e atendimento local ou remoto ao usuário, e do serviço de controle de suporte e atendimento ao usuário (item 1.6 “b” da ata).	GSE.G	Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. informou que a recomendação foi atendida.
108	aa)	Necessidade de determinar à prestadora de serviço critérios de direito de acesso às estações de trabalho;	Determinar à prestadora de serviço que configure as estações de trabalho, de modo que o usuário utilizador principal não tenha direitos de administrador sobre a estação; (item 1.6 “c” da ata).	GSE.G	Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. informou que a recomendação foi atendida.

109	bb)	Necessidade de determinar à prestadora de serviço critérios de acesso remoto às estações de trabalho;	Determinar à prestadora de serviço que configure as estações de trabalho de modo que estas só permitam acesso remoto interativo para fins de suporte ou manutenção, mediante prévia solicitação do prestador de serviços de help-desk ao usuário utilizador principal (item 1.6 “d” da ata)	GSE.G	Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. informou que a recomendação foi atendida.
111	dd)	Necessidade de determinar data para empresa contratada instalar e configurar os “appliances”;	Determinar uma data, a curto prazo, para instalação e configuração de todos os “appliances” necessários à filtragem e monitoramento de tráfego HTTP, sob pena das sanções previstas em contrato (item 1.6 “g” da ata).	GIN.G	Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. informou que a recomendação foi atendida.
126	ss)	Necessidade de manter a porta de acesso à sala dos servidores da Sede trancada.	Manter a porta de acesso à sala dos servidores trancada, mesmo durante as obras de instalação da sala-cofre, garantindo a segurança da informação da empresa (item 2.2.1 “b” da ata).	GIN.G	Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. informou que o ambiente do 2º andar (CPD) já está concluído e seu controle de acesso está restrito somente a pessoas autorizadas, conforme Anexo 11.
128	uu)	Necessidade de manter a organização do cabeamento de rede na Sede.	Manter a organização adequada no cabeamento de rede nos armários do edifício Sede (item 2.2.1 “d” da ata).	GAL.G	Através da COI DG-028/11 de 15.09.2011, a DG Ass. informou que a recomendação está concluída.
132	yy)	Necessidade de alterar a localização do armário de rede do Centro Médico de Mambucaba.	Orientar a área usuária do Centro Médico de Mambucaba para que o armário de rede não fique localizado na cozinha, sujeito a sujeira, gordura e temperatura não adequada (item 2.2.2 “d” da ata).	DIPL.O GIN.G	Através da COI DO-16/2011 de 24.02.2011, a DO Ass. informou que após entendimentos com a FEAM, na pessoa do Sr. Diretor Financeiro, e objetivando atender a recomendação da Auditoria Interna, no intuito de eliminar um foco de sujeira, gordura e temperatura não adequada, existente na cozinha do Centro Médico de Mambucaba, comprometendo os componentes da rede de dados, localizados em armário ali

					instalados. Foi proposta e já implementada, conforme fotografias em anexo, a retirada da cozinha desse local.
135	bbb)	Necessidade de uma área maior para o depósito de informática.	Providenciar uma área maior para o depósito da informática, assegurando maior qualidade e segurança na guarda dos materiais estocados (item 2.2.2 “g” da ata).	GAL.G	Através da COI DG-028/11 de 15.09.2011, a DG Ass. informou que a recomendação está concluída.
136	ccc)	Necessidade de manter organizado o depósito de informática.	Solicitar à DISO.G/ Helpdesk manter organizado o depósito de materiais de informática (item 2.2.2 “h” da ata).	GAL.G	Através da COI DG-028/11 de 15.09.2011, a DG Ass informou que a recomendação está concluída.
137	ddd)	Necessidade de organização na fiação elétrica dos armários de rede da Sede.	Instalar e manter a organização adequada na fiação elétrica nos armários de rede do edifício Sede (item 2.2.1 “e” da ata)	GIR.A	Através do recebimento do e-mail, em anexo, ao memorando de 19/11/2010, a GIR.A informou que já está organizando os referidos cabos em todos os armários. Recomendação reanalisada pela AICA.
138	eee)	Necessidade de etiquetas padrão nos pontos de rede no Centro de Emergência de Infra-estrutura (CEI-DO.O).	Providenciar etiquetas de padrão e qualidade apropriadas de forma a não se deteriorarem e se perderem com o uso no Centro de Emergência de Infra-estrutura (CEI-DO.O), e em toda a Central Nuclear (item 2.2.2 “i” da ata).	DIPL.O	Através do e-mail de 10.06.2011, informou que em pesquisa realizada, verificaram que em termos de custo/benefício a etiquetadora que possuem nos atende. Assim sendo,, estamos inspecionando todas as áreas verificando se existe alguma identificação danificada, para imediata substituição. Acreditamos que com este procedimento manteremos todos os pontos identificados. Com este procedimento não será necessário no momento, o dispêndio com a aquisição de novo equipamento.

Relatório de Auditoria nº 07/2010- de 06/12/10		Auditoria Realizada: Segurança Lógica do Sistema SAP ECC			
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
147	a)	Risco de descontinuidade no sistema SAP ECC.	Envidar esforços junto a Superintendência SG.G quanto ao risco de descontinuidade dos serviços de suporte e manutenção ao sistema SAP ECC por falta de número adequado de empregados treinados na Gerência de Sistemas – GSI. G. (item 2 da ata).	GSI.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G informou que a ampliação do Quadro de Efetivos da GSI.G depende da autorização da DE. Este redimensionamento já foi solicitado à DG, através da COI SG.G-063/07. Esta pendência deverá ser remanejada para a DG.
148	b)	Necessidade de reavaliar quantitativo de empregados envolvidos no sistema SAP ECC	Reavaliar o quantitativo necessário de empregados envolvidos diretamente com a manutenção e suporte do sistema SAP ECC e dos softwares adquiridos com o upgrade (GRC, PI, RM, SOLMAN, WORKFLOW), para: <ul style="list-style-type: none"> · Possibilitar a segregação de função; · Assegurar a continuidade dos serviços; · Garantir a segurança, a qualidade e a eficiência do Sistema SAP ECC e demais softwares; (item 2 da ata). 	GSI.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G informou que a ampliação do Quadro de Efetivos da GSI.G depende da autorização da DE. Este redimensionamento já foi solicitado à DG, através da COI SG.G-063/07. Esta pendência deverá ser remanejada para a DG.
149	c)	Necessidade de capacitar os empregados envolvidos no sistema SAP ECC.	Capacitar os empregados envolvidos com o sistema SAP ECC da Gerência de Sistemas – GSI. G nos novos ambientes e tecnologias adquiridas pela Eletrobras Eletronuclear. (item 2	GIN.G	Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. informou que a GSI.G vem trabalhando na obtenção do conhecimento necessário para possibilitar o suporte para todas as tecnologias e funcionalidades do software SAP, conforme Anexos 14 e 15.

			da ata).		
151	e)	Necessidade de bloquear logins de empregados afastados por motivo de doença.	Bloquear imediatamente os logins de usuários SAP no ambiente de produção e no de desenvolvimento para os empregados informados pela Gerência de Administração de Pessoal - GAP.A, como afastados temporariamente de serviço, durante o período de afastamento. (item 4 da ata).	GIN.G	Através da COI GIN.G_I-159/10 de 29/12/2010, a GIN.G informou que a usuária Vivian foi bloqueada no ambiente de desenvolvimento. O usuário WBALVES (5002790) foi bloqueado em produção. A usuária MAFORT foi excluída pela rotina diária de Basis, no dia 15/12/2010, por falta de uso por mais de 60 dias. Em relação aos outros usuários, lembro também a importância que a equipe de Basis receba as informações sobre mudanças, seja elas de UO ou afastamento, no dia que ocorrer o evento. Sem esse procedimento não teremos como evitar o problema indicado pela auditoria.
152	f)	Necessidade de bloquear login em ambiente de desenvolvimento.	Bloquear, através do administrador do sistema, ou cancelar o login JOSEFER no ambiente de desenvolvimento do sistema SAP ECC, já que as atribuições do empregado na empresa mudaram. (item 5 da ata).	GIN.G	Através da COI GIN.G-I-159/10 de 29/12/2010, a GIN.G informou que foi excluído o usuário JOSEFER, conforme orientação da auditoria.
153	g)	Necessidade de cancelar os logins de consultores no ambiente de desenvolvimento.	Cancelar os logins dos consultores, que já não se encontram mais na empresa, e que participaram do upgrade para a nova versão do sistema SAP ECC, no ambiente de desenvolvimento. (item 6 da ata).	GIN.G	Através da COI GIN.G-I-159/10 de 29/12/2010, a GIN.G informou que foram excluídos os consultores de desenvolvimento, conforme orientação da auditoria. Abaixo lista dos usuários ativos no client 200.
154	h)	Necessidade de informar os empregados afastados por motivo de doença.	Informar tempestivamente à Gerência de Sistemas – GSI.G qualquer afastamento de empregado com prazo superior a 15 (quinze) dias corridos por motivo de doença, acidente de trabalho ou licença maternidade,	GDC.A	Através da COI GDC.A-056/11 de 02/03/2011, a GDC.A esclareceu que ao consultar à GSI.G sobre quem seriam os responsáveis para receber as informações fomos informados de que com a reestruturação da SG.G a responsabilidade da referida atividade seria da GIN.G/Bases. Com base nesta informação, já orientamos os empregados da GDC.A responsáveis pela comunicação do afastamento do

			com data de início e término de afastamento, para ajustes nos sistemas conforme critérios de segurança da informação. (item 4 da ata).		empregado que a GIN.G e a área de Bases fossem incluídas na distribuição da referida comunicação.
155	i)	Manual de Organização da Eletrobrás Eletronuclear desatualizado.	Atualizar o Manual de Organização da Eletrobras Eletronuclear com as atuais atribuições de responsabilidade da Gerência de Sistemas – GSI.G, que ainda estão sob a responsabilidade da Gerência de Informática – GIF.G. (item 1 da ata).	GOM.G	Através da COI DG-028/11 de 15.09.2011, a DG Ass. informou que a recomendação está atendida.
Relatório de Auditoria nº 08/2010- de 08/12/10			Auditoria Realizada: Suprimentos de Materiais		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
156	a)	Aplicação do Diferencial de Alíquota de ICMS para materiais destinados a INDUSTRIALIZAÇÃO para empresas de outros Estados da Federação.	Promover junto à Procuradoria Jurídica – P.J.P, a revisão do Edital Padrão do Sistema de Controle de Instrumentos Jurídicos - SCIJ, a fim de que seja contemplada a equalização diferenciada, ou seja, somente aplicada aos itens de material destinados ao ATIVO IMOBILIZADO e ao CONSUMO. Esta filosofia aplica-se também as aquisições de Pequeno Vulto, enquadradas no Artigo 24, Inciso II, da Lei 8666/93 (item 1 “a” da Ata).	GCM.A	Através da COI GCM.A/1620/2011/CI de 12.09.2011, a Gerência - GCM.A esclarece que já se encontra implementado no Sistema de Controle de Instrumentos, especificamente no edital de Pregão Eletrônico e nas Planilhas de Materiais, Quantidades e Preços, as condições quanto à aplicação do diferencial de alíquotas para bens destinados a Ativo Imobilizado e Consumo, bem como para Industrialização, conforme documentos em anexo.implementando nos editais da GCM.A, quanto à necessidade de adequação das Planilhas de Materiais, Quantidades e Preço através do Sistema de Controle de Instrumentos Jurídicos. Cabe esclarecer que a utilização desta sistemática ocorrerá a partir de sua disponibilidade no SCIJ previsto para ocorrer ainda esse mês, em atendimento ao disposto na IN 13.16 em vigor. Com relação às compras realizadas pelo Pequeno Vulto, o procedimento para análise das propostas recebidas deverá considerar as mesmas condições definidas no edital.

157	b)	Falta de Equalização de Preços nas empresas de outros Estados da Federação que recolhem pelo SIMPLES.	Aplicar o diferencial de alíquota de ICMS também aos fornecedores de outros Estados que recolham pelo SIMPLES, somente quando se tratar de materiais destinados a CONSUMO ou ATIVO IMOBILIZADO, conforme estabelecido no Regulamento do ICMS - RICMS-RJ/2000 (item 2 "a" da Ata).	GCM.A	<p>Através da COI GCM.A/1620/2011/CI de 12.09.2011, a Gerência - GCM.A esclarece que já se encontra implementado no Sistema de Controle de Instrumentos, especificamente no edital de Pregão Eletrônico e nas Planilhas de Materiais, Quantidades e Preços, as condições quanto à aplicação do diferencial de alíquotas para bens destinados a Ativo Imobilizado e Consumo, bem como para Industrialização, conforme documentos em anexo. implementando nos editais da GCM.A, quanto à necessidade de adequação das Planilhas de Materiais, Quantidades e Preço através do Sistema de Controle de Instrumentos Jurídicos.</p> <p>Cabe esclarecer que a utilização desta sistemática ocorrerá a partir de sua disponibilidade no SCIJ previsto para ocorrer ainda esse mês, em atendimento ao disposto na IN 13.16 em vigor.</p> <p>Com relação às compras realizadas pelo Pequeno Vulto, o procedimento para análise das propostas recebidas deverá considerar as mesmas condições definidas no edital.</p>
-----	----	---	---	-------	---

158	c)	Ausência de equalização diferenciada para os materiais destinados ao ATIVO IMOBILIZADO e ao CONSUMO.	Aplicar a equalização diferenciada somente para os materiais destinados ao ATIVO IMOBILIZADO e ao CONSUMO, nas aquisições processadas em Angra (item 1 “b” da Ata).	GAA.A	<p>Através da COI GCM.A/1620/2011/CI de 12.09.2011, a Gerência - GCM.A esclarece que já se encontra implementado no Sistema de Controle de Instrumentos, especificamente no edital de Pregão Eletrônico e nas Planilhas de Materiais, Quantidades e Preços, as condições quanto à aplicação do diferencial de alíquotas para bens destinados a Ativo Imobilizado e Consumo, bem como para Industrialização, conforme documentos em anexo.implementando nos editais da GCM.A, quanto à necessidade de adequação das Planilhas de Materiais, Quantidades e Preço através do Sistema de Controle de Instrumentos Jurídicos.</p> <p>Cabe esclarecer que a utilização desta sistemática ocorrerá a partir de sua disponibilidade no SCIJ previsto para ocorrer ainda esse mês, em atendimento ao disposto na IN 13.16 em vigor.</p> <p>Com relação às compras realizadas pelo Pequeno Vulto, o procedimento para análise das propostas recebidas deverá considerar as mesmas condições definidas no edital.</p> <p>- Vide também COI GAA.A-251/11 de 15.09.2011.</p>
159	d)	Ausência do diferencial de alíquota de ICMS outros Estados que recolham pelo SIMPLES.	Aplicar o diferencial de alíquota de ICMS também aos fornecedores de outros Estados que recolham pelo SIMPLES, somente quando se tratar de materiais destinados a CONSUMO ou ATIVO IMOBILIZADO, conforme	GAA.A	<p>Através da COI GCM.A/1620/2011/CI de 12.09.2011, a Gerência - GCM.A esclarece que já se encontra implementado no Sistema de Controle de Instrumentos, especificamente no edital de Pregão Eletrônico e nas Planilhas de Materiais, Quantidades e Preços, as condições quanto à aplicação do diferencial de alíquotas para bens destinados a Ativo Imobilizado e Consumo, bem como para Industrialização, conforme documentos em anexo.implementando nos editais da</p>

			estabelecido no Regulamento do ICMS - RICMS-RJ/2000 (item 2 “b” da Ata).		GCM.A, quanto à necessidade de adequação das Planilhas de Materiais, Quantidades e Preço através do Sistema de Controle de Instrumentos Jurídicos. Cabe esclarecer que a utilização desta sistemática ocorrerá a partir de sua disponibilidade no SCIJ previsto para ocorrer ainda esse mês, em atendimento ao disposto na IN 13.16 em vigor. Com relação às compras realizadas pelo Pequeno Vulto, o procedimento para análise das propostas recebidas deverá considerar as mesmas condições definidas no edital. - Vide também COI GAA.A-251/11 de 15.09.2011.
160	e)	Emissão de Requisição de Compra Adicional ao invés da criação de novos itens de material na requisição original.	Orientar as unidades requisitantes quando se tratar de contratos que incluam fornecimento de materiais e prestação de serviços, que emitam uma única requisição e nos casos em que o contrato assim exigir, criar novos itens de requisição de material sem que seja emitida nova requisição de compra (item 7 “a” da Ata).	GAA.A	Através de e-mail de 24.06.2011, a GAA.A informou que os relatores responsáveis pelos processos de serviços e os compradores responsáveis pelos processos de aquisição de material foram orientados pela Gerência no sentido de somente iniciarem o processo de contratação quando a requisição estiver compatível com as cláusulas objeto e preços. Os órgãos requisitantes também foram orientados quanto a esse procedimento.
161	f)	Aquisição de material pelo requisitante sem a participação da unidade organizacional de compras;	Eximir-se doravante de adquirir materiais em nome da Eletrobras Eletronuclear, utilizando-se sempre das unidades de compra Gerência de Aquisições em Angra - GAA. A e Gerência de Contratação de Materiais – GCM. A, a fim de atender à IN 11.01 – Poderes e Competências, Fl. 05/17, Item 2.7 (item 3 “a” da Ata).	CIPA Angra	Através da COI CIPA-001/11 de 21.02.2011, a CIPA Angra afirma que durante a gestão 2010/2011 seguiu fielmente as Instruções Normativas da Eletrobrás Eletronuclear em todos os processos, inclusive no que se refere à compra de qualquer natureza.
162	g)	Falta de padronização entre as Cláusulas de Multa por atraso na entrega nos Instrumentos Contratuais da	Padronizar o percentual e o limite a ser aplicado a título de Multa por Atraso na entrega do material, estabelecendo o valor a	SA.A	Através do recebimento da COI SA.A/001/WV/2011 de 03/01/2011, a SA.A informou os valores das multas moratórias (0,033%) e rescisórias (5%) que deverão constar dos instrumentos contratuais para os processos licitatórios da ETN.

		Gerência de Contratação de Materiais – GCM.A e da Gerência de Aquisições em Angra – GAA. A.	ser considerado na hipótese de entregas parceladas nos Instrumentos Contratuais de Fornecimento Nacional (item 5 “a” da Ata).		
163	h)	Falta de padronização entre as Cláusulas de Multas rescisórias nos Instrumentos Contratuais da Gerência de Contratação de Materiais – GCM.A e da Gerência de Aquisições em Angra – GAA. A.	Padronizar o percentual e o limite a ser aplicado a título de Multa Rescisória nos Instrumentos Contratuais de Fornecimento Nacional (item 5 “b” da Ata).	SA.A	Através do recebimento da COI SA.A/001/WV/2011 de 03/01/2011, a SA.A informou os valores das multas moratórias (0,033%) e rescisórias (5%) que deverão constar dos instrumentos contratuais para os processos licitatórios da ETN.
164	i)	Materiais entregues com ATRASO sem a aplicação da Multa Contratual ou justificativa correspondente.	Manter as justificativas para a não aplicação da multa contratual nos casos de entrega de materiais que ultrapassem a data estabelecida no instrumento contratual, nos processos liberação de pagamento (item 6 “a” da Ata).	GCO.A	Através de e-mail de 17/12/2010, a GCO.A informou que Relativamente à recomendação feita à GCO.A no Relatório de Auditoria n.º 08/2010 (item 4 – letra “i”), informou que doravante “serão mantidas as justificativas para a não aplicação de multa (Parecer P.J.P MC-369/05) mesmo na hipótese da multa de valor inferior a R\$ 50,00 (item 6 da Ata)”.

Relatório de Auditoria nº 9/2010- de 07/12/10			Auditoria Realizada: Contratação de Serviços		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
165	a)	O objeto social da contratada é incompatível com o objeto do contrato assinado.	Verificar nos futuros contratos sociais das empresas, na fase de habilitação do certame, se o objeto social é compatível com o objeto que se pretende contratar, sob pena de desclassificar a empresa em razão da incompatibilidade do objeto que se pretende contratar (Item 1.1.1 “a” da ata).	GCS.A	Através da COI GCS.A-I-196/11 de 25/05/2011, a GCS.A informou as justificativas que possibilitaram a implementação da recomendação em questão.
166	b)	O Certificado de Registro Cadastral - CRC informava que alguns documentos não foram substituídos.	Exigir das empresas licitantes quando apresentarem o Certificado de Registro Cadastral – CRC do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a documentação que não estiver incluída neste, vez que o mesmo informava que este certificado não substituí a totalidade dos documentos enumerados nos Arts. 28 a 31 da Lei 8.666/93 (Item 1.1.1 “b” da ata).	GCS.A	Através da COI GCS.A-I-196/11 de 25/05/2011, a GCS.A informou as justificativas que possibilitaram a implementação da recomendação em questão.
167	c)	Ausência de cláusula no instrumento de contrato obrigando a contratada nomear um preposto junto ao contrato.	Atentar para as minutas de contratos do Sistema de Instrumento Jurídico da P.J.P, a fim de evitar a ausência de nomeação de um preposto por parte da contratada, nos termos do art. 68, da Lei 8.666/93 e item 5, da Instrução Normativa – IN 41.16, de 07/07/2010(Item 1.1.4	GCS.A	Através da COI GCS.A-I-196/11 de 25/05/2011, a GCS.A informou as justificativas que possibilitaram a implementação da recomendação em questão.

			“a” da ata).		
168	d)	Apresentação de garantia contratual depois de transcorrido mais de 100 dias da assinatura do instrumento de contrato.	Exigir da contratada a apresentação de garantias previstas nos futuros instrumentos de contratos de prestação de serviços, no prazo convencionado entre as partes, evitando assim, a execução de serviços prestados, por um determinado período, descobertos das garantias contratuais (Item 2.1.1 “a” da ata).	GCO.A	Através de e-mail de 17/12/2010, a Gerência -GCO.A - informou que foi expedida a “INSTRUÇÃO DA GERÊNCIA – Ref.: GCO.A/IG-001/10, de 08/12/2010, cópia em anexo, com o objetivo de formalizar o estabelecimento de uma rotina de providências a serem tomadas pelo pessoal designado para administração dos contratos de serviços.
169	e)	Ausência do Termo de Encerramento de execução do contrato.	Cobrar da área técnica, tomadora do serviço (Gerência de Infraestrutura de Tecnologia da Informação - GIN.G), posição sobre possíveis pendências, a fim de elaborar o Termo de Encerramento, conforme determina à cláusula 21 do instrumento de contrato de prestação de serviço firmado entre as partes (Item 2.1.2 “a” da ata).	GCO.A	Através de e-mail de 17/12/2010, a Gerência -GCO.A - informou que foi expedida a “INSTRUÇÃO DA GERÊNCIA – Ref.: GCO.A/IG-001/10, de 08/12/2010, cópia em anexo, com o objetivo de formalizar o estabelecimento de uma rotina de providências a serem tomadas pelo pessoal designado para administração dos contratos de serviços.
170	f)	Instrumento de contrato assinado entre as partes sem a evidência de chancela da Procuradoria Jurídica – PJ.	Submeter previamente a versão final do contrato à Procuradoria Jurídica – PJ.P para que o mesmo seja analisado e, não havendo nenhuma alteração a ser considerada, todas as paginas devem ser chanceladas. Somente depois desse procedimento o contrato estará em condições de ser assinado pela partes (Item 3.1.1 “a” da ata).	GAA.A	Através do e-mail datado de 10.06.2011, a GAA.A enviou , em anexo, MEMORANDO DE 12/01/2011, mostrando as evidências que justificaram a solução das referidas recomendações.

171	g)	Ausência de número mínimo de propostas distintas para as contratações de serviços por pequeno vulto.	Envidar esforços no sentido de obter no mínimo 2 (duas) propostas distintas junto ao mercado, para o objeto a ser contratado. Caso não haja possibilidade, justificar tal fato por escrito, conforme determina a Instrução Normativa 41.05 – Compras de Pequeno Vulto – Serviços - de 08/04/2010 (Item 3.1.3 e 3.1.4 “a” da ata).	GAA.A	Através do e-mail datado de 10.06.2011, a GAA.A enviou , em anexo, MEMORANDO DE 12/01/2011, mostrando as evidências que justificaram a solução das referidas recomendações.
172	h)	Publicação do Ato de Inexigibilidade de Licitação no Diário Oficial da União – DOU, excedendo o prazo legal.	Cumprir o prazo máximo de 05 (cinco) dias para publicação do Ato de Inexigibilidade de Licitação no Diário Oficial da União - DOU, como condição para eficácia dos atos, conforme determina o Artigo 26, da Lei 8.666/93 (Item 3.1.2, 4.1.1 e 4.1.2 “a” da ata).	GAC.T GAA.A	Através da COI GAC.T-I-0034/2011 de 08/02/2011, a Gerência - GAC.T- informou que observará as recomendações realizadas por esta Auditoria.
173	i)	Falta análise das cauções dadas em garantia para execução dos contratos pendente de baixa nos registros contábeis.	Analisarem as retenções dos valores dados em Garantia registrados nos anos de 1998 a 2008, no Balanço Patrimonial da Eletrobras Eletronuclear, vez que conforme informado pelas UO’s envolvidas, existem casos de contrato encerrados, inclusive alguns com o Termo de Encerramento emitido pela Eletrobras Eletronuclear (Item 2.1.3 “b” da ata).	GCO.A GAA.A GOF.A	Em 13.06.2011, a GCO.A reiterou que as providencias em relação ao assunto foram tomadas através do e-mail de 20.12.2010, que fala do envio do Termo de Encerramento. Em relação à GOF.A vide correspondência COI GOF.A-073/11 de 14.06.2011

Ano 2011					
Relatório de Auditoria nº 01/2011- de 04/04/2011			Auditoria Realizada: Suprimentos de Combustível Nuclear		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O interna da UJ	Síntese das Providências Adotadas
1.	a)	Fornecimento de relação incompleta das contratações realizadas pela GAC.T;	Cuidar para que as informações apresentadas à Auditoria Interna – AICA e aos Órgãos de fiscalização externa (Controladoria Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU) se apresentem completas e corretas, em observância a determinação estabelecida no Acórdão TCU Plenário nº 1884/2007 de 14/09/2007, bem como em atendimento à recomendação do Relatório da CGU quando da sua Auditoria de Gestão realizada na Eletrobras Eletronuclear em 2010 (Item 1a da ata).	GAC.T	Através da COI GAC.T-I-0098/2011 de 04/05/2011, GAC.T informou que, embora a resposta à FI.001/2011 não contemplasse todos os documentos requeridos, as informações foram complementadas na resposta à FI.002/2011, tornando todos os dados completos e corretos.
2.	b)	Publicação de Ato de Inexigibilidade fora do prazo legal;	Cumprir o prazo de 05 (cinco) dias para publicação de Atos de Inexigibilidade no Diário Oficial da União – DOU, como condição para eficácia dos atos, conforme determina o Art. 26 da Lei 8666/93 (Item 2a da ata)	GAC.T	Através da COI GAC.T-I-0098/2011 de 04/05/2011, GAC.T informou que a recomendação foi registrada. Sem necessidade de elaboração de plano de ação.
3.	c)	Celebração de Contratos com prazo de vigência indeterminado;	Estabelecer doravante, um prazo de vigência determinado, com data de início e de término para os novos contratos, com o objetivo de atender ao artigo 57	GAC.T	Através da COI GAC-T-I-0204/2011 de 14.09.2011, a GAC.T formulou uma consulta à P.J.P que respondeu este item 3 (c) pelo Memorando MC-269/11 de 06.05.2011 , na sua conclusão, a sugestão de que insira doravante nessas avenças um termo de Aceitação Definitiva e Mútua Quitação, onde as

			da Lei 8.666/93 (Item 3a da ata).		partes darão plena, ampla, rasa e geral quitação, de todas e quaisquer outras condições e/ou obrigações e que não inclua no prazo de vigência, o período de garantia.
4.	d)	Cálculos Manuais da Variação Cambial realizados em planilha EXCEL sem a identificação dos responsáveis pela execução e pela conferência dos valores;	a) Indicar o número do slip referente à correção cambial, nos slips das faturas em que seja aplicável a referida correção, como forma de permitir a sua rastreabilidade para eventual consulta posterior (Item 4a da ata).	GOF.A	As modificações dos procedimentos indicados já estão em funcionamento, conforme COI GOF.A 073/11 de 14.06.2011
			b) Identificar o responsável pela execução e pela conferência da memória de cálculo da variação cambial, através de carimbo, data e rubrica, conforme item (1), da Seção 404 da Lei Sarbanes Oxley, onde está prevista a obrigação por parte da Administração de implantar e manter uma estrutura adequada de controles internos (Item 4b da ata).	GOF.A	As modificações dos procedimentos indicados já estão em funcionamento, conforme COI GOF.A 073/11 de 14.06.2011
5.	e)	Relatórios Circunstanciados elaborados pela INB e não aprovados pela Eletrobras Eletronuclear em desacordo com o contrato GAC.T/CT-004/09;	Aprovar os relatórios circunstanciados formalmente, quando os contratos contiverem a condição, com o objetivo de atender à cláusula contratual onde aplicável (Item 5a da ata).	GCN.T	Através da COI GCN.T-055.11 de 03.06.2011, a GCN.T encaminhou a evidência de que os relatórios circunstanciados estão sendo aprovados.
6.	f)	Falta de formalização pela Eletrobras Eletronuclear	Aprovar formalmente os valores das coberturas do seguro do	GCN.T	Através da COI GCN.T-055.11 de 03.06.2011, a GCN.T encaminhou a evidência de que as coberturas dos seguros de

		quanto à concordância dos valores das coberturas a serem consideradas para a emissão dos Seguros de Transportes Internacionais;	transporte internacional, nos contratos em que seja prevista esta obrigação (Item 6a da ata).		transporte internacional estão sendo aprovados pela ETN.
7.	g)	Cobrança de tributos sobre o valor das despesas reembolsáveis, mediante a aplicação de percentual, não previsto no contrato GAC.T/CT-007/09;	a) Avaliar a procedência da cobrança pelas Indústrias Nucleares do Brasil - INB dos tributos através de um percentual único calculado sobre todo o montante de despesas reembolsáveis (Item 7a da ata).	GAC.T	Através da COI GAC-T-I-0204/2011 de 14.09.2011, a GAC.T formulou uma consulta à PJ.P que respondeu este item 7 (g) , pelo Memorando VM-374/11 de 15.06.2011 , na sua conclusão, considerar procedentes as recomendações da Auditoria Interna. A GAC.T informou, ainda, que todas as providências cabíveis foram tomadas, estando deste modo solucionados os itens levantados.
			b) Solicitar às Indústrias Nucleares do Brasil - INB os comprovantes de recolhimento dos tributos, no valor de R\$ 1.624.926,90 (um milhão, seiscentos e vinte e quatro mil novecentos e vinte e seis reais e noventa centavos), referente ao percentual de 39,3728% do valor total das despesas reembolsáveis para análise e aprovação (Item 7b da ata).	GAC.T	Através da COI GAC.T-I-0098/2011 de 04/05/2011, a GAC.T encaminhou os comprovantes solicitados.
			c) Incluir nos próximos contratos de fabricação de elementos combustíveis, cláusula específica que estabeleça os procedimentos e condições para a cobrança pelas Indústrias Nucleares do Brasil – INB, dos tributos incidentes sobre as despesas reembolsáveis, de modo a mitigar os seguintes	GAC.T	Através da COI GAC-T-I-0204/2011 de 14.09.2011, a GAC.T formulou uma consulta à PJ.P que respondeu este item 7 (g) , pelo Memorando VM-374/11 de 15.06.2011 , na sua conclusão, considerar procedentes as recomendações da Auditoria Interna. A GAC.T informou, ainda, que todas as providências cabíveis foram tomadas, estando deste modo solucionados os itens levantados.

			<p>riscos: I) financeiro, pelo pagamento a maior dos tributos cobrados; e II) legal, pela desobediência ao contrato, devido à ausência de documentação suporte das despesas reembolsáveis, conforme previsto na cláusula contratual 8.3 do contrato GAC.T/CT-007/09 (Item 7c da ata).</p>		
8.	h)	<p>Preenchimento Incorreto e/ou Incompleto dos Atos de Inexigibilidade GAC.T/IL-004/09, GAC.T/IL-005/09 e GAC.T/IL-006/09.</p>	<p>a) Preencher os campos “APROVADO POR” e “RATIFICADO POR” dos Atos de Inexigibilidade GAC.T/IL-004/09, GAC.T/IL-005/09 e GAC.T/IL-006/09, de forma a tornar o documento completo, conforme exemplificado no Ato GAC.T/IL-003/09 (Item 8a da ata).</p>	GAC.T	<p>Através da COI GAC.T-I-0098/2011, a GAC.T informou que os referidos campos foram preenchidos. Analisamos cópia dos Atos de Inexigibilidade GAC.T/IL-004/09, GAC.T/IL-005/09 e GAC.T/IL-006/09 e constatamos que as recomendações foram devidamente atendidas</p>
			<p>b) Corrigir o campo “COMPETÊNCIA de Aprovação” do Ato de Inexigibilidade GAC.T/IL-004/09, conforme exemplificado no Ato GAC.T/IL-003/09 (Item 8b da ata).</p>	GAC.T	<p>Através da COI GAC.T-I-0098/2011, a GAC.T informou que os referidos campos foram corrigidos. Analisamos cópia do Ato de Inexigibilidade GAC.T/IL-004/09 e constatamos que as recomendações foram devidamente atendidas.</p>
			<p>c) Certificar-se de que o Ato de Inexigibilidade esteja devidamente preenchido de forma correta e completa antes de emití-lo e apresentá-lo para as assinaturas (Item 8c da ata).</p>	GAC.T	<p>Através da COI GAC.T-I-0098/2011, a GAC.T informou que a recomendação foi registrada. Sem necessidade de elaboração de plano de ação.</p>

			d) Utilizar o nível de competência para aprovação do valor de contratação, conforme estabelecido na Instrução Normativa 11.01, página 4/17, Item 2.5, tanto para valores superiores quanto valores inferiores definidos na citada tabela de limites e competências (Item 8d da ata).	GAC.T	Através da COI GAC.T-I-0098/2011, a GAC.T informou que a recomendação foi registrada. Sem necessidade de elaboração de plano de ação.
Relatório de Auditoria nº 02/2011- de 06/05/2011			Auditoria Realizada: Sistemas de Informação em Produção		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
10	b)	Melhoria na funcionalidade da interface para o uso do sistema de Vale Refeição.	c) Corrigir erros de processamento em tempo de execução (“run-time errors”) observados no acionamento do botão ATUALIZAR do formulário FrmSVR04 (item 1.2 da Ata);	GSI.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a GSI.G identificou que este item aponta para a necessidade de diversas correções nos programas do sistema. Para tanto, estas correções deverão ser melhores analisadas pelo analista responsável. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass. encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando que pela própria natureza da inconformidade, a maneira da mesma ser evidenciada, é através da própria utilização do sistema.
13	e)	Ausência de rastreamento das transações.	b) Implementar, ao nível do Sistema Gerenciador de Banco de Dados, registro automático de acesso às bases de dados do sistema Vale-Refeição, para fins de auditoria, identificando usuário, IP de origem, data-hora,	GIN.G	Através de e-mail datado de 27/05/2011, a GIN.G ratificou parecer do Administrador de Banco de Dados informando que não é possível implementar o controle no nível do SGBD.

			tabelas acessadas e o tipo de operação executada (item 1.3 da Ata); e		
14	f)	Não aplicabilidade da M.D.S (Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas) no desenvolvimento dos sistemas auditados;	Seguir as determinações da M.D.S (Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas) no desenvolvimento de novos sistemas e nas suas manutenções (item 2.2 da Ata);	GSI.G	Através da COI GSI.G-007/11 de 02.06.2011, a GSI.G informou que a M.D.S já vem sendo aplicada nos novos sistemas.
15	g)	Falta de manutenção nas permissões de acesso ao sistema Auxílio Creche;	a) Eliminar a permissão às funcionalidades do sistema dos logins não autorizados para assegurar a segurança e a integridade das informações (item 2.4 da Ata);	GSI.G	Através da COI DG-028/11 de 15.09.2011, a DG Ass. informou que a recomendação está concluída.
16	h)	Carga inicial do sistema Auxílio Creche sem identificação de login para rastreamento;	a) Analisar os dados, quando da carga inicial do sistema de auxílio creche, para detectar possíveis inconsistências das informações gravadas no banco de dados (item 2.5 da Ata);	GSI.G	Através da COI DG-028/11 de 15.09.2011, a DG Ass. informou que a recomendação está concluída.
			b) Gravar o login do empregado e a data em que foi realizada a carga inicial do sistema nos devidos campos no banco de dados para assegurar o histórico e a consistência das informações (item 2.6 da Ata);	GSI.G	Através da COI DG-028/11 de 15.09.2011, a DG Ass. informou que a recomendação está concluída.
17	i)	Falta de segregação dos ambientes de teste e produção; e	a) Obedecer à segregação dos ambientes de testes e de produção, tirando o acesso ao ambiente de produção de empregados com perfil de	GSI.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a GSI.G informou que será implementada até a referida data. Através da COI DG-028/11 de 15.09.2011, a DG Ass. encaminhou anexa COI SG. G-156/11, informando que os ambientes o novo prazo para

			analista desenvolvedor para assegurar a segurança da informação, conforme item 8.1.5 da NBR ISO/IEC 17799, item 5.3.3.1 do GTAG-1 e Acórdão 2023/2005 do TCU (item 2.3 da Ata); e		atendimento da recomendação. Através da COI DG-028/11 de 15.09.2011, a DG Ass. encaminhou anexa COI SG.G-156/11, informando que os ambientes foram criados, porém os aplicativos precisam ser modificados para obedecer aos critérios de segregação solicitados.
			b) Não usar o ambiente de produção para testar funcionalidades do sistema, conforme item 8.1.5 da NBR ISO/IEC 17799, item 5.3.3.1 do GTAG-1 e Acórdão 2023/2005 do TCU (item 2.3 da Ata).	GSI.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a GSI.G informou que será implementada até a referida data. Através da COI DG-028/11 de 15.09.2011, a DG Ass. encaminhou anexa COI SG.G-156/11, informando que os ambientes foram criados, porém os aplicativos precisam ser modificados para obedecer aos critérios de segregação solicitados.
18	j)	Verificação do cumprimento de normas e procedimentos voltados para os sistemas informatizados da área de Assistência e Benefícios em avaliação.	Manter arquivo com registros de autorização formal dos operadores de sistemas em produção. Para os usuários com direitos de atualização e modificação dos dados, a solicitação deve ser emanada do nível da Gerência usuária do sistema (item 1.3 da Ata).	GIN.G	Através da COI GIN.G-I-054/11 de 17/05/2011, o registro já foi implementado.
Relatório de Auditoria nº 03/2011- de 28/06/2011			Auditoria Realizada: Almoxarifado de Obras e Equipamentos de Angra 3		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
19	k)	Ausência de registro contábil no sistema SAP/ECC dos Volumes/Equipamentos do Almoxarifado de Angra 3 para Usina de Angra 2.	Registrar contabilmente no SAP/ECC as movimentações dos FDT's ocorridas no período, para melhor representação da situação patrimonial de cada usina, bem como possibilitar o aproveitamento fiscal das	DIMT.O	Através da COI DO-112/11 de 15.09.2011, o DO Ass. informou que todos os registros contábeis, listados nas planilhas anexas (Anexo 1) apresentam as movimentações dos FTD's ocorridas no período de setembro de 2009 a dezembro de 2010, com exceção das FTD's 672 e 674, que estão sendo tratadas a parte e detalhadas na resposta ao item 21.m.

			despesas com depreciação dos equipamentos colocados em uso. (Item 1.1 da ata)		
20	1)	Fragilidade nos controles internos referente à transferência de Volumes/Equipamentos de Angra 3 para outras Unidades Organizacionais.	a) Encaminhar cópia dos FDT's, Requisições e MME's para a Gerência de Orçamento e Controle – GOC.A, quando da realização das operações de recebimento e entrega de equipamentos. (Item 1.1 da ata).	DIMT.O	Através da COI DO-112/11 de 15.09.2011, o DO Ass. informou que as cópias de todos os registros efetuados FDT's/ requisições/ MME's foram encaminhadas à GOC.A, através da correspondência COI DIMT.O002/2011, datada de 10/06/2011, cópia em anexo (Anexo 2). Observa-se que esses registros não foram previamente enviados por não estar contemplado no Procedimento para utilização de materiais nacionais e importados de Angra 3 nas instalações de Angra 1 e Angra 2 nº EA-3-0141,1-N07313- Rev 04, essa obrigatoriedade. Registre-se que a partir de agora esses documentos serão encaminhados à GOC.A, quando dos respectivos registros contábeis.

21	m)	Transferência de Equipamentos/Volumes de Angra 3 para Gerência de Planejamento Integrado e Modificação de Projeto – GPI.O sem verba orçamentária.	Providenciar verba orçamentária no centro de custo para regularizar os lançamentos contábeis pendentes de verbas com relação os Formulários de Dados Técnicos – FDT’s nº 0672 e 0674, no valor de R\$ 2.310.000,00 e R\$ 496.650,00, respectivamente. (Item 1.1 da ata)	GPI.O	Através da COI DO-112/11 de 15.09.2011(email de 24/08/2011 e COI GPI.O-136/11 de 0.09.2011), o DO Ass. informou que: Em 24.08.2011, através de e-mail de 24.08.2011, às 12:17 horas, com cópia em anexo (Anexo 3), foram solicitadas à GOC.A a realização dos remanejamentos devidos, no orçamento de investimentos de 2011, e providências para a criação de área funcional específica (W206003), objetivando a alocação de recursos próprios para essa operação e/ou futuras, caso sejam necessárias. Esses remanejamentos foram realizados, às 14:44 horas, desse mesmo dia. Em 15.09.2011, foi formalizada a transferência de Angra 3 para Angra 2, com destino contábil investimentos (centro financeiro 206.05.04), conforme cópia em anexo (Anexo 4). Em 15.09.2011 foi concluído pela DIMT.O o registro contábil, conforme cópia em anexo (Anexo 5), registrando na ocasião o valor final de R\$ 2806.650,00.
Relatório de Auditoria nº 04/2011- de 18/07/2011			Auditoria Realizada: Assistência e Benefícios		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
22	a)	Controle Inadequado do Reembolso de Auxílio Óculos/ Lentes	Adequar os itens 3.4 e 3.6 da IN 24.14 de forma a explicitar o prazo de vigência do benefício conforme estabelece o Acordo Coletivo de Trabalho (item 1 da ata);	GAB.A	A Instrução Normativa IN nº 24.14 emissão, em 04.10.2011, revisão 02, foi publicada com data de vigência de 25/09/2011 com as alterações dos itens 3.4 e 3.6 explicitando o prazo de vigência do benefício, conforme recomendação da AI.CA.
23	b)	Controle inadequado do	a) Não considerar para aprovação	GDC.A	Através das COI's GDC.A0204/11 de 27.09.2011 e GDC.A-

		consumo de medicamentos;	de reembolso as quantidades excedentes de medicamentos prescritos ao usuário na receita médica, conforme orientação contida no item 8.1 da Instrução Normativa nº 24.07 Rev. 03 de 15/09/2006 (item 2 da ata);		182/11 de 17/08/2011, a GDC.A informou que a solicitação já está sendo praticada. Recomendação reanalisada pela AICA.
24	c)	Preenchimento inadequado das solicitações de medicamentos/materiais	a) Não processar reembolsos de medicamentos/materiais sem a data de autorização do Médico Perito (item 5 da ata);	GAB.A	Através da COI GAB.A-155/11 de 09/08/2011, a GAB.A informou que todos os reembolsos de medicamentos/materiais estão sendo processados com a data de autorização do Médico Perito (exemplo Anexo II);
			b) Não processar reembolsos de medicamentos/materiais sem nota/cupom fiscal identificado em nome do empregado ou dependente habilitado (item 5 da ata);	GAB.A	Através da COI GAB.A-155/11 de 09/08/2011, a GAB.A informou que todos os reembolsos de medicamentos/materiais estão sendo processados com a nota/cupom fiscal identificado com o nome e matrícula do beneficiário (exemplo Anexo II);
			c) Não processar reembolso de medicamentos/materiais sem o carimbo “Submetido para Reembolso” no corpo do documento fiscal (item 5 da ata);	GAB.A	Através da COI GAB.A-155/11 de 09/08/2011, a GAB.A informou que todos os reembolsos de medicamentos/materiais estão sendo processados com a utilização do carimbo “Submetido para reembolso” na nota/cupom fiscal (exemplo Anexo II);
			d) Não reembolsar medicamentos/materiais apresentados com notas ou cupons fiscais rasurados (item 5 da ata);	GAB.A	Através da COI GAB.A-155/11 de 09/08/2011, a GAB.A informou que todos os reembolsos de medicamentos/materiais estão sendo processados com a nota/cupom fiscal sem rasura, caso haja, esta será recusada e devolvida sem o seu processamento;
			e) Lançar a observação “Valor Limite Excedido”, no campo correspondente da capa do processo de Solicitação de Reembolso de Medicamentos (SRM), em todos os casos que	GAB.A	Através da COI GAB.A-155/11 de 09/08/2011, a GAB.A informou que a recomendação de lançar a observação “Valor Limite Excedido” nos processos que ocorram exceção já era prática desta Gerência e ainda não tivemos nenhum caso para os limites deste ano, sendo todos do ano passado já auditados; Recomendação reanalisada pela AICA.

			ocorra a exceção (item 5 da ata);		
			f) Implantar controle que registre a data de entrada da Solicitação de Reembolso de Medicamento/Material (SRM) na Gerência (item 5 da ata);	GDC.A	Através da COI GDC.A-182/11 de 17/08/2011, a GDC.A informou que foi providenciado carimbo datador.
			g) Não encaminhar Solicitação de Reembolso de Medicamento/Material para a Gerência de Administração de Benefícios sem inserção da data de autorização de reembolso pelo Médico Perito (item 5 da ata);	GDC.A	Através da COI GDC.A-182/11 de 17/08/2011, a GDC.A informou que a prática já vem sendo adotada.
25	d)	Pagamento de reembolso de medicamento fora do sistema SRM;	Evitar o reembolso de medicamentos/materiais apresentados fora do Sistema de Reembolso de Medicamentos – SRM, pois agindo dessa forma estão sendo fragilizados os controles internos do sistema SRM da Gerência (item 6 da ata);	GAB.A	Através da COI GAB.A-155/11 de 09/08/2011, a GAB.A informou que é um procedimento e rotina desta gerência efetuar todas os reembolsos de medicamentos/materiais no Sistema de Reembolso de Medicamentos – SRM. Evitamos efetuar qualquer processamento fora dele e no caso de ocorrer alguma exceção, estas serão tratadas de forma contingencial dentro do que as normas permitem juntamente com as devidas autorizações competentes;

26	e)	Reembolso para medicamento não indicado ao CID informado;	Lançar, no corpo da SRM, a observação “tratamento secundário” para os casos em que o medicamento não seja diretamente indicado para o código CID informado na SRM (item 7 da ata);	GDC.A	Através da COI GDC-A 204/11 de 27.09.2011, a GDC.A apresentou evidência que a solicitação já está sendo atendida.
27	f)	Controles inadequados no processo de reembolso do Plano Médico Assistencial;	Determinar o correto preenchimento do código de procedimento nas APE's (item 8 da ata);	GDC.A	Através da COI GDC-A 204/11 de 27.09.2011, a GDC.A informou que a solicitação já vem sendo praticada, mas anexou evidência errada. Aguardando evidência. Recomendação reanalisada pela AICA.
28	g)	Falta de adequação dos sistemas informatizados do PMA (Plano Médico Assistencial) e SRM (Sistema de reembolso de medicamento) para determinados controles.	a) Estabelecer gestões com a Gerência de Sistemas de Informação - GSI.G para alterar o relatório PMAR59 (Relação de Quantidades Utilizadas por Procedimento Controlado), de modo a incluir os valores de centavos na impressão do relatório, ou uma nota de rodapé que informe ao leitor a omissão dos centavos (item 9 da ata);	GAB.A	Através da COI GAB.A-155/11 de 09/08/2011, a GAB.A informou que foi feita solicitação para a área de sistemas – SSS nº 31754 para alteração do relatório PMAR59 para a inclusão de nota de rodapé no referido relatório com o seguinte texto: “OBS: Para os procedimentos Odontológicos os valores não apresentam os centavos, porém, são contabilizados em sua totalização”. Em 28.09.2011, houve reunião com a participação da Gerente da GAB.A que enviou, em anexo, relatório com a recomendação atendida.
Relatório de Auditoria nº 05/2011- de 24/08//2011			Auditoria Realizada: Contratação de Serviços		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
29	a)	Prorrogação de Contrato, mediante aditamento de valor e prazo, sem a respectiva prorrogação da Garantia Contratual;	a) Processar aditamentos a contratos com Cláusula de Garantia de Cumprimento Contratual, somente mediante a atualização da garantia prestada, conforme estabelecido no item 10.6 do Contrato GCC.A/CT-	GCO.A	Através da COI GCO.A.I.573/11 de 22.09.2011, a GCO.A informou que todos os envolvidos com a administração de instrumentos contratuais nacionais e/ou internacionais de fornecimento de bens e materiais, e serviços devem observar rigorosamente a recomendação acima, de modo que o fato apontado não seja verificado em outro acompanhamento dos órgãos de fiscalização. Por oportuno, solicito que seja

			316/2009 (Item <u>1a</u> da ata).		verificado se "todos" os contratos vigentes estão com suas respectivas garantias devidamente atualizadas.
			b) Exercer o direito contratual de obrigar a CONTRATADA a acrescer em até 25% os serviços contratados, mantidas as mesmas condições, preços e remunerações contratuais, conforme estabelecido no item 21.1. do Contrato GCC.A/CT-316/2009 (Item <u>1b</u> da ata).	GCO.A	Através da COI GCO.A.I.573/11 de 22.09.2011, a GCO.A informou que todos os envolvidos com a administração de instrumentos contratuais nacionais e/ou internacionais de fornecimento de bens e materiais, e serviços devem observar rigorosamente a recomendação acima, de modo que o fato apontado não seja verificado em outro acompanhamento dos órgãos de fiscalização. Por oportuno, solicito que seja verificado se "todos" os contratos vigentes estão com suas respectivas garantias devidamente atualizadas.
30	b)	Emissão de Certificação Comercial sem a respectiva Garantia Contratual;	Emitir a certificação comercial no Sistema SAP/ECC somente quando for caracterizado rigorosamente o cumprimento de todas as cláusulas em vigor do(s) aditamento(s) e do contrato original, onde aplicável (Item <u>2a</u> da ata).	GCO.A	Através da COI GCO.A.I.573/11 de 22.09.2011, a GCO.A informou que todos os envolvidos com a administração de instrumentos contratuais nacionais e/ou internacionais de fornecimento de bens e materiais, e serviços devem observar rigorosamente a recomendação acima, de modo que o fato apontado não seja verificado em outro acompanhamento dos órgãos de fiscalização. Por oportuno, solicito que seja verificado se "todos" os contratos vigentes estão com suas respectivas garantias devidamente atualizadas.
31	c)	Glosa no Registro de Horas Extras do Ponto sem a devida formalização, tornando os quantitativos de horas extras pagos divergentes do registro de ponto;	Processar as glosas de horas extras formalmente, a fim de que a Folha de Registro Diário de Horas Trabalhadas espelhe fielmente as horas extras aprovadas pela Eletrobras Eletronuclear para serem faturadas pela Contratada (Item 3a da ata).	EB.P	Através da COI EB.P-049/2011 de 20.09.2011, o Gestor EB.P informou que erroneamente foi mencionado na COI EB.P 021 de 13/06/2011 que havíamos "recebido orientação do Conselho Fiscal", quando na realidade queríamos expressar que o veículo era utilizado em conformidade com a CGE 006/09. Conforme ratificado na data da reunião de encerramento da Auditoria, o erro foi reconhecido na falha de controle que exercia por ter sido glosadas horas extras sem que tivesse revisado o time sheet com o quantitativo de horas trabalhadas na folha de registro de ponto. "...Entretanto efetuamos a Glosa pela comparação da prestação de serviço efetivamente realizada, e não pelas informações de horários apontados pelo motorista, até porque a folha de ponto do motorista ficava sob o encargo e responsabilidade do EB.P".
32	d)	Faturamento de horas extras não correspondente ao	Abster-se de atestar faturamento de horas extras mensais que não	EB.P	Através da COI EB.P-049/2011 de 20.09.2011, o Gestor EB.P informou que o ocorrido não deverá acontecer novamente. O

		período de sua apuração atestado pelo gestor do contrato;	corresponda ao período de sua apuração, a fim de evitar antecipação de despesa. (Item 4a da ata).		faturamento de horas extras correspondente ao período de sua apuração atestada e de forma de sua composição se dava pelo simples fato de que as folhas de pagamentos da empresa contratada, Manchester Serviços Ltda., eram fechadas de 15 em 15 dias, fragmentando o correspondente mensal. Conforme demonstrado tratou-se de erro do Gestor ao atestar o serviço que iria completar o mês. Foi demonstrado de que ocorreu o fato e as horas atestadas foram efetivamente trabalhadas, não acarretando prejuízo para a empresa, nem pagamento em duplicidade.
33	e)	Falta de Aprovação Prévia da Eletrobras Eletronuclear para realização de Horas Extras, em desacordo com o estabelecido no contrato;	a) Cumprir o estabelecido no item 8.1.5 do Contrato GCC.A-CT-316/2009 e a Circular Geral CGE 018/08 de 25/06/2008, quanto à aprovação prévia das horas extras que se fizerem necessárias ao desenvolvimento dos serviços contratados, principalmente quando superarem o limite de 40 horas extras (Item 5a da ata).	EB.P	Através da COI EB.P-049/2011 de 20.09.2011, o Gestor EB.P informou que cumprida as recomendações e-1, e-2 e e-3, e fruto de implementação na nova Gestão do Contrato Nº GCC-A/CT-4500139564 (Contrate Gestão Empresarial Ltda. – Prestação de Serviços Especializados de Assessoria e de Apoio ao Funcionamento do Escritório da Eletrobrás Eletronuclear, na Cidade de Brasília-Distrito Federal). Rigorosamente em atenção às normas internas da empresa CGE 018/08 de 25/06/2008 – Instrução Normativa 41.16, item 4.4, Rev. 03, e em consonância com o art. 67 da Lei nº 8.666/93, submetemos aprovação de instância superior solicitação de horas extras e recebemos despacho de autorização (cópia em anexo), para as horas trabalhadas pelos motoristas deste EB.P.
			b) Submeter à avaliação e aprovação formal de instância superior, nos casos em que a tomada de decisão ultrapassar o limite de competência do Gestor do Contrato, conforme item 4.4 da Instrução Normativa 41.16 (Item 5b da ata).	EB.P	Através da COI EB.P-049/2011 de 20.09.2011, o Gestor EB.P informou que cumprida as recomendações e-1, e-2 e e-3, e fruto de implementação na nova Gestão do Contrato Nº GCC-A/CT-4500139564 (Contrate Gestão Empresarial Ltda. – Prestação de Serviços Especializados de Assessoria e de Apoio ao Funcionamento do Escritório da Eletrobrás Eletronuclear, na Cidade de Brasília-Distrito Federal). Rigorosamente em atenção às normas internas da empresa CGE 018/08 de 25/06/2008 – Instrução Normativa 41.16, item 4.4, Rev. 03, e em consonância com o art. 67 da Lei nº 8.666/93, submetemos aprovação de instância superior solicitação de horas extras e recebemos despacho de autorização (cópia em anexo), para as horas trabalhadas pelos motoristas deste EB.P.

			<p>c) Tomar conhecimento e cumprir as Instruções Normativas, Circulares Gerais da Empresa e Cláusulas Contratuais do Contrato GCC.A-CT-316/2009, para evitar que casos semelhantes aconteçam no futuro (Item 5c da ata).</p>	EB.P	<p>Através da COI EB.P-049/2011 de 20.09.2011, o Gestor EB.P informou que cumprida as recomendações e-1, e-2 e e-3, e fruto de implementação na nova Gestão do Contrato Nº GCC-A/CT-4500139564 (Contrate Gestão Empresarial Ltda. – Prestação de Serviços Especializados de Assessoria e de Apoio ao Funcionamento do Escritório da Eletrobrás Eletronuclear, na Cidade de Brasília-Distrito Federal). Rigorosamente em atenção às normas internas da empresa CGE 018/08 de 25/06/2008 – Instrução Normativa 41.16, item 4.4, Rev. 03, e em consonância com o art. 67 da Lei nº 8.666/93, submetemos aprovação de instância superior solicitação de horas extras e recebemos despacho de autorização (cópia em anexo), para as horas trabalhadas pelos motoristas deste EB.P.</p>
34	f)	<p>Exposição de empregado a regime de trabalho sem o período mínimo interjornadas de 11 horas de descanso, em descumprimento ao Artigo 66 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;</p>	<p>Que efetue um rigoroso controle e adote procedimento para prestação de serviços de motoristas no Escritório de Brasília – EB.P, de forma a que não mais ocorram intervalos de descanso inferiores a 11 horas, entre o término de uma jornada e início da seguinte, a fim de atender o Artigo 66 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Item 6a da ata).</p>	EB.P	<p>Através da COI EB.P-049/2011 de 20.09.2011, o Gestor EB.P informou que acatadas as recomendações e observado o atendimento a legislação vigente. Ambos motoristas realizam rodízio entre si para o atendimento normal dos serviços, preservando a saúde do trabalhador, que necessita da interjornada mínima de 11 horas de descanso, conforme cópia de mensagem eletrônica em anexo.</p>
35	g)	<p>Divergência entre Quantitativo de Horas aprovado pela Eletrobras Eletronuclear e o faturado pela Contratada;</p>	<p>a) Participar de treinamento específico com vistas a esclarecer os deveres e obrigações de um fiscal gestor de contrato, conforme o artigo 67 da Lei 8.666/93 (Item 7a da ata).</p>	EB.P	<p>Através da COI EB.P-049/2011 de 20.09.2011, o Gestor EB.P informou que a continuidade com as orientações /treinamentos específicos para este Gestor como qualquer outro que receba tais atribuições é fundamental e necessária para colocação em prática do contido na legislação pertinente.A verificação da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela prestação do serviço mensal, realizado no Escritório, antes de ser encaminhada para pagamento estar sendo cuidadosamente analisada por mais de um colaborador deste EB.P, para que erro no quantitativo de</p>

					horas extras não seja diferente do aprovado e encaminhado pela Contratada.
			b) Exercer um controle efetivo do quantitativo de horas extras aprovadas e do efetivamente faturado pela contratada, de forma a não ocorrer divergências, como ocorreu nos casos em que a Contratada considerou 30 minutos como 0,3 horas ao invés de 0,5 horas (Item 7b da ata).	EB.P	Através da COI EB.P-055/2011 de 03.10.2011 (anexada pelo e-mail de 13/10/2011), o Gestor EB.P informou a retificação constante na COI anterior (COI-EB.P-032 de 23.08.2011) de trinta minutos (0,30) para trinta minutos (30), com a finalidade de atender a recomendação da AI.CA, exercendo um controle efetivo do quantitativo de horas extras aprovado e do efetivamente faturado pela contratada de forma a não ocorrer divergências.
36	h)	Emissão de correspondência à Contratada por empregado sem delegação de competência;	Cumprir o estabelecido na Instrução Normativa 11.01 – Poderes e Competências no seu item 3.6.1., quanto à aprovação e assinatura de correspondências externas (Item 8a da ata).	EB.P	Através da COI EB.P-049/2011 de 20.09.2011, o Gestor EB.P informou que adotada a recomendação da AI.CA. Esta sendo dado cumprimento ao estabelecido na Instrução Normativa 11.01, o erro só ocorreu devido às ausências justificadas do Gestor do escritório, bem como, do Coordenador, e da preocupação do signatário que não tinha função de confiança, querendo agilizar o envio da Carta Externa assim o fez indevidamente. Procedimento que desde então nunca mais fora repetido, em virtude de há o cuidado de que na falta do titular responsável, a competência será do seu substituto habilitado.
37	i)	Emissão de correspondências internas e externas utilizando sigla incorreta;	Utilizar corretamente a sigla do Escritório de Brasília na emissão de correspondências internas e externas, conforme o organograma da empresa (Item 9a da ata).	EB.P	Através da COI EB.P-049/2011 de 20.09.2011, o Gestor EB.P informou que por fazermos parte do Escritório de Brasília EB.P e alguns colaboradores, se encontrar lotado no Gabinete da Presidência também de Brasília, erroneamente entendia-se ao enviar correspondência, a necessidade de identificar a sua lotação, isto não mais ocorre após as orientações da AICA.
38	j)	Contratação de novos serviços de descupinização através das AS/PV-4500137719/11 e AS/PV4500139168/11 ao invés de ser considerado	a) Não emitir novas requisições de compra, para casos em que os serviços a serem contratados possam ser realizados diretamente por contrato já existente e em vigor (Item 10a da	GIA.A	Através da COI GIA.A-082/11 de 21.11..201, a GIA.A informou que está dando ciência e orientando à Divisão de Serviços Gerais - DAS.G, subordinada a esta Gerência, para o cumprimento desta recomendação.

		como serviço complementar ao Contrato GCC.A/CT-058/2007 de Serviços de Descupinização em vigor;	ata).		
			b) Realizar os serviços adicionais de combate a cupins, utilizando-se dos preços estabelecidos na Planilha de Preços “B” – Serviços Complementares, conforme Anexo “D” do Contrato GCC.A/CT-058/2007, onde aplicável, visando a economicidade (Item 10b da ata).	GIA.A	Através da COI GIA.A-082/11 de 21.11..201, a GIA.A informou que está incluindo as áreas não contempladas pelo contrato em vigor, no escopo da nova licitação que se encontra em fase de elaboração, visando dar continuidade aos serviços a partir de julho de 2012.
			c) Exercer o direito contratual, quando aplicável, de negociar com a Contratada no(s) acréscimo(s) necessário(s) do Contrato até o limite de 25%, mantendo-se as mesmas condições de preço e remuneração, nos casos semelhantes de contratos futuros e vigentes na empresa (Item 10c da ata).	GAA.A	Através da COI GAA.A-374/11 de 07/12/2011, a GAA.A informou que por cópia desta, está dando ciência e orientação ao órgão solicitante dos serviços e ao órgão de controle contratual, para seguirem esta orientação.
			d) Promover esclarecimentos junto as Unidades Requisitantes com a finalidade de evitar a emissão de novas requisições de compras para serviços complementares que possam ser realizados por meio dos contratos existentes e em vigor, visando à economicidade e a diminuição de novos processos de contratação	GAA.A	Através da COI GAA.A-374/11 de 07/12/2011, a GAA.A informou que por cópia desta, está dando ciência e orientação aos órgãos solicitantes dos serviços, para seguirem esta orientação.

			na modalidade Pequeno Vulto (Item 10d da ata).		
39	k)	Falta de padronização no procedimento de divulgação internacional dos Editais de Concorrências Internacionais, descumprindo o art. 3º da Lei 8.666/93 e Decisões nº 289/1999 e 488/2001, ambas do Plenário do TCU;	Proceder à ampla divulgação dos instrumentos convocatórios a nível internacional, através do envio de correspondências às agências de divulgação de negócios no Exterior, nos moldes do procedimento já praticado pela Gerência de Contratação de Serviços - GCS.A em suas Concorrências Internacionais (Item 11a da ata).	GAC.T	Através da COI GAC-T-I- s/nº de 23/11/2011, a GAC.T-I encaminhou documentos comprobatórios de divulgação internacional de certames licitatórios.
40	l)	Existência de contratos que não foram incluídos no Programa de Monitoração do Sistema SAP/ECC através da transação ZMMO.	Manter um controle de inserção sistemática de todos os contratos da empresa no Sistema de Monitoramento de Contratos do Sistema SAP/ECC, com a finalidade de garantir que os mesmos possam estar incluídos quando da emissão do Relatório obtido através da transação ZMMO, em atendimento à determinação dos Órgãos de fiscalização e controle externo do governo federal (CGU e TCU) (Item 12a da ata).	GCO.A	Através da COI GCO.A.I.573/11 de 22.09.2011, a GCO.A informou que todos os envolvidos com a administração de instrumentos contratuais nacionais e/ou internacionais de fornecimento de bens e materiais, e serviços devem observar rigorosamente a recomendação acima, de modo que o fato apontado não seja verificado em outro acompanhamento dos órgãos de fiscalização. Dentre todas as informações a serem verificadas na transação ZMMO deve ser observado se os Pedidos estão nos Grupos de Compras 261, 262, 263, 264 ou 265, conforme o caso. Na hipótese da necessidade de retificação do grupo de comparas, deve ser acessada a opção "Modificar Pedido" (transação ME22N), e no cabeçalho do Pedido, na aba Dados organizações alterar o campo "Grp. Compradores".
Relatório de Auditoria nº 06/2011- de 03/10/2011			Auditoria Realizada: Convênios de Inserção Regional e Patrocínios		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
41	a)	Publicações de Atos Administrativos pelas	Cobrar das Prefeituras de Angra dos Reis e Paraty as futuras	ARS.P	Através da COI ARS.P-173/2011 de 05/10/2011, a ARS.P informou que:

		Prefeituras de Angra dos Reis e Paraty fora dos prazos determinados nos Termos de Compromissos.	publicações de atos administrativos nos respectivos prazos, evitando assim, as publicações após os prazos determinados nos Termos de Compromissos. (Item 1.1.1 e 1.2.1 da ata).		- A cobrança foi efetuada, via telefone, para agilizar o processo. As publicações foram atendidas e estamos atentos para respeitar os prazos estabelecidos. No entanto, ratificamos as cobranças pelas Cartas ARS.P 114/11(anexo) e ARS.P 115/11 (anexo), respectivamente.
42	b)	Quantidade de convênios celebrados entre a Eletrobras Eletronuclear e as Prefeituras de Angra dos Reis, Paraty e de Rio Claro, inferior ao previsto nas condicionantes da licença Prévia nº. 279/2008 e Licença de Instalação nº. 591/2009 de Angra 3.	Intensificar os contatos formais de cobrança às Prefeituras de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro, a fim de evidenciar junto ao IBAMA os esforços envidados pela Eletrobras Eletronuclear ao cumprimento das condicionantes previstas nas referidas licenças ambientais emitidas por aquele órgão. (Item 1.1.2, 1.2.2 e 1.3.2 da ata).	ARS.P	Através da COI ARS.P-173/2011 de 05/10/2011, a ARS.P informou que: - A cobrança foi efetuada primeiramente por e-mail em 18/08/2011 e através da ARS.P 101/2011 de 02/09/2011 (anexos). - A Cobrança efetuada através da carta ARS.P 024/2011 de 14/03/11 e recentemente pelo e-mail de 21/09/2011 (anexos). A Prefeitura Municipal de Paraty enviou os Ofícios S.E.G. nº 281/2011, de 28/09/11 com o projeto de Construção de uma nova Escola Municipal da Vila Oratório; Ofício S.E.G. nº 282/2011 com o projeto Desenvolvimento das Atividades Culturais e Tradicionais; S.E. G nº 283/2011 com o projeto de Pavimentação de Estrada; o S.E.G. nº 284/2011 com o projeto Construção e Reforma dos Novos Postos de Saúde (anexos). - Contatos de cobrança intensificados através da carta ARS.P 113/2011 de 03/01/11 (anexo). A Prefeitura Municipal de Rio Claro enviou Ofício 705/11 de 20/09/2011 encaminhando o projeto de Reforma e Ampliação da Creche Municipal Ernane do Amaral Peixoto (anexo).
43	c)	A Prefeitura de Rio Claro deixou de apresentar o cronograma de prioridade de execução financeira de parte dos projetos de convênios no montante de R\$ 9.340.750,00.	Cobrar da Prefeitura de Rio Claro, que apresente o cronograma de execução dos demais projetos de convênios no valor R\$ 9.340.750,00, relacionados no Termo de Compromisso firmado entre as partes, definindo os critérios de priorização dos mesmos. (Item 1.3.1 da ata).	ARS.P	Através da COI ARS.P-173/2011 de 05/10/2011, a ARS.P informou que a cobrança foi efetuada através da carta ARS.P 113/2011 de 03/10/11 (anexo).

44	d)	Ausência de parecer da Procuradoria Jurídica da Eletrobras Eletronuclear sobre a celebração ou contratação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT.	Solicitar um parecer à Procuradoria Jurídica sobre a possibilidade de celebrar Convênio ou Contrato com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT. Sabendo-se que o mesmo mantém uma dívida com a Eletrobras Eletronuclear com o valor de face no montante de R\$ 23.982.963,25 (Vinte e três milhões novecentos e oitenta e dois mil, novecentos e sessenta e três reais e vinte e cinco centavos) desde 31/12/2002, até a presente data ainda não resolvida. (Item 1.5 da ata).	ARS.P	Através da COI ARS.P-173/2011 de 05/10/2011, a ARS.P informou que foi providenciado com a COI-ARS.P 168/11 de 03/1/11 (anexa).
47	g)	Faltou interação entre unidades organizacionais para a utilização da transação ZMMO no sistema SAP/ECC.	Buscar uma maior interação entre as UO's envolvidas, no sentido de utilizar a transação ZMMO do sistema SAP/ECC, com objetivo de aprimorar os controles de acompanhamento dos convênios administrados pela Assessoria de Responsabilidade Sócio Ambiental – ARS.P . (Item 1.6 "a" da ata).	ARS.P	Através da COI ARS.P-173/2011 de 05/10/2011, a ARS.P informou que foi providenciado com a COI-ARS.P 170/11 de 03/01/11 (anexa). - Na oportunidade, salientamos que no item 1.1.2 - Convênios não Celebrados com a Prefeitura por Falta de Projeto, linha c) foi assinado o convênio "Aparelhamento da Irmandade Santa Casa de Angra dos Reis" no valor de R\$ 3.200.000,00 – previsto para 2010 e está em elaboração o Convênio "Gerenciamento de Resíduos Sólidos", no valor de R\$2.300.000,00, previsto para 2011.- Assim sendo, ratificamos que foram assinados 2 convênios da lista do Termo de Compromisso Previstos para 2010/21011 junto à Prefeitura de Angra dos Reis, Aparelhamento do Hospital da Japuiba e Aparelhamento da Santa Casa de Angra dos Reis.
48	h)	Não há como identificar o responsável que preparou o Ato de Inexigibilidade de	Consignar nos futuros Atos de Contratos de Patrocínios a identificação do responsável,	CS.P	Através da COI CS.P-123/11 de 19/10/2011, a CS.P informou que a recomendação já foi repassada ao corpo técnico para que esta seja prontamente atendida. Já implementada conforme

		Contratação de Patrocínio, bem como o responsável Técnico.	através de carimbo ou nome da pessoa por extenso, que preparou a justificativa do Ato de Inexigibilidade, bem como do responsável técnico, de forma a identificar as pessoas que assinaram os mesmos. (Item 2.1 “a” da ata).		pode ser visto no Anexo 1, documento 5.
49	i)	A cópia da Resolução da Diretoria Executiva – RDE que ratifica a contratação do patrocínio não foi arquivada.	Arquivar junto aos demais documentos do processo de contratação de patrocínio a cópia da Resolução da Diretoria Executiva - RDE, ratificando a contratação do mesmo. (Item 2.1 “b” da ata).	CS.P	Através da COI CS.P-123/11 de 19/10/2011, a CS.P informou que a recomendação já foi repassada ao corpo técnico para que esta seja prontamente atendida. Já implementada conforme pode ser visto no Anexo 1, documento 8.
50	j)	Número da Resolução da Diretoria Executiva – RDE que ratificou o Ato de inexigibilidade é diferente do número da RDE especificada no espaço reservado para a justificativa do Ato de Inexigibilidade do patrocínio.	Confirmar nos futuros Atos de Inexigibilidade de Contratação de Patrocínio se o número da Resolução da Diretoria Executiva – RDE confere com o número da RDE consignado no espaço reservado para ratificação do Ato no Parecer da Procuradoria Jurídica P.J.P. (Item 2.1 “c” da ata).	CS.P	Através da COI CS.P-123/11 de 19/10/2011, a CS.P informou que a recomendação já foi repassada ao corpo técnico para que esta seja prontamente atendida.
51	k)	Divergência do período consignado na Resolução da Diretoria Executiva – RDE com o período constante no Ato de Inexigibilidade da Procuradoria Jurídica.	Confirmar nos futuros Atos de Inexigibilidade de Contratação de Patrocínio se o período do evento consignado na Resolução da Diretoria Executiva – RDE confere com período consignado no espaço reservado para a justificativa do Ato de	CS.P	Através da COI CS.P-123/11 de 19/10/2011, a CS.P informou que a recomendação já foi repassada ao corpo técnico para que esta seja prontamente atendida.

			Inexigibilidade da Procuradoria Jurídica – P.J.P. (Item 2.1 “d” da ata).		
52	l)	O número da Resolução da Diretoria Executiva – RDE que ratificou o patrocínio, bem como o valor do mesmo, não conferem com número e o valor publicado no Diário Oficial da União – DOU.	Confirmar nos futuros Atos de Inexigibilidade de Contratação de Patrocínio se o número da Resolução da Diretoria Executiva – RDE que ratificou o patrocínio, bem como o valor do mesmo, conferem com número e o valor a ser publicado no Diário Oficial da União – DOU. (Item 2.1 “e” da ata).	CS.P	Através da COI CS.P-123/11 de 19/10/2011, a CS.P informou que a recomendação já foi repassada ao corpo técnico para que esta seja prontamente atendida.
53	m)	A cópia da publicação do Ato de Inexigibilidade no Diário Oficial da União – DOU não foi arquivada.	Arquivar junto aos demais documentos do processo de contratação de patrocínios cópia da publicação do Ato no Diário Oficial da União – DOU. (Item 2.1 “f” da ata).	CS.P	Através da COI CS.P-123/11 de 19/10/2011, a CS.P informou que a recomendação já foi repassada ao corpo técnico para que esta seja prontamente atendida. Já implementada conforme pode ser visto no Anexo 1, documento 5.
54	n)	Preenchimento incorreto do campo “base de valor” no Ato de Inexigibilidade.	Preencher corretamente no campo do formulário do Ato de Inexigibilidade “base de valor” o mês e ano da proposta de patrocínio, conforme demonstrado no anexo da Instrução Normativa 13.13 de 11 de janeiro de 2010. (Item 2.1 “g” da ata).	CS.P	Através da COI CS.P-138/11 de 01/12/2011, a CS.P informou que a recomendação já foi implementada. Evidência: FI nº 43 do item 5, Processo de Contratação de Patrocínio CSP.P-013/2011.
55	o)	Ausência de parte da documentação jurídica e fiscal na fase de habilitação dos projetos de patrocínios.	Obter a documentação jurídica e fiscal do proponente (Pessoa Jurídica ou Física) na fase de habilitação dos projetos de patrocínios, conforme previsto no item 5.4.2, da Instrução Normativa 13.13, de 10/01/2010 da Eletrobras Eletronuclear.	CS.P	Através da COI CS.P-123/11 de 19/10/2011, a CS.P informou que ficou acordado entre a CS.P e a GCO.A, em correspondência via e-mail em 03.08.2011 (Anexo 2), que a partir desta data a documentação relativa à regularidade fiscal e adimplemento com as áreas federal, estadual e municipal, seria solicitada aos proponentes de patrocínios pela CS.P através de carta inicial. Essa documentação poderá ser enviada por meio eletrônico. Porém a CS.P não dispõe de conhecimento técnico

			(Item 2.2 “a” da ata).		adequado para avaliação dessa documentação que será enviada por e-mail para análise da GCO.A que deverá dar o parecer à CS.P também por e-mail.. Tal prática já está sendo adotada conforme pode ser visto no Anexo 1, documento 4.
56	p)	O procedimento de arquivar a documentação que envolve os patrocínios necessita de aprimoramento.	Visando o fortalecimento dos controles internos, adotar como procedimento, numerar e rubricar toda a documentação que envolve os patrocínios, bem como arquivar os mesmos em ordem seqüencial. (Item 2.3 “a” da ata).	CS.P	Através da COI CS.P-123/11 de 19/10/2011, a CS.P informou que a recomendação já foi repassada ao corpo técnico para que esta seja prontamente atendida. Já implementada conforme pode ser visto no Anexo 1.
57	q)	Notas fiscais faturas e/ou recibos apresentados pelos patrocinados sem evidência da conferência.	Certificar no verso da nota fiscal fatura e/ou recibo apresentado pelos patrocinados, com objetivo de evidenciar a conferência da documentação apresentada, bem como evitar possível reapresentação do mesmo documento na prestação de contas. (Item 2.3 “b” da ata).	CS.P	Através da COI CS.P-138/11 de 01/12/2011, a CS.P informou que a recomendação já foi implementada. Entendemos que a certificação não necessariamente deva ser feita no verso, pois gera a necessidade de cópias em dobro. Evidência: FI nº 74 ao 86 do item 11, Processo de Contratação de Patrocínio CSP.P-013/2011.
58	r)	Aprovação de prestação de conta apresentada pelo patrocinado de período não coberto no patrocínio.	Atentar para o período de prestação de serviço consignado nas notas fiscais faturas de prestação de serviços apresentada pelos patrocinados, evitando assim, aprovação de prestação de contas de despesas de períodos não cobertos no patrocínio. (Item 2.4 “a” da ata).	CS.P	Através da COI CS.P-123/11 de 19/10/2011, a CS.P informou que a nota fiscal em questão teve um erro de digitação que já foi corrigido (Anexo 3). O corpo técnico da CS.P já foi orientado a checar sempre as datas das notas fiscais e faturas para evitar possíveis incorreções.
59	s)	Ausência de documentação comprobatória das despesas correspondentes ao período consignado no patrocínio da empresa Mélia Brasil Adm. Hotelaria e Comercial.	Cobrar da empresa Mélia Brasil Adm. Hotelaria e Comercial a documentação comprobatória das despesas correspondentes ao período de 15/08/2010 a 15/09/2010, conforme	CS.P	Através da COI CS.P-123/11 de 19/10/2011, a CS.P informou que segue no Anexo 3 a documentação correta referente às despesas do período de 15/08/2010 a 15/09/2010.

			consignado no Ato de Inexigibilidade CSP – 031/2010 ou a restituição dos recursos repassados pela Eletrobras Eletronuclear. (Item 2.4 “b” da ata).		
60	t)	Não há como identificar o responsável da pessoa jurídica que assinou o contrato de patrocínio com a Eletrobras Eletronuclear.	Consignar nos futuros atos de Contratos de Patrocínios a identificação do responsável, através de carimbo ou nome por extenso, não sendo o sócio que seja juntado à procuração delegando poderes a pessoal que assinou o contrato. (Item 2.4 “c” da ata).	GCS.A	Através da COI GCS.A-I-0399/11 de 04/10/2011, a GCS.A informou que quando do conhecimento desta inconformidade, durante a reunião com a AI.CA, a GCS.A questionou quantos e quais eram os contratos de patrocínio que não apresentaram a identificação da pessoa que assinou o contrato (item 2.4 "c" da ata). A AICA nos informou que foram dois Contratos, os de nº 269/2010 e 537/2010. Portanto, da lista de Contratos de Patrocínio em vigor, solicitados pela AICA - 35 contratos - apenas dois apresentaram essa não-inconformidade, estando os demais dentro da normalidade. Entretanto, a GCS.A reconhece que a recomendação da AI.CA deve ser atendida para todos os contratos, não só os de patrocínio, mas também os contratos de serviços, tanto nacionais quanto internacionais e, através de cópia desta COI ao seu corpo técnico, está reiterando para que seja observada a identificação do(s) responsável(éis) através de carimbo ou do nome por extenso das empresas patrocinadas ou contratadas pela Eletrobras Eletronuclear.
Relatório de Auditoria nº 07/2011- de 09/12/2011			Auditoria Realizada: Suprimento de Materiais		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
68	g)	Uso de Códigos de compra “Não Utilizar”;	Revisar os códigos de grupos de compra informados como “Não utilizar” liberando os mesmos como grupos de compra aplicáveis; (Item 4.2 “a” da ata)	SG.G	Através de e-mail de 29.12.2011, a SG.G informou que enviou as evidências sobre uma solicitação feita pela funcionária Maria Alice Fontane, em março de 2011, para criar dois novos grupos de contas, onde reutilizou o grupo 411, que estava como "Não utilizar" e foi aproveitado para o funcionário Eduardo Lyra.

Relatório de Auditoria nº 08/2011- de 19/12/2011			Auditoria Realizada: Contabilidade		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
70	a)	O valor contabilizado na conta de provisão para contingências judiciais não confere com o valor do relatório preparado pela Procuradoria Jurídica – P.J.P.	Corrigir as diferenças identificadas na conta de provisão para contingências judiciais, com relação aos processos do contencioso cível, a fim de que os valores contabilizados estejam de acordo com os valores consignados nos relatórios preparados pela Procuradoria Jurídica – P.J.P. (Item 1.1 da ata).	GCT.A	Através da COI GCT.A-067/2011 de 21.12.2011, a GCT.A informou que o relatório da P.J.P apresentado a GCT.A para o fechamento contábil de junho de 2011 não continham as informações relativas aos processos judiciais de natureza cível. Considerando o tempo exíguo para a conclusão do balanço, não restou a GCT.A alternativa a não ser manter as informações das contingências cíveis relativas ao trimestre anterior. Após a solicitação de regularização por parte da GCT.A, a P.J.P procedeu o ajuste em seu próximo relatório, e o lançamento da diferença de R\$ 10.300,00 foi contabilizado no mês de agosto de 2011. É fundamental esclarecer, que o balanço de junho de 2011, foi o primeiro balanço fechado com os novos prazos definidos pela ELETROBRAS, com a antecipação em 10 dias em relação aos prazos anteriores. Com isto, a P.J.P não conseguiu reunir todas as informações a tempo de cumprir o prazo fixado e encaminhou o relatório incompleto. Também é importante comentar que depois do alerta da GCT.A, a P.J.P não registrou mais atrasos nas informações prestadas, e as fez de forma completa, tanto no fechamento do balanço trimestral de setembro, bem como nas informações excepcionais prestadas a ELETROBRAS em Outubro de 2011.

76	g)	Amortização anual de 20% para todos os contratos de licenciamento de software	Avaliar a vida útil de cada item do grupo Intangível (Software), conforme o prazo de duração do benefício propiciado pelo direito de uso, conforme determinado pelo subitem 6.3.11 do Manual de Contabilidade emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. (Item 4 da ata).	GOC.A	Através da COI GOC.A-072/2011 de 21.12.2011, a GOC.A informou que tem como procedimento analisar e avaliar a vida útil de cada Software adquirido e classificado no Ativo não Circulante/intangível, adotando os principais parâmetros de avaliação, tais como: definição da vida útil de cada item, o valor unitário para reconhecimento conforme determinado pela ANEEL, o prazo mínimo admissível pela Receita Federal, a relevância dos ativos adquiridos e a prática da taxa média exercida pelas empresas do grupo, dentre outros.
Relatório de Auditoria nº 09/2011- de 07/12/2011			Auditoria Realizada: NUCLEOS		
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrições das Recomendações da Auditoria Interna	U.O	Síntese das Providências Adotadas
80	d)	Registro Contábil dos Valores relativos ao Fundo de Liquidez.	a) Registrar os valores segregados nas amortizações de empréstimos a título de Fundo de Liquidez na conta 2.3.2.01.02.00.00 – Fundo de Liquidez;	N U C L E O S	Através da carta PR-131/2011 de 06.12.2011, o NUCLEOS informou que: "As sugestões foram acatadas e podem ser evidenciadas no relatório (planilha) em anexo, que contempla os cálculos efetuados para atualização do referido fundo e na cópia do balancete de setembro de 2011, conta 2.3.2.3.01.02, demonstrando o saldo existente (Docs. 02 e 03)."
			b) Registrar as remunerações do Fundo de Liquidez e do Fundo de Quitação por Morte, em função da rentabilidade obtida nos investimentos do NUCLEOS, que não vinha sendo calculada e contabilizada adequadamente.	N U C L E O S	Através da carta PR-131/2011 de 06.12.2011, o NUCLEOS informou que: "As sugestões foram acatadas e podem ser evidenciadas no relatório (planilha) em anexo, que contempla os cálculos efetuados para atualização do referido fundo e na cópia do balancete de setembro de 2011, conta 2.3.2.3.01.02, demonstrando o saldo existente (Docs. 02 e 03)."

81	e)	Relatório de Auditoria Independente Emitido pela Empresa KPMG.	Viabilizar a cobrança da apresentação de um relatório referente aos controles internos, nas futuras contratações de empresa de Auditoria Externa no NUCLEOS.	NUCLEOS	Através da carta PR-131/2011 de 06.12.2011, a NUCLEOS informou que: "A recomendação já é objeto de atenção da Diretoria Executiva e pode ser evidenciada pelo relatório da KPMG neste sentido (Doc. 04)."
82	f)	Contrato Assinado sem a Chancela da Assessoria Jurídica - AJU.	Somente assinar os contratos depois que o mesmo estiver devidamente chancelado pela Assessoria Jurídica – AJU.	NUCLEOS	Através da carta PR-131/2011 de 06.12.2011, o NUCLEOS informou que: "A recomendação será acatada e já é objeto de preocupação constante da Diretoria Executiva do Instituto (vide exemplo em comunicação interna - Doc. 05)."
83	g)	Fundo Fixo	Viabilizar a inclusão, dentre as atribuições dos responsáveis pelo Fundo Fixo, a de conferir os comprovantes de despesas que compõem as prestações de contas de viagem, como forma de aprimorar o controle dos desembolsos realizados pelo Fundo Fixo.	NUCLEOS	Através da carta PR-131/2011 de 06.12.2011, o NUCLEOS informou que: "A recomendação será acatada e já é objeto de preocupação constante da Diretoria Executiva do Instituto." Recomendação reanalisada pela AICA.
84	h)	Aposição de carimbo de identificação de pagamento no documento.	Apor o carimbo "PAGO" sobre todas as notas fiscais e recibos apresentados como medida cautelosa de controle, conforme estabelecido no subitem d) item 6.2 da Instrução Normativa nº	NUCLEOS	Através da carta PR-131/2011 de 06.12.2011, o NUCLEOS informou que: "A recomendação será acatada e já é objeto de preocupação constante da Diretoria Executiva do Instituto." Recomendação reanalisada pela AICA.

			002/2010, de 01/04/2010.	S	
85	i)	Adiantamentos em Aberto.	a) Não permitir que adiantamentos permaneçam pendentes de prestação de contas por mais de 5 dias, implantando para esse fim um controle que possibilite o seu acompanhamento, conforme estabelecido no subitem b) do item 6.4 da Instrução Normativa nº 002/2010, de 01/04/2010;	N U C L E O S	Através da carta PR-131/2011 de 06.12.2011, o NUCLEOS informou que: "As recomendações serão acatadas e já são objeto de preocupação constante da Diretoria Executiva do Instituto." Recomendação reanalisada pela AICA.
			b) Formalizar a criação de um caixa pequeno, caso seja considerado necessário pela Diretoria Executiva, a fim de regularizar pequenos pagamentos.	N U C L E O S	Através da carta PR-131/2011 de 06.12.2011, o NUCLEOS informou que: "As recomendações serão acatadas e já são objeto de preocupação constante da Diretoria Executiva do Instituto. Com relação ao item "b", registramos a criação, em 18 de outubro de 2011, de dois fundos de caixa (caixa pequeno), operados pela Gerência de Administração e Gestão de Pessoal e pela secretaria de Diretoria Executiva (vide IN 001/2011 - Doc. 06)"

86	j)	Numeração da Prestação de Contas.	Estudar a viabilidade de incluir na Instrução Normativa nº 002/2010, de 01/04/2010, a rotina de preenchimento do campo "Nº. da Prestação de Contas", mantendo-se um arquivo em ordem sequencial numérica, como forma de aprimorar o controle.	N U C L E O S	Através da carta PR-131/2011 de 06.12.2011, o NUCLEOS informou que: "A recomendação será acatada." Recomendação reanalisada pela AICA.
87	k)	Identificação de Recebedor do Serviço em Notas Fiscais e Comprovantes.	Observar a Instrução Normativa nº 002/2010, de 01/04/2010, quanto ao cumprimento da rotina de que as notas fiscais sejam emitidas em nome do NUCLEOS, quando aplicável, como forma de aprimorar o controle interno.	N U C L E O S	Através da carta PR-131/2011 de 06.12.2011, o NUCLEOS informou que: "A recomendação será acatada e já é objeto de preocupação constante da Diretoria Executiva do Instituto." Recomendação reanalisada pela AICA.
88	l)	Benefícios Concedidos pelo Instituto.	Aprimorar o relatório existente, incluindo o acompanhamento das ações de ajuste necessárias, a fim de manter um controle eficiente.	N U C L E O S	Através da carta PR-131/2011 de 06.12.2011, o NUCLEOS informou que: "A recomendação será acatada." Recomendação reanalisada pela AICA.

Fonte: Auditoria Interna – AICA

16.2 Recomendações da Auditoria Interna **PENDENTES** de atendimento em 31/12/2011.

Ano 2001						
Relatório de Auditoria nº 12/2001 – 17/12/2001			Auditoria Realizada: Segurança Física e Lógica da Rede Corporativa			
Item	Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O.	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
179	y)	Falta plano de contingência a ser seguido em caso de falhas ou sinistro.	Elaborar plano de contingência que padronize os procedimentos e responsabilidades a serem seguidos em caso de falhas ou sinistro.	SG.G	Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. informou que a SG.G está implementando seu Plano de Contingência em 02 (duas) fases. 1ª fase – Mitigação dos riscos com a construção das salas cofres e criação de redundâncias (links, servidores); 2ª fase – Contratação de empresa especializada para elaboração do Plano de Contingência. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando que foi reagendado o prazo de execução.	JUN/12
180	z)	Falta treinamento para as atividades contempladas no plano de contingência.	Treinar os profissionais responsáveis pelas atividades do plano de contingência e continuidade.	SG.G	Através da COI DG.015/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011, a SG.G informou que o treinamento para o Plano de Contingência está previsto para a 2ª fase de sua implementação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando que foi reagendado o prazo de execução.	JUN/12

Ano 2003						
Relatório de Auditoria nº 01/2003 – 01/08/2003			Auditoria Realizada: Segurança física e lógica da Rede Corporativa			
Item	(a) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O.	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
10	j)	Cabeamento inadequado em edifícios da planta primária de Angra 1, gerando riscos potenciais.	Substituir cabeamento com revestimento em PVC nos edifícios que compõem a planta primária de Angra 1, exceto no Edifício de Administração (EAD) e naqueles da área externa da usina.	SG.G	Através da COI GEI.T 061/11/ de 14.06.2011, a GEI.T informou que está fazendo levantamento de custo para contratação da elaboração do projeto executivo da rede estruturada de Angra 1 (prazo para conclusão: 10/10/2011). Após esta fase, começará a elaborar o Edital para Contratação de Serviço de Elaboração do Projeto Executivo de Rede Estruturada de Angra 1, para fins de encerramento das pendências de recomendações da AICA.	DEZ/13
Relatório de Auditoria nº 03/2003 – 19/11/2003			<u>Trabalho realizado:</u> Administração de materiais nos almoxarifados de Angra 2 e 3.			
Item	(b) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O.	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
43	h)	Necessidade de desenvolver uma política de seguros mais adequada à empresa.	Desenvolver um projeto de política de seguros mais adequada à empresa	SF.A	Através da COI SF.A-020/11 de 15.09.2011, a SF.A incluiu no seu Plano de Metas para 2011 através do SGD-Sistema de Gestão de Desempenho da DA, no item 2, o seguinte: "Apoiar e auxiliar a implementação de uma Política de seguros para a Eletronuclear".	DEZ/11

Relatório de Auditoria nº 05/2003 – 13/01/2004		Trabalho realizado: Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM.				
tem	(c) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
86	bb)	Bens imóveis recebidos por doação da Eletronuclear, ainda sem escritura definitiva.	Lavar a escritura definitiva dos imóveis recebidos por doação da Eletronuclear.	GOC.A	Através da COI GOC.A-067/2011 de 16/11/2011, a Gerência-GOC.A respondeu que só poderá concluir esta pendência, após a P.J.P obter o registro do imóvel junto ao Cartório do 2º Ofício de Angra dos Reis. Até o presente momento a GOC.A não recebeu da P.J.P a informação da obtenção do referido registro. Após o recebimento da mesma, a GOC.A necessitará de aproximadamente 01 (hum) mês para concluí-la. Em 01.09.2011, através de E-mail, em anexo a COI em questão, a P.J.P fez considerações sobre o assunto em relação às dificuldades que vimos enfrentando na realização de tal registro (vide abaixo no anexo), a despeito dos esforços que vêm sendo empreendidos, se poderia no lugar de prestar informações periódicas apenas prestá-las quando efetivamente obtivermos o registro do imóvel, ou alternativamente, quando houver alguma ocorrência digna de nota neste processo. Obs.: Ver item 20t Rel. 01/2009.	JAN/12

Ano 2004						
Relatório de Auditoria nº 03/2004 –15/10/2004			Auditoria Realizada: Controle físico e financeiro sobre bens patrimoniais da Eletronuclear.			
Item	(d) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
27	f)	Necessidade de regularizar e devolver ao locador (Brasília Planejamento e Vendas S.A.), o terreno alugado à Eletronuclear, junto ao prédio do Corpo de Bombeiros, no Frade, em Angra, cuja locação é de ±R\$ 160 mil por ano, atualmente sem utilização por nossa empresa e com risco de novas invasões, como aquela já ocorrida em parte do terreno.	1. acionar Governo do Estado do Rio de Janeiro, para obter decreto expropriatório que declare como de necessidade para proteção do interes-se público, a área onde está construído o quartel do Corpo de Bombeiros; no Frade, sujeita à pertinente indenização.	DA	Através do OFÍCIO Nº 1629/2010/GP de 10/11/2010, a Prefeitura de Angra dos Reis informou que recebeu o ofício DA 098/10 datado de 14/10/2010, onde V.S.ª consulta este executivo acerca da possibilidade do município promover a desapropriação da propriedade constituída de área de terras de aproximadamente 90.000 m2 localizada no Frade, 2º Distrito. Acrescentando, que já iniciou o processo administrativo para a desapropriação da área, dentro do que dispõe a legislação vigente, e tão logo tenhamos a conclusão desse processo estaremos informando a essa Empresa. Através de e-mail de 27.09.2011, a DA Ass informou que a situação permanece na mesma situação apontada. A prefeitura Municipal, até o momento, ainda não concluiu os procedimentos administrativos relativos à desapropriação. No entanto, segundo seu representante daquela municipalidade, em reunião ocorrida com o Diretor de Administração e Finanças, ratificou a intenção de fazê-lo até o final do presente exercício.	DEZ/11

Ano 2005						
Relatório de Auditoria das patrocinadoras nº 06/2005-30/05/2005			Auditoria Realizada: NUCLEOS			
Item	(e) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O.	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
21.	h)	Participação no fundo de cotas da concessionária Rio - Teresópolis (CRT) em percentual superior ao limite de 25% estabelecido pela resolução 3121 do Conselho Monetário Nacional (CMN).	a) cumprir os limites estabelecidos nas normas e resoluções fixadas pelo Conselho Monetário Nacional-CMN antes de realizar operações financeiras, notadamente quando da aquisição de cotas de fundos de sociedades de propósito específico; e	N U C L E O S	Através do recebimento da carta PR-104/2011 de 26/08/2011, o NUCLEOS informou que a alienação das cotas do fundo de participação da CRT não depende exclusivamente de providências adotadas pelo Nucleos. Como anteriormente informado, semestralmente, é efetivado leilão eletrônico, providência que, inclusive, consta do calendário de obrigações do NUCLEOS. Infelizmente, a liquidez de tal investimento é praticamente nula, com o que os leilões têm se mostrado ineficientes. O último leilão foi realizado no dia 30/05/2011. O próximo será realizado no mês de novembro de 2011.	JUN//12

27.	n)	Fragilidade no controle dos valores a serem ressarcidos pelo INSS cujo saldo passou de R\$ 321 mil, em 2003, para R\$ 815 mil em 2004.	a) buscar junto ao INSS o ressarcimento dos valores devidos.	<p>N U C L E O S</p> <p>Através do recebimento da carta PR-104/2011 de 26/08/2011, a Diretoria da NUCLEOS tem cobrado resposta ao INSS e recebeu o ofício 185/2009, tendo constatado o andamento do assunto. Em diligência “in loco” constatou que o processo estava perdido naquela autarquia. Posteriormente, o mesmo foi encontrado. Aguarda-se posicionamento final daquele órgão governamental, para lastrear proposta de deliberação do Conselho, recomendando, se for o caso, a baixa contábil dos eventuais saldos remanescentes. Ainda não conseguimos uma resposta satisfatória do INSS. Os últimos andamentos foram os seguintes: O INSS requisitou a apresentação do comprovante de pagamento de benefícios através de ofício recebido em Dezembro/2010; o NUCLEOS em janeiro de 2011 encaminhou os documentos solicitados. em MAIO E ABRIL foram realizadas reuniões para esclarecimentos de dúvidas do INSS. em 26/08/2011 foi realizada reunião conjunta na qual foi apresentada pelo Nucleos planilha contendo conciliação de valores e que apurou crédito em favor do Núcleos no montante de R\$ 601.734,17 (seiscentos em um mil, setecentos e trinta e quatro reais e dezessete centavos). O INSS fará uma revisão do trabalho e adotará as providências necessárias para pagamento de crédito, se for o caso. Assim, estamos revisando a data estimada para a solução do assunto, que, provavelmente, se dará até o final do mês de DEZEMBRO/2011. A revisão se justifica pela morosidade da autarquia em adotar as providências pertinentes, porém, nos parece agora que a matéria está na reta final junto àquela entidade.</p>	DEZ/11
-----	----	--	--	---	--------

Ano 2006						
Relatório de Auditoria nº 03/2006 – 03/08/2006			Auditoria Realizada: Segurança Física e Lógica da Rede Corporativa			
Item	(f) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
25	g)	Necessidade de projeto de rede estruturada em Angra para melhor segurança e melhor performance	b) Projetar e implantar a rede estruturada de Angra 1, após o recebimento das plantas atualizadas, garantindo a segurança, o incremento na taxa de transmissão, um melhor gerenciamento dela e consequentemente de toda a rede corporativa da empresa.	SG.G	Através da COI GEI.T 061/11/ de 14.06.2011, a GEI.T informou que está fazendo custo para contratação da elaboração do projeto executivo da rede estruturada de Angra 1 (prazo para conclusão: 10/10/2011). Após esta fase, começará a elaborar o Edital para Contratação de Serviço de Elaboração do Projeto Executivo de Rede Estruturada de Angra 1, para fins de encerramento das pendências de recomendações levantamento de da AICA.	DEZ/13
			c) Projetar e implantar o projeto de rede estruturada na Hospedagem 1.	GAL.G	Através da COI DG-052/10 DE 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010), a DG informou que em função da mudança nos critérios para aquisição de materiais pela GCM.A, que solicitou o cancelamento das requisições mencionadas anteriormente (10115277, 10120009, 10120146, 10096690, 10119025, 10110952 e 10119051) pela GIF.G, iniciamos novos processos denominados, internamente, como Crescimento Vegetativo (9002008) e Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061). Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação.	MAR/12

					Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.	
			d) Projetar e implantar a Rede Estruturada no Depósito de Bens Patrimoniais – GAR.A.	GAL.G	Através da COI DG-052/10 DE 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010), a DG informou que em função da mudança nos critérios para aquisição de materiais pela GCM.A, que solicitou o cancelamento das requisições mencionadas anteriormente (10115277, 10120009, 10120146, 10096690, 10119025, 10110952 e 10119051) pela GIF.G, iniciamos novos processos denominados, internamente, como Crescimento Vegetativo (9002008) e Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061).Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação.Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.	MAR/12
			e) Projetar e implantar a Rede Estruturada na Administração Vila de Mambucaba – GAR.A.	GAL.G	Através da COI DG-052/10 DE 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010), a DG informou que em função da mudança nos critérios para aquisição de materiais pela GCM.A, que solicitou o cancelamento das requisições mencionadas anteriormente (10115277, 10120009, 10120146, 10096690,	MAR/12

					<p>10119025, 10110952 e 10119051) pela GIF.G, iniciamos novos processos denominados, internamente, como Crescimento Vegetativo (9002008) e Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061).Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação.</p> <p>Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.</p>	
			f) Projetar e implantar a Rede Estruturada no Laboratório de Monitoração Ambiental – DMAS.O.	GAL.G	<p>Através da COI DG-052/10 DE 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010), a DG informou que em função da mudança nos critérios para aquisição de materiais pela GCM.A, que solicitou o cancelamento das requisições mencionadas anteriormente (10115277, 10120009, 10120146, 10096690, 10119025, 10110952 e 10119051) pela GIF.G, iniciamos novos processos denominados, internamente, como Crescimento Vegetativo (9002008) e Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061).Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação.</p> <p>Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de</p>	MAR/12

					08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.	
			g) Implantar o projeto de rede do Centro de Treinamento (CT) em Mambucaba, pronto desde novembro de 2003.	GAL.G	Através da COI DG-052/10 DE 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010), a DG informou que em função da mudança nos critérios para aquisição de materiais pela GCM.A, que solicitou o cancelamento das requisições mencionadas anteriormente (10115277, 10120009, 10120146, 10096690, 10119025, 10110952 e 10119051) pela GIF.G, iniciamos novos processos denominados, internamente, como Crescimento Vegetativo (9002008) e Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061).Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.	MAR/12
			h) Implantar o projeto de rede do Centro de Treinamento Avançado com Simulador – Mambucaba, contemplando o Arquivo Técnico e a Sala de Aula nº12.	GAL.G	Através da COI DG-052/10 DE 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010), a DG informou que em função da mudança nos critérios para aquisição de materiais pela GCM.A, que solicitou o cancelamento das requisições mencionadas anteriormente (10115277, 10120009, 10120146, 10096690,	MAR/12

					10119025, 10110952 e 10119051) pela GIF.G, iniciamos novos processos denominados, internamente, como Crescimento Vegetativo (9002008) e Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061).Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.	
30	1)	Falta de um plano de contingência e continuidade da empresa.	Implantar e/ou atualizar o Plano de Contingência e Continuidade que defina os procedimentos a seguir e as responsabilidades, em caso de falha ou sinistro, bem como treinar os responsáveis pelas atividades contempladas no plano, conforme já recomendamos em 2001 e 2003.	SG.G	Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. informou que a SG.G está implementando seu Plano de Contingência em 02 (duas) fases. 1ª fase – Mitigação dos riscos com a construção das salas cofres e criação de redundâncias (links, servidores); 2ª fase – Contratação de empresa especializada para elaboração do Plano de Contingência. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o reagendamento do prazo previsto para execução.	JUN/12

Relatório de Auditoria nº 09/2006 - 30/08/2006			Auditoria Realizada: Administração de Materiais nos Almojarifados do Escritório de Obras – EOB.T			
Item	(g) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
124	n)	Necessidade de avaliar e aprovar o Projeto de Política de Seguros a ser implementado na ETN.	Recomendamos á Diretoria de Administração e Finanças – DA avaliar a aprovação do Projeto da Política de Seguros a ser implementada na empresa já enviada pela Gerência de Operações Financeiras – GOF.A	SF.A	Através da COI SF.A-020/11 de 15.09.2011, a SF.A incluiu no seu Plano de Metas para 2011 através do SGD-Sistema de Gestão de Desempenho da DA, no item 2, o seguinte: "Apoiar e auxiliar a implementação de uma Política de seguros para a Eletronuclear".	DEZ/11
Relatório de Auditoria nº 13/2006 – 19/01/2007			Auditoria Realizada: Avaliação dos processos relativos ao Cumprimento da Política de Investimentos na FRG			
Item	(h) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
170	j)	Controle Inadequado da Inadimplência dos Contratos de Empréstimos aos Participantes.	a) Cobrar as dívidas dos inadimplentes de forma efetiva, utilizando-se das cláusulas estabelecidas nos contratos de empréstimo;	FRG	Através da carta DP.E.362.2011 de 08.12.2011, a FRG informou que o processo de cobrança junto aos avalistas está previsto na política de renegociação de dívidas, a ser implementada até 31/12/2011.	DEZ/11
			b) Descontar na folha de pagamento das Patrocinadoras os valores das parcelas em atraso dos empregados ativos;	FRG	Através da carta DP.E.362.2011 de 08.12.2011, a FRG informou que o processo de cobrança junto aos avalistas está previsto na política de renegociação de dívidas, a ser implementada até 31/12/2011..	DEZ/11
			c) Cobrar do avalista co-responsável as parcelas em atraso dos empréstimos em que haja inadimplência, conforme cláusula de garantia.	FRG	Através da carta DP.E.362.2011 de 08.12.2011, a FRG informou que o processo de cobrança junto aos avalistas está previsto na política de renegociação de dívidas, a ser implementada até 31/12/2011.	DEZ/11
		Falta do Registro dos Inadimplentes no Serviço de			Através da carta DP.E.362.2011 de 08.12.2011,	DEZ/11

171	k)	proteção ao Crédito – SPC e SERASA, conforme determinação do Conselho Deliberativo – CD em reunião realizada em 24/02/2006.	Cumprir o determinado pelo Conselho Deliberativo na Ata nº 80 de 24/02/06, no sentido de encaminhar ao Serviço de proteção ao Crédito – SPC e SERASA o nome dos inadimplentes.	FRG	a FRG informou que tendo em vista que periodicamente a FRG é procurada por participantes inadimplentes que desejam regularizar seus débitos, porém não dispõe do valor total para quitação da dívida e nos solicitam uma forma de parcelamento, foi desenvolvida e está em fase de conclusão uma política de renegociação de dívidas. Após a implantação de política e convocação dos inadimplentes, aqueles que não regularizarem sua situação serão incluídos nos sistemas de proteção ao crédito. Informo que a Política foi aprovada na reunião de Diretoria realizada em 25/08/2011 e deverá ser submetida ao Conselho, para aprovação. Previsão de Implementação 31/12/2011.	
-----	----	---	--	-----	--	--

Ano 2007						
Relatório de Auditoria nº. 006/07 de 15/10/2007			Auditoria Realizada: Avaliação sobre os Controles dos Bens Patrimoniais			
Item	(i) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
114.	x)	Formalização das doações de bens patrimoniais de 2004 à FEAM e a Prefeitura do município de São Gonçalo.	Providenciar à RDE para regularizar as pendências de doações de bens patrimoniais efetuadas fisicamente em 2004 à FEAM e a Prefeitura Municipal de São Gonçalo	DA	Através da COI SF.A-020/11 de 15.09.2011, a SF.A em conjunto com a DA pretende apresentar uma solução em aproximadamente 30 dias.	DEZ/11

Ano 2008						
Relatório de Auditoria nº. 008/08, de 01/10/2008			Auditoria Realizada: Segurança Física e Lógica da Rede Corporativa - DG			
Item	(j) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
91	b)	Equipamentos de rede não protegidos adequadamente contra acesso não autorizado.	c) Providenciar um armário apropriado para o rack com os equipamentos da rede corporativa localizado no Centro de Administração de Praia Brava, mantendo-o trancado e a chave em poder dos técnicos desta UO em Angra.	GAL.G	Através da COI DG.052/10 de 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010) a DG informou que em função da mudança nos critérios para aquisição de materiais pela GCM.A, que solicitou o cancelamento das requisições mencionadas anteriormente (10115277, 10120009, 10120146, 10096690, 10119025, 10110952 e 10119051) pela GIF.G, iniciamos novos processos denominados, internamente, como Crescimento Vegetativo (9002008) e Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061). Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.	MAR/12
			d) Providenciar um armário apropriado para o rack com os equipamentos da rede corporativa localizada no Centro de Administração da Vila de Mambucaba, mantendo-o trancado e a chave em poder dos técnicos desta UO em Angra.	GAL.G	Através da COI DG.052/10 de 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010) a DG informou que em função da mudança nos critérios para aquisição de materiais pela GCM.A, que solicitou o cancelamento das requisições mencionadas anteriormente (10115277, 10120009, 10120146, 10096690, 10119025, 10110952 e 10119051) pela GIF.G, iniciamos novos processos denominados, internamente, como Crescimento Vegetativo (9002008) e Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061). Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.	MAR/12

			e) Providenciar um armário apropriado para o rack com os equipamentos da rede corporativa localizado no Depósito de Bens Patrimoniais em Mambucaba, mantendo-o trancado e a chave em poder dos técnicos desta UO em Angra.	GAL.G	Através da COI DG.052/10 de 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010) a DG informou que em função da mudança nos critérios para aquisição de materiais pela GCM.A, que solicitou o cancelamento das requisições mencionadas anteriormente (10115277, 10120009, 10120146, 10096690, 10119025, 10110952 e 10119051) pela GIF.G, iniciamos novos processos denominados, internamente, como Crescimento Vegetativo (9002008) e Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061). Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.	MAR/12
			f) Providenciar um armário apropriado para o rack com os equipamentos da rede corporativa localizado no Laboratório de Monitoração Ambiental (LMA) em Mambucaba, mantendo-o trancado e a chave em poder dos técnicos desta UO em Angra.	GAL.G	Através da COI DG.052/10 de 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010) a DG informou que em função da mudança nos critérios para aquisição de materiais pela GCM.A, que solicitou o cancelamento das requisições mencionadas anteriormente (10115277, 10120009, 10120146, 10096690, 10119025, 10110952 e 10119051) pela GIF.G, iniciamos novos processos denominados, internamente, como Crescimento Vegetativo (9002008) e Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061). Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.	MAR/12
			g) Providenciar um armário apropriado para o rack com os	GAL.G	Através da COI DG.052/10 de 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010) a DG informou que em função da mudança nos critérios para aquisição de materiais pela GCM.A, que solicitou o	MAR/12

			equipamentos da rede corporativa localizado na sala dos Desenhistas no Centro de Treinamento (CT) - DITR.O em Mambucaba, mantendo-o trancado e a chave em poder dos técnicos desta UO em Angra.		cancelamento das requisições mencionadas anteriormente (10115277, 10120009, 10120146, 10096690, 10119025, 10110952 e 10119051) pela GIF.G, iniciamos novos processos denominados, internamente, como Crescimento Vegetativo (9002008) e Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061). Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.	
			h) Providenciar um armário apropriado para o rack com os equipamentos da rede corporativa localizado na sala da Administração no Centro de Treinamento (CT) - DITR.O em Mambucaba, mantendo-o trancado e a chave em poder dos técnicos desta UO em Angra.	GAL.G	Através da COI DG.052/10 de 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010) a DG informou que em função da mudança nos critérios para aquisição de materiais pela GCM.A, que solicitou o cancelamento das requisições mencionadas anteriormente (10115277, 10120009, 10120146, 10096690, 10119025, 10110952 e 10119051) pela GIF.G, iniciamos novos processos denominados, internamente, como Crescimento Vegetativo (9002008) e Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061).Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.	MAR/12
			i) Providenciar um armário apropriado para o rack com os equipamentos da rede corporativa localizado na Hospedagem 3 em Mambucaba,	GAL.G	Através da COI DG.052/10 de 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010) a DG informou que em função da mudança nos critérios para aquisição de materiais pela GCM.A, que solicitou o cancelamento das requisições mencionadas anteriormente (10115277, 10120009, 10120146, 10096690, 10119025, 10110952 e 10119051) pela GIF.G, iniciamos novos processos denominados, internamente, como Crescimento Vegetativo (9002008) e Registro de Preços para	MAR/12

			<p>mantendo-o trancado e a chave em poder dos técnicos desta UO em Angra.</p>		<p>Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061). Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.</p>	
			<p>j) Providenciar armários apropriados para os racks com os equipamentos da rede corporativa localizados na sala GD0203 do Prédio UGD (Gerador Diesel) e na sala GN201 do Prédio GND em Angra 2, mantendo-os trancados e a chave em poder dos técnicos desta UO em Angra.</p>	<p>GAL.G</p>	<p>Através da COI DG.052/10 de 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010) a DG informou que em função da mudança nos critérios para aquisição de materiais pela GCM.A, que solicitou o cancelamento das requisições mencionadas anteriormente (10115277, 10120009, 10120146, 10096690, 10119025, 10110952 e 10119051) pela GIF.G, iniciamos novos processos denominados, internamente, como Crescimento Vegetativo (9002008) e Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061). Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.</p>	<p>MAR/12</p>

94.	e)	Necessidade de projeto de rede estruturada em Angra para maior segurança e melhor performance.	a) Implementar a rede estruturada no Centro de Administração de Mambucaba, conforme	GAL.G	Através da COI DG.052/10 de 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010) a DG informou que em função da mudança nos critérios para aquisição de materiais pela GCM.A, que solicitou o cancelamento das requisições mencionadas anteriormente (10115277, 10120009, 10120146, 10096690, 10119025, 10110952 e 10119051) pela GIF.G, iniciamos novos processos denominados, internamente, como Crescimento Vegetativo (9002008) e Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061). Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para	MAR/12

recomendado no
Relatório de Auditoria
03/2006 de
03/08/2006.

					Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.	
			b) Implementar a rede estruturada no Centro de Treinamento de Mambucaba - CTMA.	GAL.G	Através da COI DG.052/10 de 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010) a DG informou que em função da mudança nos critérios para aquisição de materiais pela GCM.A, que solicitou o cancelamento das requisições mencionadas anteriormente (10115277, 10120009, 10120146, 10096690, 10119025, 10110952 e 10119051) pela GIF.G, iniciamos novos processos denominados, internamente, como Crescimento Vegetativo (9002008) e Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061).Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.	MAR/12
			c) Implementar a rede estruturada no Depósito de Bens Patrimoniais em Mambucaba, conforme recomendado no Relatório de Auditoria 03/2006 de 03/08/2006.	GAL.G	Através da COI DG.052/10 de 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010) a DG informou que em função da mudança nos critérios para aquisição de materiais pela GCM.A, que solicitou o cancelamento das requisições mencionadas anteriormente (10115277, 10120009, 10120146, 10096690, 10119025, 10110952 e 10119051) pela GIF.G, iniciamos novos processos denominados, internamente, como Crescimento Vegetativo (9002008) e Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061). Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.	MAR/12

			<p>d) Implementar a rede estruturada no Laboratório de Monitoração Ambiental (LMA) em Mambucaba, conforme recomendado no Relatório de Auditoria 03/2006 de 03/08/2006.</p>	GAL.G	<p>Através da COI DG.052/10 de 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010) a DG informou que em função da mudança nos critérios para aquisição de materiais pela GCM.A, que solicitou o cancelamento das requisições mencionadas anteriormente (10115277, 10120009, 10120146, 10096690, 10119025, 10110952 e 10119051) pela GIF.G, iniciamos novos processos denominados, internamente, como Crescimento Vegetativo (9002008) e Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061). Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.</p>	MAR/12
			<p>e) Implementar a rede estruturada no Centro de Treinamento Avançado com Simulador (CTAS) em Mambucaba, conforme recomendado no Relatório de Auditoria 03/2006 de 03/08/2006.</p>	GAL.G	<p>Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. informou que em função da mudança nos critérios para aquisição de materiais pela GCM.A, que solicitou o cancelamento das requisições mencionadas anteriormente (10115277, 10120009, 10120146, 10096690, 10119025, 10110952 e 10119051) pela antiga GIF.G, iniciamos novos processos denominados, internamente, como Crescimento Vegetativo (9002008) e Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061). Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.</p>	MAR/12

			f) Implementar a rede estruturada no Centro de Treinamento (CT) - DITR.O em Mambucaba, conforme recomendado no Relatório de Auditoria 03/2006 de 03/08/2006.	GAL.G	Através da COI DG.052/10 de 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010) a DG informou que o projeto de telecomunicações dos trechos 3 e 4 já foram encaminhados à GPS.O, que será a U.O. responsável pela compra dos materiais necessários à sua conclusão. Os trechos 1 e 2 estão contemplados no processo denominado, internamente, como Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061).Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.	MAR/12
			g) Implementar a rede estruturada na Hospedagem 3 em Mambucaba.	GAL.G	Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. informou que o projeto de telecomunicações dos trechos 3 e 4 já foram encaminhados à GPS.O, que será a U.O. responsável pela compra dos materiais necessários à sua conclusão. Os trechos 1 e 2 estão contemplados no processo denominado, internamente, como Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061). Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação.Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.	MAR/12
			h) Projetar e implantar a rede estruturada de Angra 1, após o	SG.G	Através da COI GEI.T 061/11/ de 14.06.2011, a GEI.T informou que está fazendo levantamento de custo para contratação da elaboração do projeto executivo da rede estruturada de Angra 1 (prazo para	DEZ/13

			recebimento das plantas atualizadas pela SU.O, garantindo a segurança, o incremento na taxa de transmissão, um melhor gerenciamento dela e conseqüentemente de toda a rede corporativa da empresa, conforme recomendado no Relatório de Auditoria 03/2006 de 03/08/2006.		conclusão: 10/10/2011). Após esta fase, começará a elaborar o Edital para Contratação de Serviço de Elaboração do Projeto Executivo de Rede Estruturada de Angra 1, para fins de encerramento das pendências de recomendações da AICA.	
96	g)	Falta de padronização na identificação dos cabos de rede.	a) Identificar os cabos da rede corporativa no Centro de Treinamento Avançado com Simulador (CTAS) de forma única e padronizada conforme utilizado em toda a rede da ETN.	GAL.G	Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. informou que o projeto de telecomunicações dos trechos 3 e 4 já foram encaminhados à GPS.O, que será a U.O. responsável pela compra dos materiais necessários à sua conclusão. Os trechos 1 e 2 estão contemplados no processo denominado, internamente, como Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061).Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.	MAR/12

			b) Identificar os cabos da rede corporativa no Centro de Treinamento (CT) - DITR.O de forma única e padronizada conforme utilizado em toda a rede da ETN.	GAL.G	Através da COI DG.052/10 de 30/11/2010 (anexo COI SG.G 199/10 de 29/11/2010) a DG informou que o projeto de telecomunicações dos trechos 3 e 4 já foram encaminhados à GPS.O, que será a U.O. responsável pela compra dos materiais necessários à sua conclusão. Os trechos 1 e 2 estão contemplados no processo denominado, internamente, como Registro de Preços para Fornecimento de Serviços e Materiais de Telecomunicações (9002061).Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G postergou o prazo de implementação do projeto de rede estruturada em Angra, para Dez/2011, devido ao atraso do processo de licitação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o remanejamento do prazo previsto anteriormente, por atraso no processo de licitação.	MAR/12
97.	h)	Cabeamento inadequado em edifícios da planta primária de Angra 1, gerando riscos potenciais.	a) Providenciar a troca do <i>patch cable</i> inapropriado, na sala do operador da turbina e no seu exterior, dentro do Edifício do Turbo Gerador (ETG), pelo blindado para permanecer dentro dos padrões técnicos de segurança conforme parecer GEA.T-0336.2001, em que não devem ser utilizados cabos com revestimento em PVC, conforme recomendado no Relatório de Auditoria 03/2006 de	SG.G	Através da COI GEI.T 061/11/ de 14.06.2011, a GEI.T informou que está fazendo levantamento de custo para contratação da elaboração do projeto executivo da rede estruturada de Angra 1 (prazo para conclusão: 10/10/2011). Após esta fase, começará a elaborar o Edital para Contratação de Serviço de Elaboração do Projeto Executivo de Rede Estruturada de Angra 1, para fins de encerramento das pendências de recomendações da AICA.	DEZ/13

			03/08/2006.			
			<p>c) Providenciar a troca do <i>patch cable</i> inapropriado, na Sala de Teste de Amortecedores e Laboratório de Ensaios Não Destrutivos do Edifício do Turbo Gerador (ETG), pelo blindado para permanecer dentro dos padrões técnicos de segurança conforme parecer GEA.T-0336.2001, em que não devem ser utilizados cabos com revestimento em PVC, conforme recomendado no Relatório de Auditoria 03/2006 de 03/08/2006.</p>	SG.G	<p>Através da COI GEI.T 061/11/ de 14.06.2011, a GEI.T informou que está fazendo levantamento de custo para contratação da elaboração do projeto executivo da rede estruturada de Angra 1 (prazo para conclusão: 10/10/2011). Após esta fase, começará a elaborar o Edital para Contratação de Serviço de Elaboração do Projeto Executivo de Rede Estruturada de Angra 1, para fins de encerramento das pendências de recomendações da AICA.</p>	DEZ/13
			<p>d) Providenciar a troca do <i>patch cable</i> inapropriado, da Sala de Máquinas de</p>	SG.G	<p>Através da COI GEI.T 061/11/ de 14.06.2011, a GEI.T informou que está fazendo levantamento de custo para contratação da elaboração do projeto executivo da rede estruturada de Angra 1 (prazo para conclusão: 10/10/2011). Após esta fase, começará a elaborar o Edital para Contratação de Serviço de Elaboração do Projeto Executivo de Rede Estruturada de Angra 1, para fins de encerramento das pendências de recomendações da AICA.</p>	DEZ/13

HVAC do Edifício Auxiliar Sul (EAS), pelo blindado para permanecer dentro dos padrões técnicos

			de segurança conforme parecer GEA.T-0336.2001, em que não devem ser utilizados cabos com revestimento em PVC.			
			e) Orientar, formalmente, os técnicos da GIF.G para somente utilizar cabos blindados nas instalações da rede nos edifícios que compõem a planta primária de Angra 1, exceção para o edifício da Administração (EAD) e nas áreas externas, conforme parecer GEA.T-0336.2001 e recomendado no Relatório de Auditoria 03/2006 de 03/08/2006.	SG.G	Através da COI GEIT 061/11/ de 14.06.2011, a GEIT informou que está fazendo levantamento de custo para contratação da elaboração do projeto executivo da rede estruturada de Angra 1 (prazo para conclusão: 10/10/2011). Após esta fase, começará a elaborar o Edital para Contratação de Serviço de Elaboração do Projeto Executivo de Rede Estruturada de Angra 1, para fins de encerramento das pendências de recomendações da AICA.	DEZ/13
103.	n)	Falta de um Plano de Contingência em Tecnologia da Informação na empresa.	Implantar o Plano de Contingência em Tecnologia da Informação na ETN que defina os procedimentos a seguir e as responsabilidades, em caso de falhas ou	SG.G	Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. informou que a SG.G está implementando seu Plano de Contingência em 02 fases: 1ª fase – Mitigação dos riscos com a construção das salas cofres e criação de redundâncias (links, servidores); 2ª fase – Contratação de empresa especializada para elaboração do Plano de Contingência. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o novo prazo para atendimento da recomendação.	JUN/12

			sinistros, bem como treinar os responsáveis pelas atividades contempladas no plano, conforme já recomendado nos Relatórios de Auditoria 12/2001 de 17/12/2001, 01/2003 de 01/08/2003 e 03/2006 de 03/08/2006. (item 2.1 da ata).			
147	a)	Documentação não atualizada do sistema informatizado PMA;	a) Manter a documentação do sistema informatizado PMA (Plano Médico Assistencial) completa e atualizada conforme o estabelecido no documento EQ/G/0236/N15178 (Procedimento de Trabalho “Desenvolvimento, Implantação Manutenção e Garantia da Qualidade de Sistemas Computacionais”), assegurando, dessa forma, a sua correta operação,	GSI.G	Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando que o processo está concluído e encaminhado à GCS.A em 22/07/2011. A licitação seria na modalidade Técnica X Preço. A GCS.A questionou a contratação desse serviço nessa modalidade alegando orientação do TCU. Diversas reuniões foram realizadas para tentar encontrar a melhor forma de publicação do edital. Neste momento, o processo está sendo revisado para atender às novas exigências para a contratação, na modalidade pregão eletrônico.	MAR/13

			confiabilidade e auditabilidade. (item 1 da ata).			
--	--	--	---	--	--	--

Ano 2009						
Relatório de Auditoria nº. 01/2009 – 27/04/2009			Auditoria Realizada: Fundação Eletronuclear de Assistência Médica – FEAM			
Item	(k) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
20.	t)	O processo de doação do imóvel junto a Administração da Eletronuclear, os quais se compõem de terreno e instalações físicas ainda estão pendentes.	Agilizar o andamento do processo de doação do imóvel junto a Administração da Eletronuclear, os quais se compõem de terreno e instalações físicas, por ocasião da criação da FEAM (item 9 "a" da Ata).	GOC.A	Através da COI GOC.A-067/2011 de 16/11/2011, a Gerência-GOC.A respondeu que só poderá concluir esta pendência, após a P.J.P obter o registro do imóvel junto ao Cartório do 2º Ofício de Angra dos Reis. Até o presente momento a GOC.A não recebeu da P.J.P a informação da obtenção do referido registro. Após o recebimento da mesma, a GOC.A necessitará de aproximadamente 01 (hum) mês para concluí-la. Em 01.09.2011, através de E-mail, em anexo a COI em questão, a P.J.P fez considerações sobre o assunto em relação às dificuldades que vimos enfrentando na realização de tal registro (vide abaixo no anexo), a despeito dos esforços que vêm sendo empreendidos, se poderia no lugar de prestar informações periódicas apenas prestá-las quando efetivamente obtivermos o registro do imóvel, ou alternativamente, quando houver alguma ocorrência digna de nota neste processo. Obs.: Ver item 86 bb Rel. 05/2003.	JAN/12

Relatório de Auditoria nº. 04/2009 - 13/07/2009			Auditoria Realizada: Contas a Receber			
Item	(l) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
51	d)	Falta de análise pela Gerência de Operações Financeiras das justificativas apresentadas por Furnas para o não pagamento de cobranças no valor de R\$ 1.045.849,95.	a) Proceder à análise da documentação encaminhada por FURNAS, pendente desde 25/10/07, referente ao encontro de contas que considerou quitadas cobranças no valor de R\$ 1.045.849,95, com o fito de dar baixa aos pagamentos ou reapresentar à FURNAS as devidas cobranças com as respectivas justificativas (vide item 4.a da ata);	GCT.A	Através da COI. GCT.A-063/2011 de 09/12/2011 em anexo a Nota Gerencial nº 13/2011 de 09/12/2011, a GCT.A respondeu que recentemente a GOF.A localizou internamente diversos AVDs de FURNAS e está solicitando aquela coligada o encaminhamento de cópias dos AVDs não encontrados, para que se permita registrá-los e amortizá-los contra o Contas a Receber via Operação de Encontro de Contas, para eliminar essa pendência.	JAN/12
53	f)	Ausência de pagamento de pagamento por Furnas do IPTU referente à área ocupada pela Subestação deles em Itaorna.	Solicitar formalmente à Furnas, um posicionamento a respeito da cobrança do IPTU referente à área ocupada pela subestação situada na Usina Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Itaorna, no valor de R\$ 576.217,24 (vide item 5.2.a da ata);	GCT.A	Através da COI. GCT.A-063/2011 de 09/12/2011 em anexo a Nota Gerencial nº 13/2011 de 09/12/2011, a GCT.A respondeu que dadas as dificuldades na obtenção de uma posicionamento de FURNAS favorável à quitação de débito pendente, a GCT.A encaminhou em 05/10/2011 a COI CR-059/11 a GPS.O - Gerência de Planej. e Suporte a Operação, solicitando que seja proposto a FURNAS a quitação dos débitos do IPTU dentro do Termo de Compartilhamento 16.801/06.	JAN/12
56	i)	Falta de informações atualizadas sobre a situação de cobranças vencidas das Empresas Eletrobrás e	a) Solicitar às unidades gestoras dos serviços prestados às empresas ELETROBRÁS e CNEN que se encontram pendentes de pagamento no Contas a Receber, que obtenham formalmente as correspondentes	GCT.A	Através da COI. GCT.A-063/2011 de 09/12/2011 em anexo a Nota Gerencial nº 13/2011 de 09/12/2011, a GCT.A respondeu que em relação a: 3.1) Contas a Receber da Eletrobrás	JAN/12

		CNEM.	justificativas para a não liquidação do débito (vide item 7.a da ata);		a) Pessoal cedido no período de 1988 a 2001 - Montante de R\$ 421.339,60. Trata-se de cessão dos profissionais Rogério Morgado, João Claudino Madeira e de diversos motoristas à Eletrobras. Em 31/10/2011, foi encaminhada a Diretoria Financeira da Eletrobrás a Carta DA-083/11, relatando sobre todas as pendências de Contas a Receber da Eletronuclear com aquela holding.	
Relatório de Auditoria nº. 07/2009-11/08/2009			Auditoria: Bens Patrimoniais			
Item	(m) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
83	i)	Bens Patrimoniais transferidos fisicamente para as Unidades Organizacionais faltando emissão e ou Recebimento no sistema SAP ECC 6.0.	Cumprir o que determina a IN 34.01, item 3.1.2, realizando a transferência e/ou recebimento físico dos bens patrimoniais, através do sistema SAP ECC 6.0	GIN.G	Através da COI DG-015/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G informou que os bens patrimoniais estão sendo remanejados da GIN.G para as novas Gerências, criadas pela nova estrutura, pela própria GIN.G. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o novo prazo para atendimento da recomendação.	DEZ/11
88	n)	Bens Patrimoniais transferidos fisicamente para as diversas Unidades	Cumprir o que determina a IN 34.01, item 3.1.2, realizando a transferência e/ou recebimento físico dos bens	GIN.G	Através da COI DG-015/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G informou que os bens	DEZ/11

		Organizacionais faltando aprovação / emissão ou Recebimento no sistema SAP ECC 6.0.	patrimoniais, através do sistema SAP ECC 6.0.		patrimoniais estão sendo remanejados da GIN.G para as novas Gerências, criadas pela nova estrutura, pela própria GIN.G. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o novo prazo para atendimento da recomendação.	
Relatório nº. 08/2009 – 14/10/2009			Auditoria Realizada: NUCLEOS			
Item	(n) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
102	m)	Fundo de Participação em desacordo com a Resolução CMN – nº 3456	Continuar evidenciando esforços no plano de ação para que a Entidade se enquadre nos limites legais no que se refere às aplicações em cotas de fundos de investimento de participação (FIP).	N U C L E O S	Através do recebimento da carta PR-104/2011 de 26/08/2011, o NUCLEOS destacou que essa pendência trata da mesma situação descrita no item 21, ponto h, da auditoria do ano de 2005. Assim, reiteramos que a alienação das cotas do fundo de participação da CRT não depende exclusivamente de providências adotadas pelo Nucleos. Como anteriormente informado, semestralmente, é efetivado leilão eletrônico, providência que, inclusive, consta do calendário de obrigações do NUCLEOS. Infelizmente, a liquidez de tal investimento é praticamente nula, com o que os leilões têm se mostrado ineficientes. O último leilão foi realizado no dia 30/05/2011, sendo encerrado sem interesses (documento anexo). O próximo leilão será realizado no mês de NOVEMBRO/2011.	JUN/12
Relatório de Auditoria nº. 12/2009 – 07/12/2009			Auditoria Realizada: Contabilidade			
Item	(o) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto

125.	e)	Contabilização das amortizações de combustível nuclear em desacordo com o relatório CCN.	<p>c) Envidar esforços para que a implantação do novo Sistema CCN (Cadastro de Combustível Nuclear), seja efetivada, de forma que atenda satisfatoriamente as reais necessidades da GCN.T no controle dos elementos combustíveis conforme escopo definido na COI GCN.T.012.08 de 20/02/2008.</p>	GCN.T	<p>Através da COI DG.023/2010 de 12.07.2010, a DG Ass. informou que a GIF.G elaborará a especificação técnica.</p>	JUN/12
			<p>d) Incluir no novo Sistema CCN (Cadastro de Combustível Nuclear) uma interface com o sistema SAP, no módulo FI, para que não haja a necessidade de serem feitos lançamentos contábeis manuais.</p>	GCN.T	<p>Através da COI GCN.T-076 de 29.08.2011 a GCN.T informou que a pendência já foi equacionada, contudo só será implementada na medida que a modernização do Sistema CCN seja concluído com sucesso.</p>	JUN/12

Ano 2010						
Relatório de Auditoria nº. 003/2010 – 24/05/2010			Auditoria Realizada: Fundação Real Grandeza – FRG			
Item	(p) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
27	e)	Falta de providências em relação aos devedores inadimplentes;	a) Identificar quais são os inadimplentes que tem possibilidade de renegociação e aqueles para os quais a sua dívida deverá ser avaliada pela diretoria da FRG, quanto à possibilidade de sua conversão em perda (item 2.5.a da Ata de Reunião);	FRG	Através da carta DP.E.362.2011 de 08.12.2011, a FRG informou que o Procedimento está previsto na política de renegociação de dívidas. A Política de renegociação da dívida foi aprovada na reunião de diretoria realizada em 25/08/2011 e deverá ser submetida	DEZ/11
			b) Estabelecer regras para renegociação com os inadimplentes com possibilidade de recebimento dos valores dos empréstimos vencidos (item 2.5.b da Ata de Reunião);	FRG	Através da carta DP.E.362.2011 de 08.12.2011, a FRG informou que a Política foi aprovada na reunião de diretoria realizada em 25/08/2011 e deverá ser submetida ao Conselho, para aprovação.	DEZ/11
			c) Efetivar as novas regras através de aditamento aos contratos de empréstimos (item 2.5.c da Ata de Reunião);	FRG	Através da carta DP.E.362.2011 de 08.12.2011, a FRG informou que o aditamento dos contratos será realizado tão logo a política de renegociação de dívidas seja implementada. Informo que a Política foi aprovada na reunião de Diretoria realizada em 25.08.201 e deverá ser submetida ao Conselho, para aprovação.	DEZ/11
28	f)	Falta de cobrança junto ao avalista como co-responsável pelos contratos de empréstimos em situação de inadimplência;	Acionar o avalista co-responsável, para que responda pelas parcelas em atraso dos empréstimos inadimplentes, nos contratos que exista tal cláusula de garantia (item 2.6.a da Ata de Reunião);	FRG	Através da carta DP.E.362.2011 de 08.12.2011, a FRG informou que o processo está previsto na política de renegociação de dívidas. A Política foi aprovada na reunião de diretoria realizada em 25/08/2011 e deverá ser	DEZ/11

					submetida ao Conselho, para aprovação.	
29	g)	Descumprimento da determinação do Conselho Deliberativo de encaminhar os nomes dos inadimplentes ao SPC e SERASA;	Cumprir a determinação do Conselho Deliberativo, registrada na 80ª Ata de Reunião de 24/02/06, no sentido de encaminhar ao Serviço de Proteção ao Crédito – SPC e SERASA o nome dos inadimplentes (item 2.7.a da Ata de Reunião);	FRG	Através da carta DP.E.362.2011 de 08.12.2011, a FRG informou que tendo em vista que periodicamente a FRG é procurada por participantes inadimplentes que desejam regularizar seus débitos, porém não dispõe do valor total para quitação da dívida e nos solicitam uma forma de parcelamento, foi desenvolvida e está em fase de conclusão uma política de renegociação de dívidas. Após a implantação de política e convocação dos inadimplentes, aqueles que não regularizarem sua situação serão incluídos nos sistemas de proteção ao crédito. A Política foi aprovada na reunião de Diretoria realizada em 25/08/2011 e deverá ser submetida ao Conselho, para aprovação.	DEZ/11
Relatório de Auditoria nº. 006/2010 – 08/09/2010			Auditoria Realizada: Segurança Física e Lógica da Rede Corporativa na Sede e em Angra			
Item	(q) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
83	b)	Falta de designação dos gestores de Informação setoriais;	Designar formalmente os Gestores de Informação setoriais, estabelecendo diretrizes para sua qualificação e treinamento, de modo que seja iniciada a classificação dos ativos de informação, conforme a IN 14.06 (item 1.1.1 “b” da ata)	GOM.G	Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando que a inconformidade observada pela AICA está abordada na IN 14.07, em fase de aprovação no Comitê de Normas	JUN/12
85	d)	Necessidade de norma com	Criar norma com os critérios de	GOM.G	Através da COI DG-15/11 de	FEV/12

		os critérios de sigilo e confidencialidade da informação na relação da empresa com suas partes interessadas;	divulgação, proteção, e acordos de confidencialidade e sigilo da informação, que devem vigorar na relação da empresa com suas partes interessadas, a partir de requisitos de segurança da informação levantados pelo Administrador de Segurança, em conformidade com a ISO/IEC 17799:2005. (item 1.1.2 “d” da ata).		15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G informou que a elaboração de IN concluída será submetida à DE, conforme o cronograma de implementação da Política de Segurança da Informação, constante do Anexos 03 A e 08. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando que foi alterada a data de conclusão.	
87	f)	Falta de norma de regulamentação de intercâmbio e trânsito externo de informações e recursos de informação da empresa abrangendo usuários, fornecedores e prestadores de serviço;	Criar norma com os critérios de intercâmbio e trânsito externo de informações e recursos de informação da empresa, enfatizando as responsabilidades e obrigações na ocorrência de incidentes de informação, o uso de criptografia e senhas para proteção de informações sensíveis, e controles para proteger mídias e recursos de informação em trânsito externo. O escopo deve abranger usuários, fornecedores e prestadores de serviço, conforme preconiza a ISO/IEC 27001:2006. (item 1.3 “a” da ata).	GOM.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G informou que a IN está programada para análise do Comitê de Segurança da Informação, conforme Anexos 03 A e 08. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando que foi alterada a data de conclusão.	MAI/12
92	k)	Necessidade de revisão das Instruções Normativas relativas aos critérios de sigilo e confidencialidade das informações com terceiros;	Promover a revisão das Instruções Normativas afetadas pelas decisões emanadas pelo Comitê de Segurança da Informação, relativas aos critérios de divulgação, proteção, confidencialidade e sigilo que atendam	GOM.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G informou que a IN está programada para análise do Comitê de Segurança da Informação, conforme Anexos 03A e 08.	FEV/12

			aos requisitos de segurança da informação no contato entre a Eletronuclear e as partes interessadas, com a urgência que o assunto requer. (item 1.1.2 “e” da ata).		Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando que foi alterada a data de conclusão.	
112	ee)	Necessidade de criar sistema de monitoramento de eventos e atividades nos equipamentos de rede;	Criar sistema de monitoramento de eventos e atividades nos equipamentos de rede, com periodicidade de verificação e regras de “backup”, registrando os eventos relacionados a problemas com processamento da informação ou sistemas de comunicação, acesso de usuários privilegiados, como administradores e operadores, tentativas de acesso não autorizadas, e alterações ou tentativas de alteração nos parâmetros de segurança dos sistemas (item 1.7.1 “a” da ata).	GIN.G	Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando que foi alterada a data de conclusão por atrasos nas aquisições das soluções necessárias para a resolução das inconformidades	JUN/12
113	ff)	Necessidade de definir critérios de formação de senhas fortes aos dispositivos da rede corporativa;	Definir critérios de formação de senhas fortes para acesso aos dispositivos da rede corporativa, e local seguro para guarda de senhas em caso de emergência (item 1.7.1 “b” da ata)	GIN.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G informou que foi solicitada à empresa que administra a rede da Eletronuclear (Medidata) a configuração da ferramenta que utilizará as mesmas senhas já utilizadas na rede, integrada com a Active Directory. Através da COI DG-028/11 de 15.09.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-156/11, informando o novo prazo para atendimento da recomendação. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou	JUN/12

					anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o novo prazo para atendimento da recomendação.	
114	gg)	Necessidade de definir critérios de guarda dos documentos de configuração dos equipamentos da rede corporativa;	Definir critérios de guarda, proteção e recuperação dos documentos de configuração dos equipamentos da rede corporativa, para uso em caso de emergência (item 1.7.1 “c” da ata	GIN.G	Através da COI SG.G 174/10 de 20.10.2010, em complemento à COI SG.G 160/10, a SG.G informou que fará contratação de empresa para configurar software que atende ao solicitado e criação de processo. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o novo prazo para atendimento da recomendação.	JUN/12
115	hh)	Necessidade de divulgar informações de interrupção de serviços críticos de segurança da informação aos usuários;	Em situações de interrupção de serviços críticos de segurança da informação, como proteção antivírus, e que requeiram ação do usuário para mitigação dos efeitos, divulgar esta necessidade diariamente por meio de caixas de mensagens durante o login do usuário, e-mail coletivo, janelas “pop-up” na página intranet, e “banners” contínuos na página intranet (item 1.7.2 “a” da ata).	GIN.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G informou que o procedimento para divulgação das ações preventivas a serem tomadas em situações de interrupção de serviços críticos de segurança da informação está em elaboração pela GIN.G. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o novo prazo para atendimento da recomendação.	FEV/12
117	jj)	Necessidade de verificação diária dos números de alertas de contaminação, do percentual de estações de	Verificar diariamente, mantendo registros da verificação para fins de auditoria, os seguintes controles: 1) Número de alertas de	GIN.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G informou que a contratação da empresa	FEV/12

		trabalho desatualizadas, do número de tentativas de reconfiguração ou desabilitação do antivírus;	contaminação; 2) Percentual de estações de trabalho desatualizadas; 3) Número de tentativas de reconfiguração ou desabilitação do “software” antivírus, causadas por “malware”; (item 1.7.2 “c” da ata).		para operação do serviço de antivírus e a aquisição da solução para monitoramento e correlação de eventos (processo 9001621) estão em fase de andamento na GCS.A. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o novo prazo para atendimento da recomendação.	
118	kk)	Necessidade de verificação semanal das estações de trabalho com mais de 3 (três) contaminações e identificação de sítios externos com mais de 3 (três) tentativas de contaminação da rede corporativa;	Verificar semanalmente, mantendo registros da verificação para fins de auditoria, os seguintes controles: 1) Estações de trabalho ou servidores com mais de 3 (três) contaminações efetivas, ou tentativas de contaminação, no período; 2) Identificação de sítios externos com mais de 3 (três) tentativas de contaminação da rede corporativa, no período. (item 1.7.2 “d” da	GIN.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G informou que a contratação da empresa para operação do serviço de antivírus e a aquisição da solução para monitoramento e correlação de eventos (processo 9001621) estão em fase de andamento na GCS.A. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o novo prazo para atendimento da recomendação.	FEV/12
120	mm)	Necessidade de manter registros da visita semanal de suporte técnico para fins de auditoria;	Manter registro, para fins de auditoria, da visita semanal de suporte técnico presencial contratado, com identificação completa do técnico e dos serviços executados na visita (item 1.7.2 “f” da ata)	GIN.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G informou que a contratação da empresa para operação do serviço de antivírus e a aquisição da solução para monitoramento e correlação de eventos (processo 9001621) estão em fase de andamento na GCS.A. Através da COI DG-034/11 de	FEV/12

					09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o novo prazo para atendimento da recomendação.	
121	nn)	Necessidade de dimensionar os tipos de registros a serem armazenados no “log” do sistema de monitoramento;	Dimensionar os tipos de registros a serem armazenados no “log” do sistema de monitoramento, para que o “log” armazene ocorrências de até 90 dias anteriores (item 1.7.2 “g” da ata)	GIN.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a SG.G informou que a contratação da empresa para operação do serviço de antivírus e a aquisição da solução para monitoramento e correlação de eventos (processo 9001621) estão em fase de andamento na GCS.A. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o novo prazo para atendimento da recomendação.	JUN/12
123	pp)	Necessidade de cumprimento do preconizado no item 4 da IN 14.01 (Aquisição e Administração de Recursos de Informática);	Cumprir o preconizado no item 4) da IN 14.01 (Aquisição e Administração de Recursos de Informática), tanto para suas próprias demandas de material de segurança da rede, quanto para as solicitações imprevistas de criação, adaptação e expansão de nós da rede corporativa, demandadas pelos usuários (item 2.1 “a” da ata)	GIN.G	Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando que solicitou esclarecimentos à AI.CA uma vez que o item 4 da IN 14.01, refere-se aos conceitos da mesma. Em 27.12.2011, foi dado os esclarecimentos por telefone ao Sr.Michele.	FEV/12
124	qq)	Necessidade de proposta de Instrução Normativa para implementar princípios de	Elaborar proposta de Instrução Normativa para implementar princípios de Governança Corporativa de	GOM.G	Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. informou que	FEV/12

		Governança Corporativa de Tecnologia da Informação (TI);	Tecnologia da Informação (TI) na empresa, atrelando a TI aos objetivos de negócio. Estes princípios servirão para incorporar uma cultura de planejamento estratégico para aquisições de material de segurança da rede, entre outros materiais de TI, definindo:		este tema está sendo tratado pelo subcomitê de Governança de TI, conforme Anexo 10. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o novo prazo para atendimento da recomendação.	
144	kkk)	Necessidade de continuidade na implementação do projeto da rede corporativa estruturada de Angra 1.	Dar continuidade ao andamento da implementação do projeto da rede corporativa estruturada da Usina de Angra 1, cujos layouts já estão aprovados pelo superintendente da referida usina (item 2.2.3 “a” da ata).	SG.G	Através da COI GEI.T 061/11/ de 14.06.2011, a GEI.T informou que está fazendo levantamento de custo para contratação da elaboração do projeto executivo da rede estruturada de Angra 1 (prazo para conclusão: 10/10/2011). Após esta fase, começará a elaborar o Edital para Contratação de Serviço de Elaboração do Projeto Executivo de Rede Estruturada de Angra 1, para fins de encerramento das pendências de recomendações da AICA.	DEZ/13
Relatório de Auditoria nº. 007/2010 – 06/12/2010			Auditoria Realizada: Segurança Lógica do Sistema SAP ECC			
Item	(r) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
150	d)	Necessidade de usar as mesmas informações das tabelas de RH .	Modificar as transações subordinadas à administração de usuários SAP para que acessem as mesmas tabelas ou campos de informação comuns ao cadastro de empregado sob responsabilidade da Gerência de Administração de Pessoal - GAP.A, evitando discrepâncias de atualização causadas pela redundância dos dados. (item 3 da ata).	GIN.G	Através da COI DG.007/2011 de 23.02.2011 (anexo a COI SG.G-031/11 de 22/02/2011), a DG Ass. informou que a rotina diária para comparar o Cadastro de Usuários com o Cadastro de RH já se encontra em desenvolvimento. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando o novo prazo para atendimento da recomendação.	JUN/12

Ano 2011						
Relatório de Auditoria nº. 002/2011 – 06/05/2011			Auditoria Realizada: Sistemas de Informação em Produção			
Item	(s) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
9.	a)	Ausência de documentação completa dos sistemas;	a) Providenciar a elaboração dos seguintes documentos para o sistema, previstos na Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas em vigor, a saber (item 1.1 da Ata): a. Definição do Problema b. Diagrama de Contexto c. Diagrama de Classe d. Modelo de Dados e. Manual de Instalação f. Manual do Usuário g. Termo de Validação;	GSI.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a GSI.G informou que está revisando os modelos de metodologia de desenvolvimento de Sistemas, e após esta revisão será providenciado a documentação dos dois sistemas.	MAR/12
			b) Completar a documentação do Sistema Auxílio Creche com o estabelecido na M.D.S. (Metodologia de desenvolvimento de Sistemas), assegurando a preservação do histórico das informações do sistema (item 2.1 da Ata);	GSI.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a GSI.G informou que está revisando os modelos de metodologia de desenvolvimento de Sistemas, e após esta revisão será providenciado a documentação dos dois sistemas.	MAR/12
10	b)	Melhoria na funcionalidade da interface para o uso do sistema de Vale Refeição;	a) Certificar-se que todas as caixas de diálogo e formulários abertos durante a operação do sistema sejam fechados no acionamento e confirmação da opção “Sair” do formulário FrmSVR02 (item 1.2 da Ata);	GSI.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a GSI.G identificou que este item aponta para a necessidade de diversas correções nos programas do sistema. Para tanto, estas correções deverão ser melhores analisadas pelo analista responsável.	DEZ/11
			b) Criticar o campo DIA de Data do Pedido e Data da Entrega no formulário FrmSVR03, para rejeitar	GSI.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a GSI.G	DEZ/11

			valores incompatíveis com os meses inseridos (item 1.2 da Ata);		identificou que este item aponta para a necessidade de diversas correções nos programas do sistema. Para tanto, estas correções deverão ser melhores analisadas pelo analista responsável.	
			d) Levantar requisitos e implementar funcionalidade para criticar a entrada de dados em todos os campos do formulário FrmSVR07 (item 1.2 da Ata);	GSI.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a GSI.G identificou que este item aponta para a necessidade de diversas correções nos programas do sistema. Para tanto, estas correções deverão ser melhores analisadas pelo analista responsável.	DEZ/11
			e) Levantar requisitos e implementar funcionalidade para criticar a entrada de dados em todos os campos do formulário FrmSVR11, na inclusão e alteração de dados (item 1.2 da Ata);	GSI.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a GSI.G identificou que este item aponta para a necessidade de diversas correções nos programas do sistema. Para tanto, estas correções deverão ser melhores analisadas pelo analista responsável.	DEZ/11
			f) Os campos Qt. Crédito e Qt. Débito devem ser apresentados zerados na abertura do formulário FrmSVR17, caso não tenham conteúdo previamente preenchido. Apurar valores limites possíveis nos casos de alteração e implementar crítica em ambos os campos (item 1.2 da Ata);	GSI.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a GSI.G identificou que este item aponta para a necessidade de diversas correções nos programas do sistema. Para tanto, estas correções deverão ser melhores analisadas pelo analista responsável.	DEZ/11

			g) Levantar requisitos e implementar crítica para os campos Quantidade e Valor Face, que estão disponíveis para modificação no formulário FrmSVR24 (item 1.2 da Ata);	GSI.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a GSI.G identificou que este item aponta para a necessidade de diversas correções nos programas do sistema. Para tanto, estas correções deverão ser melhores analisadas pelo analista responsável.	DEZ/11
11	c)	Vulnerabilidade nos controles de entrada;	a) Promover limpeza de dados inválidos na base de dados e no código do programa do sistema Vale-Refeição (item 1.3 da Ata);	GSI.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a GSI.G identificou que este item aponta para a necessidade de diversas correções nos programas do sistema. Para tanto, estas correções deverão ser melhores analisadas pelo analista responsável.	DEZ/11
			b) Incluir na tabela TBQTDVAL um campo identificador da origem do lançamento na tabela, diferindo entre os lançamentos manuais do operador e os lançamentos originados do arquivo ArqFPONTO (item 1.5 da Ata);	GSI.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a GSI.G identificou que este item aponta para a necessidade de diversas correções nos programas do sistema. Para tanto, estas correções deverão ser melhores analisadas pelo analista responsável.	DEZ/11
12	d)	Falta de substituto para suporte dos sistemas auditados;	Qualificar e nomear formalmente outro analista para servir de suporte ao sistema, na ausência do analista responsável (item 1.4 da Ata);	GSI.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a GSI.G qualificará outro analista para atuar junto ao Sistema Vale Refeição, designando-o como substituto do analista responsável, quando da necessidade deste último se ausentar da	DEZ/11

					empresa.	
13	e)	Ausência de rastreamento das transações;	a) Incorporar ao sistema Vale-Refeição, para fins de auditoria, um controle de transações que armazene, para cada transação, um código de identificação, o usuário, data-hora, tabelas e número respectivo de linhas acessadas, e o tipo de operação (consulta, atualização e modificação) executada sobre cada tabela acessada na transação (item 1.5 da Ata);	GSI.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a GSI.G identificou que este item aponta para a necessidade de diversas correções nos programas do sistema. Para tanto, estas correções deverão ser melhores analisadas pelo analista responsável. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando que a recomendação está em andamento.	DEZ/11
15	g)		b) Criar procedimento automático para eliminar as permissões quando o login perder a autorização para acessar o sistema (item 2.4 da Ata);	GSI.G	Através da COI DG-15/11 de 15.06.2011 (em anexo a COI SG.G-103/11 de 15.06.2011), a GSI.G informou que será implementada até a referida data. Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando que a recomendação está em andamento.	DEZ/11
Relatório de Auditoria nº. 003/2011 – 28/06/2011			Auditoria Realizada: Almoxarifado de Obras e Equipamento de Angra 3			
Item	(t) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
20	l)		b) Atentar para os equipamentos transferidos do almoxarifado de Angra 3, quando da realização do inventário dos bens patrimoniais localizados nos almoxarifados da DIMT.O e nas Usinas de Angra 1 e 2, face a fragilidade dos controles sobre os	GOC.A	Através da COI GOC.A-067/2011 de 16/11/2011, a GOC.A informou que a realização do inventário nos Almoxarifados da DIMT.O está dependendo da contratação de empresa especializada para tal (requisição 10151579).	DEZ/12

			mesmos. (Item 1.1 da ata)		Informamos também, que estamos aguardando o resultado dos trabalhos de recadastramento dos sistemas e equipamentos das Usinas de Angra 1 e 2, referente ao Projeto de Implantação do Novo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, quando eventuais transferências do Almojarifado de Angra 3 deverão ser identificadas.	
Relatório de Auditoria nº. 004/2011 – 18/07/2011			Auditoria Realizada: Assistência e Benefícios			
Item	(u) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
23	b)	Controle inadequado do consumo de medicamentos;	b) Adequar o sistema SRM de modo a controlar a quantidade de medicamentos prescritos pelo médico para evitar consumo superior a 3 (três) meses (item 2 da ata);	GDC.A	Através da COI GDC-A 204/11 de 27.09.2011, a GDC.A informou que está prevista a contratação de empresa para o desenvolvimento de um sistema para atender à GAB.A, com prazo estimado de 1 ano e meio. O prazo estimado está na COI GDC.A-182/11 de 17/08/2011.	DEZ/12
28	g)		b) Estabelecer gestões com a Gerência de Sistemas de Informação - GSI.G para atualizar o sistema SRM, de modo que permita o cadastro de todos os CIDs vinculados à SRM, desde a primeira apresentação dos documentos comprobatórios de tratamento (item 10 da ata);	GDC.A	Através da COI GDC-A 204/11 de 27.09.2011, a GDC.A informou que a GAB.A e a GSI.A estão desenvolvendo, com consultoria externa, um novo programa para o PMA e SRM com previsão de implantação de aproximadamente 1 ano e meio.	DEZ/12
Relatório de Auditoria nº. 006/2011 – 03/10/2011			Auditoria Realizada: Convênios de Inserção Regional e Patrocínios			
Item	(v) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
45	e)	O controle da execução física financeira dos convênios não é feita	Controlar a execução física e financeira dos convênios através do Sistema SAP ECC – Transação ZMMO, em detrimentos aos controles de	ARS.P	A Unidade organizacional está providenciando a resposta e a evidência para a regularização.	JAN/12

		através do Sistema SAP ECC – Transação ZMMO.	acompanhamento através de planilha Excel, conforme determinação do TCU, acórdão 7.817/2010, item 9.3.2. (Item 1.6 “b” da ata).			
46	f)	Publicação dos extratos de convênios no Diário Oficial da União fora do prazo legal;	Publicar no Diário Oficial da União – DOU os extratos de convênios celebrados pela Eletrobras Eletronuclear, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme determina o Artigo 61, da Lei 8.666/93 e o Art. 17, da IN STN/MF nº. 01/97. (Item 1.7 da ata).	ARS.P	A Unidade organizacional está providenciando a resposta e a evidência para a regularização.	JAN/12
61	u)	Necessidade de atualizar a Instrução Normativa nº 13.13 versão de 11/01/2010.	Atualizar a Instrução Normativa nº 13.13, versão de 11/01/2010, vez que a mesma encontra-se desatualizada, não refletindo a situação atual, com relação às atribuições e as responsabilidades das U.O's envolvidas. (Item 2.2 “b” da ata).	GOM.G	Através da COI DG-034/11 de 09.12.2011, a DG Ass encaminhou anexa COI SG.G-210/11 de 08.12.2011, informando que a recomendação está em andamento.	DEZ/12
Relatório de Auditoria nº. 007/2011 – 09/12/2011			Auditoria Realizada: Suprimento de Materiais			
Item	(w) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
62	a)	Pedidos/Contratos não cadastrados no programa de monitoramento do Sistema SAP/ECC através da transação ZMMO	Manter um controle de inserção sistemática de todos os contratos da empresa no Sistema de Monitoramento de Contratos do Sistema SAP/ECC, com a finalidade de garantir que os mesmos possam estar incluídos quando da emissão do Relatório obtido através da transação ZMMO, em atendimento	GCM.A		Dentro do Prazo de Resposta do Relatório

			à determinação dos Órgãos de fiscalização e controle externo do Governo Federal (CGU e TCU); (Item 1.1 “a” da ata)			
63	b)		a) Consultar às Unidades requisitantes sobre a real necessidade de serem adquiridos os materiais especificados nas requisições de compra liberadas há mais de um ano, evitando-se assim, compras desnecessárias; (Item 1.2 “a” da ata)	GCM.A		Dentro do Prazo de Resposta do Relatório
			b) Solicitar às Unidades requisitantes transferir os recursos orçamentários, para o ano seguinte, evitando assim o comprometimento de recursos orçamentários com relação às compras não processadas; (Item 1.2 “b” da ata)	GCM.A		Dentro do Prazo de Resposta do Relatório
64	c)	Ausência de cotação nos processos de compras no Sistema SAP/ECC;	Incluir no sistema SAP as cotações de compra da modalidade Pequeno Vulto para os valores inferiores a 7,5% do limite máximo, correspondente a R\$ 1.200,00, de modo a subsidiar futuras aquisições, em cumprimento ao item 4 da IN 41.08; (Item 1.3 “a” da ata)	GCM.A		Dentro do Prazo de Resposta do Relatório
65	d)	Requisições de compra mantidas em aberto no SAP/ECC por mais de 1	a) Consultar às Unidades requisitantes sobre a real necessidade de serem adquiridos os materiais especificados nas requisições de compra liberadas há mais de um ano, evitando-se assim,	GAA.A		Dentro do Prazo de Resposta do Relatório

			compras desnecessárias; (Item 2.1 “a” da ata)			
		ano;	b) Solicitar às Unidades requisitantes transferir os recursos orçamentários, para o ano seguinte, evitando assim o comprometimento de recursos orçamentários com relação às compras não processadas; (Item 2.1 “b” da ata)	GAA.A		Dentro do Prazo de Resposta do Relatório
66	e)	Folhas de Informação não respondidas;	Responder as Folhas de Informação emitidas pela AI.CA tempestivamente, pois elas garantem uma análise criteriosa pela equipe de auditores nos seus trabalhos de campo; (Itens 3.1 “a”, 3.2 “a” e 3.3 “a” da ata)	GAC.T		Dentro do Prazo de Resposta do Relatório
67	f)	Organizações de compra não alocadas a grupo de compra da empresa;	Avaliar a possibilidade de vincular os grupos de compra que não estão correlacionados às organizações de compra definidas no Sistema SAP e/ou restringir seu número ao mínimo necessário dentro da tabela T024 do Sistema SAP, visando aprimorar o acompanhamento e a análise dos grupos de compras; (Item 4.1 “a” da ata)	SG.G		Dentro do Prazo de Resposta do Relatório
69	h)	Empregados com logins com acesso às transações de “Criar/Alterar Pedidos” e de “Liberar Pedidos”.	Avaliar a necessidade da concessão da transação CRIAR/ALTERAR Pedidos de Compra, bem como da transação LIBERAR Pedidos de Compra, aos logins da GCO.A, com o objetivo de mitigar possíveis riscos para a Empresa, de acordo com a IN nº 14.02 - Acesso ao Sistema SAP/ECC e a Lei Sarbanes-Oxley. (Item 5 “a” da ata)	GCO.A		Dentro do Prazo de Resposta do Relatório

Relatório de Auditoria nº. 008/2011 – 19/12/2011			Auditoria Realizada: Contabilidade			
Item	(x) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
71	b)	O valor contabilizado nas contas de Provisão de Férias e 13º Salário não conferem com o valor do relatório preparado pela Gerência de Administração de Pessoal.	Conciliar as contas de Provisão de Férias e de 13º Salário com o objetivo de evitar diferenças entre os valores consignados nos relatórios preparados pela Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A e os registros da Contabilidade. (Item 1.2 da ata).	GCT.A	Através da COI GCT.A-067/2011 de 21.12.2011, a GCT.A informou que diferentemente do sistema anterior de Folha de Pagamento que disponibilizava relatórios auxiliares, quando então era possível a GCT.A realizar a conciliação entre os saldos das contas contábeis de Provisão de Férias e de 13º Salário, com a entrada do novo sistema de Folha do SAP R3, que não dispões de relatórios auxiliares, não há como proceder qualquer tipo de análise, pois os lançamentos constantes das contas em tela são provenientes da contabilização da folha mensal de Férias e 13º salário. Os relatórios apresentados pela GAP.A a AI.CA por ocasião dessa auditoria, são de origem Excel, portanto não são automáticos da folha e certamente não podem ser considerados para efeito de conciliação contábil. É importante frisar que a GCT.A, desde outubro de 2009, quando emitiu a Solicitação de Serviço de Informática nº 22.123, vem insistindo junto a Unidade de Informática da Companhia, bem como a GAP.A, para a necessidade da feitura dos relatórios auxiliares de Folha de Pagamento que possam garantir individualmente a veracidade dos lançamentos envolvendo as provisões de Férias e de 13 Salário. Também é importante frisar, que os Auditores	MAR/12

					Independentes da ELETRONUCLEAR também vem alertando essa falha através de pontos de controle, e só atestam as contas de provisão de férias e 13º salário após testes anuais e periódicos individualizados na folha de pagamento feitos com o auxílio da GCT.A e da GAP.A . Conforme tratado na nossa reunião de 14 de dezembro de 2011, e recomendado pela AI.CA a Gerência de Sistemas de TI – GSI.G no item 4e2, a pendência estará resolvida com a entrada em rotina dos relatórios auxiliares de Folha de Pagamento.	
72	c)	Posição divergente dos saldos no encontro de contas com Eletrobras Furnas.	Conciliar com a Eletrobras Furnas os valores da posição do encontro de contas, evitando saldos divergentes entre as Empresas do grupo, efetuando os devidos ajustes contábeis que se fizerem necessários. (Item 1.4 da ata).	GCT.A /GOF.A	Através da COI GCT.A-067/2011 de 21.12.2011, a GCT.A informou que a empresa Furnas, no período de 1999 até 2006, realizou diversas operações de Encontro de Contas de forma unilateral sem qualquer comunicado a Eletronuclear. Essas operações consistiram em amortização de seu Contas a Receber de Despesas de diversas naturezas, contra quitação de seu Contas a Pagar a Eletronuclear também de despesas de naturezas diversas, excluindo somente Faturamento de Energia. Nessas ocasiões, diante das dificuldades na identificação dessas operações, e com o Contas a Receber de Furnas pendente, a GCT.A solicitou a Furnas que encaminhasse informações que pudessem auxiliar a Eletronuclear proceder a liquidação das pendências. À	FEV/12

					medida que Furnas passava os detalhes dos Encontros de Contas, a GCT.A os encaminhava a GOF.A solicitando providencias na identificação das quitações, visto que se as baixas só foram realizadas em Furnas, a posição na GOF.A do Contas a Pagar a Furnas deveria ter pendências. Parte desses Encontros de Contas foi solucionada, porém existem ainda pendências no Contas a Receber da Eletronuclear, que dependem de análise de documentos que está sendo realizada na GOF.A.	
73	d)	Créditos de FGTS pendentes de compensação desde 2010.	Identificar as pendências antigas de FGTS junto à Caixa Econômica Federal – CEF e efetuar o aproveitamento dos créditos de FGTS. (Item 2.1 da ata).	GAP.A		Dentro do Prazo de Resposta do Relatório
74	e)	Necessidade de parametrizar adequadamente o relatório de Provisão de Férias no sistema SAP ECC.	a) Reiterar a solicitação à GSI.G para parametrizar o sistema responsável pela emissão do relatório de provisão de férias no sistema SAP, relativo às rubricas: “Prov. Total FRG s/ Férias - Adm Total” e “Prov. Total Núcleos s/ Férias Total”.. (Item 2.3 da ata).	GAP.A		Dentro do Prazo de Resposta do Relatório
			b) Priorizar o atendimento à solicitação da GAP.A pendente desde 2009, a fim de parametrizar o programa que emite o relatório de provisão de férias no sistema SAP, com o objetivo de mitigar os riscos inerentes, tendo sido objeto de recomendação da empresa de auditoria externa PWC, vez que a ausência de correção pode resultar em ressalva no Parecer sobre as Demonstrações	GSI.G		Dentro do Prazo de Resposta do Relatório

			Financeiras da Empresa. (Item 2.3 da ata).			
75	f)	Adiantamentos a fornecedores pendentes de baixa na contabilidade.	Regularizar as pendências levantadas nos processos de adiantamento a fornecedores, com o objetivo de ajustar os registros contábeis. (Item 3 da ata).	GCO.A		Dentro do Prazo de Resposta do Relatório
Relatório de Auditoria nº. 009/2011 – 07/12/2011			Auditoria Realizada: NUCLEOS			
Item	(y) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
77	a)	Condições contratuais dos empréstimos em caso de inadimplência.	a) Revisar a Cláusula Nona do documento CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO – EMPRÉSTIMOS, estabelecendo quais as condições em que será aplicado o vencimento antecipado da dívida e em quais será aplicado multa e juros de mora;	N U C L E O S	Através da carta PR-131/2011 de 06.12.2011, o NUCLEOS informou que: "Acatando as sugestões, fixamos o dia 31 de janeiro de 2012 como data final para apresentação de uma nova formatação dos normativos que regem a matéria. Informamos que a providência depende de registro no cartório de títulos e documentos e ampla divulgação aos participantes, fatos que justificam a data aprazada."	JAN/12
			b) Inserir as Cláusulas Gerais do Contrato de Abertura de Crédito – Empréstimos, na Instrução Normativa 001/2010 de 08 de janeiro de 2010, onde aplicável, renumerando as cláusulas correspondentes, de forma a tornar a referida Instrução Normativa, o único documento que trata das condições de empréstimos aos participantes do NUCLEOS.	N U C L E O S	Através da carta PR-131/2011 de 06.12.2011, o NUCLEOS informou que: "Acatando as sugestões, fixamos o dia 31 de janeiro de 2012 como data final para apresentação de uma nova formatação dos normativos que regem a matéria. Informamos que a providência depende de registro no cartório de títulos e documentos e ampla divulgação aos participantes, fatos que justificam a data aprazada."	JAN/12

78	b)	Taxa de Juros Mensal Incompatível com a Anual.	<p>a) Estudar a viabilidade de rever a taxa de juros anual ou a equivalente mensal de forma que as duas taxas representem o mesmo encargo financeiro, se aplicado anualmente ou mensalmente, e inserindo as respectivas alterações na Instrução Normativa nº 001 de 08/01/2010;</p> <p>b) Revisar a memória de cálculo dos saldos devedores dos mutuários de empréstimos pessoais, quando aplicável.</p>	<p>N U C L E O S</p> <p>N U C L E O S</p>	<p>Através da carta PR-131/2011 de 06.12.2011, o NUCLEOS informou que: "Acatando as sugestões, fixamos o dia 31 de janeiro de 2012 como data final para apresentação de uma nova formatação dos normativos que regem a matéria. Informamos que a providência depende de registro no cartório de títulos e documentos e ampla divulgação aos participantes, fatos que justificam a data aprazada."</p> <p>Através da carta PR-131/2011 de 06.12.2011, o NUCLEOS informou que: "Acatando as sugestões, fixamos o dia 31 de janeiro de 2012 como data final para apresentação de uma nova formatação dos normativos que regem a matéria. Informamos que a providência depende de registro no cartório de títulos e documentos e ampla divulgação aos participantes, fatos que justificam a data aprazada."</p>	<p>JAN/12</p> <p>JAN/12</p>
79	c)	Cobrança do Fundo de Liquidez (FL).	<p>a) Revisar o desconto realizado na primeira parcela de pagamento, a título de Fundo de Liquidez (FL) do participante matrícula 0000000897 da Patrocinadora 001, e compensar a importância cobrada à maior;</p>	<p>N U C L E O S</p>	<p>Através da carta PR-131/2011 de 06.12.2011, o NUCLEOS informou que: "As sugestões foram acatadas. A primeira pode ser evidenciada na declaração da empresa responsável pela manutenção e programação do sistema corporativo do Nucleos, na qual é relatada a adoção das medidas necessárias à efetivação das citadas revisões (Doc. 01)."</p>	<p>JAN/12</p>

					O NUCLEOS não apresentou evidências da revisão do desconto e da compensação da importância cobrada a maior do participante.	
			b) Revisar o cálculo mensal do Fundo de Liquidez (FL), de forma a refletir um total de 12 meses por ano, a taxa estabelecida na alínea “c”, título Encargos Financeiros da Instrução Normativa nº 001/2010 de 08/01/2010.	NUCLEOS	Através da carta PR-131/2011 de 06.12.2011, o NUCLEOS informou que: "Com relação à segunda, acatando a sugestão, fixamos o dia de 31 de janeiro de 2012 como data final para apresentação de uma nova formatação dos normativos que regem a matéria. Informamos que a providência depende de registro no cartório de títulos e documentos e ampla divulgação aos participantes, fatos que justificam a data aprazada." Verificamos que na declaração da empresa Mestra Informática e Tecnologia Ltda. (Doc. 01) a taxa mensal do fundo de liquidez foi alterada de 0,1% para 0,01% sendo que o correto seria corresponder a 1/12 avos de 0,1%, ou seja, 0,0083%. Informamos ainda que essa medida não necessita de uma nova formatação da Instrução Normativa em vigor.	JAN/12
Relatório de Auditoria nº. 010/2011 – 16/12/2011			Auditoria Realizada: Segurança Lógica no Sistema SAP ECC			
Item	(z) Pto	Inconformidades Observadas	Descrição das Recomendações	U.O	Síntese das Providências Adotadas	Prazo Previsto
89	a)	Disponibilização inadequada de perfis no ambiente de produção;	a) Não disponibilizar o perfil SAP_ALL em ambiente de produção, mesmo em se tratando de alteração emergencial (item 1a da ata);	GIN.G		Dentro do Prazo de Resposta do Relatório
						Dentro do

			b) Em caso de alterações emergenciais no sistema SAP ECC, em ambiente de produção, disponibilizar aos analistas de sistemas um perfil adequado somente para o módulo que será alterado (item 1b da ata);	GIN.G		Prazo de Resposta do Relatório
			c) Estudar a viabilidade de utilizar a ferramenta <i>Firefighter</i> do software GRC (<i>Governance, Risk and Compliance</i>) da SAP, adquirido pela Eletrobras Eletronuclear, para disponibilizar aos analistas de sistemas, perfis adequados para alterações emergenciais no ambiente de produção, de forma a se poder monitorar todas as transações realizadas (item 1c da ata);	GIN.G		Dentro do Prazo de Resposta do Relatório
			d) Retirar os perfis T-30002276 e T-30002298 de todos os logins no ambiente de produção, pois disponibilizam as transações SA38 e SE38, que possibilitam executar e alterar programas, respectivamente (item 1d da ata);	GIN.G		Dentro do Prazo de Resposta do Relatório
			e) Não disponibilizar o perfil T-30004275 para analistas de sistemas no ambiente de produção, pois possibilitam acessar jobs em background em todos os clientes do sistema SAP, executar todas as funções em background, assim como executar programas externos em job steps (item 1e da ata);	GIN.G		Dentro do Prazo de Resposta do Relatório
			f) Não disponibilizar o perfil T-30001991 (BC-Objeto S_DEVELOP	GIN.G		Dentro do Prazo de

			=> DEBUG) para analistas de sistemas no ambiente de produção, assim como o perfil T-30003035 (ABAP-Cria/Modifica Query e Área Funcional), para assegurar que estes somente tenham acesso de consulta (item 1f da ata).			Resposta do Relatório
--	--	--	--	--	--	-----------------------

Fonte: Auditoria Interna – AICA

ANEXO 2

Demonstrações Contábeis da Eletrobras Eletronuclear, incluindo Parecer dos Auditores e do Conselho Fiscal.

PÁGINA EM BRANCO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM (em milhares de reais)			
A T I V O	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	124.432	79.371	71.389
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	259.973	-	-
Clientes (Nota 6)	266.657	176.872	236.472
Estoque de combustível nuclear (Nota 7)	388.663	297.972	324.634
Almoxarifado (Nota 8)	33.788	40.468	40.579
Despesas pagas antecipadamente (Nota 9)	2.460	2.968	3.102
Tributos e contribuições sociais (Nota 10)	6.734	41.436	17.211
Outros	17.979	25.108	30.299
	1.100.686	664.195	723.686
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Clientes (Nota 6)	91.710	91.710	91.710
Estoque de combustível nuclear (Nota 7)	435.633	523.957	488.131
Títulos e valores mobiliários (Nota 11)	163.226	102.613	66.738
Depósitos vinculados (Nota 12)	35.000	32.536	29.830
Outros	40.709	40.924	17.235
	766.278	791.740	693.644
Investimentos (Nota 14)	-	1.265	1.265
Imobilizado (Nota 15)	7.285.965	6.295.750	5.917.727
Intangível (Nota 16)	32.006	34.170	29.907
	8.084.249	7.122.925	6.642.543
TOTAL DO ATIVO	9.184.935	7.787.120	7.366.229
(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)			

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(em milhares de reais)**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
CIRCULANTE			
Financiamentos e empréstimos (Nota 17)	91.695	50.600	70.303
Fornecedores (Nota 18)	184.374	186.302	282.015
Tributos e contribuições sociais (Nota 19)	94.938	78.972	76.029
Remuneração aos acionistas	-	-	27.460
Entidade de previdência privada - dívida (Nota 20.1)	33.868	30.264	26.050
Obrigações estimadas (Nota 21)	62.686	54.433	51.118
Encargos setoriais (Nota 22)	13.430	11.188	8.876
Participação nos lucros ou resultados	-	3.459	13.088
Outros	11.074	11.005	1.045
	492.065	426.223	555.984
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos e empréstimos (Nota 17)	1.640.938	548.771	3.043.441
Benefícios pós-emprego (Nota 20.1)	24.261	34.494	63.722
Obrigações para desmobilização de ativos (Nota 23)	408.712	375.968	323.326
Entidade de previdência privada - dívida (Nota 20.1)	22.894	53.471	76.809
Provisões para contingências (Nota 24)	49.347	44.874	49.928
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 25)	-	3.309.744	-
Tributos e contribuições sociais (Nota 19)	20.082	69.473	133.641
Outros	470	1.019	-
	2.166.704	4.437.814	3.690.867
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 26)			
Capital social	6.607.258	3.296.032	3.296.032
Reserva de capital	-	-	903.064
Reserva de lucros	-	-	123.396
Prejuízos acumulados	(89.733)	(396.446)	(1.303.707)
Dividendo adicional proposto	-	-	82.381
Outros resultados abrangentes	8.641	23.497	18.212
	6.526.166	2.923.083	3.119.378
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.184.935	7.787.120	7.366.229

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(em milhares de reais)**

	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (Nota 27)	1.814.736	1.672.349
CUSTO OPERACIONAL		
Custo com Energia Elétrica		
Encargos de uso da rede de transmissão	(53.266)	(51.095)
Custo de Operação		
Pessoal, material e serviços de terceiros (Nota 28)	(519.804)	(499.292)
Depreciação e amortização	(242.614)	(230.879)
Combustível para produção de energia elétrica	(294.826)	(270.842)
Outros	(31.135)	(25.936)
	<hr/>	<hr/>
	(1.088.379)	(1.026.949)
Custo do serviço prestado a terceiros	(283)	(398)
	<hr/>	<hr/>
	(1.141.928)	(1.078.442)
	<hr/>	<hr/>
Lucro Bruto	672.808	593.907
DESPESAS OPERACIONAIS (Nota 29)	(238.645)	(179.066)
	<hr/>	<hr/>
Resultado do Serviço de Energia Elétrica	434.163	414.841
RESULTADO FINANCEIRO (Nota 30)	(26.584)	(582.943)
	<hr/>	<hr/>
Resultado antes dos Impostos	407.579	(168.102)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 31a)	(95.295)	(1.832)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 31a)	(5.571)	50.735
	<hr/>	<hr/>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	306.713	(119.199)
Resultado atribuível aos acionistas controladores	306.713	(119.199)
Lucro básico por ação (em reais)	11,74	(9,67)
(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)		

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(em milhares de reais)

	2011	2010
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	306.713	(119.199)
Outros componentes do resultado abrangente		
Ajustes de ganhos e perdas atuariais	(22.509)	8.007
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.653	(2.722)
	<u>(14.856)</u>	<u>5.285</u>
Total do resultado abrangente do exercício	291.857	(113.914)

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	PREJUÍZOS ACUMULADOS	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	3.296.032	903.064	123.396	(1.197.067)	82.381	(73.547)	3.134.259
Depreciação de estoque transferido para Imobilizado	-	-	-	(7.948)	-	-	(7.948)
Ganho atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	-	(139.027)	-	139.027	-
IR e CSLL diferidos sobre ganho atuarial	-	-	-	39.778	-	(47.268)	(7.490)
Outros ajustes	-	-	-	557	-	-	557
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2010	3.296.032	903.064	123.396	(1.303.707)	82.381	18.212	3.119.378
Dividendo adicional proposto - exercício de 2009 aprovado na AGO de 30/04/10 - transferido para passivo circulante	-	-	-	-	(82.381)	-	(82.381)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(119.199)	-	-	(119.199)
Ganho atuarial com benefícios pós-emprego (Nota 20)	-	-	-	-	-	8.007	8.007
IR e CSLL diferidos sobre ganho atuarial	-	-	-	-	-	(2.722)	(2.722)
Reversão de reservas para absorção dos prejuízos acumulados	-	(903.064)	(123.396)	1.026.460	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	3.296.032	-	-	(396.446)	-	23.497	2.923.083
Capitalização - 82ª AGE de 12/12/11 (Nota 26a)	3.311.226	-	-	-	-	-	3.311.226
Perda atuarial com benefícios pós-emprego (Nota 20)	-	-	-	-	-	(22.509)	(22.509)
IR e CSLL diferidos sobre perda atuarial	-	-	-	-	-	7.653	7.653
Lucro líquido do exercício	-	-	-	306.713	-	-	306.713
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	6.607.258	-	-	(89.733)	-	8.641	6.526.166

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(em milhares de reais)**

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2011	2010
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	407.579	(168.102)
Ajustes na conciliação do lucro com o caixa gerado		
Depreciação de ativo imobilizado	245.081	237.232
Baixas e outros ajustes de imobilizado - valor residual	(37.978)	(18.189)
Amortização do intangível	7.512	6.343
Consumo de matéria-prima e material do estoque	327.089	313.866
Varição cambial - obrigação para desmobilização de ativos	-	(13.927)
Variações monetárias - financiamentos e empréstimos	6.497	174.250
Variações monetárias - fornecedores e outras	4.664	(10.561)
Varição monetária - dividendos	-	9.377
Encargos - financiamentos e empréstimos	46.954	389.839
Rendimentos do fundo para desmobilização de ativos	(21.669)	4.263
Benefícios pós-emprego - provisão atuarial	3.396	9.202
Participação nos lucros e resultados	(8.623)	17.959
Provisão de férias	5.695	7.230
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	1.813	(23.281)
Ajuste a valor presente de obrigação para desmobilização de ativos	21.242	19.709
Outros ajustes	(33.770)	(11.124)
	975.482	944.086
Varição - (acrécimo) e decréscimo - nos ativos operacionais		
Clientes	(89.785)	59.600
Estoques	(322.776)	(322.919)
Impostos e taxas a recuperar - PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL e outros	34.702	(24.225)
Fundo para desmobilização de ativos	(38.944)	(40.138)
Outras variações nos ativos operacionais	62.125	(26.196)
	(354.678)	(353.878)
Varição - acréscimo e (decrécimo) - nos passivos operacionais		
Fornecedores	(13.900)	(82.277)
Impostos e taxas, exceto imposto de renda e contribuição social	(34.904)	(19.225)
Obrigações de folha de pagamento e provisão de férias	2.755	9.026
Participação nos lucros e resultados	5.222	4.039
Pagamento de IOF e encargos de dívida	(51.329)	(106.875)
Pagamento de dívida à entidade de previdência privada	(35.315)	(32.549)
Outras variações nos passivos operacionais	(78.137)	50.350
	(205.608)	(177.511)
Recursos provenientes das atividades operacionais	415.196	412.697
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO - acréscimo e (decrécimo)		
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	1.147.886	308.266
Pagamento de financiamentos de natureza de curto prazo	(55.792)	(48.947)
Pagamento aos acionistas	-	(56.879)
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de financiamentos e empréstimos	1.092.094	202.440
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - acréscimo e (decrécimo)		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.197.318)	(601.854)
Aquisição de ativo intangível	(5.348)	(5.301)
Aquisição de títulos e valores mobiliários	(259.563)	-
Recursos aplicados nas atividades de investimento	(1.462.229)	(607.155)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	45.061	7.982
- Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	79.371	71.389
- Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	124.432	79.371
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	45.061	7.982
(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)		

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010		
(em milhares de reais)		
	2011	2010
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de venda de energia e serviços	1.934.078	1.782.720
Receita relativa à construção de ativos - usina Angra 3	1.124.135	343.084
Provisão para devedores duvidosos	(1.813)	23.281
	3.056.400	2.149.085
MENOS:		
INSUMOS		
Serviços de terceiros	195.995	200.954
Serviços de terceiros - Angra 3	437.133	190.220
Materiais	32.263	43.024
Materiais - Angra 3	409.557	60.982
Combustível para produção de energia	294.826	270.842
Encargos de uso da rede de transmissão	53.266	51.095
Seguros das usinas Angra 1 e 2	6.990	7.626
Luz, telefone, água e esgoto	12.625	10.950
Outros custos operacionais	7.489	6.508
Juros/Encargos sobre capitais de terceiros - usina Angra 3	37.255	11.909
Seguros de instalações e equipamentos - usina Angra 3	168.415	5.240
Outros custos - usina Angra 3	8.051	3.757
	1.663.865	863.107
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.392.535	1.285.978
RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	(252.593)	(243.575)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	1.139.942	1.042.403
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	60.081	56.155
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.200.023	1.098.558
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	458.515	411.911
Impostos, taxas e contribuições	316.552	150.168
Remuneração de capitais de terceiros		
- Despesas financeiras	86.665	629.721
- Aluguéis	20.900	16.765
- Outras	10.678	(185)
Remuneração de capitais próprios		
- Dividendos - atualização monetária	-	9.377
- Lucro líquido (prejuízo) do exercício	306.713	(119.199)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	1.200.023	1.098.558
(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A ELETOBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETOBRAS, com sua sede fixada na Rua da Candelária nº 65 - 2º ao 10º, 12º e 19º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Cep. 20.091-020, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a manutenção das condições para construção da terceira unidade nucleoeleétrica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 15, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAAA.

A energia elétrica gerada pela Companhia é fornecida exclusivamente para FURNAS - Centrais Elétricas S.A. (parte relacionada), mediante contrato de compra e venda de energia elétrica.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	Nº DE CLIENTES
		INICIAL	ATUAL		
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985	1
ANGRA 2	1.350 MW	Exp.Mot. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000	1
ANGRA 3	1.405 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97		

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de março de 2012.

Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.1.

b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigindo a partir de 2011 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nessas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

d) Reapresentação das cifras comparativas

As demonstrações contábeis anteriormente publicadas pela Companhia referentes a 31 de dezembro de 2010 e, conseqüentemente as de 1º de janeiro de 2010, estão sendo reapresentadas, em função dos seguintes aspectos:

- correções de erros relacionados a exercícios anteriores e, somente identificados quando da preparação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011;
- reclassificações e mudanças de nomenclaturas de contas contábeis a fim de uniformizá-las com as adotadas por sua controladora.

As naturezas desses ajustes e reclassificações estão detalhadas nos quadros a seguir:

d.1) Balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2010

BALANÇO PATRIMONIAL EM 1º DE JANEIRO DE 2010 (em milhares de reais)				
ATIVO	ANTERIORES PUBLICADO	RECLASSIFICAÇÕES E MUDANÇAS DE NOMENCLATURA	AJUSTES	AJUSTADO
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	71.389	-	-	71.389
Concessionárias e permissionárias	236.472	(236.472)	-	-
Clientes	-	236.472	-	236.472
Devedores diversos	30.299	(30.299)	-	-
Estoque de combustível nuclear	324.634	-	-	324.634
Almoxarifado	40.579	-	-	40.579
Créditos fiscais	17.211	(17.211)	-	-
Tributos e contribuições sociais	-	17.211	-	17.211
Outros direitos	3.102	(3.102)	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	3.102	-	3.102
Outros	-	30.299	-	30.299
	723.686	-	-	723.686
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Concessionárias e permissionárias	91.710	(91.710)	-	-
Clientes	-	91.710	-	91.710
Concentrado de urânio	111.199	(111.199)	-	-
Elementos de combustível nuclear	239.771	(239.771)	-	-
Serviço em curso - comb. nuclear	137.161	(137.161)	-	-
Estoque de combustível nuclear	-	488.131	-	488.131
Material de almoxarifado	267.303	-	(a) (267.303)	-
Fundo para descomissionamento	66.738	(66.738)	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	66.738	-	66.738
Depósitos vinculados	29.830	-	-	29.830
Outros	17.235	-	-	17.235
	960.947	-	(267.303)	693.644
Investimentos	1.265	-	-	1.265
Imobilizado	5.658.372	-	(b) 259.355	5.917.727
Intangível	29.907	-	-	29.907
	6.650.491	-	(7.948)	6.642.543
TOTAL	7.374.177	-	(7.948)	7.366.229

Os ajustes efetuados no saldo de abertura (1º de janeiro de 2010) estão descritos a seguir:

- (a) Reclassificação de R\$ 267.303 mil do almoxarifado para o ativo imobilizado, relativo a peças sobressalentes e de itens de segurança das usinas de Angra 1 e Angra 2, em conformidade com o previsto no Pronunciamento Técnico CPC 27 - Imobilizado;

- (b) Reclassificação de R\$ 267.303 mil do almoxarifado, conforme detalhado no item (a) e reconhecimento de despesa de depreciação desses itens, no valor de R\$ 7.948 mil, em contrapartida de prejuízos acumulados;

BALANÇO PATRIMONIAL EM 1º DE JANEIRO DE 2010 (em milhares de reais)				
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ANTERIORMENTE	RECLASSIFICAÇÕES	AJUSTES	AJUSTADO
	PUBLICADO	E MUDANÇAS DE NOMENCLATURA		
CIRCULANTE				
Encargos de dívidas - emprést. e financiamentos	1.734	(1.734)	-	-
Financiamentos e empréstimos	68.569	1.734	-	70.303
Fornecedores	282.015	-	-	282.015
Tributos e contribuições sociais	65.836	10.193	-	76.029
Dividendos	27.460	(27.460)	-	-
Remuneração aos acionistas	-	27.460	-	27.460
Entidade de previdência privada	26.050	-	-	26.050
Obrigações de folha de pagamento	13.907	(13.907)	-	-
Provisão de férias	47.961	(47.961)	-	-
Obrigações estimadas	-	51.675 (c)	(557)	51.118
Encargos setoriais	-	8.876	-	8.876
Participação nos lucros ou resultados	13.088	-	-	13.088
Outros	9.921	(8.876)	-	1.045
	556.541	-	(557)	555.984
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	3.043.441	-	-	3.043.441
Benefícios pós-emprego	63.722	-	-	63.722
Passivo para descomissionamento	323.326	(323.326)	-	-
Obrigações para desmobilização dos ativos	-	323.326	-	323.326
Entidade de previdência privada - dívida	76.809	-	-	76.809
Provisões para contingências	49.928	-	-	49.928
Imposto de renda e contribuição social diferidos	54.663	(54.663)	-	-
Tributos e contribuições sociais	71.487	54.663 (d)	7.491	133.641
	3.683.376	-	7.491	3.690.867
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	3.296.032	-	-	3.296.032
Reserva de capital	903.064	-	-	903.064
Reserva de lucros	123.396	-	-	123.396
Prejuízos acumulados	(1.197.067)	-	(F) (106.640)	(1.303.707)
Dividendo adicional proposto	82.381	-	-	82.381
Outros resultados abrangentes	(73.546)	-	(e) 91.758	18.212
	3.134.260	-	(14.882)	3.119.378
TOTAL	7.374.177	-	(7.948)	7.366.229

- (c) Reversão de provisão registrada indevidamente no valor de R\$ 557 mil em contrapartida de prejuízos acumulados;

- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 7.491 mil, sendo: (i) R\$ 9.382 mil decorrente dos ajustes atuariais reconhecidos indevidamente em prejuízos acumulados e, (ii) R\$ 1.891 mil decorrente da depreciação explicada no item (b) em contrapartida de prejuízos acumulados;

- (e) Perdas atuariais reconhecidas indevidamente em prejuízos acumulados, no valor de R\$ 139.027 mil, bruto dos impostos diferidos (R\$ 47.269 mil);
- (f) Deve-se às perdas atuariais de R\$ 91.758 mil mencionado no item (e), adicionados à depreciação de R\$ 7.948 mil (item b) e dos impostos diferidos de R\$ 7.491 mil (item d), reduzidas da reversão de provisão de R\$ 557 mil (item c).

d.2) Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2010

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (em milhares de reais)						
ATIVO	ANTERIORMENTE PUBLICADO	RECLASSIFICAÇÕES E MUDANÇAS DE NOMENCLATURA	AJUSTES - 1º de janeiro de 2010	AJUSTES 2010		AJUSTADO
CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	79.371	-	-	-	-	79.371
Concessionárias e permissionárias	176.872	(176.872)	-	-	-	-
Clientes	-	176.872	-	-	-	176.872
Devedores diversos	25.103	(25.103)	-	-	-	-
Estoque de combustível nuclear	297.972	-	-	-	-	297.972
Almoxarifado	55.984	-	-	(g)	(15.516)	40.468
Créditos fiscais	41.436	(41.436)	-	-	-	-
Tributos e contribuições sociais	-	41.436	-	-	-	41.436
Despesas pagas antecipadamente	-	2.968	-	-	-	2.968
Outros	2.973	22.135	-	-	-	25.108
	679.711	-	-		(15.516)	664.195
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Concessionárias e permissionárias	91.710	(91.710)	-	-	-	-
Clientes	-	91.710	-	-	-	91.710
Devedores diversos	23.903	(23.903)	-	-	-	-
Concentrado de urânio	65.179	(65.179)	-	-	-	-
Elementos de combustível nuclear	392.133	(392.133)	-	-	-	-
Serviço em curso - comb. nuclear	66.645	(66.645)	-	-	-	-
Estoque de combustível nuclear	-	523.957	-	-	-	523.957
Material de almoxarifado	275.599	-	(267.303)	(h)	(8.296)	-
Fundo para descomissionamento	102.613	(102.613)	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	102.613	-	-	-	102.613
Depósitos vinculados	32.536	-	-	-	-	32.536
Outros	17.021	23.903	-	-	-	40.924
	1.067.339	-	(267.303)		(8.296)	791.740
Investimentos	1.265	-	-	-	-	1.265
Imobilizado	6.024.242	-	259.355	(i)	12.153	6.295.750
Intangível	34.170	-	-	-	-	34.170
	7.127.016	-	(7.948)		3.857	7.122.925
TOTAL	7.806.727	-	(7.948)		(11.659)	7.787.120

- (g) Reclassificação para o imobilizado de R\$ 15.516 mil de adiantamentos a fornecedores, registrados indevidamente no almoxarifado (ativo circulante);

- (h) Reclassificação de R\$ 8.296 mil do almoxarifado para o ativo imobilizado, relativo a peças sobressalentes das usinas Angra 1 e Angra 2, em conformidade com o previsto no Pronunciamento Técnico CPC 27 - Imobilizado;
- (i) Transferências mencionadas nos itens (g) e (h) acima e que totalizam R\$ 23.812 mil, deduzidos da depreciação de R\$ 11.659 mil relativa ao registro de ativo imobilizado reclassificado do almoxarifado, conforme detalhado no item (b).

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (em milhares de reais)					
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ANTERIORES PUBLICADO	RECLASSIFICAÇÕES E MUDANÇAS DE NOMENCLATURA	AJUSTES - 1º de janeiro de 2010	AJUSTES 2010	AJUSTADO
CIRCULANTE					
Encargos de dívidas - emprést. e financiamentos	263	(263)	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	50.337	263	-	-	50.600
Fornecedores	186.302	-	-	-	186.302
Tributos e contribuições sociais	65.289	13.683	-	-	78.972
Entidade de previdência privada	30.264	-	-	-	30.264
Obrigações de folha de pagamento	19.913	(19.913)	-	-	-
Provisão de férias	61.541	(61.541)	-	-	-
Obrigações estimadas	-	58.320	(557)	(i) (3.330)	54.433
Encargos setoriais	-	11.188	-	-	11.188
Participação nos lucros ou resultados	3.459	-	-	-	3.459
Outros	12.742	(1.737)	-	-	11.005
	430.110	-	(557)	(3.330)	426.223
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	548.771	-	-	-	548.771
Benefícios pós-emprego	34.494	-	-	-	34.494
Passivo para descomissionamento	375.968	(375.968)	-	-	-
Obrigações para desmobilização dos ativos	-	375.968	-	-	375.968
Entidade de previdência privada - dívida	53.471	-	-	-	53.471
Provisões para contingências	44.874	-	-	-	44.874
Adiantamentos para futuro aumento de capital	3.309.744	-	-	-	3.309.744
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.703	(6.703)	-	-	-
Tributos e contribuições sociais	55.333	6.703	7.491	(k) (54)	69.473
Outros	1.019	-	-	-	1.019
	4.430.377	-	7.491	(54)	4.437.814
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	3.296.032	-	-	-	3.296.032
Reserva de capital	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(305.361)	-	(106.640)	(m) 15.555	(396.446)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	(44.431)	-	91.758	(l) (23.830)	23.497
	2.946.240	-	(14.882)	(8.275)	2.923.083
TOTAL	7.806.727	-	(7.948)	(11.659)	7.787.120

- (j) Reversão de provisão registrada indevidamente no valor de R\$ 3.330 mil em contrapartida de prejuízos acumulados;
- (k) Imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 54 mil, sendo: (i) R\$ 2.721 mil decorrente dos ajustes atuariais reconhecidos indevidamente em prejuízos acumulados e, (ii) R\$ 2.775 mil decorrente da depreciação explicada no item (b), em contrapartida de prejuízos acumulados;

- (l) Ganhos atuariais reconhecidos indevidamente em prejuízos acumulados, no valor de R\$ 36.107 mil, bruto dos impostos diferidos (R\$ 12.277 mil);
- (m) Deve-se aos ganhos atuariais de R\$ 23.830 mil mencionados no item (e), adicionados da reversão de provisão de R\$ 3.330 mil (item j) e dos impostos diferidos de R\$ 54 mil (item k) e, reduzidos da depreciação de R\$ 11.659 mil (item i);

d.3) Resultado de 2010

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (em milhares de reais)				
	ANTERIORMENTE PUBLICADO	RECLASSIFICAÇÕES	AJUSTES	AJUSTADO
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.671.951	398	-	1.672.349
CUSTO OPERACIONAL	(1.087.188)	17.883	(9.137)	(1.078.442)
Lucro bruto	584.763	18.281	(9.137)	593.907
DESPESAS OPERACIONAIS	(197.700)	(18.281)	36.915	(179.066)
Resultado do Serviço de Energia Elétrica	387.063	-	27.778	414.841
RESULTADO FINANCEIRO	(582.943)	-	-	(582.943)
Resultado antes dos Impostos	(195.880)	-	27.778	(168.102)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.832)	-	-	(1.832)
Imposto de Renda e Contrib.Social Diferidos	62.958	-	(12.223)	50.735
Prejuízo do Exercício	(134.754)	-	15.555	(119.199)

- (n) Ajustes no custo operacional de R\$ 9.137 mil, compostos por R\$ 11.659 mil – referentes à depreciação dos itens reclassificados para o imobilizado (item i) e R\$ 2.522 mil de reversão de provisão indevidamente reconhecida (item j), sendo a parcela remanescente revertida em contrapartida às despesas operacionais, conforme detalhado a seguir;
- (o) Ajuste nas despesas operacionais de R\$ 36.915 mil, composto de R\$ 36.107 mil referente a ganhos atuariais reconhecidos indevidamente no resultado e R\$ 808 mil de reversão de provisão;
- (p) Ajuste no IR e CSLL de R\$ 12.223 mil, composto por R\$ 2.775 mil decorrente do impacto da depreciação mencionada no item (n) e R\$ 14.998 mil de impostos diferidos sobre ganhos atuariais, reconhecidos indevidamente no resultado de 2010.

3 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior, salvo disposição em contrário.

3.1 - Estimativas contábeis críticas

a) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de pensão e assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas.

Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

b) Obrigação para desmobilização de ativos

O valor atual dessa obrigação depende de uma série de fatores, como a taxa de desconto determinada ao final de cada exercício, conforme mencionado acima, e nas condições atuais do mercado para desmobilização de usinas nucleares semelhantes.

Se a taxa de desconto estimada, após o imposto, aplicada na apuração do valor presente da obrigação para desmobilização de ativos fosse 1% maior que a estimativa da administração (6,49 % em substituição a 5,49%), a Companhia teria reconhecido uma redução do passivo de R\$ 54 milhões, em contrapartida ao ativo imobilizado.

c) *Impairment* de ativos

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 15a).

Não foram identificadas perdas (*impairment*) no exercício de 2011.

Se a taxa de desconto estimada, antes do imposto, aplicada aos fluxos de caixa descontados das usinas Angra 1 e Angra 2 fosse 1% maior que as estimativas da administração (6,49% em substituição a 5,49%), mesmo assim, a Companhia não teria reconhecido perda (*impairment*) em 31 de dezembro de 2011.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, integrantes das atividades de gerenciamento de caixa da Companhia, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 – Títulos e valores mobiliários de curto prazo

Tratam-se das aplicações financeiras destinadas à compra de ativo fixo e outras atividades de investimento. Os rendimentos auferidos nessas aplicações financeiras são capitalizados no ativo imobilizado.

3.4 - Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza do instrumento e da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia estão detalhados na Nota 4.3.

3.4.1 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que, fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço anual, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.4.2 - Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4.3 - *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, no final de exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.5 - Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía somente duas operações com derivativos (compra de dólar no mercado futuro e operação com swap), não denominada como instrumento de *hedge de fluxo de caixa*, conforme detalhado na Nota 11.

a) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge de fluxo de caixa*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira".

3.6 - Clientes

A conta de clientes corresponde aos valores a receber de FURNAS Centrais Elétricas S.A. (parte relacionada), pela venda de energia no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, tais créditos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de FURNAS são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, sendo, na prática, normalmente reconhecidas ao valor faturado.

3.7 – Estoque de combustível nuclear e almoxarifado

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

- a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;

- b) Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, sendo apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica (Nota 7);
- c) Almoxarifado, classificado no ativo circulante e está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado (Nota 8).

3.8 - Paradas Programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas das usinas Angra 1 e Angra 2, para troca de combustível e manutenção, são apropriados ao resultado no exercício em que forem incorridos.

3.9 - Fundo financeiro para descomissionamento (Títulos e valores mobiliários)

A Companhia possui com o Banco do Brasil, um fundo exclusivo de investimento para prover os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2, classificados como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante, realizável a longo prazo. A titularidade deste fundo é da ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE - Conselho Nacional de Política Energética. A carteira desse fundo exclusivo encontra-se detalhada na Nota 11.

3.10 - Depósitos vinculados

Os depósitos judiciais, atualizados monetariamente, estão consignados em conta específica apresentada no grupo depósitos vinculados no ativo não circulante e estão detalhados na Nota 12.

3.11 - Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, pela taxa de câmbio vigente, nas datas das transações.

Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio, na data do balanço. Os ganhos e as perdas, decorrentes da flutuação cambial verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício e, quando aplicável, nas imobilizações em curso.

3.12 - Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício.

As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Instrução ANEEL nº 44, de 17 de março de 1999, e atos complementares daquela Agência, conforme previsto pela Orientação Técnica OCPC 05 (item 111), sendo 3,3% ao ano para o imobilizado em serviço das Usinas de Angra 1 e 2 e 10% para os ativos utilizados administrativamente.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que, o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos do imobilizado incluem a estimativa de custos de desmobilização de suas unidades operativas, nos termos do que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

Obrigações especiais - As contribuições recebidas da União, estados, municípios e terceiros, para a execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica, são registradas sob o título de obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e são demonstradas como redutoras do ativo imobilizado. A amortização relativa a essas obrigações mantém proporcionalidade com a depreciação dos ativos correspondentes (Nota 15).

A ELETRONUCLEAR funciona por meio de autorização concedida pela União Federal e que não possui prazo para finalização, diferentemente do que ocorre com as concessões de serviços públicos. Sendo assim, a Companhia entende que não atende às condições estabelecidas pela Interpretação Técnica ICPC 01 e, portanto, não está inserida em seu alcance.

3.13 - Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de *impairment* ao final de cada exercício contábil e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.14 - Intangível - Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- . A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- . O software pode ser vendido ou usado;
- . Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- . O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos.

3.15 - Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano.

Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.16 - Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.17 - Provisões

As provisões para restauração ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.18 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.19 - Benefícios a funcionários - Obrigações de aposentadoria

Os benefícios concedidos a empregados, incluindo os planos de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social e ao NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, são determinados com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes (Nota 20).

A Companhia tem planos de benefício definido que são diferentes de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

3.20 - Obrigações para desmobilização de ativos (passivo para descomissionamento)

A Companhia revisa periodicamente os valores da provisão para o passivo para descomissionamento.

Mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o imobilizado.

3.21 - Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

3.22 - Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia, após certos ajustes.

A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou, quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

3.23 - Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento.

3.24 - Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

NOTA 4 - GESTÃO DE RISCO

4.1 - Fatores de risco

Com o auxílio de empresa de consultoria contratada pela empresa controladora ELETROBRAS, a Companhia elaborou a sua matriz de riscos, estando os principais fatores considerados nesse levantamento, detalhados a seguir:

a) Riscos socioambientais

Os riscos ambientais são monitorados por superintendência especializada da Companhia. A ELETRONUCLEAR tem como diretriz conhecer todas as eventuais interferências que o funcionamento das suas usinas possam causar ao meio ambiente e, também, o aprimoramento contínuo das atividades produtivas, adotando técnicas que

conduzam a melhores resultados, em harmonia com o meio ambiente. As usinas Angra 1 e Angra 2 estão de acordo com a legislação ambiental em vigor.

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais, que disciplinam atividades envolvendo o uso de matéria-prima radioativa, a guarda de seus dejetos e estabelecem que, os efeitos sobre o meio ambiente das suas operações devam ser por ela evitados, mitigados ou corrigidos quando necessário.

A seguir, seguem os principais eventos aqui tratados, com as suas devidas descrições, que se não observados atentamente podem causar: atrasos na execução de obras ou paradas não programadas das usinas com consequente aumento de custos e perda de rentabilidade nos empreendimentos, perda de imagem, sanções e penalidades aplicadas pelos órgãos reguladores/fiscalizadores, processos judiciais, mobilizações sociais, acidentes socioambientais e redução no valor de mercado da Companhia:

- Licenciamento ambiental (Nota 15 itens “b” e “e”) - atrasos, não obtenção/renovação das licenças ambientais dos empreendimentos;
- Impactos na biodiversidade - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na fauna e flora das regiões onde a Companhia possui operações;
- Impacto socioeconômico - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na comunidade das regiões onde a Companhia possui operações;
- Controles ambientais - controles inadequados relacionados à gestão de resíduos, lançamentos de efluentes, emissões atmosféricas e uso e manuseio de produtos perigosos, não perigosos ou proibidos;
- Passivos ambientais - tratamento inadequado dos passivos ambientais identificados na Companhia;
- Contaminação radiológica - contaminação radiológica do meio ambiente e população e/ou aumento do nível de radiação acima dos limites permitidos;
- Emissão de CO₂ - incapacidade de reduzir o volume de CO₂ emitido pelas operações da Companhia;
- Trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório - utilização de trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório nas operações, realizadas direta ou indiretamente pela Companhia.

b) Risco trabalhista

A Companhia está sujeita às leis e normas trabalhistas vigentes que devem ser corretamente seguidas. O não atendimento à legislação vigente pode causar: sanções e multas aplicadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, insatisfação dos empregados e perda da imagem da Companhia.

c) Risco de taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos (fundo para descomissionamento) e ao euro (empréstimos e financiamentos).

Com exceção de compra de dólar futuro e a operação de swap, detalhados na Nota 11, que compõe a carteira do fundo exclusivo para descomissionamento, não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição, tendo em vista os custos envolvidos e o atual estágio de estabilidade observado na economia brasileira. A totalidade da dívida da ELETRONUCLEAR está garantida pela ELETROBRAS.

Uma variação de 10% do Real, em relação ao EURO, resultaria em um aumento ou redução de aproximadamente R\$ 5.934 mil no patrimônio líquido da Companhia.

Vale ressaltar que, com a mudança de cenário e a existência de fornecedores nacionais para realização da desmobilização das usinas nucleares, a partir de 31 de dezembro de 2010, o passivo para descomissionamento deixou de estar vinculado ao dólar norte-americano.

d) Outros fatores de riscos

Outros principais fatores de riscos de mercado, que afetam e/ou podem afetar o negócio da Companhia, podem ser assim enumerados:

• Risco de Crédito

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 6, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica comercializada com FURNAS, empresa do sistema ELETROBRAS, que fornece uma parcela significativa da energia elétrica produzida no País.

• Risco de liquidez

A Administração da ELETRONUCLEAR entende não haver exposição ao risco de liquidez corrente e liquidez geral, uma vez que:

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente positivo de 2,24; e
- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de liquidez geral positivo de 0,70.

No quadro abaixo, estão demonstrados os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO				
DESCRIPTIVO	R\$ MIL			
	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 01 de janeiro 2010 (i)				
- Empréstimos	305.426	300.135	1.398.485	8.732.036
- Fornecedores (iii)	282.015	-	-	-
TOTAL	587.441	300.135	1.398.485	8.732.036
Em 31 de dezembro 2010 (i)				
- Empréstimos	85.692	127.545	216.084	538.914
- Fornecedores (iii)	186.302	-	-	-
TOTAL	271.994	127.545	216.084	538.914
Em 31 de dezembro 2011 (i)				
- Empréstimos	192.363	115.023	35.512	2.914.744
- Fornecedores (iii)	256.403	-	-	-
TOTAL	448.766	115.023	35.512	2.914.744

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e fornecedores.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pelas normas, e sim, baseadas em uma opção da administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

4.2 - Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a ELETRONUCLEAR monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA			
DESCRITIVO	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 17)	1.732.633	599.371	3.113.744
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5a)	(124.432)	(79.371)	(71.389)
(-) Títulos e vrs mobiliários de curto prazo (Nota 5b)	(259.973)	-	-
Dívida líquida	1.348.228	520.000	3.042.355
Total do patrimônio líquido	6.526.166	2.923.083	3.119.378
Total do capital total	7.874.394	3.443.083	6.161.733
Índice de alavancagem financeira - %	17	15	49

4.3 - Instrumentos financeiros por categoria

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA			
R\$ MIL			
DESCRITIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/DEZ/2011
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Instrumentos financeiros derivativos (i)	-	10.666	10.666
- Contas a receber de clientes e demais contas a receber (ii)	528.327	-	528.327
- Caixa e equivalentes de caixa	124.432	-	124.432
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	259.973	-	259.973
Em 31 de dezembro de 2011	652.759	10.666	663.425

(i) Compõe a carteira de ativos dos títulos de valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 11.

(ii) Corresponde aos saldos de clientes, títulos e valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, depósitos vinculados e devedores diversos classificados como outros no ativo circulante e no ativo não circulante.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA			
DESCRITIVO	R\$ MIL		
	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/DEZ/2010
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Instrumentos financeiros derivativos (i)	-	(1.019)	(1.019)
- Contas a receber de clientes e demais contas a receber (ii)	412.631	-	412.631
- Caixa e equivalentes de caixa	79.371	-	79.371
Em 31 de dezembro de 2010	492.002	(1.019)	490.983

(i) Compõe a carteira de ativos dos títulos de valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 11.

(ii) Corresponde aos saldos de clientes, títulos e valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, depósitos vinculados e devedores diversos classificados como outros no ativo circulante e no ativo não circulante.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA			
DESCRITIVO	R\$ MIL		
	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 01/JAN/2010
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Instrumentos financeiros derivativos (i)	-	-	-
- Contas a receber de clientes e demais contas a receber (ii)	412.131	-	412.131
- Caixa e equivalentes de caixa	71.389	-	71.389
Em 01 de janeiro de 2010	483.520	-	483.520

(i) Compõe a carteira de ativos dos títulos de valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 11.

(ii) Corresponde aos saldos de clientes, títulos e valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, depósitos vinculados e devedores diversos classificados como outros no ativo circulante e no ativo não circulante.

4.4 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros que, não difere dos valores contábeis, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Os instrumentos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo por meio de resultado, estão incluídos no nível 2, ou seja, a determinação é efetuada através de técnicas de avaliação.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO PRAZO

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio do Banco do Brasil S.A., ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por ele liderado.

Assim, as aplicações financeiras da Companhia, apresentadas nos quadros abaixo (“a” e “b”) representam recursos mantidos no Banco do Brasil Extra Mercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa que, oferece liquidez diária e são compostas, principalmente, de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O fundo de investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

As aplicações financeiras que compõem o saldo de equivalentes de caixa são aquelas cujos recursos são destinados ao atendimento das atividades de operação da Companhia. Aquelas aplicações de recursos, que são de comprometimento nas atividades de investimentos, são classificadas como títulos e valores mobiliários.

a) Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Composição	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Caixa e bancos	2.873	2.473	7.650
Aplicações financeiras	121.559	76.898	63.739
SALDO	124.432	79.371	71.389

b) Títulos e valores mobiliários de curto prazo

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	
Composição	R\$ MIL
	31/12/2011
Aplicações financeiras:	
Recursos ELETROBRAS/RGR para usina Angra 3	46.877
Recursos BNDES para usina Angra 3	213.096
TOTAL	259.973

NOTA 6 – CLIENTES

O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base no contrato de venda de energia elétrica, associada às usinas Angra 1 e Angra 2, assinado entre a ELETRONUCLEAR e FURNAS em 10 de julho de 2001, com vigência a partir de 1º de julho de 2001.

A seguir, quadro demonstrativo do contas a receber de clientes:

CLIENTES - CONTAS A RECEBER				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Energia contratada	Desvio positivo	Energia não despachada	TOTAL
Ativo circulante	236.472	-	-	236.472
Ativo não circulante	-	67.022	24.688	91.710
01/01/2010	236.472	67.022	24.688	328.182
Ativo circulante	176.872	-	-	176.872
Ativo não circulante	-	67.022	24.688	91.710
31/12/2010	176.872	67.022	24.688	268.582
Ativo circulante	257.433	9.224	-	266.657
Ativo não circulante	-	67.022	24.688	91.710
31/12/2011	257.433	76.246	24.688	358.367

A ELETRONUCLEAR possui R\$ 19.707 mil em faturas caucionadas correspondentes à venda de energia elétrica, em função de processos tributários movidos contra a Companhia, os quais se encontram detalhados na Nota 24.

O faturamento do desvio de suprimento e da energia disponibilizada, mas não despachada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, monta ao valor líquido de R\$ 91.710 mil, contabilizado a valores históricos no ativo não circulante - realizável a longo prazo e refere-se ao suprimento de energia do período de setembro de 2000 a setembro de 2002, ainda sob o efeito de liminares judiciais movidas por empresas do setor para suspensão de pagamento à FURNAS. De acordo com as cláusulas contratuais, tal valor será pago por FURNAS à Companhia, cinco dias úteis após a mesma receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE) os recursos provenientes da comercialização dessa energia.

A Resolução Homologatória nº 1.091 de 30 de novembro de 2010, estabeleceu em caráter provisório, uma nova tarifa para a venda de energia elétrica à FURNAS, para o período de 05 de dezembro de 2009 até 04 de dezembro de 2010, conforme informado na Nota 35 a. Em decorrência, foi realizado faturamento complementar no valor total de R\$ 25.946 mil no final de 2010. A quitação desse valor, está pendente de homologação definitiva por parte da ANEEL, o que deverá ocorrer no exercício em 2012.

NOTA 7 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários a sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante realizável a longo prazo, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Após concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante realizável a longo prazo, a parcela restante.

A amortização mensal na despesa operacional é feita de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento.

Abaixo, quadro com a composição do saldo do combustível nuclear:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Concentrado de urânio	Elementos prontos	Serviços em curso	TOTAL
Ativo Circulante	-	324.634	-	324.634
Ativo não circulante	111.199	239.771	137.161	488.131
TOTAL EM 01/01/2010	111.199	564.405	137.161	812.765
Ativo Circulante	-	297.972	-	297.972
Ativo não circulante	65.179	392.133	66.645	523.957
TOTAL EM 31/12/2010	65.179	690.105	66.645	821.929
Ativo Circulante	-	388.663	-	388.663
Ativo não circulante	130.575	133.894	171.164	435.633
TOTAL EM 31/12/2011	130.575	522.557	171.164	824.296

NOTA 8 - ALMOXARIFADO

O saldo de almoxarifado é composto de material utilizado para manutenção das usinas e de adiantamentos efetuados a fornecedores, para a aquisição dos correspondentes materiais, totalizando R\$ 33.788 mil (R\$ 40.468 mil, em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 40.579 mil, em 1º de janeiro de 2010).

NOTA 9 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			
Composição	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Prêmios de seguros	2.460	2.968	3.102
TOTAL	2.460	2.968	3.102

Referem-se às quotas mensais do prêmio de seguro de risco nuclear das Usinas Angra 1 e Angra 2. Esses valores serão apropriados ao resultado de acordo com a vigência das apólices, que se encerrarão em 31 de maio de 2012.

NOTA 10 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECEBER

TRIBUTOS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL		
	ATIVO CIRCULANTE		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2011
IRRF sobre aplicações financeiras	575	2.566	2.061
IRRF sobre serviços prestados a terceiros	1.865	17.777	4.079
CSLL retida sobre serviços prestados a terceiros	1.822	16.861	10.674
Saldo de antecipações de IRPJ exercício corrente	1.679	2.967	13
Saldo de antecipações de CSLL exercício corrente	621	1.086	-
Outros	172	179	384
TOTAL	6.734	41.436	17.211

NOTA 11 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE LONGO PRAZO- FUNDO PARA O DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inserção na ELETRONUCLEAR dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 23.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo, para fazer face ao efetivo descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas à ELETROBRAS.

A ELETRONUCLEAR apresentou em dezembro de 2007, à ELETROBRAS, os valores estimados do passivo para o descomissionamento, para permitir àquela controladora a realização dos cálculos das parcelas a serem recolhidas ao fundo financeiro a partir de 2008, de modo que, ao final da vida útil econômica de cada usina, esse fundo, com os respectivos rendimentos a serem auferidos, atinja os montantes estabelecidos em US\$ 307 milhões para Angra 1 e US\$ 426 milhões para Angra 2.

Em 15 de janeiro de 2008, a ELETROBRAS fixou as diretrizes para a implementação do fundo financeiro, informando a conta-corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamentos à ELETROBRAS, para os devidos recolhimentos ao fundo financeiro para o descomissionamento, com os depósitos da primeira quota, das vinte e cinco estabelecidas no parcelamento para os valores de competência dos exercícios de 2005 a 2007 e, da primeira quota da parcela relativa ao exercício de 2008.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extramercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2. A titularidade deste fundo pertence à ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE. A seguir, demonstramos o detalhamento da carteira do mencionado fundo:

DESCRITIVO	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Conta-corrente	15	14	14
Operações compromissadas	-	-	20
Letra Financeira do Tesouro	152.076	102.604	66.696
Ajuste Mercado Futuro:			
- Swap	11.136	-	-
- Dólar Comercial Futuro	(470)	(1.019)	-
- Outros	(1)	(5)	8
Subtotal	162.756	101.594	66.738
Dólar Comercial Futuro	470	1.019	-
TOTAL	163.226	102.613	66.738

As margens negativas das operações com dólar futuro estão classificadas no passivo não circulante – Outros. O valor do ajuste, em 31 de dezembro de 2011, monta a R\$ 470 mil (R\$ 1.019 mil em 31 de dezembro de 2010).

A ELETROBRAS fixou o montante a ser depositado no exercício de 2011 em R\$ 35.433 mil.

Mensalmente, a ELETROBRAS informa à ELETRONUCLEAR, os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do fundo, com a devida tributação do imposto de renda na fonte.

Nesse exercício de 2011, o fundo apresenta um rendimento financeiro acumulado de R\$ 21.699 mil (Nota 30), enquanto que no exercício de 2010, o resultado foi negativo em R\$ 4.263 mil, em função da desvalorização do dólar norte-americano em relação ao Real, ocorrida naquele exercício.

Abaixo, o quadro da composição do fundo para descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO			
DESCRITIVO	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	30.836	23.559	15.927
Quotas de 2008 a 2011	121.155	87.924	56.437
Total de quotas recolhidas	151.991	111.483	72.364
Ganhos / (perdas) líquidas auferidas acumulados	10.765	(9.889)	(5.626)
Patrimônio líquido do fundo	162.756	101.594	66.738
Ajuste da carteira de aplicações a realizar	470	1.019	-
Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo	163.226	102.613	66.738

NOTA 12 – DEPÓSITOS VINCULADOS

a) Composição

DEPÓSITOS VINCULADOS			
Composição	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Depósitos judiciais			
Contingências trabalhistas	9.791	10.443	8.790
Contingências cíveis	3.240	1.282	1.293
Contingências tributárias	15.846	15.839	15.529
	28.877	27.564	25.612
Outros depósitos	16	16	16
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	6.107	4.956	4.202
TOTAL	35.000	32.536	29.830

b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS VINCULADOS				
Composição	SALDO EM 31/12/2010	31/12/2011		
		BAIXAS	INCLUSÕES	SALDO
Depósitos judiciais	27.564	(2.151)	3.464	28.877
Outros depósitos	16	-	-	16
Atualização monetária s/depósitos judiciais	4.956	-	1.151	6.107
TOTAL	32.536	(2.151)	4.615	35.000

NOTA 13 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.527.105 mil (R\$ 1.651.996 mil - 31 de dezembro de 2010) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.725.015 mil (R\$ 1.850.008 mil - 31 de dezembro de 2010). A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa por não apresentar histórico de rentabilidade.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

O cálculo da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, e a composição dos impostos diferidos passivos, encontram-se detalhados nas Notas 21 e 31.

NOTA 14 – INVESTIMENTOS

O saldo de R\$ 1.265 mil é composto, basicamente, por investimentos efetuados pela Companhia em empresas incentivadas pelo Governo Federal para, em contrapartida, obter incentivos fiscais. Em função das poucas expectativas da Companhia quanto a realização desse ativo, foi constituída, em 2011, provisão para perdas no valor total do investimento.

NOTA 15 - IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

DESCRITIVO	% taxa anual de depreciação	IMOBILIZADO				
		31/12/2011			31/12/2010	01/01/2010
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
EM SERVIÇO* Termonuclear	3,3	7.896.945	(2.785.236)	5.111.709	5.163.679	5.181.641
		7.896.945	(2.785.236)	5.111.709	5.163.679	5.181.641
EM CURSO Termonuclear		2.174.374	-	2.174.374	1.132.213	736.745
		2.174.374	-	2.174.374	1.132.213	736.745
TOTAL BRUTO		10.071.319	(2.785.236)	7.286.083	6.295.892	5.918.386
Obrigações especiais	3,3	(232)	114	(118)	(142)	(659)
VALOR LÍQUIDO		10.071.087	(2.785.122)	7.285.965	6.295.750	5.917.727

* Os bens administrativos são depreciados a taxa de 10% ao ano e não são relevantes quando comparados com o imobilizado em serviço total.

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO - R\$ MIL						
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2009	ADIÇÕES	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	(*) ESTOQUE DESCOMIS. RECLASSIF.	SALDO EM 01/01/2010
Em curso	736.745	-	-	-	-	736.745
Em serviço: custo	7.227.197	-	-	-	267.303	7.494.500
depreciação	(2.304.911)	-	-	-	(7.948)	(2.312.859)
Total em serviço	4.922.286	-	-	-	259.355	5.181.641
TOTAL BRUTO	5.659.031	-	-	-	259.355	5.918.386
Obrigações especiais	(659)	-	-	-	-	(659)
TOTAL	5.658.372	-	-	-	259.355	5.917.727
DESCRITIVO	SALDO EM 01/01/2010	ADIÇÕES	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	(*) ESTOQUE DESCOMIS. RECLASSIF.	SALDO EM 31/12/2010
Em curso	736.745	597.974	(216.457)	(1.567)	15.518	1.132.213
Em serviço: custo	7.494.500	-	216.457	(8.425)	8.296	7.710.828
depreciação	(2.312.859)	(226.381)	-	3.750	(11.659)	(2.547.149)
Total em serviço	5.181.641	(226.381)	216.457	(4.675)	(3.363)	5.163.679
TOTAL BRUTO	5.918.386	371.593	-	(6.242)	12.155	6.295.892
Obrigações especiais	(659)	517	-	-	-	(142)
TOTAL	5.917.727	372.110	-	(6.242)	12.155	6.295.750
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2010	ADIÇÕES	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	(*) ESTOQUE DESCOMIS. RECLASSIF.	SALDO EM 31/12/2011
Em curso	1.132.213	1.197.318	(157.530)	-	2.373	2.174.374
Em serviço: custo	7.710.826	-	157.530	(8.626)	37.215	7.896.945
depreciação	(2.547.147)	(245.365)	-	7.331	(55)	(2.785.236)
Total em serviço	5.163.679	(245.365)	157.530	(1.295)	37.160	5.111.709
TOTAL BRUTO	6.295.892	951.953	-	(1.295)	39.533	7.286.083
Obrigações especiais	(142)	24	-	-	(1)	(118)
TOTAL	6.295.750	951.977	-	(1.295)	39.532	7.285.965

(*): Refere-se à transferência de adiantamento a fornecedores de estoque para imobilizado, às alterações na taxa de desconto da provisão para desmobilização e à reclassificação das peças de reposição de almoxarifado para o imobilizado (Nota 2)

a) Análises para fins de *Impairment*

A Administração da Companhia avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais desgastes desses ativos ou grupos de ativos, que levem a sua não recuperação plena.

São identificadas as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e determinada a mensuração de eventuais perdas. Quando não é possível, ou quando impraticável estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante estimado da recuperação da unidade geradora de caixa, a qual pertence o ativo.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto posterior à tributação, que reflete uma avaliação de mercado corrente no tempo, valor do dinheiro e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos.

Os resultados encontrados nos estudos desenvolvidos para o presente balanço, com base nas premissas conhecidas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na ELETRONUCLEAR.

b) Licenciamento das usinas Angra 1 e 2

As usinas nucleares são submetidas a dois processos de licenciamento: Licenciamento Ambiental expedido pelo IBAMA e Licenciamento Nuclear pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Atualmente a Usina Angra 1 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP) emitida pela CNEN em 1994 e renovada em 17 de setembro de 2010, válida por 14 anos. Não possui licença emitida pelo IBAMA, pois à época da sua construção não havia a exigência do licenciamento ambiental. Para regularizar esta situação, foi elaborado um Plano de Controle Ambiental (PCA), que está em análise no IBAMA.

A Usina Angra 2, por sua vez, possui uma Autorização para Operação Permanente (AOP) concedida pela Resolução CNEN n.º 106/2011, válida por 30 anos, com Revalidação Periódica de Segurança - RPS a cada 10 anos. Em 1999, o IBAMA emitiu a Licença de Operação LO n.º 047/99, exclusivamente para o comissionamento da usina (testes de funcionamento dos equipamentos). Essa licença foi renovada em 2000, porém uma segunda renovação não foi mais concedida devido a um questionamento do Ministério Público Federal (MPF). Em consequência, foi assinado em 2001 um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TCAC).

De acordo com o setor de Meio Ambiente da ELETRONUCLEAR, bem como pela interpretação do Parecer Técnico do IBAMA acima referenciado, o TCAC já foi cumprido na íntegra. Entretanto, o Ministério Público ainda não se pronunciou definitivamente sobre o assunto. O encerramento do TCAC possibilitará ao IBAMA expedir a Licença de Operação (LO) Unificada para Angra 1 e Angra 2.

c) Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em passivos, aprovada pela Deliberação CVM 621 de 22 de dezembro de 2009, determina que a alteração de taxa de desconto aplicada em passivo de desativação deve refletir como atualização do ajuste a valor presente desse passivo, devendo tal alteração ser adicionada ao ativo correspondente.

Para os exercícios de 2011, a taxa de desconto a valor presente é 5,49% ao ano.

d) Pronunciamento Técnico CPC 27 – Sobressalentes no Imobilizado

A Companhia mantém em seu estoque uma gama de material de valor compatível às necessidades específicas de cada uma de suas usinas devido às características próprias e individuais dos projetos. Tratam-se de componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, de disponibilidade reduzida e na sua quase totalidade adquirida do exterior, necessários de modo a garantir a performance e fluxo contínuo de operação.

Para atendimento ao previsto no CPC 27, a Companhia reclassificou o valor de R\$ 301.252 mil do almoxarifado para o ativo imobilizado, sendo R\$ 267.303 mil em 2009, R\$ 8.296 mil em 2010 e R\$ 25.653 mil em 2011.

e) Empreendimento Angra 3

O projeto da usina Angra 3 teve seu início na década de 80 e, por questões de prioridades governamentais, teve suas atividades de construção interrompidas do período de setembro de 1982 até julho de 2008.

As obras de construção da usina Angra 3 encontram-se em pleno desenvolvimento, apresentando, resumidamente, a seguinte situação em 31 de dezembro de 2011:

• Processo de licenciamento ambiental

Com relação ao licenciamento ambiental, não existem quaisquer restrições para a continuidade das obras, tendo em vista que a Licença Prévia e a Licença de Instalação já foram expedidas pelo IBAMA, respectivamente, em junho de 2008 e março de 2009, depois de cumpridos todos os trâmites do processo de licenciamento ambiental.

Importante ressaltar que devem ser cumpridos todos os condicionantes presentes na Licença de Instalação não somente para evitar eventuais autuações e embargos da obras, mas também, para a obtenção da Licença de Operação.

• Processo de licenciamento nuclear

Também em março de 2009, a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN emitiu a 1ª Licença Parcial de Construção, o que permitiu que a ELETRONUCLEAR iniciasse as atividades preparatórias no local de construção da usina, quais sejam: a execução do concreto de regularização da cava de fundações das edificações da planta e a impermeabilização das fundações do edifício do reator (UJB) e do edifício auxiliar do reator (UKA).

Em 2010, a CNEN emitiu uma série de licenças e autorizações, permitindo à ELETRONUCLEAR iniciar a execução de diversas atividades do cronograma executivo das obras, a saber:

- 2ª Licença Parcial de Construção: expedida em 11 de março de 2010; autorizando a construção de estruturas não nucleares;
- 3ª Licença Parcial de Construção: expedida em 29 de março de 2010; autorizando a construção do edifício da turbina;

- Licença de Construção: expedida em 31 de maio de 2010 autorizando a concretagem da laje de fundação do edifício do reator (UJB), condicionada à submissão, por parte da ELETRONUCLEAR à CNEN, de projetos e cálculos para as etapas seguintes da obra. Nesse contexto, a CNEN emitiu até dezembro de 2011 um amplo elenco de autorizações para serviços de concretagem.

• Comercialização da energia a ser gerada pela usina

A regulamentação dos mecanismos de comercialização da energia, a ser gerada por Angra 3, foi um importante marco alcançado no tocante à estruturação do empreendimento, haja vista que tal regulamentação era uma das principais condicionantes para a obtenção de financiamento junto a agentes financeiros nacionais e internacionais.

Em 22 de junho de 2010, a Secretaria de Planejamento do Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria SP-MME nº 12/2010, que fixou a garantia física de Angra 3 em 1.214,2 MW_{médios}, tendo por base a potência bruta da usina em 1.405 MW.

Em 23 de junho de 2010, o Ministério de Minas e Energia (MME) expediu a Portaria nº 586/2010 que autorizou a celebração de contrato de venda de energia entre a ELETRONUCLEAR e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e estabeleceu o seguinte:

- Tipo de contrato: energia de reserva;
- Energia contratada: 1.184 MW_{médios};
- Início de entrega de energia: 2016;
- Preço da energia: não superior a R\$ 148,65 / MWh (Base: Dez-2009).

No final de 2010, o MME expediu novo documento relativo à comercialização da energia de Angra 3: Portaria MME nº 980/2010 de 21 de dezembro de 2010, detalhando a portaria anterior, estabelecendo a data de entrega de energia em 1º de janeiro de 2016 e mantendo o preço de venda.

Em 26 de agosto de 2011, a ELETRONUCLEAR e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, com base na portaria acima referida, assinaram o contrato de Venda de Energia de Reserva com um prazo de suprimento de 35 anos e com início de venda em 1º de janeiro de 2016.

• Contrato de longo prazo para fornecimento do combustível nuclear

Em 24 de setembro de 2010, após um longo período de negociações, que teve início em janeiro de 2009, a ELETRONUCLEAR e a Indústrias Nucleares do Brasil – INB assinaram o contrato de longo prazo para o fornecimento do combustível nuclear para Angra 3. É importante destacar que o estabelecimento desse contrato também era condicionante para a obtenção de financiamentos para o empreendimento. Os principais valores finais deste contrato na base maio de 2009 são:

- 1º Núcleo de combustível: R\$ 634 milhões;
- 29 Recargas: R\$ 5,4 bilhões;
- Custo médio do combustível: R\$ 18,64 / MWh.

- **Estrutura de financiamento**

A composição de recursos para o financiamento do empreendimento prevê a seguinte distribuição:

- **Recursos BNDES:**

Em 22 de março de 2011, foi protocolado em cartório do Rio de Janeiro o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Nº 10.2.2032.1 no valor de R\$ 6.146.256 mil e assinado em 23 de fevereiro de 2011 pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e pela ELETROBRAS, com interveniência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, destinado à implantação da UTN Angra 3. Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia utilizou R\$ 552.440 mil desta linha de crédito (Nota 17).

Essa fonte destina-se à cobertura de 80% dos itens financiáveis pelo agente, envolvendo serviços de engenharia e consultoria no mercado nacional, fornecimentos de equipamentos, componentes e materiais do escopo nacional de suprimentos e, se for o caso, os impostos incidentes sobre aquisições de equipamentos e materiais do escopo importado.

O contrato estabelece uma taxa de juros de 1,72% ao ano acrescido da TJLP com um prazo de vinte anos para a amortização do principal e dos juros da dívida, sendo a primeira amortização em 15 de julho de 2016.

- **Recursos RGR:**

Empréstimo de R\$ 890 milhões da ELETROBRAS, correspondendo a 10% da disponibilidade da Reserva Global de Reversão – RGR de cerca de R\$ 9 bilhões ao final de 2010.

O contrato, assinado em 24 de janeiro de 2011, estabelece um prazo de amortização de 20 anos após o término do período de carência, a encerrar-se em janeiro de 2018. Com a assinatura do contrato, foi disponibilizado à ELETROBRAS 2,35% do valor do mesmo, ou seja, R\$ 209,1 milhões.

Originalmente, as liberações subseqüentes dar-se-iam mediante comprovações das execuções física e financeira dos eventos previstos no eventograma do contrato. Posteriormente, a ELETROBRAS e a ELETROBRAS acordaram que as futuras liberações serão realizadas baseadas em uma projeção de dispêndios para o trimestre vindouro, concomitantemente à prestação de contas dos gastos realizados no trimestre anterior.

Em 17 de agosto e 28 de dezembro de 2011 foram liberadas as segunda e terceira parcelas do financiamento nos valores de R\$ 157,1 milhões e R\$ 228 milhões, respectivamente.

• Isenção de tributos federais

Além de já contar com isenções de PIS e COFINS para as aquisições de equipamentos e materiais, obtidas através do Decreto N° 6.144/2007 no âmbito do Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI em fins de 2010, o empreendimento Angra 3 passou a usufruir da isenção de dois outros tributos federais.

A Medida Provisória N° 517/2010, aprovada em 30 de dezembro de 2010, criando o Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares – RENUCLEAR, que ainda carece de regulamentação por parte do MME, possibilitará a desoneração dos seguintes tributos:

- IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados: Equipamentos e materiais nacionais e importados;
- II - Imposto sobre Importação: Equipamentos e materiais importados (sem similar nacional)

Em 24 de junho de 2011, a Medida Provisória foi aprovada pelo Senado Federal e convertida na Lei No 12.341/2011. Em setembro de 2011, em reunião no Ministério de Minas e Energia, a Eletronuclear foi informada que o assunto foi remetido à casa Civil da Presidência da República para que sejam tomadas as ações com vistas à regulamentação da Lei.

A economia fiscal proporcionada pelo RENUCLEAR significará uma redução de cerca de R\$ 700 milhões (não auditada) nos custos de implantação de Angra 3.

f) Implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE

Em 5 de março de 2012, a ANEEL concedeu a Companhia a prorrogação para 31 de dezembro de 2012 para a implantação do MCPSE.

NOTA 16 – INTANGÍVEL

O ativo não circulante - intangível da Companhia compõe-se, basicamente, da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3 e, de outros softwares aplicativos de uso específico e geral de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

A movimentação do ativo intangível está assim constituída:

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL					
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2009	ADIÇÕES	AMORTIZAÇÃO	TRANSF. P/SERVIÇO E OUTROS	SALDO 01/01/2010
Em curso	20.604	3.981	-	(10.063)	14.522
Em serviço - custo	23.912	-	-	15.695	39.607
Em serviço - amortização	(19.235)	-	(4.987)	-	(24.222)
Total em serviço	5.017	-	(4.987)	15.695	15.385
TOTAL LÍQUIDO	25.621	3.981	(4.987)	5.632	29.907
DESCRIPTIVO	SALDO 01/01/2010	ADIÇÃO / OUTROS	AMORTIZAÇÃO	TRANSF. P/SERVIÇO E OUTROS	SALDO 31/12/2010
Em curso	14.522	5.346	-	(8.415)	11.453
Em serviço - custo	39.607	-	-	3.884	43.491
amortização	(24.222)	-	(6.388)	9.836	(20.774)
Total em serviço	15.385	-	(6.388)	13.720	22.717
TOTAL LÍQUIDO	29.907	5.346	(6.388)	5.305	34.170
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2010	ADIÇÃO / OUTROS	AMORTIZAÇÃO	TRANSF. P/SERVIÇO	SALDO 31/12/2011
Em curso	11.453	5.348	-	(7.853)	8.948
Em serviço - custo	53.423	-	-	7.853	61.276
amortização	(30.706)	-	(7.512)	-	(38.218)
Total em serviço	22.717	-	(7.512)	7.853	23.058
TOTAL LÍQUIDO	34.170	5.348	(7.512)	-	32.006

NOTA 17 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos são:

Aplicações nas Usinas Angra 1 e Angra 2

Trata-se de financiamentos captados com a ELETROBRAS para diversas etapas de melhoramentos da usina Angra 2 e para a troca dos geradores de vapor da usina Angra 1. Esses recursos em moeda estrangeira foram contraídos pela ELETROBRAS junto aos bancos alemães DRESDNER BANK e KFW.

a) Aplicações nas Usinas Angra 3

Em 24 de janeiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº ECF-2878/2010 entre a Companhia e a ELETROBRAS, com interveniência do Banco do Brasil, com abertura de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR na ordem de R\$ 890.000 mil para retomada do empreendimento de implementação da usina nuclear Angra 3.

Em 23 de fevereiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº 10.2.2032.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a ELETRONUCLEAR, com interveniência da ELETROBRAS, com abertura de um crédito de R\$ 6.146.256 mil destinado a implantação da usina Angra 3.

- Quadro dos financiamentos e empréstimos por moeda

DESCRIÇÃO	R\$ MIL											
	31/12/2011				31/12/2010				01/01/2010			
	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL
C.PRAZO		L.PRAZO	C.PRAZO			L.PRAZO	C.PRAZO			L.PRAZO		
EM EURO												
Bancos alemães	144	46.775	-	46.919	263	42.812	42.813	85.888	447	48.179	96.359	144.985
Total	144	46.775	-	46.919	263	42.812	42.813	85.888	447	48.179	96.359	144.985
EM REAL												
ANGRAS 1 e 2	1.559	39.696	494.248	535.503	-	7.525	505.958	513.483	1.287	20.390	2.947.082	2.968.759
ANGRA 3:												
ELETROBRAS	1.678	-	594.250	595.928	-	-	-	-	-	-	-	-
BNDES	1.843	-	552.440	554.283	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	5.080	39.696	1.640.938	1.685.714	-	7.525	505.958	513.483	1.287	20.390	2.947.082	2.968.759
TOTAL GERAL	5.224	86.471	1.640.938	1.732.633	263	50.337	548.771	599.371	1.734	68.569	3.043.441	3.113.744

b) Quadro as mutações dos financiamentos e empréstimos

MUTAÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	EM R\$ MIL				
	MOEDA NACIONAL		MOEDA ESTRANGEIRA		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 01 de janeiro de 2010	21.677	2.947.082	48.626	96.359	3.113.744
Ingressos	259.978	48.288	-	-	308.266
Encargos - resultado	375.589	-	14.250	-	389.839
Encargos - investimento	16.500	-	-	-	16.500
Varição monetária e cambial	192	191.070	(5.906)	(11.106)	174.250
Transferência para o circulante	15.677	(15.677)	42.440	(42.440)	-
Incorporação de encargos ao principal	(289.045)	289.045	-	-	-
Transformação em adiantamento para futuro aumento de capital	(293.556)	(2.953.850)	-	-	(3.247.406)
Amortização	(99.487)	-	(56.335)	-	(155.822)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.525	505.958	43.075	42.813	599.371
Ingressos	-	1.147.886	-	-	1.147.886
Encargos - resultado	38.459	-	9.022	-	47.481
Encargos - investimento	40.000	-	-	-	40.000
Varição monetária e cambial	-	-	4.144	2.353	6.497
Transferência para o circulante	41.280	(41.280)	45.166	(45.166)	-
Incorporação de encargos ao principal	(31.273)	31.273	-	-	-
Transformação em adiantamento para futuro aumento de capital	-	(1.481)	-	-	(1.481)
Amortização	(51.215)	(1.418)	(54.488)	-	(107.121)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	44.776	1.640.938	46.919	-	1.732.633

c) Principais indicadores utilizados para atualização dos financiamentos e empréstimos com as respectivas variações percentuais

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS - VARIAÇÕES DOS INDICADORES						
MOEDAS E INDICADORES	31/12/2011	31/12/2010	VARIAÇÃO PERCENTUAL	31/12/2010	01/01/2010	VARIAÇÃO PERCENTUAL
EURO x R\$	2,43420	2,22800	9,25%	2,22800	2,50733	-11,14%
IGPDI	466,33100	441,75400	5,56%	441,75400	398,857	10,75%
INPC	3480,5200	3278,0900	6,18%	3278,0900	3090,0800	6,08%
IGPM2	611,081	581,446	5,10%	581,446	522,305	11,32%

d) Dívida total com seus vencimentos programados

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS POR VENCIMENTOS			
ANO	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
2010	-	-	70.303
2011	-	50.600	69.777
2012	91.695	80.760	129.537
2013	40.750	38.507	118.011
2014	40.971	38.727	93.935
2015	40.971	38.727	77.617
2016	46.672	38.727	77.617
2017	52.220	38.727	77.617
Após 2017	1.419.354	274.596	2.399.330
TOTAIS	1.732.633	599.371	3.113.744

NOTA 18 - FORNECEDORES

O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.

A variação cambial destacada refere-se à atualização das faturas em moedas estrangeiras processadas desde seus registros até a data do balanço.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Variação cambial	Provisão de serviços	TOTAL
Nacional	105.965	-	134.734	240.699
Exterior	45.925	(4.609)	-	41.316
TOTAL EM 01/01/2010	151.890	(4.609)	134.734	282.015
Nacional	58.533	-	45.951	104.484
Exterior	13.958	(1.542)	69.402	81.818
TOTAL EM 31/12/2010	72.491	(1.542)	115.353	186.302
Nacional	58.028	-	64.345	122.373
Exterior	30.908	581	30.512	62.001
TOTAL EM 31/12/2011	88.936	581	94.857	184.374

NOTA 19 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

A seguir, a composição das obrigações com tributos e contribuições sociais que se apresentam consignados no passivo circulante e não circulante, e que compõem as obrigações correntes na sua totalidade a vencer e sem registro de qualquer inadimplência, e os passivos fiscais diferidos.

TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL					
	31/12/2011		31/12/2010		01/01/2010	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Pasep e Cofins	14.941	-	12.302	-	15.980	-
Pasep e Cofins parcelamento	13.993	7.218	12.832	18.939	11.870	29.746
IPTU CNAAA - parcelamento	15.986	-	5.585	33.509	5.286	37.008
II - imposto de importação	493	-	3.302	-	3.216	-
IRRF - juros ELETROBRAS	756	-	3.350	-	6.084	-
Cosirf	2.506	-	5.765	-	2.182	-
CIDE s/serviços no exterior	11.607	-	2.539	-	2.516	-
INSS	23.494	-	23.576	-	16.955	-
INSS - parcelamento	2.190	805	2.109	2.885	2.029	4.732
Outros	8.972	-	7.612	-	9.911	-
SUBTOTAL	94.938	8.023	78.972	55.333	76.029	71.486
IR e CSLL diferidos	-	12.059	-	14.140	-	62.155
TOTAL	94.938	20.082	78.972	69.473	76.029	133.641

A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias que geram uma posição passiva, conforme composição abaixo:

DESCRIÇÃO	PASSIVO FISCAL DIFERIDO - R\$ MIL								
	31/12/2011			31/12/2010			01/01/2010		
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			PASSIVO NÃO CIRCULANTE			PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a v presente descomissionamento	74.170	206.029	280.199	76.082	211.339	287.421	85.768	238.244	324.012
Corr.monetária imobilizado 1995 a 1997	19.614	54.483	74.097	20.643	57.343	77.986	21.673	60.202	81.875
Registro imobilizado do descomissionamento	1.658	4.605	6.263	1.745	4.846	6.591	1.832	5.088	6.920
Baixa despesas administrativas	(22.260)	(61.835)	(84.095)	(23.228)	(64.521)	(87.749)	(24.151)	(67.087)	(91.238)
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(62.028)	(172.299)	(234.327)
Transferência de estoque para o Imobilizado	(2.912)	(8.088)	(11.000)	(1.765)	(4.902)	(6.666)	(715)	(1.987)	(2.702)
Provisão desp financ e enc FRG	751	2.086	2.836	-	-	-	-	-	-
Var.cambial líquida não realizada	-	-	-	(4.787)	(13.298)	(18.085)	8.215	22.819	31.034
Receita financeira capitalizada no Imobilizado	(244)	(677)	(920)	-	-	-	-	-	-
Provisão para benefícios pós emprego	(2.183)	(6.065)	(8.248)	(3.104)	(8.624)	(11.728)	(5.735)	(15.931)	(21.666)
Provisão para devedores duvidosos	(16)	(43)	(59)	(76)	(211)	(287)	(2.171)	(6.032)	(8.203)
Provisão para atualização depósitos judiciais	378	1.051	1.429	378	1.051	1.429	378	1.051	1.429
Provisão para contingências judiciais	(3.914)	(10.871)	(14.785)	(3.067)	(8.518)	(11.585)	(3.085)	(8.570)	(11.655)
Provisão para desvalorização de títulos	(138)	(383)	(521)	(24)	(67)	(91)	(24)	(67)	(91)
Sub-total	2.877	7.992	10.869	770	2.139	2.909	19.957	55.431	75.388
Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	(863)	(2.399)	(3.262)	(231)	(641)	(873)	(5.987)	(16.629)	(22.616)
SUB /TOTAL	2.014	5.593	7.607	538	1.498	2.036	13.970	38.802	52.772
Outros resultados abrangentes	1.178	3.273	4.453	3.204	8.900	12.104	2.484	6.899	9.383
TOTAL	3.193	8.867	12.059	3.742	10.399	14.140	16.454	45.701	62.155

NOTA 20 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Dentre os benefícios mantidos pela ELETRONUCLEAR em favor de seus empregados, constam os seguintes planos:

a.1) Plano de aposentadoria e pensões

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

I) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

A Real Grandeza tem como suas Patrocinadoras a Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR, FURNAS Centrais Elétricas S.A. e a REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social.

Atualmente, a REAL GRANDEZA administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefícios Definido – BD e outro na modalidade de Contribuição Definida – CD e em ambos o regime atuarial de financiamento é o de capitalização. A ELETRONUCLEAR só tem participação no Plano BD.

O quadro a seguir demonstra o número de participantes:

PLANO BD	SISTEMA FRG			ELETRONUCLEAR		
	31/12/2011	31/12/2010	1/1/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
- Ativos	3.357	3.505	3.520	740	751	758
- Assistidos	5.493	5.537	5.632	302	311	307
- Beneficiários	1.360	1.213	1.148	66	44	41
TOTAL	10.210	10.255	10.300	1.108	1.106	1.106

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é composta de uma parcela mensal equivalente a dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários acima de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

As contribuições normais da ELETRONUCLEAR à REAL GRANDEZA, apropriadas no exercício para a constituição das provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano BD, atingiram R\$ 17.284 mil (R\$ 12.023 mil em 31 de dezembro de 2010).

A ELETRONUCLEAR apropriou no exercício o valor de R\$ 2.936 mil (R\$ 3.324 mil - 31 de dezembro de 2010) para cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos previdenciários vencidos com a REAL GRANDEZA.

II) NUCLEOS

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social tem como suas Patrocinadoras: Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

O atual plano de benefícios do NUCLEOS é do tipo Benefício Definido e o seu regime atuarial de financiamento é o de capitalização individual.

Segundo as disposições contidas no Plano Básico de Benefícios, o custeio da entidade, reavaliado anualmente, aponta que a ELETRONUCLEAR deverá contribuir mensalmente com uma parcela equivalente à aplicação de uma taxa de 8,25% sobre a folha salarial de empregados participantes do NUCLEOS, sendo 3,92% correspondente ao custo normal e 4,33% para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado.

Considerando que o parágrafo 3º, do artigo 202, da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, dispõe que é vedado o aporte de recursos à entidade de previdência privada por sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do participante.

Considerando, ainda, que os participantes do NUCLEOS contribuem para a entidade com uma parcela mensal equivalente, em média, à aplicação de uma taxa de 3,92% da mesma folha, conclui-se que a relação entre as taxas de contribuição normal da Patrocinadora e dos participantes atendem à determinação legal contida no parágrafo anterior.

A contribuição de 4,33% vertida pela ELETRONUCLEAR ao NUCLEOS para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado é referente ao pagamento de 240 prestações mensais a partir de dezembro de 2000 até junho de 2020, com incidência, inclusive, sobre o 13º salário de cada ano, para cobertura de compromissos especiais em função da Reserva de Tempo Anterior.

O quadro a seguir demonstra o número de participantes:

PLANO BD	SISTEMA NUCLEOS			ELETRONUCLEAR		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
- Ativos	3.473	3.224	2.960	1.636	1.474	1.371
- Assistidos	790	771	960	166	153	208
- Beneficiários	202	198	196	43	39	43
TOTAL	4.465	4.193	4.116	1.845	1.666	1.622

As contribuições normais ao Instituto NUCLEOS apropriadas no exercício para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder atingiram R\$ 10.512 mil (R\$ 5.011 mil em 31 de dezembro de 2010).

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com o NUCLEOS.

a.2) Programa de Assistência à Saúde

A Companhia possui um programa de assistência médica aos empregados e dependentes, estendendo-o aos inativos e pensionistas. Em função da estrutura de custeio adotada, os inativos e pensionistas são beneficiados com um subsídio indireto, dado que o prêmio é calculado coletivamente.

20.1) Cálculos do passivo atuarial

a) A composição do passivo atuarial registrado no balanço patrimonial é:

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL			
DESCRIPTIVO	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Dívidas contratadas - FRG - circulante	33.868	30.264	26.050
Dívidas contratadas - FRG - não circulante	22.894	53.471	76.809
	56.762	83.735	102.859
Provisão de benefícios de aposentadoria -Nucleos	6.341	-	-
Assistência médica para aposentados	17.920	34.494	46.940
Seguro para aposentados	-	-	16.782
	24.261	34.494	63.722
TOTAL	81.023	118.229	166.581

b) A movimentação do passivo atuarial pode ser assim demonstrada:

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL			
DESCRIPTIVO	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Em 1º de janeiro	(118.229)	(166.581)	(226.480)
Custo do serviço corrente	(31.580)	(30.059)	(25.488)
Juros sobre obrigações atuariais	(135.923)	(120.752)	(111.796)
Rendimento esperado dos ativos do plano	164.106	137.995	103.284
Reconhecimento de ganhos / perdas atuariais	(22.509)	8.006	10.795
Contribuições de patrocinadores	27.796	17.034	42.010
Pagamentos - confissão de dívida	35.316	32.514	32.094
Reclassificação para resultado - saúde		3.614	
Em 31 de dezembro	(81.023)	(118.229)	(175.581)

c) A movimentação da obrigação do benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DO BENEFÍCIO DEFINIDO				
DESCRIPTIVO	R\$ MIL			
	FRG	NUCLEOS	SAÚDE	SEGURO
Em 01 de janeiro de 2010	636.188	525.819	46.940	16.782
Custo do serviço corrente	12.359	14.373	2.645	682
Juros sobre obrigações atuariais	62.127	51.761	5.055	1.807
Benefícios pagos	(19.806)	(8.926)	(2.195)	-
Reconhecimento de ganhos / perdas atuariais	70.497	(5.079)	(17.951)	(19.271)
Em 31 de dezembro de 2010	761.365	577.948	34.494	-
Custo do serviço corrente	14.466	15.734	1.380	-
Juros sobre obrigações atuariais	74.515	57.692	3.715	-
Benefícios pagos	(40.534)	(15.806)	(893)	-
Reconhecimento de ganhos / perdas atuariais	(53.574)	(8.897)	(20.776)	-
Em 31 de dezembro de 2011	756.238	626.671	17.920	-

d) A movimentação do ativo financeiro do benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	FRG	NUCLEOS
Em 01 de janeiro de 2010	653.678	555.479
Rendimento esperado	65.162	56.811
Ganhos / perdas atuariais dos ativos do plano	171.500	1.866
Contribuições de patrocinadores	12.023	5.011
Contribuições dos participantes	8.485	5.340
Benefícios pagos	(19.806)	(8.926)
Em 31 de dezembro de 2010	891.042	615.581
Rendimento esperado	90.306	63.580
Ganhos / perdas atuariais dos ativos do plano	(55.088)	(61.851)
Contribuições de patrocinadores	17.284	10.512
Contribuições dos participantes	11.634	8.314
Benefícios pagos	(40.534)	(15.806)
Em 31 de dezembro de 2011	914.644	620.330

e) A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

COMPOSIÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	FRG	NUCLEOS
Investimentos em fundos	851.754	573.334
Investimentos imobiliários	37.441	20.147
Empréstimos e financiamentos	26.556	6.338
Créditos privados e depósitos	2.799	12.693
Outros	(10.600)	7.818
TOTAL	907.950	620.330

f) A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

CONCILIAÇÃO DOS VALORES RECONHECIDOS NO BALANÇO			
DESCRITIVO	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Fundação Real Grandeza - FRG			
Valor presente das obrigações atuariais	756.238	761.366	636.188
Valor justo do ativo do plano	(914.644)	(891.042)	(653.678)
Déficit / (Superávit)	(158.406)	(129.676)	(17.490)
Limite CPC 33 - Parágrafo 58 (b) (*)	158.406	129.676	17.490
Assunção de dívida FRG	56.762	83.735	102.859
PASSIVO LÍQUIDO	56.762	83.735	102.859

(*) Deduzido da conta "Ganhos/perdas atuariais (Outros Resultados abrangentes)". Não há perdas atuariais não reconhecidas que poderiam ser compensadas com o superávit do plano, bem como a administração não utiliza como política compensar superávits com contribuições futuras. Dessa forma, o referido ativo não foi constituído.

g) Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

RESULTADO E RESULTADO ABRANGENTE DOS PLANOS					
DESCRIPTIVO	R\$ MIL				
	FRG	NUCLEOS	SAÚDE	SEGURO	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2010					
Custo do serviço corrente	(12.359)	(14.373)	(2.645)	(682)	(30.059)
Juros sobre obrigações atuariais	(62.127)	(51.761)	(5.055)	(1.807)	(120.752)
Rendimento esperado	73.648	62.151	2.196	-	137.995
Reclassificação do ORA	-	-	-	3.614	3.614
	(839)	(3.984)	(5.504)	1.125	(9.202)
Resultado abrangente	(24.576)	(1.027)	17.951	15.658	8.007
Em 31 de dezembro de 2011					
Custo do serviço corrente	(14.466)	(15.734)	(1.380)	-	(31.580)
Juros sobre obrigações atuariais	(74.515)	(57.692)	(3.715)	-	(135.922)
Rendimento esperado	96.106	67.107	893	-	164.106
	7.125	(6.319)	(4.202)	-	(3.396)
Resultado abrangente	(32.751)	(10.534)	20.776	-	(22.509)

h) Premissas atuariais e financeiras utilizadas nas projeções:

PREMISSAS UTILIZADAS	
HIPÓTESES ECONÔMICAS	
Taxa anual de juro atuarial real	5,55%
Taxa anual de inflação projetada	4,50%
Taxa esperada de retorno dos ativos	10,30%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%
Taxa anual real de evolução do custos médicos	1,00%
Taxa real de evolução dos benefícios	0,00%
Taxa real de evolução dos benefícios do regime geral	0,00%
Fator de capacidade (benefícios e salários)	100,00%
HIPÓTESES ATUARIAIS	
Taxa de rotatividade	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83
Tábua de invalidez	Light Fraca
% de casados na data da aposentadoria	95,00%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos

20.2 – ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS

a) Termo de reconhecimento e consolidação de dívidas

Em 14 de dezembro de 2000, a ELETRONUCLEAR celebrou com a REAL GRANDEZA um "Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas, Obrigação de Pagamento e Outras Avenças" no valor de R\$ 84.510 mil - base 31 de dezembro de 1999, consolidando, para pagamento em 144 parcelas mensais a partir de janeiro de 2001.

A remuneração da obrigação foi fixada em 6% ao ano e a última parcela possui vencimento em 26 de dezembro de 2012.

O saldo do termo de reconhecimento e consolidação de dívidas em 31 de dezembro de 2011, corresponde a R\$ 26.939 mil (R\$ 49.593 mil - 31 de dezembro de 2010), classificados no passivo circulante (em 31 de dezembro de 2010: R\$ 24.074 mil classificados no passivo circulante e R\$ 25.519 mil no passivo não circulante).

b) Contrato de reserva a amortizar

Em 13 de outubro de 2003, a REAL GRANDEZA firmou com a ELETRONUCLEAR o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de responsabilidades das mesmas, referente ao atendimento à EC nº 20/98 no montante de R\$ 32.775 mil, referidos a novembro de 2001. Este montante corrigido com base no fator de atualização do plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 144 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2004.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2011, monta R\$ 29.823 mil (R\$ 34.142 mil - 31 de dezembro de 2010), dos quais R\$ 6.929 mil estão classificados no passivo circulante (R\$ 6.190 - 31 de dezembro de 2010) e R\$ 22.894 mil no passivo não circulante (R\$ 27.952 mil - 31 de dezembro de 2010).

c) Dívida total por vencimento

TOTAL DÍVIDA COM A FRG	
VENCIMENTO	R\$ MIL
2012	33.868
2013	7.191
2014	7.623
2015	8.080
TOTAL	56.762

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

OBRIGAÇÕES ESTIMADAS			
Composição	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Provisão de férias e gratificação de férias	45.489	39.199	32.817
Encargos sociais sobre provisão de férias	20.913	18.477	21.281
Adiantamento de férias	(3.716)	(3.243)	(2.980)
TOTAL	62.686	54.433	51.118

NOTA 22 – ENCARGOS SETORIAIS

ENCARGOS SETORIAIS			
Composição	R\$ MIL		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
RGR	12.645	10.502	8.249
Taxa de fiscalização da Aneel	785	686	627
TOTAL	13.430	11.188	8.876

NOTA 23 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

a) Constituição do Passivo

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos destas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento, referentes a desmontagem e remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

O custo total estimado é descontado a valor presente com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

O saldo do passivo para descomissionamento a valor presente em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 408.712 mil (R\$ 375.968 mil em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 323.326 mil em 1º de janeiro de 2010).

O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de descomissionamento:

OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - R\$ MIL					
USINA	31/12/2011			31/12/2010	01/01/2010
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	511.524	(256.184)	255.340	236.970	211.690
ANGRA 2	709.801	(556.429)	153.372	138.998	111.636
TOTAL	1.221.325	(812.613)	408.712	375.968	323.326

b) Ajuste a valor presente

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço.

A taxa de desconto atual aprovada para o sistema ELETROBRAS é de 5,49% ao ano (5,65 % em 31 de dezembro de 2010).

NOTA 24 - CONTINGÊNCIAS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisão para contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia, conforme quadro abaixo:

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL					
	31/12/2011		31/12/2010		01/01/2010	
	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
TRABALHISTAS						
Data-Base dos Engenheiros	15.732	-	15.732	-	15.732	-
Diferenças de remunerações	5.922	3.664	4.820	4.099	5.206	4.184
Planos Bresser, Collor, etc.	4.668	2.380	4.414	2.024	4.656	1.205
Outras	974	444	690	629	444	434
	27.296	6.488	25.656	6.752	26.038	5.823
CÍVEIS						
Desapropriações	1.260	226	1.260	226	8.760	226
Responsabilidade civil	5.647	3.014	778	197	778	197
Outros	2.276	-	2.880	859	2.639	859
	9.183	3.240	4.918	1.282	12.177	1.282
TRIBUTÁRIAS						
Tributos Federais	122	80	126	80	126	79
INSS	8.920	11.406	10.348	11.906	11.587	11.600
	9.042	11.486	10.474	11.986	11.713	11.679
AMBIENTAL						
Contecioso	3.826	-	3.826	-	-	-
	3.826	-	3.826	-	-	-
TOTAL	49.347	21.214	44.874	20.020	49.928	18.784

Os depósitos judiciais apresentados no quadro acima estão registrados na rubrica de “Depósitos vinculados” no ativo não circulante.

A ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732 mil, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra FURNAS Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR.

Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, conforme previsto no item 5 do Termo Aditivo ao Protocolo ajustado com FURNAS em 23 de maio de 1997, estando, portanto, correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros " no ativo não circulante - realizável a longo prazo.

Os processos judiciais avaliados como de perda possível movidos contra a Companhia, e, portanto, não provisionados, montam R\$ 88.728 mil em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 104.027 mil - 31 de dezembro de 2010), sendo R\$ 8.099 mil de processos de natureza trabalhista (R\$ 33.227 mil - 31 de dezembro de 2010), R\$ 76.072 mil de ações tributárias (R\$ 62.673 mil - 31 de dezembro de 2010) e outros de natureza cível no valor de R\$ 4.557 mil (R\$ 4.597 mil - 31 de dezembro de 2010).

Dentre essas ações de causas possíveis, destaca-se a ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços supostamente incidente sobre importação de mercadorias, cujo o processo monta R\$ 47.504 mil. A ELETROBRAS concedeu em garantia a essa execução ações de sua propriedade e que totalizam R\$ 44.601 mil.

Adicionalmente, a Companhia vem questionando um auto de infração, cujo objeto trata de despesas de descomissionamento consideradas como dedutíveis no ano base de 2005. O valor total do auto de infração é de R\$ 6 milhões e os advogados da Companhia avaliam a sua probabilidade de perda em relação a essa causa como possível.

Vale ressaltar que a Companhia manteve o critério de deduzir as despesas de descomissionamento das suas bases de apuração de imposto de renda e contribuição social.

Os processos de contingência ativa com expectativa de ganho possível para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR, não reconhecidos nas demonstrações contábeis, somam R\$ 8.124 mil (R\$ 8.124 mil - 31 de dezembro de 2010), referentes a processos tributários federais.

NOTA 25 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Em 28 de dezembro de 2010, foram celebrados entre ELETROBRAS e ELETRONUCLEAR, no montante de R\$ 3.309.744 mil, os seguintes contratos:

- ECF-2889/2010 – Concessão da ELETROBRAS à ELETRONUCLEAR, com recursos ordinários, de um adiantamento por conta de futuro aumento de capital no valor de R\$ 3.051.240 mil, em valores de 31 de outubro de 2010, a ser corrigido até a data da efetiva liberação, 31 de dezembro de 2010. Em 29 de dezembro de 2010, a ELETROBRAS calculou e informou à ELETRONUCLEAR a atualização do valor do contrato para a data de 31 de dezembro de 2010, que passou a ser de R\$ 3.247.406 mil.

Em janeiro de 2011, a ELETROBRAS encaminhou o complemento de atualização monetária do período de 16 a 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 1.481 mil, valor esse registrado em março de 2011, fechando esse contrato em R\$ 3.248.888 mil.

- CF-2893/2010 - Concessão da ELETROBRAS à ELETRONUCLEAR, com recursos ordinários, de um adiantamento por conta de futuro aumento de capital no valor de R\$ 62.338 mil.

Em 12 de dezembro de 2011, mediante a 82ª Assembléia Geral Extraordinária - AGE da ELETRONUCLEAR, foi homologado o aumento de capital aprovado na 81ª AGE, de 3 de novembro de 2011, do montante de R\$ 3.311.226 mil (Nota 26 a).

NOTA 26 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Aumento de capital

Em 12 de dezembro de 2011, foi realizada a 82ª Assembleia Geral Extraordinária – AGE da ELETRONUCLEAR que homologou o aumento de capital social aprovado na 81ª AGE realizada em 3 de novembro de 2011, no montante de R\$ 3.311.226 mil, mediante a incorporação dos créditos resultantes dos adiantamentos para futuro aumento de capital AFACs efetuados pela ELETROBRAS (Nota 25).

b) Composição acionária

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES				CAPITAL SOCIAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%	VALOR - R\$ mil
Centrais Elétr. Brasil. S.A - ELETROBRAS	20.394.839.086	5.703.210.901	26.098.049.987	99,91	6.601.248
Depto de Águas E. Elétrica Est.SP - DAEE	5.960.026	7.405.548	13.365.574	0,05	3.477
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.	-	5.058.993	5.058.993	0,02	1.316
Outros	1.176.930	3.504.063	4.680.993	0,02	1.217
TOTAL	20.401.976.042	5.719.179.505	26.121.155.547	100,00	6.607.258

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto.

As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

NOTA 27 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ MIL	
	2011	2010
Suprimento de energia elétrica - Nota 35	1.933.895	1.782.372
Outras receitas	467	746
Impostos sobre vendas		
Pasep	(12.570)	(11.590)
Cofins	(58.017)	(53.492)
Outros	(95)	(101)
	(70.682)	(65.183)
Reserva global de reversão - RGR	(48.944)	(45.586)
TOTAL	1.814.736	1.672.349

NOTA 28 – CUSTO DE OPERAÇÃO – PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇO DE TERCEIROS

CUSTO DE PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS DE TERCEIROS		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	2011	2010
Pessoal	356.482	309.556
Material	31.361	41.900
Serviços de terceiros	131.961	147.836
TOTAL	519.804	499.292

NOTA 29 – DESPESAS OPERACIONAIS

O quadro abaixo demonstra as despesas operacionais nos exercícios de 2011 e 2010:

DESPESAS OPERACIONAIS		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	2011	2010
Pessoal	110.433	97.931
Material	902	1.125
Serviços de terceiros	64.033	53.118
Depreciação e amortização	9.979	12.696
Aluguéis	13.212	12.023
Provisões contingenciais e atuariais	15.511	5.409
Provisão (reversão) p/créditos de liquidação duvidosa	1.813	(23.281)
Outras	22.762	20.045
TOTAL	238.645	179.066

NOTA 30 – RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO	2011	2010
RECEITAS FINANCEIRAS		
Variações monetárias e cambiais sobre dívidas com fornecedores e outros	-	13.436
Variação cambial da obrigação para desmobilização de ativos (Nota 23)	-	13.927
Rendimento s/ títulos e valores mobiliários de curto prazo - fundo financeiro para descomissionamento - (Nota 11)	21.669	-
Aplicações financeiras	24.985	11.780
Outras	6.119	-
	<u>52.773</u>	<u>39.143</u>
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos sobre financiamentos - ELETROBRAS (Nota 17)	(46.954)	(389.839)
Variações monetárias e cambiais sobre dívidas com fornecedores e outros	(4.664)	-
Variações monetárias e cambiais s/ financiamentos - ELETROBRAS (Nota 17)	(6.497)	(174.250)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos (Nota 17)	(21.242)	(19.709)
Rendimento s/títulos e valores mobiliários de curto prazo - fundo financeiro para descomissionamento - (Nota 11)	-	(4.263)
Outras	-	(34.025)
	<u>(79.357)</u>	<u>(622.086)</u>
TOTAL	(26.584)	(582.943)

NOTA 31 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

a) Síntese das despesas de imposto de renda e contribuição social

SÍNTESE DAS DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
DESPESA	R\$ MIL					
	Imposto de renda		Contribuição Social		TOTAL	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Corrente	(70.085)	(1.359)	(25.210)	(473)	(95.295)	(1.832)
Diferido	(4.097)	37.306	(1.474)	13.429	(5.571)	50.735
TOTAL	(74.182)	35.947	(26.684)	12.956	(100.866)	48.903

b) Imposto de renda e contribuição social corrente – efeito no resultado

O cálculo do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social segue demonstrado:

A Companhia optou pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício findo em 2011 e 2010, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos – efeito no resultado

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES NO RESULTADO	R\$ MIL			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	407.579	(168.102)	407.579	(168.102)
Adições				
Varição cambial passiva total - temporária	-	33.186	-	33.186
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	21.242	70.707	21.242	70.707
Varição cambial ativa liquidada - temporária	1.912.120	178.135	1.912.120	178.135
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	29.862	29.788	29.862	29.788
Provisão atuarial benefício pós-emprego	68.927	14.885	68.927	14.885
Provisão para contingências	13.373	9.763	13.373	9.763
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	31.343	16.832	31.343	16.832
Outras	5.040	2.454	4.354	2.057
	2.081.907	355.750	2.081.221	355.353
Exclusões				
Varição cambial ativa total - temporária	-	61.699	-	61.699
Varição cambial passiva liquidada - temporária	1.965.310	5.154	1.965.310	5.154
Provisão atuarial - resultados abrangentes	101.667	-	101.667	-
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	-	50.998	-	50.998
Reversão de provisão para devedores duvidosos	672	23.412	672	23.412
Ajustes diversos pelos CPCs	10.747	-	10.747	-
Reversão de provisão para contingências	2.696	9.949	2.696	9.949
Outras	3	28.531	3	28.531
	2.081.095	179.743	2.081.095	179.743
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes das compensações	408.391	7.905	407.705	7.508
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	122.516	2.371	122.312	2.253
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	285.875	5.534	285.394	5.255
Alíquotas dos tributos	15% + 10	15% + 10	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado do exercício	71.444	1.359	25.683	473
Ajuste de exercício anterior	(1.359)	-	(473)	-
TOTAL	70.085	1.359	25.210	473

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS NO RESULTADO DE 2011	R\$ MIL			
	VALOR BASE	Contribuição Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a vr presente de obrigação para desmobilização de ativo	(21.242)	(1.912)	(5.311)	(7.223)
Variação cambial passiva não realizada - líquida	53.190	4.787	13.298	18.085
Baixa de despesas da administração central	10.747	967	2.687	3.654
Baixa de imobilizado - correção monetária 1995 a 1997	(11.438)	(1.029)	(2.860)	(3.889)
Baixa de imobilizado - ajuste a valor presente	(967)	(87)	(242)	(329)
Depreciação s/estoque transferido para o Imobilizado	(12.745)	(1.147)	(3.186)	(4.333)
Provisão para encargos FRG	8.341	751	2.085	2.836
Provisão para previdência privada - Nucleos e FRG	10.233	921	2.558	3.479
Receitas financeiras transferidas para o Imobilizado	(2.706)	(244)	(677)	(921)
Provisão para perda em Investimentos	(1.265)	(114)	(316)	(431)
Provisão para devedores duvidosos	672	60	168	228
Provisão para contingências Judiciais	(9.412)	(847)	(2.353)	(3.200)
Sub-total	23.408	2.107	5.851	7.957
Compensação com prejuízos fiscais exercícios anteriores	(7.022)	(633)	(1.754)	(2.387)
SUB-TOTAL	16.386	1.474	4.097	5.571
Total em 31 de dezembro de 2011	16.386	1.474	4.097	5.571

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS NO RESULTADO DE 2010	R\$ MIL			
	VALOR BASE	Contribuição Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a vr presente de obrigação para desmobilização de ativo	(19.700)	(1.773)	(4.925)	(6.698)
Ajuste a vr presente da obrigação para desmobilização - vr cheio	55.095	4.959	13.774	18.733
Ajuste a valor presente - variação cambial	11.877	1.069	2.969	4.038
Ajuste a vr presente da obrigação de desmobilização - imobilizado	(154.889)	(13.940)	(38.722)	(52.662)
Variação cambial ativa não realizada - líquida	(144.467)	(13.002)	(36.117)	(49.119)
Baixa de despesa de administração central	10.264	924	2.566	3.490
Baixa de imobilizado - correção monetária 1995 a 1997	(11.438)	(1.029)	(2.860)	(3.889)
Depreciação sobre o estoque transferido para o Imobilizado	(11.659)	(1.049)	(2.915)	(3.964)
Ajuste de avaliação atuarial	29.228	2.631	7.307	9.938
Provisão para devedores duvidosos	23.281	2.095	5.820	7.915
Provisão para contingências judiciais	206	19	52	71
Outros ajustes	(967)	(87)	(242)	(329)
Sub-total	(213.169)	(19.183)	(53.293)	(72.476)
Compensação com prejuízos fiscais exercícios anteriores	63.951	5.754	15.987	21.741
SUB-TOTAL	(149.218)	(13.429)	(37.306)	(50.735)
Total em 31 de dezembro de 2010	(149.218)	(13.429)	(37.306)	(50.735)

NOTA 32 – ENCARGOS FINANCEIROS E TRANSFERÊNCIAS

ENCARGOS FINANCEIROS E TRANSFERÊNCIAS		
DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2011	2010
	GERAÇÃO	GERAÇÃO
Encargos financeiros contabilizados no resultado	87.481	406.338
(-) Transferências para o imobilizado em curso	40.527	16.499
Efeito líquido no resultado	46.954	389.839

NOTA 33 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo venda de energia elétrica, em tarifas aprovadas pela ANEEL, e empréstimos e financiamentos contraídos junto à controladora ELETROBRAS.

Abaixo quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R\$ MIL								
SALDOS	31/12/2011						31/12/2010	01/01/2010
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	TOTAL		
Concessionárias	-	358.367	-	-	-	358.367	268.582	328.182
Títulos e vrs mobiliários	162.756	-	-	-	-	162.756	101.594	66.738
Contas a receber	4.624	3.414	-	-	-	8.038	5.936	6.948
Fornecedores	-	(1.872)	(151)	(116)	(128)	(2.267)	(4.928)	(1.642)
Financiamentos captados	(1.178.350)	-	-	-	-	(1.178.350)	(599.371)	(3.113.744)
Saldo Líquido	(1.010.970)	359.909	(151)	(116)	(128)	(651.456)	(228.187)	(2.713.518)
TRANSAÇÕES	31/12/2011						31/12/2010	
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	TOTAL		
Venda de energia	-	1.933.895	-	-	-	1.933.895	1.782.371	
Cessão de funcionários	(4.779)	-	-	-	-	(4.779)	6.103	
IR s/fundo financeiro	-	-	-	-	-	-	1.589	
Despesa financeira	(46.954)	-	-	-	-	(46.954)	(106.874)	
Receita financeira	21.669	-	-	-	-	21.669	(4.263)	
Encargos uso rede elétr.	-	(8.750)	(5.090)	(3.757)	(4.567)	(22.164)	(22.133)	
Auditoria externa	(266)	-	-	-	-	(266)	(267)	
R G R	(48.944)	-	-	-	-	(48.944)	(43.302)	
Saldo Líquido	(79.274)	1.925.145	(5.090)	(3.757)	(4.567)	1.832.457	1.613.224	

A taxa de juros praticada nas captações de recursos com a ELETROBRAS encontra-se detalhada na Nota 17.

Como patrocinadora da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes, a ELETRONUCLEAR apresenta os saldos e movimentação de valores que envolvem essas entidades na Nota 20.

NOTA 34 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu no exercício nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2011	2010
Reserva Global de Reversão - RGR	48.944	45.586
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	9.073	7.885
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS	78	77
TOTAL	58.095	53.548

NOTA 35 - SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA (Não auditada)

O suprimento de energia elétrica das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, fornecida à FURNAS, de 14.350.893 MWh (13.361.399 MWh - 2010), corresponde à uma receita no exercício de R\$ 1.933.895 mil (R\$ 1.782.372 mil - 2010).

a) Tarifas praticadas pela ELETRONUCLEAR

Os valores da tarifa contratual de energia da ELETRONUCLEAR praticadas nos exercícios de 2010 e 2011 foram os seguintes:

- De 01 de janeiro a 04 de dezembro de 2010 > R\$ 135,63 /MWh – Resolução ANEEL nº 916, de 08 de dezembro de 2009;
- De 05 de dezembro de 2010 a 04 de dezembro de 2011 > R\$ 145,48 /MWh – Resolução nº 1091, de 30 de novembro de 2010;
- De 05 a 31 de dezembro de 2011 > R\$ 148,79 /MWh - Resolução 1235, de 22 dezembro de 2011.

b) Nova regulamentação de comercialização

O contrato entre a ELETRONUCLEAR e FURNAS, assinado em 10 de julho de 2001, previa sua vigência até 31 de dezembro de 2014. No entanto, em 9 de dezembro de 2009, foi promulgada a Lei nº 12.111, que estabelece o término do contrato para 31 de dezembro de 2012 e, a partir de 2013, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e Angra 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional.

A ELETRONUCLEAR mantém-se na expectativa da regulamentação da Lei nº. 12.111, quando estarão definidos os parâmetros e critérios a serem praticados para o novo modelo de comercialização da energia das suas Usinas Angra 1 e Angra 2.

A mencionada lei prevê, também, que a ELETRONUCLEAR fica autorizada a repassar à FURNAS, entre 2013 a 2015, o diferencial verificado no período 2010 e 2012, entre a variação da tarifa a ser praticada pela ELETRONUCLEAR e a da tarifa de referência.

A tarifa de referência de 2010 será igual à tarifa da ELETRONUCLEAR, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em dezembro de 2004, atualizada pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA para dezembro de 2009, a qual será reajustada pelo IPCA em dezembro de 2010 e 2011.

O montante a ser repassado para FURNAS será rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição, atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. Não haverá ganho nem perda por parte da ELETRONUCLEAR, tratando-se exclusivamente de uma operação cruzada de comercialização de energia com repasse de recursos tarifários.

Embora ainda não tenha sido emitida a regulamentação da Lei Nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, no que se refere à energia produzida por Angra 1 e por Angra 2, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, seguindo o disposto na referida lei, definiu, conforme a Nota Técnica nº 308/2011-SER/ANEEL, de 16 de novembro de 2011, a tarifa de referência e a tarifa a ser praticada pela ELETRONUCLEAR no ano de 2012.

O valor estimado para o diferencial entre a tarifa praticada e a tarifa de referência para os anos de 2010 a 2012 é de R\$ 828.997 mil, sendo R\$ 283.907 mil referente a 2010, R\$ 306.079 mil referente a 2011 e R\$ 239.011 mil referente a 2012. Estes valores deverão ser alterados com a homologação definitiva das tarifas praticadas para os anos de 2010 a 2012, além de depender da finalização do processo de audiência pública.

Conforme também disposto na Lei Nº 12.111, a partir de 1º de janeiro de 2013 o pagamento à ELETRONUCLEAR da receita decorrente da energia produzida por Angra 1 e Angra 2 será rateado por todas as empresas de distribuição de energia do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Esta alteração não deverá promover impacto no equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

NOTA 36 - SEGUROS (Não auditada)

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

O montante global segurado, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 15.152.352 mil e está assim distribuído:

SEGUROS EM 2011			
SEGUROS - R A M OS	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURADO	PRÊMIO CORRESPONDENTE
Riscos nucleares	31/5/2012	2.418.169	7.634
- Danos materiais		1.875.800	5.539
- Responsabilidade civil		542.369	2.095
Riscos de Engenharia	1/12/2015	12.419.075	171.046
- Construção		10.415.487	152.966
- Armazenamento de equipamentos		2.003.588	18.080
Diversos	Diversas	315.108	396
TOTAL		15.152.352	179.076

NOTA 37 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2011, foram de R\$ 31.629,76 e R\$ 2.087,27 (R\$ 29.870,64 e R\$ 1.811,34 – dezembro de 2010) respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2011, corresponde a R\$ 29.616,32 (R\$ 27.861,07 – dezembro de 2010)

Nos exercícios de 2011 e 2010, a Companhia realizou gastos com remuneração, encargos sociais e benefícios da alta administração, conforme apresentado a seguir:

NATUREZA	R\$ MIL	
	2011	2010
Remuneração dos Diretores e Conselheiros (*)	2.464	2.431
Encargos Sociais	760	757
Benefícios	645	595
Outros	1	-
TOTAL	3.870	3.783

(*) Inclui o chefe da Auditoria Interna, vinculado ao Conselho de Administração.

NOTA 38 – COMPROMISSOS

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possuiu outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto, sem registros patrimoniais em 2011. Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes: a aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica; a compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3; e aquisição de bens e serviços para substituição em seu ativo imobilizado, a saber:

a) Combustível nuclear

Contratos assinados com a Indústrias Nucleares Brasileiras - INB para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das usinas Angra 1 e Angra 2, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2012	347.886
2013	347.886
2014	318.257
2015	279.166
2016	6.379.905
TOTAIS	7.673.100

b) Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2012	30.767
2013	7.237
2014	3.627
2015	1.187
APÓS 2015	135.732
TOTAIS	178.550

c) Aquisição de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços para substituição no ativo imobilizado das usinas Angra 1 e Angra 2, necessários à garantia de performance operacional desses ativos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

BENS E SERVIÇOS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2012	76.274
2013	20.396
TOTAIS	96.670

Eletrobrás Termonuclear

S.A. - Eletronuclear

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2011**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear

Examinamos as demonstrações contábeis da Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.


Ênfase

Chamamos atenção para a nota 6 às demonstrações contábeis que descreve que em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possuía R\$ 91.710 mil a receber da parte relacionada FURNAS - Centrais Elétricas S.A. vinculados a operações efetuadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e que não foram liquidadas por estarem sob o efeito de liminares judiciais movidas por empresas do setor para suspensão de pagamento. A realização deste ativo, relativo às transações de venda de energia realizadas no âmbito da CCEE no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, encontra-se no aguardo das decisões judiciais referentes a tais ações legais impetradas, decorrentes da interpretação das regras do mercado em vigor naquele período. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

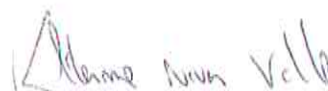
Outros assuntos - informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar no caso da Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2012


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4


Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ

PÁGINA EM BRANCO

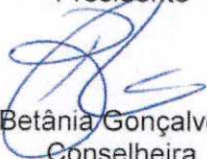
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e de Responsabilidade Social e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: o Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo), a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Com base no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 27 de março de 2012, apresentado sem ressalvas, e nos esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração, o Conselho Fiscal opina que os documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas da ELETRONUCLEAR.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2012.

Luiz Augusto P. A. Figueira
Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira
Presidente


Maria Betânia Gonçalves Xavier
Conselheira

ANEXO 3

Demonstrações Contábeis da Fundação Real Grandeza.

PÁGINA EM BRANCO



**Real Grandeza - Fundação de Previdência e
Assistência Social**

**Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2011 e 2010**



Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3 - 5
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações das mutações do patrimônio social	7
Demonstrações dos ativos líquidos do plano de benefício definido - BD	8
Demonstrações das mutações dos ativos líquidos do plano de benefício definido - BD	9
Demonstrações dos ativos líquidos do plano de contribuição definida - CD	10
Demonstrações das mutações dos ativos líquidos do plano de contribuição definida - CD	11
Demonstrações das obrigações atuariais do plano de benefício definido - BD	12
Demonstrações das obrigações atuariais do plano de contribuição definida - CD	13
Demonstrações do plano de gestão administrativa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis	15 - 55



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 62 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3615-0400
Fax 55 (21) 3615-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Diretores, Participantes e Patrocinadoras da
Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, das mutações dos ativos líquidos, e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis (continuação)

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 16 de março de 2011 que não conteve modificação.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis (continuação)

Ajustes retrospectivos e reclassificações

Como parte dos nossos exames das demonstrações contábeis de 2011, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 2, os quais foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2010, e são decorrentes da reversão do saldo referente ao contas a receber apresentado na rubrica de Outros realizáveis do grupo de Investimentos, proveniente da ação judicial transitada em julgado sobre os expurgos inflacionários incidentes sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND. Adicionalmente, examinamos também as variações sobre os saldos de fundos administrativos e fundos dos investimentos na demonstração das mutações do patrimônio social relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme descrito na mesma nota explicativa nº 2. Em nossa opinião, tais ajustes e variações estão apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Fundação referentes ao exercício de 2010 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2010 tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC 1RJ087339/O-4

Tatiana M. de Oliveira Gomes
Contadora CRC RJ-077127/O-9

	2011	2010 ajustado	2011	2010 ajustado
Passivo				
Exigível operacional	622	314	18.319	19.763
Gestão previdencial	10.085.464	9.121.644	11.629	14.002
Gestão administrativa	515.408	730.817	6.354	5.448
Investimentos	3.927	2.861	336	313
Exigível contingencial	9.566.129	8.387.966	141.704	124.027
Gestão previdencial	28.046	25.707	120.916	104.047
Gestão administrativa	16.167	19.864	669	677
Investimentos	8.849.292	7.861.426	20.119	19.303
Patrimônio social	375.142	260.446	9.930.013	8.982.676
	297.372	280.523		
	110	-	9.821.702	8.891.407
Patrimônio de cobertura do plano				
Provisões matemáticas:	3.950	4.508	8.325.987	7.768.294
Benefícios concedidos	2.357	2.347	4.376.787	4.181.052
Benefícios a conceder	1.593	2.161	3.949.200	3.527.242
Equilíbrio técnico:	124.156	124.557	1.495.715	1.183.113
Superávit técnico acumulado			1.495.715	1.183.113
Fundos:				
Fundos administrativos			108.311	91.269
Fundos dos investimentos			58.931	51.370
			49.380	39.899
Gestão assistencial			124.156	124.557
Total do passivo	10.214.192	9.251.023	10.214.192	9.251.023

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Descrição	2011	2010 ajustado	Var %
Patrimônio social - Início do exercício	<u>9.093.940</u>	<u>8.076.796</u>	12,59%
Adições:	<u>1.556.760</u>	<u>1.669.760</u>	-6,77%
Contribuições previdenciais	275.760	298.148	-7,51%
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	1.094.377	1.178.147	-7,11%
Receitas administrativas	50.711	47.014	7,86%
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	5.564	4.758	16,94%
Reversão de contingências - Gestão administrativa	8	-	100,00%
Constituição de fundos de investimento	9.481	9.977	-4,97%
Receitas assistenciais	120.859	131.716	-8,24%
Destinações:	<u>(617.859)</u>	<u>(652.616)</u>	-5,33%
Benefícios	(407.216)	(389.673)	4,50%
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(32.626)	(101.840)	-67,96%
Despesas administrativas	(48.722)	(45.726)	6,55%
Constituição de contingências - Gestão administrativa	-	(677)	100,00%
Despesas assistenciais	(129.295)	(114.700)	12,72%
Acréscimos/decréscimos no patrimônio social:	<u>938.901</u>	<u>1.017.144</u>	-7,69%
Provisões matemáticas	617.693	845.103	-26,91%
Superávit técnico do exercício	312.602	139.678	123,80%
Fundos administrativos	7.561	5.369	40,83%
Fundos dos investimentos	9.481	9.977	-4,97%
Gestão assistencial	(8.436)	17.017	-149,57%
Patrimônio social - Final do exercício (*)	<u>10.032.841</u>	<u>9.093.940</u>	10,32%

(*) Inclui o patrimônio social da gestão assistencial no valor de R\$ 102.828, conforme nota explicativa nº 12.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Demonstrações dos ativos líquidos do plano de benefício definido - BD

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Descrição	2010		Var %
	2011	ajustado	
Ativos:	9.774.660	8.880.234	10,07%
Disponível	526	208	152,88%
Receível	556.010	766.548	-27,47%
Investimento:	9.218.124	8.113.478	13,61%
Créditos privados e depósitos	28.046	25.707	9,10%
Ações	14.666	17.962	-18,35%
Fundos de investimento	8.534.088	7.612.095	12,11%
Investimentos imobiliários	375.142	200.446	87,15%
Empréstimos	266.072	257.268	3,42%
Depósitos judiciais	110	-	100,00%
Obrigações:	158.169	140.329	12,71%
Operacional	17.146	16.991	0,91%
Contingencial	141.023	123.338	14,34%
Fundos não previdenciais:	96.084	81.591	17,76%
Fundos administrativos	47.523	42.205	12,60%
Fundos dos investimentos	48.561	39.386	23,30%
Ativo líquido:	9.520.407	8.658.314	9,96%
Provisões matemáticas	8.024.692	7.475.201	7,35%
Superávit técnico	1.495.715	1.183.113	26,42%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Demonstrações das mutações dos ativos líquidos do plano de benefício definido - BD

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Descrição	2011	2010 ajustado	Var %
Ativo líquido - Início do exercício	<u>8.658.314</u>	<u>7.739.103</u>	11,88%
Adições	<u>1.332.649</u>	<u>1.438.610</u>	-7,37%
Contribuições	261.396	290.274	-9,95%
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	1.071.253	1.148.336	-6,71%
Destinações	<u>(470.556)</u>	<u>(519.399)</u>	-9,40%
Benefícios	(406.145)	(388.508)	4,54%
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(32.626)	(101.840)	-67,96%
Custeio administrativo	(31.785)	(29.051)	9,41%
Acréscimo/decréscimo no ativo líquido	<u>862.093</u>	<u>919.211</u>	-6,21%
Provisões matemáticas	549.491	779.533	-29,51%
Superávit técnico do exercício	312.602	139.678	123,80%
Ativo líquido - Final do exercício	<u><u>9.520.407</u></u>	<u><u>8.658.314</u></u>	9,96%
Fundos não previdenciais	<u>96.084</u>	<u>81.591</u>	17,76%
Fundos administrativos	47.523	42.205	12,60%
Fundos dos investimentos	48.561	39.386	23,30%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Demonstrações dos ativos líquidos do plano de contribuição definida - CD

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Descrição	2011	2010	Var %
Ativos	<u>314.089</u>	<u>243.341</u>	29,07%
Disponível	54	78	-30,77%
Receível	18.337	15.638	17,26%
Investimento	<u>295.698</u>	<u>227.625</u>	29,91%
Ações	1.501	1.902	-21,08%
Fundos de investimento	262.897	202.468	29,85%
Empréstimos	31.300	23.255	34,59%
Obrigações	<u>567</u>	<u>570</u>	-0,53%
Operacional	567	570	-0,53%
Fundos não previdenciários	<u>12.227</u>	<u>9.678</u>	26,34%
Fundos administrativos	11.408	9.165	24,47%
Fundos dos investimentos	819	513	59,65%
Ativo líquido	<u>301.295</u>	<u>233.093</u>	29,26%
Provisões matemáticas	301.295	233.093	29,26%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Demonstrações das mutações dos ativos líquidos do plano de contribuição definida - CD

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Descrição	2011	2010	Var %
Ativo líquido - Início do exercício	<u>233.093</u>	<u>167.523</u>	39,14%
Adições	<u>72.086</u>	<u>68.699</u>	4,93%
Contribuições	48.963	38.889	25,90%
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	23.123	29.810	-22,43%
Destinações	<u>(3.884)</u>	<u>(3.139)</u>	24,13%
Benefícios	(1.071)	(1.165)	-8,07%
Custeio administrativo	(2.813)	(1.964)	43,23%
Acréscimo/decrécimo no ativo líquido	<u>68.202</u>	<u>65.570</u>	4,01%
Provisões matemáticas	68.202	65.570	4,01%
Ativo líquido - Final do exercício	<u>301.295</u>	<u>233.093</u>	29,26%
Fundos não previdenciais	<u>12.227</u>	<u>9.678</u>	26,34%
Fundos administrativos	11.408	9.165	24,47%
Fundos dos investimentos	819	513	59,65%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Demonstrações das obrigações atuariais do plano de benefício definido - BD

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Descrição	2011	2010	Var %
Patrimônio de cobertura do plano	<u>9.520.407</u>	<u>8.658.314</u>	9,96%
Provisões matemáticas	<u>8.024.692</u>	<u>7.475.201</u>	7,35%
Benefícios concedidos	<u>4.372.298</u>	<u>4.177.391</u>	4,67%
Benefício definido	4.372.298	4.177.391	4,67%
Benefício a conceder	<u>3.652.394</u>	<u>3.297.810</u>	10,75%
Benefício definido	3.652.394	3.297.810	10,75%
Equilíbrio técnico	<u>1.495.715</u>	<u>1.183.113</u>	26,42%
Resultados realizados	<u>1.495.715</u>	<u>1.183.113</u>	26,42%
Superávit técnico acumulado	<u>1.495.715</u>	<u>1.183.113</u>	26,42%
Reserva de contingência	<u>1.495.715</u>	<u>1.183.113</u>	26,42%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Demonstrações das obrigações atuariais do plano de contribuição definida - CD

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Descrição	2011	2010	Var %
Patrimônio de cobertura do plano	<u>301.295</u>	<u>233.093</u>	29,26%
Provisões matemáticas	<u>301.295</u>	<u>233.093</u>	29,26%
Benefícios concedidos	<u>4.489</u>	<u>3.661</u>	22,62%
Contribuição definida	757	882	-14,12%
Benefício definido	3.732	2.779	34,29%
Benefício a conceder	<u>296.806</u>	<u>229.432</u>	29,37%
Contribuição definida	<u>284.033</u>	<u>218.310</u>	30,11%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	121.103	90.663	33,57%
Saldo de contas - parcela participantes	162.930	127.647	27,64%
Benefício definido	<u>12.773</u>	<u>11.122</u>	14,84%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Demonstrações do plano de gestão administrativa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Descrição	2011	2010	Var %
Fundo administrativo do exercício anterior	<u>51.370</u>	<u>46.001</u>	11,67%
Custeio da gestão administrativa	<u>56.283</u>	<u>51.772</u>	8,71%
Receitas	<u>56.283</u>	<u>51.772</u>	8,71%
Custeio administrativo da gestão previdencial	34.599	31.015	11,56%
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	563	521	8,06%
Resultado positivo dos investimentos	5.564	4.758	16,94%
Reversão de contingências	R	-	100,00%
Reembolso da gestão assistencial	15.549	15.478	0,46%
Despesas administrativas	<u>(48.722)</u>	<u>(46.403)</u>	5,00%
Administração previdencial	<u>(22.029)</u>	<u>(19.091)</u>	15,39%
Pessoal e encargos	(14.170)	(12.042)	17,67%
Treinamentos/congressos e seminários	(125)	(119)	5,04%
Viagens e estadias	(103)	(108)	-4,63%
Serviços de terceiros	(3.861)	(1.962)	45,82%
Despesas gerais	(4.317)	(3.749)	15,15%
Depreciações e amortizações	(453)	(434)	4,38%
Contingências	-	(677)	-100,00%
Administração dos investimentos	<u>(11.292)</u>	<u>(12.010)</u>	-5,98%
Pessoal e encargos	(8.088)	(8.614)	-6,11%
Treinamentos/congressos e seminários	(82)	(94)	-12,77%
Viagens e estadias	(87)	(55)	58,18%
Serviços de terceiros	(859)	(1.020)	-15,78%
Despesas gerais	(1.929)	(1.934)	-0,26%
Depreciações e amortizações	(247)	(293)	-15,70%
Administração assistencial	<u>(15.401)</u>	<u>(15.302)</u>	0,65%
Sobra da gestão administrativa	<u>7.561</u>	<u>5.369</u>	40,83%
Constituição do fundo administrativo	<u>7.561</u>	<u>5.369</u>	40,83%
Fundo administrativo do exercício atual	<u>58.931</u>	<u>51.370</u>	14,72%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social é uma entidade fechada de previdência complementar, restrita aos empregados, inclusive aos em cargos de direção, das suas patrocinadoras Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear e da própria Real Grandeza. A Fundação, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo conceder e manter os benefícios de aposentadoria, pensão e pecúlio a que têm direito os seus participantes e assistidos, bem como seus beneficiários e dependentes, conforme previsto nos Regulamentos dos seus Planos de Benefícios.

Atualmente, a Real Grandeza administra dois planos de benefícios previdenciários, um estruturado na modalidade de benefício definido, denominado Plano de Benefício Definido (BD), instituído desde a sua criação, e outro na modalidade de contribuição variável, denominado Plano de Contribuição Definida (CD), o qual foi aprovado à época pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), por meio do Ofício nº 406/SPC/CGAJ, em 20 de março de 2002.

Em 9 de abril de 2003, a então Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da Real Grandeza ao Plano de Contribuição Definida, o que possibilitou a adesão ao referido plano, a partir de 1º de maio de 2003, dos empregados do quadro próprio da Fundação.

A Real Grandeza também opera, por meio do sistema de autogestão, dois planos de assistência à saúde: o Plames (Plano de Assistência Médico Suplementar), disponibilizado aos participantes e pessoas a eles vinculadas, sendo custeado por meio de contribuições específicas dos participantes; e o Plano de Assistência Médica da Real Grandeza, destinado aos seus empregados e dependentes, o qual é custeado pela própria Fundação.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Real Grandeza e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Social - CGPC, extinto, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, que sucedeu o CGPC, pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, extinta, e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, que sucedeu a SPC.

Em 16 de dezembro de 2011, entrou em vigor a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades de previdência complementar, revogando as Resoluções CGPC nº 28 e CNPC nº 01.

Em 1º de janeiro de 2010, entrou em vigor a Resolução nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do CGPC, complementada e alterada pela Instrução Normativa nº 34, de 24 de setembro de 2009, da SPC, e alterada pela Resolução nº 01 do CNPC em 3 de março de 2011. Em 22 de janeiro de 2010, foi emitida a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, aprovando a NBC TE 11, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar.

A Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, estabeleceu, a partir do exercício de 2010, nova planificação contábil e modelos das demonstrações, bem como instituiu alterações nas normas gerais dos procedimentos contábeis. A Resolução CNPC nº 01 alterou os anexos B e C da Resolução CGPC nº 28 com aplicação retroativa ao exercício de 2010.

A estrutura da planificação contábil tem por objetivo atender ao disposto na legislação vigente para o setor, no sentido de efetuar a contabilização em separado das atividades exercidas pela Fundação, visando à autonomia patrimonial entre os planos. Assim, o plano de contas segregava as contas patrimoniais e de resultados em gestão previdencial, administrativa e assistencial, além do fluxo dos investimentos que é comum às gestões previdencial e administrativa.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

A gestão assistencial, constituída por planos de assistência médica com registro na ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), terá suas demonstrações financeiras elaboradas à parte, seguindo as normas específicas para o setor de saúde, sendo nestas demonstrações financeiras apresentados os valores consolidados de ativo, passivo e a variação patrimonial.

Por determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, através do Ofício nº4696/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, realizamos a reversão do lançamento de R\$ 92.294 contabilizado em 2010, como "Outros Realizáveis" nos Investimentos, referente à Ação Ordinária (processo nº 91.0123902-3) promovida pela ABRAPP em favor de suas associadas para obter direito ao ressarcimento do expurgo inflacionário ocorrido nas aplicações em OFND.

A decisão da PREVIC baseou-se no entendimento de que enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal, a ação em questão não pode ser reconhecida e registrada como ativo, pois ainda não preenche os requisitos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade, apesar do trânsito em julgado do direito ao ressarcimento.

Também por determinação da PREVIC os dados de 2010 estão reapresentados nas Demonstrações Contábeis, desconsiderando a contabilização do reconhecimento do expurgo das aplicações em OFND, visando a comparabilidade com o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

Abaixo relacionamos os itens afetados nas demonstrações contábeis:

- ***No balanço patrimonial***

	2010 ajustado	2010	Ajuste
Investimentos	8.387.966	8.480.260	(92.294)
Superávit técnico acumulado	1.183.113	1.275.407	(92.294)

- ***Na demonstração das mutações do patrimônio social***

	2010 ajustado	2010	Ajuste
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	1.178.147	1.270.441	(92.294)
Superávit técnico do exercício	139.678	231.972	(92.294)

- ***Na demonstração dos ativos líquidos do plano BD***

	2010 ajustado	2010	Ajuste
Investimento	8.113.478	8.205.772	(92.294)
Superávit técnico	1.183.113	1.275.407	(92.294)

- ***Nas demonstrações das mutações dos ativos líquidos do plano BD***

	2010 ajustado	2010	Ajuste
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	1.148.336	1.240.630	(92.294)
Superávit técnico do exercício	139.678	231.972	(92.294)

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

Entendemos que o Conselho Nacional de Previdência Complementar, por meio da Resolução CNPC nº 8, efetuou a substituição da Demonstração das Mutações do Ativo Líquido (DMAL) consolidada pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Social (DMPS). Como os quadros das demonstrações são comparativos com o exercício anterior, a apresentação do comparativo de 2010 pode ser conciliada com a DMAL consolidada, exceto pelo item Constituição do Fundo de Investimento.

Como o Fundo de Investimento e o Fundo Administrativo não compõem o Ativo Líquido da Entidade e sim o seu Patrimônio Social, suas variações não estavam apresentadas na DMAL de 2010, apenas os seus saldos. As variações aparecem somente na DMPS.

O acréscimo apresentado na DMPS relativo aos fundos administrativo e dos investimentos em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$ 5.369 e R\$ 9.977 foram obtidos da variação das respectivas contas apresentadas nos balanços patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

3 Resumo das principais práticas contábeis

- a. As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do fluxo de investimento, bem como as variações patrimoniais da gestão assistencial são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.
- b. As aplicações em renda fixa são registradas pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, para os títulos que a Real Grandeza pretende manter até o vencimento, ou pelo valor de mercado obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação para títulos classificados para negociação.
- c. Para os títulos de renda fixa, os ágios e deságios ocorridos na aquisição de títulos são apropriados mensalmente pelo método exponencial à despesa ou receita *pro rata* dia, pelo prazo que decorrer da aquisição até o vencimento do título.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

- d. As ações de companhias abertas estão registradas pelo valor de aquisição, acrescido de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.
- e. As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio são reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor.
- f. As ações que não tenham sido negociadas por período superior a 6 (seis) meses são avaliadas pelo custo ou pelo último valor patrimonial publicado, dos dois o menor.
- g. Os empréstimos concedidos aos participantes estão registrados pelo valor atualizado conforme previsto nos regulamentos, *pro rata* dia até a data do balanço.
- h. A provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa foi constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo 'A', da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, adotando os seguintes percentuais:
 - 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
 - 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
 - 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
 - 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

- i. O imobilizado, em atendimento à legislação pertinente, está contabilizado no Plano de Gestão Administrativa, sendo depreciado pelo método linear, de acordo com a estimativa de vida útil econômica do bem. Para instalações, móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, é adotada a taxa de 10% ao ano, e para equipamentos de informática é aplicada a taxa de 20% ao ano.
- j. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, o saldo registrado no ativo diferido em 31 de dezembro de 2009 permanecerá nesta classificação até sua completa amortização, não sendo permitida a inclusão de novos valores no referido grupo contábil.

Os custos de programas computacionais registrados no grupo "Diferido" estão sendo amortizados no prazo de 60 meses.

Os demais itens registrados nesse grupo de contas, tais como projetos para melhoria da parte operacional da Fundação, estão sendo amortizados no prazo de 120 meses.

- k. As provisões matemáticas são apuradas por meio de cálculos atuariais realizados por consultoria atuarial contratada pela Real Grandeza, com base em hipóteses aprovadas pelo Conselho Deliberativo e pelas patrocinadoras, quando lhe for pertinente.

4 Disponível

	2011	2010
Caixa	7	6
Bancos	609	308
Vinculado	6	-
Total	622	314

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

- O caixa está representado pelo caixa geral e pelo fundo fixo, para suprir respectivamente o pagamento de benefícios de pequeno valor e pequenas despesas administrativas;
- O Vinculado representa o valor da liquidação de cobrança, ainda não creditado pelo banco na conta corrente.

5 Realizável da gestão previdencial

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são apresentados a seguir:

Realizável - gestão previdencial	Plano	2011	2010
Contribuições do mês	BD/CD	31.454	34.339
Contribuições contratadas		<u>471.827</u>	<u>696.457</u>
Furnas Centrais Elétricas S.A.	BD	<u>415.207</u>	<u>612.882</u>
Contrato assinado em 14/12/2000		197.551	363.685
Contrato assinado em 13/10/2003		217.656	249.197
Eletrobrás Termonuclear S.A.	BD	<u>56.620</u>	<u>83.575</u>
Contrato assinado em 14/12/2000		26.939	49.593
Contrato assinado em 13/10/2003		29.681	33.982
Outros valores a receber	BD	21	21
Depósitos Judiciais	BD	<u>12.106</u>	<u>-</u>
		<u>515.408</u>	<u>730.817</u>

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

Para atendimento de seu objetivo básico, a Real Grandeza recebe recursos oriundos de contribuições dos participantes, assistidos e autopatrocinados (vinculados contribuintes), e das patrocinadoras, com base nos planos de custeio dos planos de benefícios.

5.1. Benefício definido

De acordo com o Regulamento aprovado pela SPC por meio da Portaria nº3.256, de 24 de dezembro de 2009, e pela Previc, por meio da Portaria nº 655, de 27 de agosto de 2010, com vigência a partir de 29 de dezembro de 2009, a Real Grandeza recebe os seguintes percentuais de contribuição de seus participantes e patrocinadoras:

- *Participantes e assistidos*

Parcelas do salário real de contribuição	Taxa (%)
Até a metade do maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social	2,4
Da metade do maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social até o valor teto do salário de benefício da Previdência Social	4,6
Parcela excedente ao maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social	13,0

- *Patrocinadoras*

Montante igual ao aportado pelos participantes.

Percentual eterno de 2,85% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados, em decorrência da adequação do plano à Lei nº 6.435/77.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

Percentual eterno de 2,24% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados, em decorrência do Plano Especial de Custeio.

5.2. *Custo suplementar de provisões matemáticas*

Após o reconhecimento e contratação das dívidas das patrocinadoras para com o Plano de Benefício Definido, em 14 de dezembro de 2000, o valor do déficit remanescente, referido a 31 de dezembro de 2000, era de R\$380,1 milhões, a ser coberto pela constituição de uma contribuição amortizante para as patrocinadoras e de um aumento nas contribuições dos participantes e assistidos, questionado pela Associação dos Aposentados de Furnas.

Merece registro o fato de que existe uma discussão judicial específica em trâmite na 28ª Vara Federal, na qual a mencionada Associação dos Aposentados de Furnas alega que há uma dívida da patrocinadora instituidora para com a Real Grandeza no valor de R\$1.208 milhões, referida a janeiro de 1999, e, dependendo do seu desfecho, o mencionado déficit apurado em dezembro de 2000 seria coberto pelos recursos provenientes do pagamento da dívida em demanda.

O aporte dessas contribuições amortizantes mencionadas e o aumento das contribuições foram diferidos por diversas vezes, desde 2001, em face das tentativas que visavam à migração para novos planos que não lograram êxito até o momento, tendo em vista as liminares concedidas no âmbito da referida ação judicial.

Em 13 de outubro de 2003, por determinação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), foi firmado um contrato com Furnas e outro com a Eletronuclear, para garantir a cobertura da contribuição amortizante de responsabilidade das patrocinadoras.

Em face das incertezas em relação ao custeio amortizante específico, os aumentos de contribuição foram registrados em 2008 como "Provisões matemáticas a constituir", por recomendação do atuário responsável.

Na ação anteriormente referida, houve uma nova antecipação de tutela concedida à Após-Furnas, em 21 de outubro de 2008, impedindo a aplicação de reajuste na contribuição dos participantes e assistidos do Plano BD.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 5 de maio de 2009 o Conselho Deliberativo da Real Grandeza, amparado por parecer atuarial e jurídico baseado no Art. 4º da Resolução GCPC nº 26, aprovou a liquidação da provisão matemática a constituir de responsabilidade dos participantes e assistidos, utilizando parte dos recursos alocados no fundo previdencial, e a reversão do saldo remanescente para o resultado do plano.

Fechamento do plano de benefício definido

O Conselho Deliberativo da Real Grandeza, na 59ª reunião extraordinária realizada em 7 de julho de 2005, por meio da RC nº 003/59, aprovou o fechamento do Plano de Benefício Definido, não permitindo a entrada de novos participantes, sem, contudo, considerá-lo saldado.

5.3. Contribuição definida

De acordo com o Regulamento aprovado pela SPC, por meio da Portaria nº3.255, de 24 de dezembro de 2009, e pela Previc, por meio da Portaria nº 654, de 27 de agosto de 2010, com vigência a partir de 29 de dezembro de 2009, a Real Grandeza recebe os seguintes percentuais de contribuição de seus participantes e patrocinadoras:

- *Participantes*

Contribuição básica composta pelas seguintes parcelas:

- Contribuição básica de 2% sobre o salário de contribuição;
- Contribuição adicional, entre 4,5% e 10,0%, sobre a parcela do salário de contribuição excedente a 7 UR (Unidade de Referência);
- Contribuição voluntária, incidente sobre o salário de contribuição, até o limite de 10%; e
- Contribuição extraordinária, efetuada a qualquer tempo, em valor não inferior a 3 UR, nem superior a cinco vezes o salário de contribuição.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

- *Patrocinadoras*

A contribuição das patrocinadoras divide-se em três partes, a saber:

- Contribuição específica para cobertura dos benefícios de risco, calculada atuarialmente sobre o salário de contribuição (de 0,64% até março de 2011 e de 0,23% a partir de abril);
- Contribuição complementar para cobertura das despesas administrativas, calculada sobre a contribuição básica (de 10,67% até março de 2010 e de 11,11% a partir de abril); e
- Contribuição regular, em nome de cada participante, sendo seu valor igual ao da contribuição básica efetuada pelo participante menos as contribuições específica e complementar efetuadas pela patrocinadora.

A soma das contribuições regular, específica e complementar de patrocinadoras, efetuadas em nome de todos os participantes ativos deste plano, estará, a qualquer tempo, limitada à soma dos percentuais 'a' e 'b', aplicada sobre a folha mensal total do salário de contribuição desses participantes, sendo:

- a. 9,4%; e
- b. soma, para o período de 12 meses anteriores ao mês em questão, da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das contribuições regular, específica e complementar.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

5.4. Contribuições contratadas

As contribuições contratadas refletem a composição dos valores devidos pelas patrocinadoras à Real Grandeza.

Conforme Termos de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas assinados por Furnas e Eletronuclear em 14 de dezembro de 2000, o valor de R\$704.253, a preços de dezembro de 1999, será pago em 144 parcelas mensais e sucessivas, com juros de 6% ao ano, atualizadas monetariamente pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) com defasagem de um mês, tendo a primeira amortização ocorrido em janeiro de 2001.

A Real Grandeza e as patrocinadoras Furnas e Eletronuclear, tendo o Banco do Brasil S.A. como anuente, assinaram os Contratos de Constituição da Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações para com os respectivos compromissos acima firmados, tendo como objeto de garantia uma conta especial que será movimentada única e exclusivamente pelo banco, a qual suportará os débitos para efetuar a liquidação financeira das parcelas a partir do momento da caracterização da inadimplência.

Em 13 de outubro de 2003, as patrocinadoras Furnas e Eletronuclear assinaram novos termos para a contratação do déficit remanescente de 2000, consignado como Provisões Matemáticas a Constituir, no valor de R\$273.123, a preços de novembro de 2001, a serem pagos em 144 parcelas mensais e sucessivas, com juros de 6% ao ano, atualizadas monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) com defasagem de um mês, tendo a primeira amortização ocorrido em janeiro de 2004.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

6 Realizável gestão administrativa

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são apresentados a seguir:

Realizável gestão administrativa	2011	2010
Contas a receber	<u>2.900</u>	<u>2.052</u>
Responsabilidade de empregados	207	208
Outros recursos a receber	<u>2.693</u>	<u>1.844</u>
Contas a receber de patrocinadoras	12	331
Imposto de renda a compensar	3	3
Valores a receber do assistencial	2.661	1.510
Outros valores a receber	17	-
Despesas antecipadas	<u>231</u>	<u>103</u>
Depósitos judiciais	<u>796</u>	-
Depósito judicial ações trabalhista	90	-
Depósito judicial PIS	99	-
Depósito judicial COFINS	607	-
Outros realizáveis	-	706
Depósito judicial PIS	-	99
Depósito judicial COFINS	-	607
	<u>3.927</u>	<u>2.861</u>

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

Valores a Receber do Assistencial, representa o custo administrativo da Gestão Assistencial a ser repassado ao Plano de Gestão Administrativa.

Os depósitos judiciais PIS E COFINS, referem-se às reversões das provisões constituídas em virtude do Mandado de Segurança impetrado pela Real Grandeza, postulando a inaplicabilidade da cobrança de PIS e Cofins nos moldes estipulados pela Lei nº 9.718/98, que foram revertidas com base no parecer da assessoria jurídica externa tendo em vista a manutenção do resultado favorável quando do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Os depósitos judiciais foram reclassificados em atendimento a IN/PREVIC nº 5 de 8 de setembro de 2011.

Em observância ao item 21 'k' do anexo 'A' da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, demonstramos a composição das contas com denominação "Outros".

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

7 Realizável dos investimentos

7.1 Composição da carteira

Com o objetivo de aprimorar a governança e os controles internos, a Real Grandeza mantém a maior parte de seus investimentos em fundos de investimentos exclusivos categorizados como multimercado, os quais também são monitorados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Investimentos				Em 2011
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Créditos privados e depósitos	28.046			28.046
Companhias abertas	28.046			28.046
Certificados de recebíveis imobiliários	28.046			28.046
Ações	14.666	1.501		16.167
Companhias abertas	14.666	1.501		16.167
Fundos de investimento	8.534.088	262.897	52.307	8.849.292
Multimercado	8.425.983	262.897	52.307	8.741.187
Participações	108.105			108.105
Investimentos imobiliários	375.142			375.142
Edificações de uso próprio	32.954			32.954
Edificações locadas às patrocinadoras	315.780			315.780
Edificações locadas a terceiros	23.346			23.346
Aluguéis a Receber	3.062			3.062
Empréstimos e financiamento	266.072	31.300		297.372
Depósitos Judiciais	110			110
Total	9.218.124	295.698	52.307	9.566.129

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

Investimentos				Em 2010
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Créditos privados e depósitos	25.707			25.707
Companhias abertas	25.707			25.707
Certificados de recebíveis imobiliários	25.707			25.707
Ações	17.962	1.902		19.864
Companhias abertas	17.962	1.902		19.864
Fundos de investimento	7.612.095	202.468	46.863	7.861.426
Multimercado	7.530.842	202.468	46.863	7.780.173
Participações	81.253			81.253
Investimentos imobiliários	200.446			200.446
Edificações de uso próprio	16.091			16.091
Edificações locadas às patrocinadoras	161.177			161.177
Edificações locadas a terceiros	20.357			20.357
Aluguéis a receber	2.821			2.821
Empréstimos e financiamento	257.268	23.255		280.523
Total	8.113.478	227.625	46.863	8.387.966

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

A seguir demonstramos a composição patrimonial dos fundos de investimento exclusivos:

	<u>Em 2011</u>			
			<u>Fundos exclusivos</u>	
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
Renda fixa				
Certificado Depósito Bancário	58.217	2.646		60.863
Notas do Tesouro Nacional	6.461.488	181.712	52.309	6.695.509
Títulos da Dívida Agrária	5.514	60		5.574
Letras Financeiras	136.094	6.372		142.466
Dêbentures não Conversíveis	180.000	7.330		187.330
	<u>6.841.313</u>	<u>198.120</u>	<u>52.309</u>	<u>7.091.742</u>
Fundos de Investimento				
Cotas de Fundos Direito Creditório	<u>25.901</u>	<u>2.590</u>		<u>28.491</u>
	25.901	2.590		28.491
Renda variável				
Ações	<u>1.552.378</u>	<u>61.937</u>		<u>1.614.315</u>
	1.552.378	61.937		1.614.315
Outros valores				
Caixa	3	1	1	5
Valores a pagar/receber	<u>6.388</u>	<u>249</u>	<u>(3)</u>	<u>6.634</u>
	6.391	250	(2)	6.639
Total fundos exclusivos	<u>8.425.983</u>	<u>262.897</u>	<u>52.307</u>	<u>8.741.187</u>

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Em 2010</u>			
	<u>Piano BD</u>	<u>Piano CD</u>	<u>PGA</u>	<u>Fundos exclusivos</u>
				<u>Total</u>
Renda fixa				
Certificado Depósito Bancário	109.049	5.193		114.242
Notas do Tesouro Nacional	5.538.941	96.538		5.635.479
Títulos da Dívida Agrária	6.580	72		6.652
Letras do Tesouro Nacional	326.233	51.282	46.865	424.380
Dêbentures não Conversíveis	171.855	7.322		179.177
	<u>6.152.658</u>	<u>160.407</u>	<u>46.865</u>	<u>6.359.930</u>
Fundos de Investimento				
Cotas de Fundos (FIDIC)	34.992	3.000		37.992
	<u>34.992</u>	<u>3.000</u>		<u>37.992</u>
Renda variável				
Ações	1.338.962	38.924		1.377.886
	<u>1.338.962</u>	<u>38.924</u>		<u>1.377.886</u>
Outros valores				
Caixa	3	2	1	6
Valores a pagar/receber	4.227	135	(3)	4.359
	<u>4.230</u>	<u>137</u>	<u>(2)</u>	<u>4.365</u>
Total fundos exclusivos	<u>7.530.842</u>	<u>202.468</u>	<u>46.863</u>	<u>7.780.173</u>

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

7.2 Classificação de títulos e valores mobiliários

Em atendimento ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, demonstramos a seguir os títulos classificados nas categorias “para negociação” e “mantidos até o vencimento”, detalhados por tipo e prazo.

- *Plano de benefício definido*

Títulos para negociação

	Custo atualizado	Valor de mercado
Por natureza dos títulos		
Carteira própria		
Certificado de recebíveis imobiliários	30.247	28.046
	<u>30.247</u>	<u>28.046</u>
Fundo exclusivo		
Certificado de Depósito Bancário	58.161	58.217
Letras do Tesouro Nacional	133.701	136.094
Notas do Tesouro Nacional	4.228.262	4.606.941
Títulos da Dívida Agrária	5.378	5.514
Debêntures não conversíveis	174.126	180.000
	<u>4.629.875</u>	<u>5.014.812</u>
Total da carteira	<u>4.629.875</u>	<u>5.014.812</u>
Por prazo de vencimento:		
A vencer em 1 ano	615.942	616.008
A vencer entre 1 e 5 anos	256.398	261.757
A vencer a partir de 5 anos	3.757.535	4.137.047
	<u>4.629.875</u>	<u>5.014.812</u>

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

Títulos mantidos até o vencimento

	Custo atualizado	Valor de mercado
Por natureza dos títulos		
Fundo exclusivo		
Notas do Tesouro Nacional	<u>1.854.547</u>	<u>2.183.287</u>
Por prazo de vencimento:		
A vencer a partir de 5 anos	<u>1.854.547</u>	<u>2.183.287</u>

• Plano de contribuição definida

Títulos para negociação

	Custo atualizado	Valor de mercado
Por natureza dos títulos		
Fundo exclusivo		
Notas do Tesouro Nacional	171.526	181.712
Letras do Tesouro Nacional	6.338	6.372
Títulos da Dívida Agrária	58	60
Certificado de Depósito Bancário	2.644	2.646
Debêntures não conversíveis	<u>7.159</u>	<u>7.330</u>
	<u>187.725</u>	<u>198.120</u>
Por prazo de vencimento:		
A vencer em 1 ano	82.330	82.333
A vencer entre 1 e 5 anos	12.251	12.436
A vencer a partir de 5 anos	<u>93.144</u>	<u>103.351</u>
	<u>187.725</u>	<u>198.120</u>

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

- *Plano de gestão administrativa*

Títulos para negociação

	Custo atualizado	Valor de mercado
Por natureza dos títulos		
Fundo exclusivo		
Notas do Tesouro Nacional	52.309	52.309
	<u>52.309</u>	<u>52.309</u>
Por prazo de vencimento:		
A vencer em 1 ano	52.309	52.309
	<u>52.309</u>	<u>52.309</u>

As aplicações em cotas de fundo de investimento em direito creditório estão classificadas como "para negociação", representando um patrimônio de R\$ 28.481 (R\$37.992 em 2010); as cotas do fundo de participação também estão classificadas como "para negociação", com um patrimônio de R\$ 108.105 (R\$ 81.253 em 2010).

O montante relativo aos fundos de investimentos é representado pelo valor da cota de cada fundo na data do balanço.

A Real Grandeza tem capacidade financeira para manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

7.3 Provisão para perdas

A Real Grandeza mantém provisão, no montante de R\$ 131.810 (R\$ 161.433 em 2010), para fazer face à perda nos investimentos realizados em Certificado de Depósito Bancário do Banco Santos S.A., tendo em vista que, após intervenção do Banco Central do Brasil, foi decretada a liquidação extrajudicial em 4 de maio de 2005 e a seguir confirmada sua falência em 20 de setembro de 2005. O valor provisionado está deduzido do realizável do programa de investimentos.

No exercício de 2010 foram realizados dois rateios referentes aos créditos recuperados da massa falida do Banco Santos S.A., sendo o primeiro creditado em julho de 2010, no montante de R\$ 16.458, e o segundo em 5 de janeiro de 2011 no valor de R\$ 29.623.

Os créditos recuperados da massa falida do Banco Santos S.A., totalizando até momento R\$46.081, representam uma recuperação de 15,58% em termos reais, atualizado pelo CDI, sobre o valor do crédito apurado pela massa falida em 20 de setembro de 2005, que foi de R\$ 164.575.

Existe ainda provisão no valor de R\$ 231 referente a uma parcela de juros não recebida da Ulbra Recebíveis S.A., que está registrada na carteira própria. O principal referente a essa aplicação no montante de R\$23.496 também está provisionado como perda no fundo de investimento do Plano BD.

A Real Grandeza e outros debenturistas contrataram o escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados para que procedesse às medidas judiciais cabíveis para cobrança dos valores devidos.

A Real Grandeza manteve neste exercício provisão no valor de R\$ 2.263 (R\$ 1.887 em 2010) para fazer face às possíveis perdas com os empréstimos, sendo R\$ 2.220 (R\$ 1.874 em 2010) do Plano BD e R\$ 43 (R\$ 13 em 2010) do Plano CD.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

7.4 Reavaliação dos imóveis

A Real Grandeza procedeu à reavaliação de todos os imóveis por intermédio dos avaliadores independentes, Instituto Urbano Métrica Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ltda e Câmara de Consultores Associados Ltda. - CCA, atendendo as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O resultado positivo da reavaliação, R\$ 181.054, foi registrado como receita do mercado imobiliário no exercício.

Localização dos Imóveis	Antes da Reavaliação	Depois da Reavaliação	Valor da Reavaliação	Empresa Avaliadora
Rua Real Grandeza, 219 Bloco A – RJ	51.378	110.460	59.082	UrbanoMétrica
Rua Real Grandeza, 219 Bloco B – RJ	32.788	63.114	30.326	UrbanoMétrica
Rua Real Grandeza, 219 Bloco C – RJ	65.455	132.415	66.960	UrbanoMétrica
Rodovia Presidente Dutra, 238 – RJ	3.301	5.650	2.349	UrbanoMétrica
Rua Omar T. Castro, 188/90 Q5 – Angra dos Reis	2.660	4.613	1.953	CCA
Av. Imperatriz Leopoldina, 845 – SP	20.302	23.360	3.058	CCA
Rua Mena Barreto, 143 – RJ	15.674	33.000	17.326	UrbanoMétrica
Total	<u>191.558</u>	<u>372.612</u>	<u>181.054</u>	

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

8 Gestão assistencial - Ativo

Apresentamos a seguir a composição do ativo da gestão assistencial de acordo com a planificação da ANS.

ATIVO	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO CIRCULANTE	<u>123.305</u>	<u>123.706</u>
Disponível	198	167
Realizável	<u>123.107</u>	<u>123.539</u>
Aplicações	118.341	118.788
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.382	1.544
Títulos e Créditos a Receber	3.085	2.897
Outros Valores e Bens	299	310
ATIVO NÃO CIRCULANTE	<u>851</u>	<u>851</u>
Realizável a Longo Prazo	<u>851</u>	<u>851</u>
Valores e Bens	851	851
TOTAL DO ATIVO	<u>124.156</u>	<u>124.557</u>

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

9 Exigível operacional

9.1. Gestão previdencial

Consiste em registrar os benefícios a pagar assumidos pelos planos de benefícios, bem como as provisões para garantia mínima e tributos retidos, vide composição abaixo:

	2011	2010
Contas a pagar	1.986	1.782
Retenções a Recolher	9.510	12.073
Outras exigibilidades	133	147
	<u>11.629</u>	<u>14.002</u>

9.2. Gestão administrativa

Registra os compromissos da Gestão Administrativa assumidos pela EFPC com fornecedores, provisões para 13º salários e férias dos empregados, inclusive os encargos.

	2011	2010
Contas a pagar	5.854	5.032
Retenções a Recolher	319	235
Outras exigibilidades	181	181
	<u>6.354</u>	<u>5.448</u>

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

9.3. Investimentos

Registra os compromissos dos Investimentos, inclusive dos valores referentes à concessão de empréstimos e financiamentos solicitados pelos participantes e não creditados.

	2011	2010
Créditos privados e depósitos	-	2
Investimentos Imobiliários	35	-
Empréstimos e financiamentos	<u>301</u>	<u>311</u>
	<u>336</u>	<u>313</u>

10 Contingencial

10.1. Gestão previdencial

Estão ajuizadas, por diversos assistidos da Fundação, ações judiciais contra a patrocinadora Furnas e/ou a Real Grandeza, já cientificadas pela Real Grandeza à patrocinadora Furnas, cujo desfecho, se a eles favorável, deverá ser absorvido por aquela patrocinadora.

Existem outras ações judiciais em que a Furnas e a Real Grandeza foram condenadas solidariamente, diante de um determinado elenco de reclamantes. Todavia, dentro da estrita relação entre a Real Grandeza e aquela patrocinadora, a eventual participação da Real Grandeza na citada solidariedade ainda não apresenta indicadores suficientes de procedência, dado o caráter especialíssimo do objeto das mencionadas ações, motivo pelo qual a questão está sendo reexaminada sob todos os aspectos jurídico-atuariais, visando à confirmação definitiva dos indicadores de improcedência da solidariedade.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

Existe ainda, um terceiro segmento de ações judiciais contra a patrocinadora Furnas e/ou a Real Grandeza, ajuizadas por diversos assistidos, cujo desfecho poderá gerar reflexos nas complementações de suas aposentadorias. A responsabilidade da Real Grandeza e de Furnas será delimitada em função das determinações constantes das respectivas decisões judiciais. Relativamente às condenações que majorarem o benefício complementar, há possibilidade jurídica de a Real Grandeza discutir em regresso a responsabilidade da referida patrocinadora pelos impactos das reservas decorrentes de tais condenações, caso não tenha havido a condenação da patrocinadora nesse sentido.

É por fim, a provisão constituída no programa previdencial no montante de R\$ 120.916 (R\$ 104.047 em 2010) refere-se a diversas ações judiciais postulando:

- Diferença de complementação de aposentadoria em razão de aumentos reais, concedidos pela Lei nº 9.032/95 e MP nº 1.415/96, nos meses de maio de 1995 e maio de 1996;
- Inaplicabilidade do redutor na complementação de aposentadoria imposto para concessão do SB-40; e
- Inaplicabilidade do limitador imposto, anteriormente a maio de 2000, pelo Art. 82.2 do Regulamento nº 001.C, com redação conferida pelo plano especial, instituído em 1995.

10.2. Gestão administrativa

A provisão constituída no montante de R\$ 669 (R\$ 677 em 2010) refere-se em quase sua totalidade a ações trabalhistas promovidas por ex-empregados, à exceção de uma ação por danos morais.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

10.3. Investimentos

A provisão relativa aos investimentos, no montante de R\$ 20.119 (R\$ 19.303 em 2010), refere-se a quatro autos de infração emitidos pela SRF e a duas demandas judiciais com as prefeituras de São Paulo e Rio de Janeiro onde se discute os valores de IPTU:

- Pelo não recolhimento de IOF, efetuado pelas instituições financeiras nas operações de aquisição de títulos e valores mobiliários, inclusive fundos de investimentos, realizados entre 24 de janeiro e 16 de junho de 1999, em função do trânsito em julgado do processo nº 90.005424-6, que tramitou na 6ª Vara de Justiça Federal do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 8.702 (R\$ 8.433 em 2010);
- Pelo não recolhimento do imposto de renda incidente sobre os juros de capital próprio, recebidos no período compreendido entre janeiro e agosto de 2001, no valor de R\$ 3.421 (R\$ 3.240 em 2010);
- Pelo não recolhimento do PIS (Contribuição para Programa de Integração Social) sobre os rendimentos do mercado imobiliário no período de janeiro de 1997 a maio de 2002, no valor de R\$2.152 (R\$2.085 em 2010);
- Pelo não recolhimento da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) sobre os rendimentos do mercado imobiliário no período de fevereiro de 1999 a maio de 2002, no valor de R\$5.734 (R\$ 5.545 em 2009); e
- A provisão para o IPTU no valor de R\$ 110 refere-se a diferenças de impostos e a cobrança de valores passados onde se discute a prescrição, sendo R\$93 com a prefeitura do Rio de Janeiro e R\$ 17 com a de São Paulo.

A Real Grandeza impugnou os referidos autos de infração na Secretaria da Receita Federal.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

10.4. Contingências ativas

A Real Grandeza, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, foi obrigada a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs, o que fez entre dezembro de 1986 e abril de 1987.

Essas obrigações eram atualizadas pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional - OTNs. Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, as OTNs foram extintas, passando a atualização a ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC. No entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, em 4 de junho de 1990, comunicou às entidades que o rendimento das OFNDs passaria a ser indexado ao valor dos Bônus do Tesouro Nacional - BTNs.

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, em defesa de suas associadas, recorreu ao Judiciário para fazer prevalecer o IPC como índice de atualização.

As OFNDs, desde então, deixaram de integrar a carteira de ativos da Fundação. Contudo a ação movida pela ABRAPP (processo n. 91.012.3902-3), requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991, teve seguimento, tendo transitado em julgado em 2010, decisão ao pleito das EFPCs. Decorridos dois anos da decisão, A Real Grandeza constituiu um contas a receber no montante de R\$ 92.294, com base em laudo técnico elaborado por consultoria especializada. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, este contas a receber foi revertido em 2011, por determinação da PREVIC.

Esclarecemos que em 30 de junho de 2011 foi protocolada a petição de início da execução da ação em referência, onde optou-se por alterar a metodologia de cálculo do valor a receber; passando a considerar como data inicial da atualização e da incidência dos juros o mês seguinte ao da ocorrência do expurgo.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

As alterações acima estão de acordo com o posicionamento dos patronos responsáveis pela execução da sentença, os Drs. Walter Silva, do escritório Figueiredo e Silva, Carlos Eduardo Martins, do escritório Carlos Mafra de Lact Advogados e Fábio Kurtz, do escritório Siqueira Castro Advogados, que esclareceram alguns pontos sobre a ação judicial e os motivos que ensejaram seu ajuizamento.

Esta alteração que reduziu a expectativa do valor a receber para R\$81.078, trata-se de um posicionamento conservador adotado pela ABRAPP e pelos patronos responsáveis pela ação.

11 Patrimônio social

11.1. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas estão registradas de acordo com o parecer da Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda. e apresentam-se divididas como a seguir:

- Benefícios concedidos - totalizam o valor atual dos benefícios a serem pagos pela Real Grandeza aos seus filiados, já em gozo de benefícios, abatido das respectivas contribuições futuras; e
- Benefícios a conceder - registram o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, abatido do valor atual das respectivas contribuições futuras.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

11.2. Composição das provisões matemáticas

Plano de Benefício Definido	2011	2010
Benefícios concedidos	4.372.298	4.177.391
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	4.372.298	4.177.391
Valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos	4.028.223	3.872.878
Valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos	344.075	304.513
Benefícios a conceder	3.652.394	3.297.810
Benefício definido estrut. em regime de capitaliz. programado	3.570.435	3.218.994
Valor atual dos benefícios futuros programados	3.890.277	3.543.937
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(198.302)	(201.465)
Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(121.540)	(123.478)
Benefício definido estrut. em reg. de capitaliz. não programado	81.959	78.816
Valor atual dos benefícios futuros não programados	87.760	85.335
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(3.597)	(4.042)
Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(2.204)	(2.477)
Total	8.024.692	7.475.201
Plano de Contribuição Definida	2011	2010
Benefícios concedidos	4.489	3.661
Contribuição definida - saldo de contas	757	882
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	3.732	2.779
Valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos	756	681
Valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos	2.976	2.098
Benefícios a conceder	296.806	229.432
Contribuição definida	284.033	218.310
Saldo de contas - parcela patrocinadores	121.103	90.663
Saldo de contas - parcela participantes	162.930	127.647
Benefício definido estrut. em reg. de capitaliz. não programado	12.773	11.122
Valor atual dos benefícios futuros não programados	18.530	14.711
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(5.757)	(3.589)
Total	301.295	233.093

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

11.3. Premissas atuariais

A tabela a seguir apresenta, em síntese, as principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida.

Hipóteses atuariais	Benefício Definido	Contribuição Definida
Taxa real anual de juros	6,00%	6,00%
Projeção de crescimento real:		
De salário		
Furnas	2,00%	2,00%
Eletronuclear	2,00%	-
Real Grandeza	-	2,50%
Do maior salário de benefício do INSS	0%	0%
Dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real:		
Dos salários	100,00%	100,00%
Dos benefícios da Fundação	100,00%	100,00%
Dos benefícios do INSS	100,00%	100,00%
Rotatividade de pessoal	T-1 Service Table (- 20%) RP – 2000 Geracional	T-1 Service Table RP – 2000 Geracional
Tábua de mortalidade geral	(segregada por sexo) RP – 2000 Disabled	(segregada por sexo) RP – 2000 Disabled
Tábua de mortalidade de inválidos	(segregada por sexo) Wyatt – 85 Class 1	(segregada por sexo) Wyatt – 85 Class 1
Tábua de entrada em invalidez	(segregada por sexo)	(segregada por sexo)
Hipótese familiar dos participantes	90% casados e esposa 4 anos mais jovem	90% casados e esposa 4 anos mais jovem
Hipótese familiar dos assistidos	Família Informada	Família Informada
Hipótese de aposentadoria:		
No 1º ano de elegibilidade	50%	50%
No 2º ano de elegibilidade	20%	20%
No 3º ano de elegibilidade	100%	100%

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

11.4. Fundos

Os fundos são recursos econômico-financeiros com destinação específica, voltados para suprir as necessidades das atividades desenvolvidas pela Real Grandeza:

- Fundo administrativo - é formado pelo resultado entre os valores recebidos para o custeio administrativo da Real Grandeza, o fluxo dos investimentos e as despesas administrativas. O montante do fundo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 58.931 (R\$ 51.370 em 2010).
- Fundo de risco - é formado por meio de uma contribuição mensal sobre o saldo devedor do empréstimo pessoal e destina-se à cobertura de inadimplências, depois de esgotadas todas as possibilidades de cobrança e a quitação do empréstimo na eventualidade de falecimento do participante. O montante do fundo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 49.380 (R\$ 39.899 em 2010).

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

12 Gestão assistencial - Passivo

Apresentamos a seguir a composição do passivo da gestão assistencial de acordo com a planificação da ANS.

PASSIVO	31/12/2011	31/12/2010
PASSIVO CIRCULANTE	20.670	12.649
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12.745	10.865
Provisão de Eventos a Liquidar	330	281
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados	12.415	10.584
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	5.214	226
Tributos e Contribuições a Recolher	25	6
Débitos Diversos	2.686	1.552
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	658	644
Exigível a Longo Prazo	658	644
Provisões	658	644
PATRIMÔNIO SOCIAL	102.828	111.264
Patrimônio Social	102.828	111.264
TOTAL DO PASSIVO	124.156	124.557

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

13 Custeio administrativo

Tendo como base o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa que estabeleceu o limite de 1% dos Recursos Garantidores para realização das despesas administrativas e o orçamento, ambos aprovados pelo Conselho Deliberativo, a Real Grandeza atendendo à legislação vigente, apura o seu custo administrativo segregando-o entre as atividades previdencial (BD e CD), assistencial e de investimentos. Para este fim, foi realizado um estudo para determinar, em cada setor, o percentual para alocação das despesas administrativas em cada uma dessas atividades.

As despesas com serviços de terceiros, quando diretamente vinculadas a uma atividade específica, são apropriadas a esta; quando não vinculadas diretamente a uma atividade, são rateadas entre as várias atividades utilizando-se a mesma base de rateio apurada para o setor responsável pelo contrato.

Após a alocação por atividade, as despesas administrativas referentes à atividade de investimentos foram transferidas aos Planos de Benefícios (BD, CD e Assistencial) com base no volume de recursos aplicados.

As despesas administrativas do Plano de Benefício Definido são custeadas pelas patrocinadoras desde a sua instituição, e as do Plano de Contribuição Definida pela contribuição complementar.

As despesas administrativas assistenciais depois de apuradas são reembolsadas ao Plano de Gestão Administrativa pela gestão assistencial.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

Apresentamos a seguir a alocação das despesas administrativas por plano de benefícios.

	PREVIDENCIAL			TOTAL
	BD	CD	ASSISTENCIAL	
Despesas administrativas				
Custo direto da gestão	(20.703)	(1.326)	(15.401)	(37.430)
Despesas comuns	(18.837)	(1.113)	(14.060)	(34.010)
Pessoal e encargos	(13.404)	(765)	(10.142)	(24.311)
Treinamentos/congressos	(118)	(7)	(114)	(239)
Viagens e estadias	(99)	(4)	(70)	(173)
Serviços de terceiros	(1.573)	(122)	(479)	(2.174)
Despesas gerais	(3.213)	(192)	(2.918)	(6.323)
Depreciação e amortização	(430)	(23)	(337)	(790)
Despesas específicas	(1.866)	(213)	(1.341)	(3.420)
Serviços de terceiros	(982)	(185)	(807)	(1.974)
Despesas gerais	(884)	(28)	(534)	(1.446)
Administração dos investimentos	(10.819)	(325)	(148)	(11.292)
Despesas comuns	(10.682)	(325)	(148)	(11.155)
Despesas específicas	(137)	-	-	(137)
Serviços de terceiros	(137)	-	-	(137)
TOTAL	(31.522)	(1.651)	(15.549)	(48.722)

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

14 Apresentação dos efeitos das consolidações

Na consolidação dos balancetes são desconsiderados os lançamentos referentes à participação dos Planos Previdenciários BD e CD no Plano de Gestão Administrativa, respectivamente no montante de R\$ 47.523 e R\$ 11.408, os valores a serem repassados pelos Planos Previdenciários BD e CD para o Plano de Gestão Administrativa referentes ao custeio administrativo e demais valores, no valor de R\$5.740 e o valor de R\$ 8 a ser repassado pelo plano BD ao Plano CD.

	Consolidação de balancetes			Eliminação de Consolidação		Saldo Consolidado
	Plano BD	Plano CD	PGA	Débito	Crédito	
Disponível	526	54	42	-	-	622
Realizável	<u>9.774.134</u>	<u>314.035</u>	<u>61.974</u>	-	<u>64.679</u>	10.085.464
Gestão Previdencial	508.488	6.928	-	-	8	515.408
Gestão Administrativa	47.523	11.409	9.667	-	64.671	3.927
Investimentos	9.218.124	295.698	52.307	-	-	9.566.129
Permanente	-	-	3.950	-	-	3.950
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	124.156
Total do Ativo	<u>9.774.660</u>	<u>314.089</u>	<u>65.966</u>	-	<u>64.679</u>	<u>10.214.192</u>
Exigível Operacional	<u>17.146</u>	<u>567</u>	<u>6.354</u>	<u>5.748</u>	-	18.319
Gestão Previdencial	16.922	455	-	5.748	-	11.629
Gestão Administrativa	-	-	6.354	-	-	6.354
Investimentos	224	112	-	-	-	336
Exigível Contingencial	<u>141.023</u>	-	<u>681</u>	-	-	141.704
Gestão Previdencial	120.916	-	-	-	-	120.916
Gestão Administrativa	-	-	669	-	-	669
Investimentos	20.107	-	12	-	-	20.119
Patrimônio Social	<u>9.616.491</u>	<u>313.522</u>	<u>58.931</u>	<u>58.931</u>	-	9.930.013
Patrimônio de Cobertura	<u>9.520.407</u>	<u>301.295</u>	-	-	-	9.821.702
Fundos	<u>96.084</u>	<u>12.227</u>	<u>58.931</u>	<u>58.931</u>	-	108.311
Administrativos	47.523	11.408	58.931	58.931	-	58.931
Investimentos	48.561	819	-	-	-	49.380
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	124.156
Total do Passivo	<u>9.774.660</u>	<u>314.089</u>	<u>65.966</u>	<u>64.679</u>	-	<u>10.214.192</u>

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

15 Fiscalização da SPC

A Real Grandeza, ao final de agosto de 2007, recebeu o Relatório de Fiscalização nº 006/2007/ESRJ, resultante da inspeção realizada na Fundação entre os meses de fevereiro e agosto de 2007. O exame, que compreendeu o período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2007, abordou diversos assuntos, tendo como ênfase os ligados ao Plano de Benefício Definido (BD) e ao Plames.

O relatório estabeleceu recomendações e determinações que, se implementadas de imediato, poderiam se traduzir em aumento de contribuição para os participantes e assistidos do Plano BD, como também para todos os usuários do Plames.

Seguindo o rito definido pelo órgão fiscalizador, a Real Grandeza encaminhou uma manifestação inicial, em setembro de 2007, contendo razões, argumentos e, quando necessário, inserindo novos documentos visando elucidar a equipe de fiscalização quanto a divergências de interpretação de legislação e regulamento, buscando, assim, evitar os citados aumentos.

Em 17 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio do Ofício nº 176/ERRJ/Previc, deu como encerrada a ação fiscal acatando os argumentos da Fundação, à exceção dos itens relacionados ao plano de custeio do Plano BD e a paridade contributiva para as despesas administrativas, cujo efetivo cumprimento será objeto de acompanhamento por parte do órgão fiscalizador em uma próxima ação fiscal ou avaliado em processo apartado, devido à necessidade de se aguardar decisão definitiva na ação judicial movida pela Associação dos Aposentados de Furnas (Após-Furnas), a qual questiona a paridade contributiva nas despesas administrativas.

16 Novo plano de custeio

Levando-se em consideração as exigências no citado Relatório de Fiscalização, com referência ao Plano BD, o Conselho Deliberativo aprovou em 23/11/2009, por meio da RC nº 001/172, um novo plano de custeio definido em regulamento, visando equacionar o equilíbrio financeiro-atuarial e outros aspectos identificados pelo grupo de trabalho designado para avaliação de questões legais e atuariais observadas historicamente no plano.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

O novo plano de custeio e a alteração regulamentar foram encaminhados as Patrocinadoras e ao DEST para análise e aprovação.

As negociações para aprovação junto ao DEST estenderam-se até o exercício de 2011, mas não obtiveram êxito.

Em virtude da não aprovação pelo DEST do plano de custeio apresentado em 2009, a REAL GRANDEZA elaborou novo plano de custeio para o Plano BD com novas taxas de contribuição, preservando-se, entretanto, a busca pelo equacionamento do equilíbrio financeiro-atuarial e das questões legais e atuariais identificadas pelo grupo de trabalho designado pelo Conselho Deliberativo.

O Conselho Deliberativo, em 27 de dezembro de 2011, através da RC nº 002/229 aprovou o novo plano de custeio do Plano BD a ser estabelecido em regulamento, onde as principais alterações são:

- Redução de contribuição para Participantes, Assistidos e Patrocinadoras, visando eliminar o excesso de contribuição em relação ao custo normal.
- Transformação das contribuições eternas de 2,85% e 2,24% sobre os salários reais de contribuição, em contrato de dívida a ser firmado entre as patrocinadoras do plano e a Real Grandeza.

A contratação acima, com base em 31 de dezembro de 2011, representa uma obrigação financeira no valor de R\$ 75.752, sendo R\$ 57.691 de responsabilidade de Furnas e R\$ 18.061 relativos à Eletronuclear.

Entretanto, o novo plano não poderá ser implantado enquanto todos os trâmites para aprovação não forem concluídos.

Cabe ressaltar que se o plano de custeio proposto fosse aplicado de imediato, reduziria o superávit acumulado do Plano BD para R\$ 861.417, tendo em vista a redução das contribuições futuras.

Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores expressos em milhares de reais)

Aristides Leite França
Diretor-presidente
CPF: 308.775.557-53

Wilson Neves dos Santos
Diretor de Administração e Finanças
CPF: 225.017.467-91

Roberto de Carvalho Panisset
Diretor de Seguridade
CPF: 263.050.707-68

Eduardo Henrique Garcia
Diretor de Investimentos
CPF: 815.247.496-72

Tânia Vera da Silva Araujo Vicente
Diretor de Ouvidoria
CPF: 239.559.337-04

Marcos Aurélio Naves Martins
Contador
CRC 75077-0/6-RJ
CPF: 617.721.007-49

PÁGINA EM BRANCO

ANEXO 4

Demonstrações Contábeis do Nucleos – Instituto de Seguridade Social.

PÁGINA EM BRANCO



NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

**Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2011 e 2010**



NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3 - 4
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações das mutações do patrimônio social	6
Demonstrações das mutações dos ativos líquidos do plano de benefício definido	7
Demonstrações dos ativos líquidos do plano de benefício definido	8
Demonstrações do plano de gestão administrativa	9
Demonstrações das obrigações atuariais do plano de benefício	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11 - 39



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4ª
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2688
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 65 (21) 3516-9400
Fax 65 (21) 3516-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores, Participantes e Patrocinadoras do
NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do patrimônio social, das mutações do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos seleccionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis (continuação)

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, a PREVIC requereu ao Instituto que revertesse o registro contábil relativo a constituição do contas a receber apresentado na rubrica Outros realizáveis do grupo de Investimentos, proveniente da ação judicial sobre os expurgos inflacionários incidentes sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND movida pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP a favor de suas associadas, contra a União Federal e o Fundo Nacional de Desenvolvimento, realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e ainda, que as demonstrações contábeis do exercício anterior, fossem refeitas para fins de comparabilidade com o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, incluindo o estorno do lançamento de tal ativo. A Entidade adotou os procedimentos requeridos pela PREVIC e o efeito está apresentado na Nota Explicativa nº 2.

Outros assuntos

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) substituiu, pela Resolução CNPC nº 8 em 31 de outubro de 2011, a demonstração das mutações do ativo líquido consolidada pela demonstração das mutações do patrimônio social, que alterou a forma de apresentação dos saldos de fundos administrativos e fundos de investimentos.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Charles Domingos de Almeida
Contador CRC PR-039655/O-9 T-RJ

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2010		Passiva	Nota	2010	
		2011	Representado			2011	Representado
Disponível	4	46	116	Exigível operacional		1.126	1.033
Realizável		1.591.580	1.428.544	Gestão previdencial		309	237
Gestão previdencial	5	317.608	304.540	Gestão administrativa		676	769
Gestão administrativa	6	120	140	Investimentos		180	47
Investimentos	7	1.273.852	1.123.855	Exigível contingencial	9	11.243	7.259
Títulos públicos		-	490	Gestão previdencial		1.173	881
Créditos privados e depósitos		25.875	31.991	Gestão administrativa		119	77
Fundos de investimento		1.170.816	1.037.080	Investimentos		10.451	6.299
Investimentos imobiliários		40.992	24.530	Patrimônio social		1.579.103	1.420.873
Empréstimos		12.896	13.505	Patrimônio de cobertura do plano		1.574.206	1.416.743
Depósitos judiciais/ocasionais		6.579	4.811	Provisões matemáticas	10	1.574.206	1.417.931
Outros realizáveis		16.753	16.446	Benefícios concedidos		355.880	313.366
Permanente	8	346	525	Benefícios a conceder		1.273.321	1.102.689
Imobilizado		303	412	(-) Provisões matemáticas a constituir		(54.905)	(58.124)
Diferido		43	113	Equilíbrio técnico		-	(1.186)
				Resultados realizados		-	(1.186)
				Déficit técnico acumulado		-	(1.186)
				Fundos	11	4.807	4.128
				Fundo administrativo		3.905	3.478
				Fundo dos investimentos		842	649
Total do ativo		1.591.972	1.429.185	Total da passiva		1.591.972	1.429.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	2011	2010 Reapresentado	Variação (%)
Patrimônio social - Início do exercício	<u>1.420.873</u>	<u>1.139.946</u>	24,64
Adições	<u>282.794</u>	<u>381.120</u>	(25,80)
Contribuições previdenciais	150.882	129.682	16,35
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	121.276	239.494	(49,36)
Reversão de contingências - Gestão previdencial	-	2.116	(100,00)
Receitas administrativas	9.957	9.228	7,90
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	486	475	2,32
Reversão de contingências - Gestão administrativa	-	40	(100,00)
Constituição de fundos de investimento	193	85	127,31
Destinações	<u>(124.564)</u>	<u>(100.193)</u>	24,32
Benefícios	(114.391)	(90.832)	25,94
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(216)	-	
Despesas administrativas	(9.922)	(9.361)	5,99
Constituição de contingências - Gestão administrativa	(35)	-	
Acréscimo/decréscimo no patrimônio social	<u>158.230</u>	<u>280.927</u>	(43,68)
Provisões matemáticas	156.365	181.884	(14,03)
Superávit técnico do exercício	1.186	98.576	(98,80)
Fundos administrativos	486	383	26,89
Fundos dos investimentos	193	85	127,06
Patrimônio social - Final do exercício	<u>1.579.103</u>	<u>1.420.873</u>	11,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações das mutações dos ativos líquidos do plano de benefício definido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	2011	2010 Reapresentado	Variação (%)
Ativo líquido - início do exercício	<u>1.416.745</u>	<u>1.136.285</u>	24,68
Adições	<u>277.983</u>	<u>376.295</u>	(26,13)
Contribuições previdenciais	156.707	134.685	16,35
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	121.276	239.494	(49,36)
Reversão de contingências - Gestão previdencial	-	2.116	(100,00)
Destinações	<u>(120.432)</u>	<u>(95.835)</u>	25,67
Benefícios	(114.391)	(90.832)	25,94
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(216)	-	-
Custo administrativo	(5.825)	(5.003)	16,43
Acréscimo/decrécimo no ativo líquido	<u>157.551</u>	<u>280.460</u>	(43,82)
Provisões matemáticas	156.365	181.884	(14,03)
Superávit técnico do exercício	1.186	98.576	(98,80)
Ativo líquido - final do exercício	<u>1.574.296</u>	<u>1.416.745</u>	11,12
Fundos não previdenciais	<u>4.807</u>	<u>3.377</u>	42,35
Fundos administrativos	3.965	2.728	45,34
Fundos dos investimentos	842	649	29,74

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações dos ativos líquidos do plano de benefício definido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	2011	2010 Reapresentado	Varição (%)
Ativos	1.591.177	1.427.587	11,46
Disponível	40	110	(63,64)
Receível	321.573	307.277	4,65
Investimento:	<u>1.269.564</u>	<u>1.120.200</u>	13,33
Títulos públicos	-	490	(100,00)
Créditos privados e depósitos	25.825	31.993	(19,28)
Fundos de investimento	1.166.528	1.028.425	13,43
Investimentos imobiliários	40.992	24.530	67,11
Empréstimos	12.896	13.505	(4,51)
Depósitos judiciais/recursais	6.570	4.811	36,56
Outros realizáveis	16.753	16.446	1,87
Obrigações	12.074	7.465	61,74
Operacional	450	283	59,01
Contingencial	11.624	7.182	61,85
Fundos não previdenciais	4.807	3.377	42,35
Fundos administrativos	3.965	2.728	45,34
Fundos dos investimentos	842	649	29,74
Ativo líquido	1.574.296	1.416.745	11,12
Provisões matemáticas	1.574.296	1.417.931	11,03
(-) Déficit técnico	-	(1.186)	(100,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações do plano de gestão administrativa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	2011	2010 Reapresentado	Variação (%)
Fundo administrativo do período anterior	<u>3.479</u>	<u>3.097</u>	12,33
Custeio da gestão administrativa	<u>10.443</u>	<u>9.743</u>	7,18
Receitas	<u>10.443</u>	<u>9.743</u>	7,18
Custeio administrativo da gestão previdencial	5.825	5.003	16,43
Custeio administrativo dos investimentos	3.821	3.449	10,79
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	180	352	(48,86)
Receitas diretas	15	424	(96,46)
Resultados positivo dos investimentos	486	475	2,32
Reversão de contingências	-	40	(100,00)
Outras receitas	116	-	-
Despesas administrativas	<u>9.957</u>	<u>9.361</u>	6,37
Administração previdencial	<u>5.631</u>	<u>8.663</u>	(35,00)
Pessoal e encargos	2.924	4.495	(34,95)
Treinamentos/congressos e seminários	57	71	(19,72)
Viagens e estadias	62	97	(36,08)
Serviço de terceiros	1.045	2.041	(48,80)
Despesas gerais	1.440	1.866	(22,83)
Depreciações e amortizações	68	93	(26,88)
Contingências	35	-	-
Administração dos investimentos	<u>4.326</u>	<u>698</u>	519,77
Pessoal e encargos	2.580	468	451,28
Treinamentos/congressos e seminários	42	6	600,00
Viagens e estadias	46	4	1.050,00
Serviço de terceiros	636	194	227,84
Despesas gerais	976	25	3.804,00
Depreciações e amortizações	46	1	4.500,00
Sobra da gestão administrativa	<u>486</u>	<u>382</u>	27,23
Constituição do fundo administrativo	<u>486</u>	<u>382</u>	27,23
Fundo administrativo do exercício atual	<u>3.965</u>	<u>3.479</u>	13,97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Demonstrações das obrigações atuariais do plano de benefício definido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

	2011	2010 Reapresentado	Variação (%)
Patrimônio de cobertura do plano	<u>1.574.296</u>	<u>1.416.745</u>	11,12
Provisões matemáticas	<u>1.574.296</u>	<u>1.417.931</u>	11,03
Benefícios concedidos:	355.880	313.366	13,57
Benefício definido	<u>355.880</u>	<u>313.366</u>	13,57
Benefícios a conceder:	1.273.321	1.162.689	9,52
Benefício definido	<u>1.273.321</u>	<u>1.162.689</u>	9,52
Provisões matemáticas a constituir	<u>(54.905)</u>	<u>(58.124)</u>	(5,54)
(-)Serviço passado:	(54.905)	(58.124)	(5,54)
(-)Patrocinadores	<u>(54.905)</u>	<u>(58.124)</u>	(5,54)
Equilíbrio técnico	<u>-</u>	<u>(1.186)</u>	(100,00)
Resultados realizados:	-	(1.186)	(100,00)
Déficit técnico acumulado	-	<u>(1.186)</u>	(100,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1 Contexto operacional

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social ("NUCLEOS", "Instituto" ou "Entidade") é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, por prazo indeterminado, criada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, por meio da Portaria nº 1.514, de 2 de maio de 1979, que aprovou seu estatuto social e autorizou seu funcionamento.

A Entidade tem por objetivo principal instituir, administrar e executar planos privados de natureza previdencial, complementares aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados e respectivos beneficiários vinculados aos seus patrocinadores Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, bem como aos do NUCLEOS.

O NUCLEOS opera, atualmente, o Plano Básico de Benefícios (PBB), na modalidade de benefício definido, cujo regulamento foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da portaria nº 631, de 4 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 7 de novembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2011 conta com 3.473 participantes ativos (3.224 em dezembro de 2010) e 992 assistidos (969 em dezembro de 2010).

Nos termos da legislação em vigor, as fontes de custeio do plano é a totalidade das contribuições dos participantes e das patrocinadoras. As referidas contribuições formam as reservas necessárias para garantia do pagamento dos benefícios contratados. As operações do Instituto são fiscalizadas pelo Ministério da Previdência Social, por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Estão, assim, submetidos ao exame do referido órgão, que defende e protege os interesses dos participantes e beneficiários, todos os atos dessas entidades, inclusive e especialmente o estatuto social e os regulamentos dos planos de benefícios que vinculam os participantes.

Os recursos arrecadados e os frutos decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A alocação desses recursos observa especialmente a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS por meio da Resolução nº 8, de 31 de outubro de 2011, do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC a qual revogou a Resolução nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

O Conselho Nacional de Previdência Complementar, por meio da Resolução CNPC nº 8, efetuou a substituição da Demonstração das Mutações do Ativo Líquido (DMAL) consolidada pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Social (DMPS). A conciliação dos saldos da DMAL e DMPS relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está apresentada abaixo:

	Saldo originalmente apresentado	Ajustes/ reclassificações	Saldo reapresentado
Patrimônio social/Ativo líquido no início do exercício	1.336.286	3.660	1.339.946
Acréscimo no patrimônio social			
Fundos administrativos	3.479	(3.096)	383
Fundos dos investimentos	649	(564)	85

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Conforme estabelecido pela Instrução PREVIC nº 5, de 08 de setembro de 2011, a Administração passou a classificar os saldos de depósitos judiciais em contas de ativo no realizável. A conciliação dos saldos relativos a depósitos judiciais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está apresentada abaixo:

	Saldo originalmente apresentado	Ajustes/ reclassificações	Saldo reapresentado
Exigível contingencial			
Gestão previdencial	17	866	883
Gestão administrativa	11	66	77
Investimentos - Depósitos judiciais/ recursais	1.488	4.811	6.299
Depósitos judiciais e recursais			
Realizável - Gestão previdencial	303.683	866	304.549
Realizável - Gestão administrativo	74	66	140
Investimentos	-	4.811	4.811

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Em outubro de 2011, o Instituto recebeu da Diretoria de Assuntos Atuariais, Contábeis e Econômicos - DIACE, órgão da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, o Ofício nº 4680/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, fazendo referência a uma manifestação da Procuradoria Federal/PREVIC sobre a ação judicial movida pela ABRAPP (vide nota explicativa nº 9.b). O referido ofício determinou que o Instituto revertesse o registro contábil relativo à constituição do contas a receber proveniente da ação judicial sobre os expurgos inflacionários incidentes sobre as OFNDs movida pela ABRAPP em favor de suas associadas, contra a União Federal e o Fundo Nacional de Desenvolvimento, realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Determinou ainda que as demonstrações contábeis do exercício anterior fossem refeitas para fins de comparabilidade com o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, incluindo o estorno do lançamento de tal ativo. O Instituto adotou os procedimentos determinados pela PREVIC, sendo que os impactos dos ajustes requeridos pela PREVIC relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 estão apresentados abaixo:

a. Balanço patrimonial

	Saldo originalmente apresentado	Ajustes/ reclassificações (*)	Saldo reapresentado
Ativo	1.448.411	(19.226)	1.429.185
Realizável	1.447.770	(19.226)	1.428.544
Investimentos	1.144.013	(20.158)	1.123.855
Outros realizáveis	41.415	(24.969)	16.446
Passivo	1.448.411	(19.226)	1.429.185
Patrimônio social	1.445.842	(24.969)	1.420.873
Patrimônio de cobertura do plano	1.441.714	(24.969)	1.416.745
Equilíbrio técnico	23.783	(24.969)	(1.186)
Superávit/(déficit) técnico acumulado	23.783	(24.969)	(1.186)

(*) A diferença entre o ajuste relativo à ação do OFND (R\$ 24.969) e o ajuste total apresentado no total do ativo e passivo, refere-se à reclassificação dos depósitos judiciais / recursais mencionados acima.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

b. Demonstrações das mutações do patrimônio social

	Saldo originalmente apresentado (*)	Ajustes/ reclassificações	Saldo reapresentado
Patrimônio social - Final do exercício	1.445.842	(24.969)	1.420.873
Adições	406.089	(24.969)	381.120
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	264.463	(24.969)	239.494
Acréscimo/decrécimo no patrimônio social	305.896	(24.969)	280.927
Superávit técnico do exercício	123.545	(24.969)	98.576

(*) Saldos originalmente apresentados na demonstração das mutações do ativo líquido nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

c. Demonstrações das mutações dos ativos líquidos do plano de benefício

	Saldo originalmente apresentado	Ajustes/ reclassificações	Saldo reapresentado
Ativo líquido - Final do exercício	1.441.714	(24.969)	1.416.745
Adições	396.261	(19.966)	376.295
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	264.463	(24.969)	239.494
Destinações			
Custeio administrativo	-	5.003	5.003
Acréscimo/decrécimo no ativo líquido	305.429	(24.969)	280.460
Superávit técnico do exercício	123.545	(24.969)	98.576

d. Demonstrações dos ativos líquidos do plano de benefício

	Saldo originalmente apresentado	Ajustes/ reclassificações	Saldo reapresentado
Ativos	1.452.556	(24.969)	1.427.587
Investimento	1.145.169	(24.969)	1.120.200
Outros realizáveis	41.415	(24.969)	16.446
Ativo líquido	1.441.714	(24.969)	1.416.745
Superávit/(-)déficit técnico	23.783	(24.969)	(1.186)

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

e. Demonstrações das obrigações atuariais do plano de benefício

	Saldo originalmente apresentado	Ajustes/ reclassificações	Saldo reapresentado
Patrimônio de cobertura do plano	1.441.714	(24.969)	1.416.745
Equilíbrio técnico	23.783	(24.969)	(1.186)
Superávit/(deficit) técnico acumulado	23.783	(24.969)	(1.186)

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas adotadas pela Entidade para elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

Todos os lançamentos contábeis são registrados pelo regime de competência. Na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

b. Realizável - Gestão previdencial

Registra os recursos a receber provenientes de contribuições dos participantes e contribuições contratadas ou não contratadas devidas pelas patrocinadoras. As contribuições contratadas e não contratadas das patrocinadoras são atualizadas de acordo com as taxas previstas em instrumentos contratuais ou regulamento do plano de benefícios, até a data das demonstrações contábeis.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

c. Realizável - Investimentos

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados a valor de mercado até a data do balanço.

Fundos de investimento

Os fundos de investimento de renda fixa e de renda variável são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos das despesas diretas incorridas, e ajustados pelo valor de mercado com base no valor da cota do último dia útil do mês, informada pelos administradores dos fundos.

Investimentos imobiliários

São registrados pelo custo de aquisição, reavaliado em período não superior a três anos, e depreciados, exceto terrenos, pelo método linear, pelas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação, em cumprimento ao que estabelece a legislação vigente.

Os aluguéis são registrados em conta de receita do programa de investimentos.

Operações com participantes

Os empréstimos concedidos a participantes estão apresentados pelo valor do principal, acrescidos da variação monetária e dos juros até a data do balanço. A remuneração referente aos juros e à correção monetária está registrada na rubrica de operações com participantes, atendendo aos limites mínimos que estabelecem a Resolução CMN nº 3.792.

d. Realizável - Depósitos judiciais e recursais

A Instrução PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, alterou a forma de contabilização dos depósitos judiciais e recursais, passando a ser registrados em contas de ativo no realizável. Anteriormente, o registro era em conta devedora no passivo, reduzindo o valor das respectivas contingências. Na Nota Explicativa nº 9, apresentamos os efeitos das reclassificações, assim como os respectivos efeitos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

e. Exigível contingencial

O exigível contingencial é registrado pelo montante de perda considerada provável, de acordo com avaliação das consultorias jurídicas, observada a sua natureza, e atualizado até a data do balanço.

f. Provisões matemáticas

São calculadas pelo atuário externo e correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros assumidos pela Entidade com os seus participantes e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daquelas obrigações.

g. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, o valor residual dos investimentos imobiliários e as provisões para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4 Disponível

Os saldos das disponibilidades, no total de R\$ 46 (R\$ 116 em 31 de dezembro de 2010), estão livremente disponíveis e não vinculados a linhas de crédito ou de financiamento.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

5 Gestão previdencial

Os valores a receber da gestão previdencial são compostos como se segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contribuições normais do mês	2.229	1.979
Contribuições extraordinárias	1.015	1.514
Contribuições sobre 13º salário	2	4
Contribuições "contratadas"	312.989	299.426
Depósitos judiciais e recursais	965	866
Outros realizáveis	408	760
Total	<u>317.608</u>	<u>304.549</u>

As contribuições advindas dos contratos com patrocinadoras estão detalhadas a seguir:

	<u>2011</u>			<u>2010</u>
	INB	NUCLEP	Total	
Contribuições em atraso:				
Anteriores a 31 de agosto de 1988	-	11.244	11.244	9.860
Posteriores a 31 de agosto de 1988	-	22.449	22.449	19.684
Total de contribuições em atraso	-	<u>33.693</u>	<u>33.693</u>	<u>29.544</u>
Contribuições "contratadas":				
Parcelas a vencer	<u>145.394</u>	<u>167.595</u>	<u>312.989</u>	<u>299.426</u>
Parcelas vencidas:				
Contribuições previdenciárias	-	90.663	90.663	70.650
Recursos assistenciais	-	<u>261.746</u>	<u>261.746</u>	<u>203.970</u>
Total de parcelas vencidas	-	<u>352.409</u>	<u>352.409</u>	<u>274.620</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	<u>2011</u>			<u>2010</u>
	<u>INB</u>	<u>NUCLEP</u>	<u>Total</u>	
Total de contribuições	<u>145.394</u>	<u>553.697</u>	<u>699.091</u>	<u>603.590</u>
(-) Provisão para perda:				
Contribuições em atraso	-	(33.693)	(33.693)	(29.544)
Contribuições "contratadas" - Parcelas vencidas	-	(352.409)	(352.409)	(274.620)
Total da provisão para perda	-	(386.102)	(386.102)	(304.164)
Total a vencer	<u>145.394</u>	<u>167.595</u>	<u>312.989</u>	<u>299.426</u>

a. Contribuições em atraso

Referem-se a contribuições não recolhidas e não "contratadas", pela patrocinadora NUCLEP, relativas aos períodos abaixo descritos:

- Anteriores a 31 de agosto de 1988 - O valor a receber em 31 de dezembro de 2011 é equivalente a R\$ 11.244 (R\$ 9.860 em 31 de dezembro de 2010).
- Janeiro de 1995 a dezembro de 1996 - Refere-se ao montante do recálculo do salário de participação, cujo valor em 31 de dezembro de 2011 corresponde a R\$ 2.524 (R\$ 2.213 em 31 de dezembro de 2010).
- Junho de 1995 a dezembro de 2000 - Valores correspondentes às contribuições da patrocinadora, que em 31 de dezembro de 2011 são equivalentes a R\$ 19.925 (R\$ 17.471 em 31 de dezembro de 2010).

Essas contribuições são objeto de cobrança nos autos de ação judicial, cujo detalhamento pode ser verificado na nota 5.b.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

b. Contribuições “contratadas”

Registram o montante da dívida “contratada” com as patrocinadoras INB e NUCLEP, referente a contratos firmados em maio de 2006 e novembro de 2007, respectivamente, como se segue:

- *Patrocinadora INB (parcelas a vencer)*

Em maio de 2006, conforme acordo judicial, o total da dívida da patrocinadora INB foi renegociado, tendo sua provisão para perda revertida e refletida no resultado daquele exercício. O registro contábil ocorreu após a homologação em juízo da transação, em novembro de 2006. O valor da dívida, na data da assinatura do acordo, era de R\$ 119.568, que devidamente atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescida de juros de 6% ao ano e considerando as amortizações no período, monta a R\$ 145.394 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 141.031 em 31 de dezembro de 2010).

- *Patrocinadora NUCLEP (parcelas vencidas)*

Registra o montante da dívida “contratada” com a patrocinadora NUCLEP, referente a contrato firmado em 31 de dezembro de 1994, como se segue:

- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida previdenciária atualizada monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante, em 31 de dezembro de 2011, equivale a R\$ 90.663 (R\$ 70.650 em 31 de dezembro de 2010).
- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida assistencial, com todas as parcelas vencidas, sendo atualizadas monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante, em 31 de dezembro de 2011, equivale a R\$ 261.746 (R\$ 203.970 em 31 de dezembro de 2010).

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Por decisão judicial da 30ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em 6 de julho de 2007, a patrocinadora NUCLEP foi condenada ao pagamento de R\$ 220.070, valor base da dívida em novembro de 2006. Em 21 de novembro de 2007, e em razão da celebração de acordo judicial, houve o equacionamento parcial da dívida da patrocinadora NUCLEP, que atualizada para a data era de R\$ 265.204. Assim, parte da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi revertida e refletida no resultado daquele exercício. O valor equacionado, em 31 de outubro de 2007, era de R\$ 120.111, que atualizado pela variação do INPC, acrescida de juros de 6% ao ano e consideradas as parcelas de amortização, monta a R\$ 167.595 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 158.395 em 31 de dezembro de 2010). Os pagamentos começaram a ser efetuados em novembro de 2009, por conta da carência de dois anos prevista no acordo firmado entre as partes.

O restante da dívida está pendente de decisão judicial, sendo que a chance de êxito dessa ação é provável, segundo os consultores jurídicos do NUCLEOS. Assim, o valor foi provisionado e atualizado para 31 de dezembro de 2011 no total de R\$ 386.102 (R\$ 304.164 em 31 de dezembro de 2010), como demonstrado no quadro abaixo:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Contribuições não recolhidas até 31 de agosto de 1988	11.244	9.860
Contribuições não recolhidas posterior a 31 de agosto de 1988	22.449	19.684
Contribuições contratadas (Previdencial)	90.663	70.650
Contribuições contratadas (Assistencial)	<u>261.746</u>	<u>203.970</u>
Total da provisão para perda	<u>386.102</u>	<u>304.164</u>

c. Depósitos judiciais e recursais

Representam os depósitos judiciais e recursais, vinculados a processos judiciais atualizados até a data do balanço pela rentabilidade do primeiro dia útil do mês da caderneta de poupança, cujo montante, em 31 de dezembro de 2011, equivale a R\$ 965 (R\$ 866 em 31 de dezembro de 2010).

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

d. Outros realizáveis

Correspondem a valores pendentes a receber do INSS, relativos a adiantamentos concedidos aos assistidos do NUCLEOS por conta de convênio com o INSS, já encerrado em 2009, cujo montante, em 31 de dezembro de 2011, equivale a R\$ 408 (R\$ 760 em 31 de dezembro de 2010).

e. Cobrança judicial

Em 16 de dezembro de 2002, a Entidade ajuizou contra a NUCLEP ação de cobrança no montante de R\$ 147.493, relativa às contribuições em atraso, contratadas e não "contratadas", conforme demonstrado no quadro apresentado no início da nota explicativa nº 5.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5b, em 21 de novembro de 2007 foi homologado acordo judicial para pagamento parcial da dívida da patrocinadora NUCLEP, no montante de R\$ 120.111, referente à parte incontroversa e reconhecida pela patrocinadora, ficando pendente de julgamento, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o saldo residual da dívida, que já havia sido reconhecido por meio de sentença de primeira instância. A controvérsia reside no critério de correção/remuneração desse saldo residual da dívida.

6 Gestão administrativa

Registra os valores a receber correspondentes às despesas futuras de adiantamentos a empregados, a fornecedores e ao saldo do almoxarifado, bem como a outros realizáveis que representam os valores a receber dos empregados relativos a vales-transporte e vales-refeição.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

7 Investimentos

	2011	2010
Titulos Públicos:		
Titulos de responsabilidade do Governo Federal:		
Letras Financeiras do Tesouro (Série B)	<u>-</u>	<u>490</u>
Créditos privados e depósitos:		
Debêntures não conversíveis	<u>25.825</u>	<u>31.993</u>
Total de Créditos privados e depósitos	<u>25.825</u>	<u>31.993</u>
Fundos de investimento:		
Renda fixa:		
Cotas de fundos de renda fixa	586.269	534.882
Cotas de fundos de multímercado	420.157	335.363
Renda variável:		
Cotas de fundos de investimento em ações	136.582	139.076
Investimentos estruturados:		
Cotas de fundos de investimento em participações	<u>27.808</u>	<u>22.759</u>
Total dos fundos de investimento	<u>1.170.816</u>	<u>1.032.080</u>
Investimentos imobiliários:		
Terreno e edificações	40.252	23.568
Direitos em alienação de investimento imobiliário	<u>740</u>	<u>962</u>
Total de Investimentos imobiliários	<u>40.992</u>	<u>24.530</u>
Operações com participantes:		
Empréstimos	<u>12.896</u>	<u>13.505</u>
Depósitos judiciais e recursais	<u>6.570</u>	<u>4.811</u>
Outros realizáveis	<u>16.753</u>	<u>16.446</u>
Total dos investimentos	<u>1.273.852</u>	<u>1.123.855</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Titulos de renda fixa

Conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Resolução MPS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários de renda fixa foram classificados como:

Titulos mantidos até o vencimento

Referem-se a títulos e valores mobiliários que, observadas a capacidade financeira e a estratégia da entidade, são mantidos em carteira até os seus respectivos vencimentos. São avaliados diariamente pelos custos de aquisição e acrescidos dos rendimentos estabelecidos quando do investimento e acumulados até 31 de dezembro de 2011.

	2011		2010	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos privados:				
Debêntures não conversíveis				
BGPAR	-	-	2.271	2.271
Triunfo Participações (TRFP)	11.352	11.352	16.229	16.229
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)	3.964	3.964	3.826	3.826
Sanesalto Saneamento	10.509	10.509	9.667	9.667
Conepa (CNCP)	-	-	-	-
Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	24.451	-	20.630	-
Provisão para perda ULBRA	(24.451)	-	(20.630)	-
Textil Renoux (TXRX)	14.888	-	14.598	-
Provisão para perda TXRX	(14.888)	-	(14.598)	-
	<u>25.825</u>	<u>25.825</u>	<u>31.993</u>	<u>31.993</u>
Títulos públicos:				
Letras Financeiras do Tesouro - Série B	-	-	490	490
Total	<u>25.825</u>	<u>25.825</u>	<u>32.483</u>	<u>32.483</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Provisão para perdas

Em 31 de agosto de 2006 foi constituída provisão para perdas no valor de R\$ 7.477, referente à posição de 6.991 debêntures da empresa Têxtil Renaux, equivalente a 100% do ativo em questão. Essa provisão em 31 de dezembro de 2011 monta a R\$ 14.888 (R\$ 14.598 em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de agosto de 2009 foi constituída provisão para perdas no valor de R\$ 15.749, referente à posição de 26.829 debêntures da empresa ULBRA, equivalente a 100% do ativo em questão. Essa provisão em 31 de dezembro de 2011 monta a R\$ 24.451 (R\$ 20.630 em 31 de dezembro de 2010).

Títulos para negociação

Nessa rubrica foram classificados todos os títulos que integram a carteira de títulos e valores mobiliários, incluindo os investimentos apresentados nos fundos Nucleos I - Sulamérica Fundo de Investimento Multimercado, Nucleos II - Modal Fundo de Investimento Multimercado, Nucleos III - BNY Mellon ARX Fundo de Investimento em Ações, Nucleos IV-Votorantim Fundo de Investimento em Ações e Nucleos V - Votorantim ALM Fundo de Investimento Renda Fixa.

Os certificados de depósito bancário são registrados pelo custo de aquisição, deduzido das despesas diretas incorridas, e ajustados pelo valor de mercado.

Os fundos de investimento são registrados pelo valor de mercado apurado e ajustados pela variação no valor das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos de investimento.

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados, com base nos critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil e pela Resolução MPS/CGPC nº4, de 30 de janeiro de 2002, líquidos dos efeitos tributários, até a alienação ou imparidade (*impairment*) dos respectivos títulos.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
	Valor de mercado	Valor de mercado
Fundos de investimento: (7.a)		
Letras Financeiras do Tesouro	24.028	44.110
Letras do Tesouro Nacional	33.594	11.768
Nota do Tesouro Nacional - Série B	706.175	682.954
Nota do Tesouro Nacional - Série C	80.544	76.582
Nota do Tesouro Nacional - Série F	1.010	966
Operação Compromissada	18.392	-
CDB	39.184	19.077
Debêntures	46.065	32.078
Ações	121.816	128.681
Letras Financeiras Subordinadas	74.757	7.282
Notas promissórias	-	4.293
Fundos de investimento	587	804
Outros	(3.144)	726
Subtotal	<u>1.143.008</u>	<u>1.009.321</u>
Cotas de fundos de investimento em participações: (7.b)		
CRT FIP	23.655	18.580
Energia PCH FIP	4.153	4.179
Total de cotas	<u>27.808</u>	<u>22.759</u>
Total de títulos para negociação	<u>1.170.816</u>	<u>1.032.080</u>

- (7.a) Títulos integrantes das carteiras dos fundos exclusivos. Conforme previsto no artigo 8º da Resolução CGPC nº 04, de 30 de Janeiro de 2002, em 31 de dezembro de 2010, os títulos públicos que compõem a carteira do Fundo Nucleos V ALM Renda Fixa foram reclassificados, da categoria de títulos mantidos até o vencimento para a categoria de títulos para negociação. Os montantes, a natureza e as faixas de vencimento desses títulos são os descritos na tabela abaixo.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A tabela contempla, ainda, os valores de custo e de mercado (segregados por título), o montante dos títulos reclassificados e o reflexo no resultado. Note-se que os parâmetros utilizados na determinação dos valores de custo e de mercado foram: a) valores de custo - custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período; b) valores de mercado - valores ajustados diariamente pelo valor dos títulos para negociação, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. A motivação precípua da reclassificação foi a melhor determinação do valor do ativo que faz frente ao passivo atuarial do NUCLEOS conjugada com a conjuntura econômica vigente e foi respaldada no artigo 6º, §1º, inciso II, da citada resolução.

Papel	Index.	Venc.	Qtde	Taxa %AA	PU no Curva	Valor no curva	Taxa Indicativa	PU Mercado	Valor de Mercado	Diferencial
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	462	8,51%	1,6356	756	5,79%	2,0580	951	195
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	2.165	8,23%	1,6722	3.620	5,79%	2,0580	4.456	836
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	2.000	8,23%	1,6727	3.345	5,79%	2,0580	4.116	771
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	1.400	8,10%	1,6906	2.367	5,79%	2,0580	2.881	514
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	4.200	8,20%	1,6772	7.044	5,79%	2,0580	8.644	1.600
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	3.450	8,10%	1,6904	5.832	5,79%	2,0580	7.100	1.268
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	3.450	8,10%	1,6904	5.832	5,79%	2,0580	7.100	1.268
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	5.000	8,51%	1,6355	8.178	5,79%	2,0580	10.290	2.112
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	5.800	6,43%	1,9453	11.283	5,79%	2,0580	11.936	653
NTN-B	IPCA - C	15/08/2024	5.700	6,43%	1,9453	11.088	5,79%	2,0580	11.731	643
						<u>59.345</u>			<u>69.205</u>	<u>9.860</u>
NTN-B	IPCA - C	15/05/2035	20.000	6,78%	1,8145	36.290	5,63%	2,0860	41.720	5.430
NTN-B	IPCA - C	15/05/2035	52.000	8,00%	1,5818	82.252	5,63%	2,0860	108.471	26.219
NTN-B	IPCA - C	15/05/2035	20.000	7,08%	1,7564	35.127	5,63%	2,0860	41.720	6.593
						<u>153.669</u>			<u>191.911</u>	<u>38.242</u>
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	340	8,9965%	1,3779	468	5,50%	2,1432	729	261
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	37.000	7,9493%	1,5510	57.386	5,50%	2,1432	79.298	21.912
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	1.050	8,9965%	1,3779	1.447	5,50%	2,1432	2.250	803
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	304	8,9965%	1,3777	419	5,50%	2,1432	652	233
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.000	6,9462%	1,7544	7.018	5,50%	2,1432	8.573	1.555
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.000	6,9462%	1,7546	7.019	5,50%	2,1432	8.573	1.554
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.000	6,9468%	1,7546	7.019	5,50%	2,1432	8.573	1.554
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.000	6,9468%	1,7543	7.017	5,50%	2,1432	8.573	1.556
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	14.000	6,9926%	1,7439	24.415	5,50%	2,1432	30.005	5.590
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	11.000	6,9919%	1,7441	19.185	5,50%	2,1432	23.575	4.390
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.152	6,9451%	1,7546	7.285	5,50%	2,1432	8.898	1.613
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.000	6,9451%	1,7543	7.017	5,50%	2,1432	8.573	1.556

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Papel	Index.	Venc.	Qtd	Taxa %AA	PI ou Curva	Valor na curva	Taxa Indicativa	PI Mercado	Valor de Mercado	Diferencial
NTN-B	IPCA - C	15/05/2045	4.000	6,9451%	1,7544	<u>7.018</u>	5,50%	2,1432	<u>8.573</u>	<u>1.555</u>
						<u>152.713</u>			<u>196.845</u>	<u>44.132</u>
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	1.800	6,20%	4,1591	7.486	5,79%	4,3267	7.788	302
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	1.800	6,20%	4,1591	7.486	5,79%	4,3267	7.788	302
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	1.800	6,20%	4,1591	7.486	5,79%	4,3267	7.788	302
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	1.570	6,20%	4,1591	6.530	5,79%	4,3267	6.793	263
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	1.960	6,94%	3,8815	7.608	5,79%	4,3267	8.480	872
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	1.900	6,94%	3,8816	7.375	5,79%	4,3267	8.221	846
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	670	6,94%	3,8817	2.601	5,79%	4,3267	2.899	298
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	840	7,70%	3,6284	3.048	5,79%	4,3267	3.634	586
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	840	7,70%	3,6284	3.048	5,79%	4,3267	3.634	586
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	840	7,70%	3,6284	3.048	5,79%	4,3267	3.634	586
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	840	7,70%	3,6284	3.048	5,79%	4,3267	3.634	586
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	840	7,70%	3,6284	3.048	5,79%	4,3267	3.634	586
NTN-C	IGP - M	01/01/2031	2.000	7,80%	3,5965	<u>7.193</u>	5,79%	4,3267	<u>8.654</u>	<u>1.461</u>
						<u>69.005</u>			<u>76.581</u>	<u>7.576</u>
Total ganho apurado no exercício de 2010										<u><u>99.810</u></u>

- (7.b) Representam aplicações efetuadas em fundos de investimento em participações (CRT FIP e Energia PCH FIP), valorizadas pela cota do último dia útil do mês, informada pelo administrador do respectivo fundo. O NUCLEOS possui 100% do patrimônio líquido do CRT FIP que, por sua vez, tinha 99% de seus ativos compostos por investimentos na Concessionária Rio-Teresópolis S.A., bem como aproximadamente 1% do Energia PCH FIP, que por sua vez, possui em carteira, principalmente, adiantamentos concedidos a empresa Juruena Participações S.A e ações da referida empresa, representando 55,62% e 38,53% do total da carteira do PCH FIP respectivamente.

Quanto ao CRT FIP, o NUCLEOS está desenquadrado em relação aos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 3.792, por deter 100% das cotas desse FIP, adquiridas em 2003. O NUCLEOS iniciou em 2007 ações para enquadramento nos limites legais, que consiste em ofertas públicas semestrais, através de leilões eletrônicos da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Apesar de ampla divulgação, até a presente data, não houve interessados.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Investimentos imobiliários

Os investimentos em imóveis estão registrados pelos valores de aquisição, acrescidos dos custos inerentes a essas aquisições, reavaliados a valor de mercado com intervalo máximo de três anos deduzidos da depreciação, exceto de terrenos. O quadro a seguir demonstra a posição da carteira de imóveis com data base em 31 de dezembro de 2011:

Imóvel	Data da última avaliação	Valor da última avaliação	Valor contábil 31/12/2011	Valor contábil antes da reavaliação
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	12/2011	11.100	11.100	7.218
Rua Victor Civita 66 – Barra	12/2011	5.415	5.415	3.633
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	06/2011	11.940	11.682	
Av. República do Chile, 230 - 15º andar	09/2011	12.000	11.853	
Aluguéis a receber			202	
Direitos em alienação			<u>740</u>	
Total			<u>40.992</u>	

O imóvel da Rua Rodrigo Silva foi alienado em novembro de 2011 pelo valor de R\$ 2.710 gerando um resultado líquido de R\$ 783 no ano de 2011 representando 41% de ganho sobre o valor contábil em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 1.921.

Os imóveis da Av. República do Chile, 14º e 15º andares foram adquiridos em dezembro de 2011, com base em laudos de avaliação emitidos por empresas credenciadas no mercado.

Os ganhos de reavaliação, no valor de R\$ 5.664, dos imóveis da Praia do Flamengo e da Rua Victor Civita, foram registrados no resultado dos investimentos.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Os Direitos em alienação correspondem a venda de participação do Shopping Light em junho de 2007, conforme escritura de compra e venda do 7º Tabelionato de Notas da Cidade de São Paulo. O NUCLEOS vendeu integralmente sua participação de 15% no Shopping Light, por R\$ 1.790, mediante o recebimento de R\$ 675 à vista e o restante em seis parcelas anuais de R\$ 170 e uma parcela de R\$ 95, reajustáveis pela variação do INPC acrescido de 0,5% ao mês. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo a receber monta a R\$ 740 (R\$ 962 em 31 de dezembro de 2010).

O imóvel da Rua Mena Barreto foi alienado em maio de 2011 pelo valor de R\$20.530 gerando um resultado líquido de R\$10.068 no ano de 2011 representando 96% de ganho sobre o valor contábil em 31 de dezembro de 2010 de R\$10.462.

Operações com participantes

Representam o montante dos empréstimos concedidos aos participantes, amortizáveis mensalmente, com cláusula de atualização monetária pelo índice utilizado na determinação do “mínimo atuarial” (rentabilidade mínima dos ativos da Entidade), INPC acrescido de 6% ao ano, para os contratos assinados até fevereiro de 2010, e de INPC mais 7% a.a. para os contratos assinados a partir de março de 2010.

Depósitos judiciais e recursais

Referem-se a depósitos judiciais ou recursais, vinculados a processos judiciais relativos a investimentos, atualizados até a data do balanço pela variação da caderneta de poupança, atingindo o saldo de R\$ 6.570 (R\$ 4.811 em 31 de dezembro de 2010).

Outros realizáveis

	2011	2010
RET	34	33
IOF a recuperar	5.712	5.406
BACEN	6.069	6.069
INSS	<u>4.938</u>	<u>4.938</u>
Total	<u>16.753</u>	<u>16.446</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

RET - Corresponde aos valores relativos ao laudo técnico de revisão de bases de cálculos de imposto de renda, referente ao Regime Especial de Tributação (RET), que está sendo utilizado para compensação dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

IOF a recuperar - Referente à restituição do IOF criado pela Lei nº 8.033, de 10 de abril de 1990, objeto de Ação Ordinária de Repetição de Indébito a ser pago em 10 parcelas anuais, tendo início de pagamento em maio de 2007.

BACEN - Crédito em favor do NUCLEOS, nos autos do processo movido contra o Banco Central (processo nº 93.0012123-5), visando à correção plena dos depósitos bancários existentes à época do plano econômico "cruzados novos". A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial e a decisão condenatória favorável ao Instituto já transitou em julgado.

INSS - Crédito em favor da Entidade, nos autos do processo movido contra o INSS (processo nº 99.021.2457-7), visando o ressarcimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos a autônomos. A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial e a decisão condenatória favorável ao Instituto já transitou em julgado.

8 Permanente

O Permanente é composto por bens utilizados no desempenho da atividade social do NUCLEOS. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que consideram a vida útil econômica desses bens, sendo fixado em 10% para móveis e utensílios e 20% para computadores e periféricos.

O diferido refere-se a gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de processamento de dados e são amortizados à taxa de 20% ao ano.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	31/12/2010	Depreciação/ amortização	Entradas	Saída	31/12/2011
Imobilizado:					
Móveis e utensílios	73	(5)	246	(219)	95
Computadores e periféricos	<u>339</u>	<u>252</u>	<u>41</u>	<u>(464)</u>	<u>168</u>
Total do imobilizado	<u>412</u>	<u>247</u>	<u>287</u>	<u>(683)</u>	<u>263</u>
Diferido	<u>113</u>	<u>262</u>	<u>-</u>	<u>(292)</u>	<u>83</u>
Total do Ativo permanente	<u>525</u>	<u>509</u>	<u>287</u>	<u>(975)</u>	<u>346</u>

9 Contingencial

a. Contingências passivas

Foram registradas provisões em relação aos processos cuja expectativa de perda foi considerada provável pelos advogados dos escritórios que patrocinam as ações em que a Entidade é parte. As provisões para contingências são como se segue:

	2011	2010
Provisões para contingências		
Gestão previdencial	1.173	883
Gestão administrativa	119	77
Investimentos	<u>10.451</u>	<u>6.299</u>
Total das contingências passivas (a)	<u>11.743</u>	<u>7.259</u>
(-) Depósitos judiciais e recursais		
Gestão previdencial	965	866
Gestão administrativa	69	66
Investimentos	<u>6.570</u>	<u>4.811</u>
Total de depósitos judiciais e recursais (b)	<u>7.604</u>	<u>5.743</u>
Total líquido (a - b)	<u>4.139</u>	<u>1.516</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

As contingências passivas, cuja expectativa de perda para o instituto foi considerada possível, pelos advogados dos escritórios que patrocinam as ações em que a entidade é parte, monta a R\$ 188 atualizadas para 31 de dezembro de 2011.

b. Contingências ativas

O Instituto, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, foi obrigada a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs, o que fez entre dezembro de 1986 e abril de 1987.

Essas obrigações eram atualizadas pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional - OTNs. Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, as OTNs foram extintas, passando a atualização a ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC. No entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, em 4 de junho de 1990, comunicou às entidades que o rendimento das OFNDs passaria a ser indexado ao valor dos Bônus do Tesouro Nacional - BTNs.

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, em defesa de suas associadas, recorreu ao Judiciário para fazer prevalecer o IPC como índice de atualização.

As OFNDs, desde então, deixaram de integrar a carteira de ativos da Fundação. Contudo a ação movida pela ABRAPP (processo n. 91.012.3902-3), requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991, teve seguimento, tendo transitado em julgado em 2010, decisão ao pleito das EFPCs. Decorridos dois anos da decisão, o NUCLEOS constituiu um contas a receber no montante de R\$ 29.524, com base em laudo técnico elaborado por consultoria especializada. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, este contas a receber foi revertido em 2011, por determinação da PREVIC.

Em 30 de junho de 2011, a ABRAPP ingressou no processo com uma petição de execução contemplando memória discriminada e atualizada de cálculo do débito principal e requerendo a citação do devedor FND para concordar com os cálculos ou opor embargos. Até esta data não havia manifestação por parte do devedor quanto aos valores constantes da petição.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

10 Patrimônio de cobertura do plano

O patrimônio de cobertura do plano monta a R\$ 1.574.296 (R\$ 1.416.745 em 31 de dezembro de 2010), representando o valor necessário para cobertura das obrigações do plano de benefícios administrado pela entidade.

a. Provisões matemáticas

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros estabelecidos no regulamento do Plano de Benefícios administrado pelo NUCLEOS e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos.

	2011	2010
Provisões matemáticas:		
Benefícios concedidos:		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	<u>355.880</u>	<u>313.366</u>
Benefícios a conceder:		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização programado	1.219.784	1.115.038
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	<u>53.537</u>	<u>47.651</u>
Total de benefícios a conceder	<u>1.273.321</u>	<u>1.162.689</u>
Provisões matemáticas a constituir:		
Serviço passado	<u>(54.905)</u>	<u>(58.124)</u>
Total a constituir	<u>(54.905)</u>	<u>(58.124)</u>
Total das provisões matemáticas	<u>1.574.296</u>	<u>1.417.931</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Benefícios concedidos

Registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do Plano em relação aos atuais assistidos e o valor atual das contribuições futuras destes participantes.

Benefícios a conceder

Registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do Plano para com os participantes ativos e o valor atual das contribuições futuras destes participantes.

Provisões matemáticas a constituir

Destinadas à cobertura de compromissos previdenciários apurados na data de implantação do Plano (Serviço Passado). Essa provisão reflete o custo com os participantes que já se encontravam em atividade na empresa patrocinadora na data de criação do plano.

O custeio para cobertura dessa provisão é de responsabilidade exclusiva das empresas patrocinadoras, e o término da amortização está previsto para ocorrer em novembro de 2020.

b. Equilíbrio técnico

Em 31 de dezembro, a Entidade apurou o seguinte resultado:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Resultados realizados:		
Até o exercício anterior	(1.186)	(99.762)
No exercício atual	<u>1.186</u>	<u>98.576</u>
(Déficit) técnico acumulado	<u>-</u>	<u>(1.186)</u>

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O resultado realizado, no período atual, pode ser assim apresentado:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Resultado da gestão previdencial	36.491	38.850
Resultado da gestão administrativa	(451)	(515)
Resultado dos investimentos	<u>121.762</u>	<u>239.969</u>
Subtotal	<u>157.802</u>	<u>278.304</u>
(Constituição)/Reversão de contingências	(251)	2.156
Constituição de provisões atuariais	<u>(156.365)</u>	<u>(181.884)</u>
Superávit técnico do exercício	<u>1.186</u>	<u>98.576</u>

11 Fundos

Os fundos constituídos apresentavam os seguintes saldos:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fundo administrativo	3.965	3.479
Fundo de investimentos	<u>842</u>	<u>649</u>
Total	<u>4.807</u>	<u>4.128</u>

Fundo administrativo

O Fundo administrativo é constituído pelo excedente verificado na apuração do resultado da Gestão Administrativa, com a finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços administrativos.

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Fundos de investimentos

Os fundos de investimentos são compostos pelo Fundo de Liquidez, destinado à cobertura de inadimplência na carteira de empréstimos; e Fundo de Quitação por Morte, destinado à liquidação de saldo devedor de empréstimos no caso de falecimento do mutuário.

* * *

Norman Victor Walter Hime
Presidente
CPF: 344.225.527-91

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro
CPF: 776.079.377-49

Mario Jorge de Lima Soares
Diretor de Benefícios
CPF: 109.344.137-20

Contador

Sérgio Martinho de Matos
CRC N° 049.471/O-1 - RJ
CPF: 597.074.027-68